

Adriano Gomes
Carla Baptista
(Organizadores)

**MÍDIA, REVOLUÇÃO E
MOVIMENTOS POPULARES:
CASOS DO BRASIL E DE PORTUGAL**


edufnr

**MÍDIA, REVOLUÇÃO E
MOVIMENTOS POPULARES:
CASOS DO BRASIL E DE PORTUGAL**

**Reitor**

José Daniel Diniz Melo

Vice-Reitor

Henio Ferreira de Miranda

Diretoria Administrativa da EDUFERN

Maria da Penha Casado Alves (Diretora)

Helton Rubiano de Macedo (Diretor Adjunto)

Bruno Francisco Xavier (Secretário)

Conselho Editorial

Maria da Penha Casado Alves (Presidente)

Judithe da Costa Leite Albuquerque (Secretária)

Adriana Rosa Carvalho

Anna Cecília Queiroz de Medeiros

Erico Gurgel Amorim

Dany Geraldo Kramer Cavalcanti e Silva

Fabrício Germano Alves

Gilberto Corso

José Flávio Vidal Coutinho

Josenildo Soares Bezerra

Kamyla Álvares Pinto

Leandro Ibiapina Bevilaqua

Lucélio Dantas de Aquino

Luciene da Silva Santos

Marcelo da Silva Amorim

Marcelo de Sousa da Silva

Márcia Maria de Cruz Castro

Márcio Dias Pereira

Marta Maria de Araújo

Martín Pablo Cammarota

Roberval Edson Pinheiro de Lima

Sibele Berenice Castella Pergher

Tercia Maria Souza de Moura Marques

Tiago de Quadros Maia Carvalho

Revisão

Karla Geane de Oliveira

Diagramação e Capa

Victor Hugo Rocha Silva

Foto de Capa

Todd Trapani

Adriano Gomes
Carla Baptista
(Organizadores)

**MÍDIA, REVOLUÇÃO E
MOVIMENTOS POPULARES:
CASOS DO BRASIL E DE PORTUGAL**

59
anos

Fundada em 1962, a EDUFRN permanece dedicada à sua principal missão: produzir livros com qualidade editorial, a fim de promover o conhecimento gerado na Universidade, além de divulgar expressões culturais do Rio Grande do Norte.

Publicação digital financiada com recursos do Fundo de Pós-graduação (PPg-UFRN). A seleção da obra foi realizada pela Comissão de Pós-graduação, com decisão homologada pelo Conselho Editorial da EDUFRN, conforme Edital nº 2/2019-PPG/EDUFRN/SEDIS, para a linha editorial Técnico-científica.

Coordenadoria de Processos Técnicos
Catalogação da Publicação na Fonte.UFRN / Biblioteca Central Zila Mamede

Mídia, revolução e movimentos populares [recurso eletrônico] : casos do Brasil e de Portugal / Adriano Gomes, Carla Baptista (organizadores). – Dados eletrônicos (1 arquivo : 4160 KB). – Natal, RN : EDUFRN, 2021.

Modo de acesso: World Wide Web

<<http://repositorio.ufrn.br>>.

Título fornecido pelo criador do recurso

ISBN 978-65-5569-149-8

1.Imprensa. 2. Jornalismo. 3. Mídia social. 4. Gomes, Adriano. I. Baptista, Carla.

RN/UF/BCZM

2021/08

CDD 070

CDU 070:316.77

Elaborado por: Jackeline dos S. P. S. Maia Cavalcanti – CRB-15/317

Todos os direitos desta edição reservados à EDUFRN – Editora da UFRN
Av. Senador Salgado Filho, 3000 | Campus Universitário
Lagoa Nova | 59.078-970 | Natal/RN | Brasil
e-mail: contato@editora.ufrn.br | www.editora.ufrn.br
Telefone: 84 3342 2221

APRESENTAÇÃO

Este livro é composto de dez textos que abordam temas como mídia, revolução, educação, sociedade e movimentos populares. Está organizado em duas partes e procura apresentar, mais especificamente, casos do Brasil e de Portugal. Um trabalho de cooperação mútua para oferecer aos leitores um panorama de uma parte importante da História desses dois países. Na Parte I, intitulada “Mídia, educação e sociedade: casos do Brasil” temos cinco artigos de autores brasileiros. Já na Parte II, intitulada “Mídia e revolução: casos de Portugal (1974-1975)” dispomos de cinco artigos de autores portugueses.¹

Com efeito, os anos que antecederam o Regime Militar (1964-1985) no contexto da sociedade brasileira foram marcados por índices alarmantes de inflação, economia em queda e

1 Neste livro encontramos artigos de autores brasileiros e de autores portugueses. Diante disso, os textos preservam especificidades linguísticas do Português do Brasil, para os textos de autores brasileiros, e do Português de Portugal, para os textos de autores portugueses.

analfabetismo crescente. Com isso, o governo do então presidente João Goulart ficou enfraquecido e sem apoio, situação que levou os movimentos sociais a iniciarem uma série de manifestações de protesto exigindo transformações imediatas. Em 19 de março de 1964 foi realizada em São Paulo a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, na qual os manifestantes pediam a Deus e aos militares que salvassem o Brasil da *influência comunista*. Em 31 de março do mesmo ano o presidente João Goulart é deposto da presidência da República pelo Golpe Militar. É nesse cenário político de tensionamentos que têm início os Movimentos de Educação de Base e as Escolas Radiofônicas, por inspiração da Igreja Católica e por meio de jovens que chegavam aos campos longínquos dos grandes centros urbanos para desenvolverem o trabalho de alfabetização e de conscientização política junto às comunidades rurais.

Na Parte I deste livro, reunimos artigos com enfoque na mídia e sua relação com os movimentos de educação de base, com especial ênfase no caso das Escolas Radiofônicas que se tornaram referência nos anos de 1957 a 1964, antes da Ditadura Militar, em cujo regime tais atividades foram ressignificadas para atender as expectativas dos militares. Esse cenário do Movimento de Educação de Base (MEB) e suas relações com o rádio é destacado em dois artigos que se complementam: um que evidencia o trabalho de conscientização política por meio das escolas radiofônicas, de Adriano Gomes e Francisco

Morais, e outro, de Marlúcia Paiva, que enfoca a função social e educacional do rádio no seio da Igreja Católica. As escolas radiofônicas fizeram uso também de cartilhas, entre as quais, *Viver é Lutar*, que foi uma das mais utilizadas e aqui é feita uma análise do discurso no artigo de Edivânia Duarte. Hércio Pacheco trata da experiência desenvolvida pelas emissoras de rádio no Rio Grande do Norte/Brasil no tocante aos programas de saúde reprodutiva, cujos resultados foram exitosos. Olga Tavares relata o trabalho social da webrádio *Porto do Capim*, na Paraíba/Brasil, que promove o empoderamento da comunidade.

Já a Revolução de 25 de Abril de 1974 foi um acontecimento de enorme repercussão em Portugal e no mundo. Tal como anunciava o nome de código, o objetivo primeiro da operação levada a cabo pelos militares de Abril era declarar o *fim do regime*. Mas os impactos estão longe de se esgotarem na destituição do governo de Marcelo Caetano, último governante do regime ditatorial iniciado por Salazar em 1933. A revolução acelerou algumas das dinâmicas culturais já em curso na sociedade portuguesa, transformando radicalmente a paisagem social e cultural do país. As opções políticas que resultaram do jogo de forças da época marcaram a economia e a política externa. Multiplicaram-se as formas de protesto e emergiram novos poderes de expressão popular, sindical e político. A gênese revolucionária da democracia portuguesa, nascida de forma abrupta e não negociada no quadro de

intensa conflitualidade social, manteve o seu legado ativo nas décadas seguintes. Além das consequências internas, o 25 de Abril de 1974 foi ainda um acontecimento gerador de mudanças estruturantes em vários países: desde os vizinhos da Europa do sul, com particular destaque para a Espanha e a França, como para os países africanos com os quais Portugal manteve relações coloniais durante séculos. A herança dos traumas do colonialismo e do processo de descolonização continua a ser um ativo tóxico no presente das relações bilaterais e multilaterais no contexto africano. As relações culturais e políticas com o Brasil também se alteraram em função da nova realidade política em Portugal. Até 1964 o Brasil tinha sido país de acolhimento para muitos dos exilados políticos portugueses. Após o 25 de Abril de 1974, diversos membros das elites políticas e económicas portuguesas depostas por via do golpe foram, por seu turno, procurar refúgio no Brasil, entretanto mergulhado na ditadura militar. A democracia portuguesa beneficiou-se de ajudas externas importantes que auxiliaram a consolidar em definitivo a agenda europeia à qual o país se mantém fiel. Os *media* foram atores principais neste cenário complexo. Mobilizados desde a primeira hora para a construção do projeto democrático, sujeitos a uma forte pressão partidária num contexto de luta pelo poder, sofreram instrumentalizações várias ao mesmo tempo que lutavam pela autonomia e pela profissionalização do campo jornalístico,

até ao 25 de Abril muito subalternizado pela existência de censura prévia. Pretendemos, ainda, caracterizar o ambiente histórico que marcou a evolução do campo mediático nos anos subsequentes à revolução, em particular durante o Período Revolucionário em Curso (PREC), entre 1974-1975.

Os leitores encontrarão na Parte II² deste livro textos que olham para a televisão pública (RTP) de ângulos diferentes e constroem um retrato vivo do que foram as tentativas para ocupar, controlar e decidir o curso histórico do meio de comunicação social mais influente de Portugal. Jacinto Godinho aborda os meandros da administração militar que controlou a RTP entre 1974 e 1977, numa situação inédita em que a *tropa mandava na RTP*, e cuja visão para a televisão influenciou decisivamente as lógicas informativas e de programação. Maria Inácia Rezola foca a sensível questão dos saneamentos encetados pela lógica vencedora da revolução, que provocaram a recomposição significativa dos quadros da RTP, acompanhando a relação de forças gerada pelo desfecho dos confrontos mais duros do PREC, entre facções com projetos políticos opostos. Carla Baptista analisa o papel central que a RTP ocupou nas dinâmicas do campo jornalístico, caracterizando a missão informativa e

2 Os textos aqui reunidos constituem desenvolvimentos de pesquisas em curso, algumas das quais foram parcialmente publicadas em tempo anterior.

formativa que a televisão popular e revolucionária nascida do 25 de Abril reivindicou no contexto de *invenção* de um novo jornalismo televisivo. Maria do Carmo Piçarra trata o cinema emergente da revolução de Abril, seguindo um mapa de filmes e cineastas que vão incorporando em termos artísticos, e especificamente cinematográficos, a memória e os questionamentos abertos pela liberdade conquistada. Rita Luís dá a ver a forma como a leitura dos acontecimentos em Portugal influenciou decisivamente os termos da transição negociada na vizinha Espanha franquista.

Com essas reflexões, esperamos contribuir com o estado da arte, sem desconsiderar, é claro, o ensejo de permanecer viva a memória de um segmento da História, imbricada com a intensa atuação da mídia no Brasil e em Portugal. Esperamos, ainda, cooperar significativamente para uma visão mais informada, profunda e plural sobre os efeitos nas práticas políticas, culturais, jornalísticas e artísticas de um acontecimento *monstro* como foi o 25 de Abril de 1974. Além de dinamizar novos e continuados diálogos entre investigadores brasileiros e portugueses sobre as contiguidades e as descoincidências dos nossos processos históricos, no que diz respeito à relação entre os campos político e social, e os media. Boas leituras!

Adriano Gomes

Carla Baptista

SUMÁRIO

PARTE I – MÍDIA, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: CASOS DO BRASIL

AS RÁDIOS RURAIS NO PROCESSO DE CONSCIENTIZAÇÃO
POLÍTICA E NO MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO POPULAR 14

Adriano Lopes Gomes

Francisco das Chagas de Moraes

AS ESCOLAS RADIOFÔNICAS DA ARQUIDIOCESE DE NATAL
(RIO GRANDE DO NORTE/BRASIL) 39

Marlúcia Menezes de Paiva

A CARTILHA VIVER É LUTAR E AS AULAS
RADIOFÔNICAS DO MEB: UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS
ARGUMENTATIVAS 57

Edivânia Duarte Rodrigues

A “REVOLUÇÃO ANTICONCEPCIONAL” E O RÁDIO:
O CONTROLE SOBRE A SAÚDE REPRODUTIVA 89

Hélcio Pacheco Medeiros

EXPERIÊNCIA EDUCOMUNICATIVA RADIOFÔNICA: WEBRÁDIO
PORTO DO CAPIM DA UFPB..... 115

Olga Tavares

PARTE II – MÍDIA E REVOLUÇÃO: CASOS DE PORTUGAL (1974-1975)

RTP – UM SOLDADO NA REVOLUÇÃO 144

Jacinto Godinho

VIVENDO E FAZENDO A REVOLUÇÃO: OS MEDIA NO PROCESSO
REVOLUCIONÁRIO EM CURSO (1974-1975) 191

Maria Inácia Rezola

A RTP DURANTE O “PREC” ’ (1974-1975) – REVOLUCIONAR
O JORNALISMO220

Carla Baptista

GOVERNAR A MEMÓRIA DA REVOLUÇÃO: QUE FIZEMOS NÓS
COM OS CRAVOS?248

Maria do Carmo Piçarra

DEMOCRACIA: UM CONCEITO EM NEGOCIAÇÃO.
A IMPRENSA ESPANHOLA E O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO
EM PORTUGAL (1974-1975)..... 276

Rita Luís

PARTE I
MÍDIA, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE:
CASOS DO BRASIL

AS RÁDIOS RURAIS NO PROCESSO DE CONSCIENTIZAÇÃO POLÍTICA E NO MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO POPULAR

Adriano Lopes Gomes

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Francisco das Chagas de Moraes

Secretaria de Estado da Educação, da Cultura,
do Esporte e do Lazer (SEEC/RN)

RESUMO

Este artigo faz uma reflexão sobre o protagonismo midiático das emissoras de educação rural nos movimentos populares do Rio Grande do Norte vinculados à Igreja Católica, como um substrato que regeu o processo de conscientização política nas aulas radiofônicas. Para tanto, analisa um dos roteiros

produzidos pelo Serviço de Assistência Rural (SAR), nos anos de 1980, fase em que a Ditadura Militar se encaminhava para o seu desfecho. Adota a Análise do Discurso francesa, cujo viés de natureza epistemológica é de base interpretativista e qualitativa, partindo da compreensão de que o discurso não é quantitativamente mensurável. Os resultados apontaram que o rádio exerceu uma função preponderante nos mecanismos de conscientização política, a partir de estratégias linguísticas em que o cenário da locução estabelecia vínculos aproximativos entre os implicados no processo da comunicação radiofônica.

PALAVRAS-CHAVE: Rádios rurais. Conscientização política. Educação popular.

INTRODUÇÃO

As emissoras de educação rural, ou rádios rurais, inauguraram no Brasil um novo sistema de comunicação, por meio do qual surgiu o Movimento de Educação de Base (MEB), assumindo institucionalmente o conceito de Educação de Base, formulado pela Unesco, na década de 1940. Havia uma confluência entre os interesses dos organismos executores dos programas de desenvolvimento rural e os da Igreja Católica, justificada também pelo discurso religioso, cuja realidade emergente possibilitava mais liberdade de atuação aos leigos engajados no Movimento. A partir de 1962, o MEB passou

a adotar a *politização* como um componente crítico do seu trabalho pedagógico junto às comunidades, em decorrência das discussões e das avaliações da prática educativa, acumuladas no processo de maturação da experiência, nas diversas regiões brasileiras. O discurso da politização redirecionou a prática socioeducativa do MEB, ao imprimir um sentido político transformador à sua pedagogia, distanciando-o da prática discursiva inicial das escolas radiofônicas.

O MEB resultou de um acordo firmado entre o Estado e a Igreja, inclusive, para *ajudar* ao povo a defender-se das ideologias incompatíveis com o espírito cristão da nacionalidade, numa referência ao comunismo, considerando que, nesse contexto, a guerra fria estava em pleno vigor. No primeiro momento, as aulas radiofônicas eram inspiradas no modelo clássico de transmissão de conteúdo, conservadas as especificidades da linguagem e das características do rádio. Porém, o que se questiona é como se articulavam os mecanismos de enunciação discursiva que imprimiam o sentido de politização por meio das aulas radiofônicas. Onde estão assinaladas as marcas de evidência semântica nos roteiros das escolas radiofônicas? Essas são, a rigor, as linhas que conduzem este artigo em que procuramos analisar o discurso de um dos

roteiros produzidos pela *Rádio Rural de Caicó*¹, inserido em um conjunto de outros instrumentos que marcaram as aulas radiofônicas nos anos de 1980.

Assim, temos por objetivo encontrar os rastros discursivos da conscientização política popular, cuja função do rádio foi preponderante para que esse meio de comunicação assumisse o protagonismo midiático no campo das transformações sociais e educacionais de base.

O MEB E O SENTIDO DE COMUNICAÇÃO COMO PRÁTICA LIBERTADORA

Em 1963, o MEB e o Serviço de Assistência Rural (SAR) já contavam com mais de mil escolas radiofônicas, incluindo 11.748 matriculados, na Arquidiocese de Natal, com o objetivo de contribuir para a autopromoção do povo, através do processo de “conscientização”, com o intuito de promover “uma mudança de mentalidade e de estrutura” (FERRARI, 1968, p. 86). Verifique-se que, nessa redefinição política dos seus objetivos, além da mudança de mentalidade, propunha-se a mudança estrutural da sociedade. A politização da prática pedagógica do MEB trouxe à tona um termo que catalisa o sentido de uma educação que “deverá partir das necessidades

1 Caicó é uma cidade do estado do Rio Grande do Norte/Brasil, distante aproximadamente 282 km da capital, Natal, e uma das mais importantes da região.

e dos anseios de libertação do povo. Deve estimular uma ação transformadora consciente e livre” (RAPÔSO, 1985, p. 37).

Com o Golpe Militar de 1964, o MEB sofreu restrições na sua prática de educação política e forte pressão da censura federal, no tocante aos programas de rádio. De 1964 até os primeiros anos da década de 1980, o MEB atuou de forma mais tímida em relação aos anos que antecederam o Golpe Militar, por força da repressão da censura instalada no Brasil. Essa fase é chamada de *mobralização* do MEB, uma referência ao método de alfabetização acrítico do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), criado pela ditadura militar, com a finalidade de suprimir experiências, como a de Paulo Freire, do Movimento de Cultura Popular (MCP) e do próprio MEB, no que se refere à noção de conscientização. Referir-se à *mobralização* significava afirmar o tolhimento do caráter político-transformador e de *conscientização* questionadora das estruturas sociais injustas, forçando o MEB a se restringir à escolaridade e à alfabetização mecânica dos educandos, acompanhados pela entidade, seguindo a linha imposta pelo Regime Militar.

Por trás do silêncio mórbido da Ditadura, as lutas continuavam e, embora os movimentos populares e organizações democráticas tenham sido proibidos de atuar livremente, a partir do Ato Institucional – 5, o conhecido AI-5, de 1968, forças de resistência permaneciam vivas, atuantes, sobretudo,

nas pastorais populares, nos movimentos estudantis e sindicais, nas comunidades eclesiais de base e noutros espaços possíveis, como associações de bairros e sindicatos urbanos.

Nessa ambiência, surge o Sistema Paulo Freire, apoiado no “conceito antropológico de cultura”² e de comunicação³, eixos de sustentação de um paradigma educativo que expressava o pensamento de grande parte dos movimentos de educação popular da época. O conceito de cultura, já em *Educação como prática da liberdade*, lançado em 1965, revela a nítida influência do personalismo cristão no pensamento freireano. Em Freire, assim como no personalismo, comunicação tem um sentido antropológico e se remete à concepção interpessoal, permitindo o diálogo, preenchendo a necessidade de ser com os outros, da natureza humana. Com isso, a comunicação pressupõe pessoas ou sujeitos que interagem e se afirmam intersubjetivamente, em grupo, longe da ameaça de se tornarem objetos, como nos processos de comunicação de massa. A ideia de cultura está intimamente associada à compreensão de comunicação como diálogo, primordial para a tomada de consciência do mundo a ser transformado. “A

2 A declaração é do próprio Freire, em *Educação como prática da liberdade* (2011a, p. 142).

3 Referindo-se ao sistema Paulo Freire, Jarbas Maciel declara: “A categoria fundamental dentro do que está mergulhado o Sistema Paulo Freire de Educação é a categoria sociológica e antropológica de comunicação” (FÁVERO, 1983, p. 132).

intersubjetividade, ou a intercomunicação, é a característica principal desse mundo cultural e histórico” (FREIRE, 2011b, p. 85). Por decorrência, houve a substituição do termo “sala de aula” por “círculo de cultura”, como espaço de interação entre sujeitos que sabem e aprendem uns com os outros. Para ele, a relação educativa que transforma o sujeito em objeto do conhecimento do outro é autoritária, porque silencia e denega o saber de uns, privilegiando o saber de outros, gerando uma relação de dominação pelo poder do conhecimento.

Com isso, Freire (2011b) denuncia a tentativa de imposição de um conhecimento técnico, importado de outras culturas e transferido aos camponeses do Terceiro Mundo, sem levar em consideração os saberes formulados pelas populações agrícolas locais, na sua relação com a natureza, nas atividades de cultivo da terra. É uma crítica ao modelo de educação rural importado dos Estados Unidos ou de outros países, para instalá-los nos países do Terceiro Mundo, com base no conceito antropológico de cultura. O conceito de extensão aparece como oposição ao conceito de comunicação, esta entendida como relação dialógica entre sujeitos de cultura, que se dizem com chances de serem ouvidos e levados em consideração.

COMPREENDENDO O DISCURSO: ANÁLISE DO ROTEIRO RADIOFÔNICO

Ao tratarmos os roteiros dos programas radiofônicos⁴ educativos como gêneros, deslocamos tais textos da condição de meros documentos históricos para a posição de linguagem, portadora de sentidos e passível de interpretação. Assim, o caráter documental deste artigo não o restringe ao campo historiográfico, imobilizando-o e subordinando os resultados da análise à esfera do consumado. Ao contrário, os roteiros dos programas radiofônicos, enquanto documentos, são bases materiais das quais partem as nossas interpretações, agregando-as ao processo de produção de conhecimentos, no campo da educação popular.

4 A definição de roteiro de programa radiofônico, à qual recorreremos neste artigo, coaduna-se com o conceito formulado por Ferraretto (2007, p 289): “O roteiro é um tipo de material elaborado para programas – em geral, especiais – em que a apresentação está baseada no texto e não no improviso do apresentador. O roteiro apresenta informações para quem vai fazer a locução ou a apresentação do programa e para os sonoplastas, operadores de gravação e de áudio.

Dessa forma, nossa análise é de natureza qualitativa⁵, dada a sua característica interpretativista, produzindo novos sentidos e agregando reflexões sobre a práxis da educação popular na atualidade. O viés que vincula esta pesquisa à natureza epistemológica da pesquisa qualitativa parte da compreensão de que o discurso não é quantitativamente mensurável. Não se medem efeitos de sentidos e, sim, interpretam-se e se analisam.

Para fins do presente trabalho, isolamos apenas um roteiro radiofônico para identificar as marcas discursivas na construção simbólica do processo de politização das classes populares inseridas geograficamente nas zonas rurais. Tal opção resguarda o princípio epistemológico da pesquisa em face da repetição das estratégias adotadas pela equipe do SAR, presentes em um total de três roteiros examinados ao longo da investigação. Sendo assim, tomamos para análise o roteiro 1, que teve como título: “Caminho de Libertação” e foi apresentado na aula radiofônica do dia 3 de dezembro de 1984⁶.

5 Segundo Bauer e Gaskell (2014, p. 23), “a pesquisa qualitativa evita números, lida com interpretações das realidades sociais, e é considerada pesquisa *soft*”. O protótipo mais conhecido é, provavelmente, a pesquisa em profundidade. Os autores destacam que, na pesquisa qualitativa, os dados qualitativos são gerados a partir da interpretação de textos, obtidos com base nas transcrições das entrevistas realizadas.

6 O roteiro foi elaborado por Soraya Maria, da equipe do SAR. Fonte: Cartas dos Núcleos de Ação Popular.

O roteiro começa com duas indicações abreviadas “téc”, entre pontilhados, referindo-se à função do sonoplasta. Na primeira indicação, lê-se “Abertura (fita)”, que remete à gravação em fita magnética (também conhecida como fita k7), na qual estavam gravadas as vinhetas de abertura e de encerramento dos programas radiofônicos do MEB/Caicó. Essa fita era veiculada através do estúdio da *Rádio Rural de Caicó*, sob a responsabilidade do sonoplasta ou técnico operador de som. Na outra indicação “téc”, entre pontilhados, lê-se “Feira de São Cristóvão”, indicando o BG (*background*) dos programas do MEB/Caicó, título de uma música instrumental, em ritmo de forró, executada em *acordeon*, pelo cantor e compositor brasileiro Sivuca. O programa *Caminho de Libertação* tinha duração de trinta minutos e era apresentado das 18h30min às 19h, de segunda a sexta-feira. Até 1982, o programa semanal do MEB chamava-se *Aprenda em sua casa* e funcionava como aula radiofônica.

Em seguida, à frente da indicação “Loc”, a frase de abertura que deve ser interpretada pelo locutor, com indicação para anunciar a hora, seguida dos cumprimentos, com tratamento um tanto informal:

Loc: Em Caicó, 18 horas e minutos. Boa noite companheiros que discutem conosco sobre Educação Política. Boa noite, irmão na Fé (BLOCO 1).

Na abertura do roteiro, o enunciador caracteriza o programa como espaço de prática discursiva, como exercício da interlocução entre sujeitos políticos, interpelados como “companheiros” ou “irmãos na fé”. Os dois termos constituem-se como elementos dêiticos interpelativos relacionados ao coenunciador, requisitando a ocupação de lugares sociais, na cena de enunciação: um lugar político e um lugar religioso, diante dos quais o enunciador se identifica como igual. Em seguida, abre a discussão prometida para se realizar naquela cena de enunciação:

Loc: O nosso encontro de hoje “Caminho de Libertação” se propõe a conversar com você, amigo ouvinte, nessa tentativa de aprofundar os assuntos da cartilha do Curso de Educação Política. Quem acompanha os nossos encontros diários, sabe que nós já falamos sobre política e politicagem – apresentando os resultados das discussões surgidas durante o curso nos Núcleos de Ação Popular, hoje iremos conversar sobre Educação – como proposta popular (BLOCO 2).

O enunciador sugere uma fala informal, cujas expressões “companheiros” ou “irmãos na fé” revelam o sentido de um encontro entre pessoas para conversar, tal como nas calçadas ou nos terreiros das casas, depois do dia de trabalho, nas pequenas cidades ou sítios do sertão do Nordeste brasileiro.

O locutor não se refere a um espaço escolar, mas a uma discussão política denominada “Núcleo de Ação Popular”. Esse termo, em si, já remete a uma ação ligada à noção de classe popular. O tom do enunciador não é professoral, na voz sugerida pelo texto. Mas, apesar de o enunciador propor um ambiente descontraído de encontro informal, o coenunciador sabe que o encontro sugerido não tem o grau de informalidade e espontaneidade de uma conversa que acontece casualmente entre vizinhos, por exemplo, na qual os participantes inserem suas falas sobre assuntos variados, sem, necessariamente, determinar um assunto para o qual todas as falas devem convergir. A mídia radiofônica não comportaria o gênero “conversa espontânea”, o que exigiria comunicação presencial. A característica oral do rádio poderia simular a presencialidade efetiva dos interlocutores, por meio da imaginação ou da insinuação da voz do enunciador, mas jamais efetivá-la. A oralidade radiofônica traz um desejo de presencialidade, mas nunca uma realização plena, dada à natureza da comunicação radiofônica e à distância que separa o locutor do ouvinte. Mesmo com todo o esforço de não formalização da “conversa”, por parte do enunciador, o coenunciador é consciente de que se trata de um espaço cuja presença institucional é notória, sinalizada pela linguagem do rádio como suporte para a manifestação do gênero, enquanto estilo: o roteiro de programa radiofônico educativo.

Mesmo acionando as estratégias discursivas que tentam atenuar o caráter institucional do “encontro” à distância, a forma como se apresenta a linguagem, o gênero que organiza ética e esteticamente a manifestação discursiva, dá sinais do seu objetivo pedagógico, como gênero educativo radiofônico: “o nosso encontro de hoje ‘Caminho de Libertação’”, “amigo ouvinte”, “aprofundar os assuntos da cartilha de *Educação Política*”, “nossos encontros diários”.

Uma conversa mediada pelo rádio, tendo como referência de saber uma cartilha, indica uma cenografia discursiva bem diferente daquela instaurada pelo encontro informal de amigos, para um diálogo espontâneo, sobre assuntos diversos, sem uma organização ou um planejamento prévio. As conversas ordinárias, segundo Kerbrat-Orecchioni (*apud* MAINGUENEAU, 2015, p. 111), têm “caráter imediato no tempo e no espaço (proximidade dos participantes, contato direto, resposta instantânea)”. Além disso, têm um caráter familiar espontâneo, improvisado, gratuito, sem nenhuma finalidade, a não ser conversar.

No caso da conversa proposta, há uma finalidade, um “para quê”. Mesmo assim, o chamado a uma conversa é uma estratégia discursiva para fazer conhecida a concepção de educação que impulsiona as atividades educativas do MEB, revelando a identidade institucional que o Movimento

pretende construir, naquele contexto da redemocratização do país, depois de vinte anos de Ditadura Militar, que havia cerceado a liberdade de expressão. A dizibilidade do enunciado o insere no cenário discursivo de uma nova prática pedagógica, com afirmação política que nega a prática antidemocrática, no processo de reimplantação da democracia no País.

Tratar o coenunciador como “amigo ouvinte” é próprio do “tipo de discurso radiofônico” (MAINGUENEAU, 2008, p. 61-62), no interior do qual se constituem diferentes tipos de gêneros, inclusive, o educativo. Usar o termo “amigo ouvinte” para tratar o outro no gênero conversa, nos espaços espontâneos e informais, seria, no mínimo, inadequado, revelando uma defasagem quanto à “competência genérica” (*id. Ibid.*, p. 44), ou seja, uma incapacidade de lidar com tal gênero: tratar o outro, na conversa presencial, espontânea, como “amigo ouvinte”, provocaria estranhamento. No entanto, no discurso radiofônico, sabe-se, tacitamente, que o termo “conversa” é empregado apenas para declarar o modelo de comunicação no qual o sujeito enunciador constrói seu *ethos* discursivo, ao estabelecer uma relação alternativa com o coenunciador, propondo um lugar para este, na cena de enunciação: o lugar de um “companheiro” de conversa sobre política. O termo “amigo ouvinte”, empregado na “conversa” proposta no contexto da mídia radiofônica revela competência genérica do enunciador,

pois o coenunciador sabe que não poderia participar daquela conversa, de outra forma que não fosse, apenas, ouvindo, dada a natureza da comunicação à distância, a não ser que o roteiro previsse a possibilidade de uma participação do ouvinte, por telefone, o que não é o caso.

O termo “companheiros”, empregado pelo enunciador, na abertura do texto em análise, não sugere apenas proximidade, amizade, mas configura-se como um tom político. Muito usado nos anos de 1980 entre militantes de esquerda, remete ao discurso político da “instância cidadã”, no dizer de Charaudeau (2015), como código de identificação ideológica. Na cena de enunciação, pressupõe-se que o enunciador e o coenunciador participam do mesmo plano político-ideológico, em condições iguais da luta política, no processo de redemocratização do país, com identidade ideológica comum. Mas isso é uma construção discursiva do sujeito enunciador, da sua intenção que o outro compartilhe do mesmo projeto político que o seu, na ebulição da transição da Ditadura para a Democracia, na qual o embate ideológico se acirra, na dinâmica da discursividade.

O termo que se segue, “irmão na Fé”, sugere a presença de um sujeito religioso também implicado na luta político-ideológica, pois o roteiro se insere no contexto de um curso de Educação Política. A fala de abertura proposta pelo roteiro

pressupõe dois papéis de sujeito: um papel político e um papel religioso, pelo menos, implicados no discurso educativo. No entanto, esses papéis são imputados ao coenunciador, pelo sujeito enunciador, propondo-lhe um lugar social a ser ocupado (ou não), por ele. Porém, o coenunciador é um espectro, uma possibilidade, um risco. No rádio, a palavra ouvinte é uma abstração, não se restringindo somente aos participantes dos Núcleos de Educação Política, aos quais o locutor se dirige, bem ao contrário da conversa espontânea. A capacidade de alcance do rádio extrapola o público mencionado no roteiro, abstraindo-se em “ouvintes”. Como saber se são “companheiros” ou “irmãos na Fé”? Tais tratamentos encobrem a diversidade desses ouvintes, diluindo-os numa massa amorfa, à qual o locutor se dirige como a um ente sem fisionomia. Mas essa é a característica do rádio, como meio de comunicação de massa, requisitando gêneros discursivos adequados à sua característica de comunicação à distância ou de meio massivo. Estamos no âmbito do discurso político, cuja pretensão é instaurar uma sociedade cidadã, que, segundo Charaudeau (2015, p. 60), “é uma construção”. A preocupação central da “instância cidadã”, uma das instâncias do discurso político, é a formação de um coletivo que “produz discursos de reivindicação” (*id. Ibid.*, p. 58). O discurso político é sempre um apelo ao outro, para inseri-lo na pretensa coletividade a ser construída.

O tom político presente no posicionamento do MEB, naquele contexto, no entanto, não se refere apenas à política nacional. Certamente, é um ato responsivo aos sujeitos constituídos por outro discurso, contrário à formação de uma instância cidadã: a instância política tradicional local. O desafio da Educação Política tinha por objetivo construir uma sociedade cidadã no ambiente da redemocratização do País desfazendo, assim, a cultura política dos “currais” eleitorais, da compra de votos, da não participação popular no poder decisório. Por isso, o discurso do outro presentifica-se no roteiro do programa radiofônico educativo do MEB, como o seu oposto.

Ao convocar o coenunciador para discutir “sobre educação como proposta popular”, o enunciador está aludindo, de forma não marcada, não citada ou não explicitada, a outro posicionamento contrário à proposta de Educação Popular: a um modelo de educação que visa à manutenção do *status quo*. Após anunciar que o assunto girará em torno da “Educação como proposta popular”, o enunciador convida grupos e pessoas para participarem da “conversa” preparada para aquele dia. A forma de convidar se assemelha a uma convocação de assembleia, em tom cordial e afetivo:

Convidamos para essa conversa de hoje, os núcleos de Bom Jesus, no município de Florânia – um boa noite bem forte, para todo o pessoal daí. Ao núcleo de Espinheiro,

um abraço e muito boa noite para os companheiros de Espinheiro. E também o núcleo de Santana do Seridó. Também a irmandade que individualmente acompanha o curso de Educação Política, lá na comunidade Mulungu, no município de Caicó (BLOCO 3).

Os blocos de falas são intercalados pelas indicações “Téc” onde se insere “*idem*”, sinalizando entradas do mesmo BG inicial. Além das entradas intermitentes do BG, indicadas pelo roteiro, há também indicações de duas inserções de músicas, com fins de entretenimento: *Recado*, música romântica de sucesso, na época, interpretada pela cantora Joana, e *Vem morena*, forró, de Luiz Gonzaga, interpretado pelo cantor e compositor Gilberto Gil, em dois momentos distintos do programa. Incluir o entretenimento como parte do processo educativo representa um descompromisso com a formalidade das aulas radiofônicas do passado. A música de forró, de autoria de Luiz Gonzaga, interpretada por Gilberto Gil, representa a valorização da cultura popular, como cultura da classe trabalhadora.

Os blocos de falas se intercalam e mencionam perguntas feitas em programas anteriores, dentro do curso de Educação Política, com o objetivo de suscitar o debate dos núcleos de ação popular e grupos comunitários, trazendo de volta a metodologia da Animação Popular, utilizada pelo MEB nos primeiros anos da década de 1960, interrompida com o Regime

Ditatorial, instalado em 1964. As perguntas não são feitas em função de conteúdos escolares, mas, sim, para estimular a participação popular na vida política do País, a partir da comunidade em que se inserem os ouvintes. O enunciador cria um lugar social de agente político para o coenunciador, na cena de enunciação, requisitando deste uma posição de cidadão ativamente participativo.

A educação, no roteiro, é colocada no centro da discussão, como espaço da participação política. O tema do programa é o processo a ser construído e não o conteúdo a ser transmitido e assimilado. Não há um conteúdo a ser apresentado como premissa dominante. O enunciador não se coloca como detentor único do saber ou da cultura como erudição, mas como mediador, recebendo e divulgando os saberes, as vozes elaboradas no processo de Educação Política, como (re)aprendizagem da democracia. Na cena de enunciação do roteiro, o coenunciador tem um lugar para emitir a sua voz, como resposta e como proposição, embora dentro do que foi perguntado pelo enunciador. O *ethos* discursivo que se configura na cena de enunciação, na corporalidade do enunciador, estabelece um lugar de agente político de transformação social para o coenunciador.

O programa de rádio expresso no texto do roteiro, enquanto enunciado, torna-se espaço por onde os saberes

das comunidades transitam com chances de expressão e reconhecimento. Deixa de ser o espaço dos que só emitem. No decorrer do roteiro, o enunciador estimula a interatividade dos grupos, o que transforma o programa radiofônico em espaço público, e este em um lugar de discussão:

Loc: Você acha certa a educação política? Por quê? Iraneide, da Comunidade Mulungu, aqui no município de Caicó, respondeu que sim. Acha certo porque, como ela diz: “a gente se junta e conversa o que quiser”. Já os companheiros do núcleo de Bom Jesus nos dizem que sim, também. E argumentam ainda: toda educação se baseia numa filosofia de vida e cada indivíduo tem direito de ter educação. Porque a gente discute alguma coisa, que é de interesse dos filhos que estudam, para combater as injustiças da opressão. Muito interessante essas colocações do pessoal daí de Bom Jesus, hein? (BLOCO 4).

O ano de 1984 foi decisivo para o MEB, momento em que aconteceu o SAMEB, e o Movimento inicia um processo de retomada do seu discurso político-pedagógico e da sua metodologia crítica, interrompida com o Regime Militar. O curso de Educação Política, no qual se insere o roteiro em análise, é fruto dessa retomada, no final da Ditadura.

A metodologia de Educação Política se desenvolve, no roteiro, sob a forma de problematização das questões políticas, não mais se atendo à transferência de conhecimentos para

atender a objetivos de escolarização ou de modernização do campo, como aconteceu nos anos de 1950, no auge do desenvolvimentismo, presente nos programas de educação rural ou de educação de base. O MEB se repensa e inicia um processo de ressignificação da sua prática institucional sociodiscursiva, na interdiscursividade do contexto. Do interdiscurso, emergem outros sentidos que refundam o intradiscurso, nas novas condições de produção, respondendo à historicidade do processo. Os Núcleos de Ação Popular já não demandam o saber escolar, pois o mais urgente, no contexto da transição, não era o saber ler e escrever, mas o saber-participação política, para a reconstrução democrática do País. E esse saber viria do exercício da cidadania, do exercício livre da palavra, de

um lugar no qual os atores buscam um saber para poder julgar os programas que lhes são impostos ou as ações que lhes são impostas, e para escolher ou criticar os políticos que serão seus mandantes (CHARAUDEAU, 2015, p. 58).

O roteiro segue narrando a movimentação das comunidades que participavam do curso de Educação Política, mediante as cartas enviadas pelos Núcleos de Ação Popular, contendo as respostas das perguntas feitas nos programas anteriores, para que os grupos discutissem e respondessem. As perguntas parecem ser a nova chave metodológica da vertente socioeducativa que o MEB assume no novo contexto:

a Educação Popular. A preocupação não era mais com o conteúdo a ser transmitido, mas com a discussão a ser gerada pelos temas, na comunidade, em função de uma cultura política participativa. Após várias perguntas e respostas vindas dos Núcleos, o produtor do programa insere o último bloco de falas do roteiro:

Loc; Como poderemos ter, um dia, uma educação onde o povo participe como sujeito dela? Gente, vamos prestar atenção e refletir bastante sobre a resposta desse grupo: “só poderemos ter uma educação assim se houver mudanças governamentais, e o povo tenha a liberdade de discutir os seus problemas”. Êta! Realmente este País precisa mudar. E nós precisamos fazer força para isso! Nós sabemos que o horizonte da Educação Popular não é o homem educação, é o homem libertado, esse é o nosso projeto histórico de transformação da educação que irá refletir na estrutura social (BLOCO 5).

Tal como aparece no roteiro, a educação deixava de ter um objetivo em si mesma, para se realizar em função de um objetivo maior, de natureza política, que era transformar a sociedade e reconstruir a democracia. No entanto, a Educação Popular é apresentada, no roteiro, como possibilidade. Ainda há uma crença na democracia, mas uma busca de construir coletividade, por meio da discussão, como o novo procedimento metodológico para o exercício de uma cidadania almejada.

Como podemos ver, o locutor evoca o ouvinte por meio de questionamentos, no sentido de “trazê-lo” à cena do diálogo, como um princípio de democratização do enunciado. Coloca-se sempre na terceira pessoa (“vamos”, “poderemos”, “sabemos”) pressupondo um coletivo em que juntos partilham de experiências e saberes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tudo exposto, partimos em busca de informações sobre o nosso objetivo, definindo, nesse percurso, o *corpus* sobre o qual nos detivemos: roteiros de programas radiofônicos do Movimento de Educação de Base da cidade de Caicó/RN. Nas análises, constatamos que não podemos entender a Educação Popular como discurso monolítico, homogêneo, considerando a dinâmica dos processos discursivos que se apresentam nos contextos históricos e enunciativos.

Seria necessário percorrer as linhas de um roteiro radiofônico que guiava um dos tantos programas das aulas radiofônicas, constituídas pelo viés político ainda em tempos da Ditadura Militar. Era preciso perceber as entranhas discursivas que se imbricavam na tessitura dos enunciados, em meio ao intrincado mecanismo da linguagem radiofônica. Em rádio, como em qualquer outro meio, os signos que ali se articulam para constituir os sentidos revelam outros discursos que

subjazem às esferas do não dito: uma música de letra sorrateira, as entonações empregadas pelo locutor, os silêncios entre frases, as modulações vocais, decorrendo uma ensancha de significados que se contextualizam no aparato da enunciação.

Compreender tais particularidades inseridas na ambiência de apenas um roteiro de aula radiofônica permitiu-nos tomar a parte pelo todo, ou seja, identificar as marcas da conscientização política que consistia no principal pilar da Educação Popular das emissoras de rádio rural.

REFERÊNCIAS

- BAUER, Martin W., GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2015.
- FÁVERO, O. (Org.). *Cultura popular, educação popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- FERRARI, Alceu. *Igreja e desenvolvimento*. Natal/RN: FJA, 1968.
- FERRARETO, Luiz Arthur. *Rádio: o veículo, a história e a técnica*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2007.
- FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação*. São Paulo: Centauro, 2001.
- FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011a.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011b.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?*. São Paulo: Paz e Terra, 2011c.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. São Paulo: Parábola, 2015.

RAPÔSO, Maria da Conceição Brenha. *Movimento de Educação de Base – MEB: discurso e prática (1961/1967)*. São Luiz: EDUFMA, 1985.

AS ESCOLAS RADIOFÔNICAS DA ARQUIDIOCESE DE NATAL (RIO GRANDE DO NORTE/BRASIL)

Marlúcia Menezes de Paiva

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

RESUMO

Este trabalho objetiva reconstituir a experiência educacional das Escolas Radiofônicas promovida pela Arquidiocese de Natal/Rio Grande do Norte (Brasil), diante de um contexto de pós-Segunda Grande Guerra. A Igreja adotou novas práticas de evangelização, saindo de dentro das sacristias e participando do mundo moderno em suas contradições. O campo de atuação foi a alfabetização da população do meio rural, utilizando o rádio como a grande inovação do momento. Foi

uma experiência bem sucedida, mas podada pelo Golpe de Estado de 1964.

PALAVRAS-CHAVE: Escolas radiofônicas. Arquidiocese. Alfabetização.

INTRODUÇÃO

No final da década de 1940, no contexto histórico pós-Segunda Grande Guerra, a Arquidiocese de Natal, no Rio Grande do Norte, Brasil, em conformidade com as políticas de renovação da Igreja Católica, que se respaldava nos preceitos de sua Doutrina Social, que teve início com a encíclica *Rerum Novarum* (1891), empreendeu mudanças significativas nas suas práticas pastorais. De uma atuação mais interna, ou como se dizia, *de dentro das sacristias*, a Arquidiocese passou a agir por meio de práticas socioeducativas em atuação direta nas comunidades.

Diante de uma cidade – Natal/RN –, com graves problemas de pobreza, acentuados com a saída das tropas norte-americanas, aquarteladas durante a Segunda Guerra no Campo de Parnamirim¹, e com o advento de mais uma *seca*, fenômeno climático, de baixo índice pluviométrico, cíclico em todo o Nordeste, a situação socioeconômica da região se agravou. A

1 Os EUA instalaram uma Base Militar no município de Parnamirim, pela sua posição geográfica, distante 20 km de Natal, que chegou a abrigar mais de 10.000 soldados, cerca de um décimo da população local.

presença de grande número de soldados na cidade, homens que se dirigiam ao *front* da Guerra, com retorno incerto, acarretara decadência nos costumes locais, fazendo aumentar o número de bares, de prostituição e de jogos de azar.

Complementando esses acontecimentos, observa-se que o quadro socioeconômico da cidade, e do Estado, demandava medidas urgentes para minimizar as dificuldades de sobrevivência da classe trabalhadora, o êxodo rural se acentuava. Tradicionalmente, existia grande concentração de terra nas mãos dos coronéis, salários, quando existiam, eram aviltantes, forçando os trabalhadores rurais a migrarem em grande escala para a capital em busca de uma vida melhor. Segundo Paiva *et al.* (2009, p. 14),

Para além da seca, causas estruturais são responsáveis por tal situação: concentração da terra, exploração econômica, dominação social, sem que os trabalhadores tenham assegurados seus direitos por lei. Adicionalmente, a omissão dos poderes públicos na oferta de crédito, educação, saúde, assistência técnica. Trata-se de um problema cujos alicerces encontram-se, pois, no campo econômico, social e político, e não simplesmente nas condições climáticas do Nordeste.

O resultado desses acontecimentos foi o agravamento da situação socioeconômica da cidade, deixando a Igreja preocupada com o aumento da mendicância nas ruas, inclusive

crianças e jovens, bem como da prostituição. Os novos rumos tomados pela Igreja com o pontificado de João XXIII (1958-1963) possibilitaram a atuação dos clérigos em espaços antes ignorados. O próprio pontífice, em 1958, por ocasião do Encontro dos Delegados do CELAM², exortou os bispos a uma atuação mais fecunda, mais dentro da realidade das populações mais pobres.

Uma das formas da Igreja no Brasil melhor operar junto ao seu rebanho, se deu por meio da criação da Ação Católica Brasileira (ACB), em 1935. Essa instituição passou por diversos momentos em sua atuação. Inicialmente adotou uma divisão idade-sexo, dirigindo a atuação para homens e mulheres, jovens e adultos; mas foi principalmente a partir de 1950, no momento da Quarta Semana Nacional da ACB, que essa organização tomou por modelo o sistema belgo-francês, baseado nos diversos setores sociais de atuação dos seus membros e adotou a seguinte nomenclatura: Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC). A atuação mais progressista dessa organização foi basilar para o processo de renovação da Igreja no Rio Grande do Norte.

2 Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM).

Em Natal, no seio dessa onda progressista, alguns bispos, em número de seis, iniciaram um processo de renovação em suas atividades, particularmente, sensibilizados pela situação de calamidade social em que se encontrava a população mais pobre. Em 1944, dois deles foram nomeados Assistentes Eclesiais da ACB: um da Juventude Masculina Católica (JMC), o então padre Eugênio Sales, e o outro da Juventude Feminina Católica (JFC), o também padre Nivaldo Monte. Esse trabalho desenvolvido pela Arquidiocese de Natal ficou conhecido como Movimento de Natal e teve ampla repercussão nacional, e mesmo internacional, pelo que representava de inovação em termos de evangelizar, com a participação do laicato e intervindo nas comunidades. A Igreja passa a introduzir um *apostolado de ação* em lugar de apenas *apostolado de oração*.

Esse grupo do clero mais combativo iniciou trabalhos assistenciais nas periferias da cidade, atuando na criação de escolas-ambulatório, centros sociais de jovens e adultos e estabelecendo parcerias com instituições estatais. Era uma forma de organizar, orientar e evangelizar as populações devassadas pela miséria e pela ausência de políticas públicas mais consequentes. Nessa época, em 1945, da parceria entre a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e a Juventude Feminina Católica (JFC), criou-se a Escola de Serviço Social, que ficou sob a administração de padre Nivaldo Monte, como uma

tentativa de desenvolver políticas assistenciais de formas mais racionais, como diziam.

Em 1949, outra iniciativa das mais importantes ocorreu no momento de expansão da Ação Católica, a fundação do Serviço de Assistência Rural (SAR), estrutura basilar de todos esses movimentos da Igreja, que esteve sob a coordenação do Padre Eugênio.

O desenvolvimento e a expansão dessas práticas socioeducativas evidenciaram a carência maior das populações que habitavam o meio rural, o que redundava, muitas vezes, na saída dessas populações para as cidades, o denominado êxodo rural, que multiplicou o número de habitantes nas cidades e, também, seus problemas, pela absoluta ausência de políticas públicas que administrassem esse estado de coisas.

No entanto, no período que se estende do início da década de 1950 até 1964, ocorreu, no país, maior estabilização de governos democráticos, facilitando a expansão e a consolidação do capital. No Brasil, o Estado assumia cada vez mais um papel regulador e/ou interventor na economia, protegendo e subsidiando a indústria nacional, marcadamente por meio de uma política de planejamento global. O velho liberalismo estava em decadência, o livre mercado não era suficiente para o desenvolvimento da nação, era essencial a participação ativa do Estado.

Essa nova etapa do capitalismo encontrou respaldo nas ideias defendidas pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), criada em 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de incrementar e supervisionar políticas econômicas para a América Latina, promovendo o seu desenvolvimento. Nesse período, ocorreu no Brasil um surto econômico desenvolvimentista, que alguns autores chamam de *estado de bem-estar social brasileiro*. Foi um momento propício de aproximação da Igreja com as políticas sociais do Estado. Várias iniciativas surgem nesse momento histórico e a instituição religiosa empreende ações socioeducativas mais permanentes.

Um dos organismos criados pelo Governo Federal, em 1952, foi a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), ligada ao Ministério da Educação, que subsidiou a Igreja financeiramente para a modernização de suas práticas. No Decreto nº 38.955, de 27 de março de 1956, estranhamente quatro anos depois, a CNER tem suas finalidades e objetivos detalhados. O artigo 3º preconiza que,

À CNER compete:

- a) investigar e pesquisar as condições econômicas, sociais e culturais da vida do homem brasileiro no campo;

- b) preparar técnicos para atender às necessidades da Educação de Base ou Fundamental;
- c) promover e estimular a cooperação das instituições e dos serviços educativos existentes no meio rural e das instituições e das que visam o bem comum;
- d) concorrer para a elevação dos níveis econômicos da população rural do meio da introdução, entre os rurícolas, do emprego de técnicas avançadas de organização e de trabalho;
- e) contribuir para o aperfeiçoamento dos padrões educativos, sanitários, assistenciais cívicos e morais das populações rurais;
- f) dar, sempre que solicitada orientação técnica a instituições públicas e privadas que, atuando no meio rural, estejam integradas em seus objetivos e finalidades.

Os artigos 4º e 5º indicam:

Art. 4º – A CNER atuará em todo Território Nacional diretamente ou através de acordos e convênios com órgãos de serviço público, federal ou municipal, e entidades de direito público ou privado.

Art. 5º – A ação da CNER se desenvolverá através de Missões Rurais, Centros Sociais, Centros de Treinamento de Líderes Rurais, de Professores e Auxiliares Rurais, Campanhas Educacionais e outras modalidades de

Educação de Base, inclusive de bolsas de estudo para especialização em assuntos que interessem suas atividades.

No início da década de 1950, mais precisamente em 1952, a Arquidiocese de Natal firmou convênio com a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER). No Acordo realizado, os seus objetivos expressam

1. Os meios e métodos que serão postos em prática na execução deste programa incluirão a assistência técnica e financeira da C.N.E.R. no planejamento e execução dos projetos a serem empreendidos, os quais obedecerão aos seguintes objetivos:

- a) levantamento dos níveis e padrões de vida das populações rurais do Estado pelas técnicas modernas de educação de base;
- b) estudo das condições de vida do homem do campo no Rio Grande do Norte;
- c) aquisição de equipamento e material didático necessários à execução dos projetos;
- d) utilização de quaisquer outros meios que se venham a considerar convenientemente à realização do programa.

2. Os objetivos acima enumerados serão desenvolvidos através de programas específicos, conforme o estabelecido pelo Regulamento da C.N.E.R (Acordo CNER/SAR, 1952).

Estavam postas as condições para que a Arquidiocese ampliasse e aperfeiçoasse as suas atividades socioeducativas. As diretrizes estabelecidas pela CNER vieram ao encontro dos anseios da Arquidiocese que estava enfrentando dificuldades em desenvolver as novas atividades socioeducativas. O que estava previsto nas finalidades da CNER foi posto em prática pela Arquidiocese de Natal: Missões Rurais, Centros Sociais, Centros de Treinamento de Líderes Rurais, de Professores e de Auxiliares Rurais, Campanhas Educacionais, entre outras modalidades de Educação de Base.

No entanto, com o desenvolvimento das ações socioeducativas, e o passar dos anos, nascem novas demandas das populações partícipes dos movimentos. Duas demandas surgiram com mais força: alfabetização e sindicalismo rural. O índice de alfabetização no Estado era muito baixo, em 1950, apenas 27,84% sabiam ler e escrever e, na capital, esse índice subia para 56,32%, segundo dados do IBGE. Esse também era um problema que afligia à Igreja.

Foi quando, em 1953, padre Eugênio participou, no Rio de Janeiro, do “Seminário Latino-Americano de Bem-Estar Rural”, quando o Mons. Salcedo apresentou uma comunicação oral, denominada “O rádio como meio de educação nas zonas rurais”. Nessa comunicação ele discorria sobre a experiência educacional desenvolvida com os camponeses na Colômbia. Em 1957, D. Eugênio Sales, então bispo auxiliar de

Natal, foi designado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em colaboração com o Escritório Técnico de Agricultura (ETA), organismo ligado às políticas norte-americanas do denominado Ponto IV, para conhecer a experiência educacional da Igreja colombiana.

AS ESCOLAS RADIOFÔNICAS DE NATAL

D. Eugênio regressou ao Brasil vivamente bem impressionado com a experiência em educação pelo rádio desenvolvida pela Igreja colombiana e já no ano seguinte, em 1958, iniciou os preparativos para a criação das Escolas Radiofônicas de Natal, inaugurando-as em setembro de 1958.

As escolas radiofônicas tinham por objetivo alfabetizar pelo rádio trabalhadores e trabalhadoras do meio rural. O sistema educativo foi lotado no SAR. Inicialmente, a Arquidiocese conseguiu a implantação de uma emissora de rádio, a *Emissora de Educação Rural*, que funcionou como o veículo divulgador das aulas, mas, também, de diversificados programas educativos. As aulas eram transmitidas diariamente.

O funcionamento das escolas radiofônicas ocorreu respaldado no tripé: rádio, professora-locutora e monitor. As aulas eram veiculadas pela *Emissora de Educação Rural*, transmitidas por uma professora-locutora, que recebia qualificação para essa atividade. Em seguida, eram retransmitidas

e recebidas pelos diversos rádios nas comunidades rurais, na continuidade, dinamizadas pelo(a) monitor(a) para os(as) alunos(as). Esses(as) monitores(as) também receberam treinamento para a atividade.

As professoras-locutoras eram responsáveis pela elaboração e pela transmissão das aulas radiofônicas. No início, era apenas uma professora-locutora, nos anos subsequentes mais duas professoras foram incorporadas, à medida que ocorreu expansão do movimento e sua transformação em Movimento de Educação de Base (MEB). Os(as) monitores(as) eram pessoas das comunidades trabalhadas pela Igreja, geralmente indicadas pelo pároco local, por saberem ler e escrever e participarem dos movimentos da Igreja naquela comunidade; eram responsáveis pela dinamização das aulas e serviam de elo entre os(as) alunos(as) e às professoras-locutoras, em Natal. O rádio, geralmente vindo da Holanda, era doado por organismos que mantinham convênios com a Arquidiocese de Natal, funcionavam com baterias, pois não existia energia elétrica no meio rural. O rádio representava uma grande inovação para a época, particularmente, para onde se destinava: o Nordeste do Brasil, a região mais pobre e atrasada do país.

As escolas funcionavam em casas dos monitores, ou em algum espaço da comunidade, diariamente, no turno

noturno, com duração de uma hora, pois durante o dia os(as) camponeses(as) estavam trabalhando no campo. O material utilizado limitava-se ao uso do rádio, que era a grande motivação, um elemento tecnológico inovador; um quadro negro; giz e apagador e os assentos geralmente eram trazidos pelos estudantes de suas casas. O rádio representava uma grande novidade. De repente, um aparelho movido a bateria elétrica, ou pilhas eletroquímicas, trazia as notícias do Brasil e do mundo para uma região sem estradas – só picadas de terra, sem energia elétrica –, que se encontrava isolada dos acontecimentos nacionais e mundiais. Esses fatos facilitaram o processo de alfabetização e de conscientização do trabalhador rural, palavra muito utilizada naquele momento histórico, que significava assumir sua história, sua vida, livrar-se do medo que acorrentava sua liberdade de ser humano.

Os conteúdos das aulas estavam subordinados a uma Unidade Mensal de Trabalho, que por sua vez detalhava semanalmente as atividades pedagógicas a serem desenvolvidas. As aulas planejadas pelas professoras eram feitas em forma de *script*, linguagem própria do rádio, com as entradas para o *controlista* da rádio, que desempenhava um papel de dirigente das atividades, pois controlava o som e a entrada das músicas que entremeavam as falas da professora.

Essa foi a estrutura com a qual as escolas radiofônicas deram início ao processo de alfabetização de milhares de camponeses(as) analfabetos(as), isolados(as) e carentes de todos os benefícios do mundo moderno. A transformação posterior para MEB não alterou a estrutura de funcionamento, mas deu nova feição aos conteúdos trabalhados, com mais ênfase à luta dos trabalhadores e uma conexão com os demais Estados do Brasil.

O movimento teve sua aula inaugural no dia 20 de setembro de 1958, transmitindo educação de base para a população rural, inicialmente, em 69 escolas radiofônicas, em 10 municípios do Rio Grande do Norte, área que correspondia à Arquidiocese de Natal. Segundo Paiva (2014, p. 147), “Em 1959, a *Emissora de Educação Rural* já atingia 36 municípios: 34 na Arquidiocese de Natal, 1 na Diocese de Caicó e 1 na de Mossoró”. As duas dioceses estavam situadas no Rio Grande do Norte. Essa área abrangia todo o Estado.

Em 1959, ocorreu, em Natal, o II Encontro dos Bispos do Nordeste, os bispos presentes mostraram-se interessados no que presenciaram e resolveram estender a experiência educacional para as suas Dioceses. Em decorrência, em 1960, dos resultados obtidos com as escolas radiofônicas instaladas, ocorreu o primeiro Seminário de Educação de Base, promovido juntamente pela Igreja e pela Representação

Nacional das Emissoras Católicas (RENEC). Nesse Seminário surgiu a proposta de estender, ao nível nacional, a experiência de educação pelo rádio que estava sendo promovida pela Arquidiocese de Natal. Das discussões, nasceu a proposta de criação do Movimento de Educação de Bases (MEB), que atingiu grande parte das áreas mais pobres do país. Segundo Paiva *et al.* (2009),

O MEB foi criado com o objetivo maior de cooperar na formação integral de adultos e adolescentes, nas áreas subdesenvolvidas do país, e propiciar elementos para que essas camadas da população tomassem consciência de sua dignidade de criatura humana, transformando-se em agente do processo de mudança, da realidade em que vivia (PAIVA *et al.*, 2009, p. 61).

A proposta do MEB foi enviada ao presidente eleito, Jânio Quadros (janeiro a agosto de 1961), que apoiou o projeto e, mediante o Decreto nº 50.370, de 21 de março de 1961, estabeleceu que o Governo Federal financiaria o MEB, delegando, porém, a responsabilidade de sua execução à CNBB. O MEB ficou vinculado à CNBB por meio do Conselho Diretor Nacional (CDN), composto por bispos das áreas de abrangência do experimento educacional e por dois leigos, um deles representante do Governo Federal. A Igreja era francamente majoritária na condução das atividades educacionais do MEB,

o que tornou possível um direcionamento mais progressista de suas atividades.

Em âmbito nacional, o MEB era coordenado pela denominada Equipe Nacional (EN), formada por leigos; no estado, pelas Equipes Estaduais (EE) e nas localidades, pela Equipe Local (EL). Os estados poderiam ter mais de uma EL, dependendo da extensão daquele movimento educativo. Essas equipes eram responsáveis pela coordenação e pelo desenvolvimento das atividades em suas respectivas localidades. Existia uma orientação nacional, mas as equipes estaduais e/ou locais promoviam as adaptações necessárias à realização das atividades.

Essa estruturação e funcionamento do MEB proporcionou maior criatividade das equipes locais e engajamento político dos seus componentes, pois havia grande troca de experiências entre os integrantes dos diversos Estados do país.

Com a criação do MEB, as Escolas Radiofônicas passaram a fazer parte desse movimento, embora ainda continuassem vinculadas ao SAR. Até certo ponto isso criou alguns entraves, pois havia determinada discordância entre as orientações advindas da Equipe Nacional e as emanadas da Arquidiocese local. A Equipe Nacional avançou mais politicamente em suas propostas socioeducativas emanadas do SAR, as quais sofriam influências da Arquidiocese de Natal, embora reconheçamos que as orientações da Arquidiocese representaram avanço

nas lutas dos(as) trabalhadores(as), a exemplo da criação dos sindicatos rurais, entre outras formas de luta. No Rio Grande do Norte, o MEB não apenas alfabetizou, mas chegou a oferecer as cinco primeiras séries do ensino primário fundamental. Isso é importante salientar, pois significa mais tempo de permanência na escola, no caso, uma escola que além de alfabetizar, também conscientizava seus(suas) alunos(as) de seus direitos. Nos demais Estados, só foram ofertadas as duas primeiras séries do ensino fundamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o quadro sociopolítico da época, em uma região que ainda apresentava traços de políticas feudais, haja vista o sistema de produção agrícola baseado no sistema de meia, ou terça, como denominavam a partilha do produto final do trabalho, entre os empregados e os patrões, podemos concluir que essas orientações constituíram avanço nas lutas dos(das) trabalhadores(as) e o fato de aprender a ler e a escrever proporcionou a abertura de novos horizontes, particularmente com o uso do rádio que possibilitava o conhecimento de um mundo além do seu cotidiano. Infelizmente, o Golpe de Estado de 1964 podou esse movimento educacional. Suas lideranças foram presas ou exiladas. Restou, nos anos subsequentes, um arremedo do MEB que poderíamos chamar de “libertador”,

a ditadura permitiu que continuassem parte das atividades do MEB, mas sob severa censura.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *CNER. Decreto nº 38.955*, de 27 março 1956.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Acordo CNER/SAR*, 1952.

FURTADO, João Maria. *Vertentes* (memória). Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1976.

PAIVA, Marlúcia Menezes de *et al. Escolas Radiofônicas de Natal: uma história construída por muitos*. Brasília: Liber Livro, 2009.

PAIVA, Marlúcia Menezes. *Igreja e renovação: educação e sindicalismo no Rio Grande do Norte (1945-1965)*. Natal, RN: EDUFRN, 2014.

A CARTILHA VIVER É LUTAR E AS AULAS RADIOFÔNICAS DO MEB: UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS¹

Edivânia Duarte Rodrigues

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
do Rio Grande do Norte (IFRN)

RESUMO

Este artigo analisa o discurso argumentativo desenvolvido pelo Movimento de Educação de Base (MEB), na década de 1960, através das aulas da *Emissora de Educação Rural de Natal* e da cartilha *Viver é Lutar*, no processo de educação a distância dos jovens e adultos da zona rural. Sabendo que a cartilha e

1 Pesquisa realizada com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

as aulas foram produzidas dentro do contexto da formação crítica do aluno e da emancipação das classes marginalizadas, objetiva-se revelar as técnicas argumentativas que estruturam os discursos, identificando as posições ideológicas defendidas e os sentidos sugeridos. Para tanto, fundamenta-se na Análise do Discurso, na Teoria da Argumentação e no Dialogismo, cuja leitura do *corpus* mostra que a argumentação empreendida buscava o diálogo com os alunos e com as alunas, instigando os jovens e adultos a se assumirem enquanto sujeitos capazes de agir sobre a realidade para transformá-la.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento de Educação de Base. cartilha *Viver é Lutar*. Aulas radiofônicas. Argumentação.

INTRODUÇÃO

O Movimento de Educação de Base (MEB), coordenado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e financiado pelo Estado, oportunizou educação através do rádio para jovens e adultos nas regiões do Brasil, sobretudo nas zonas rurais, pautando a alfabetização na conscientização do aprendiz. Mas além das aulas radiofônicas, o MEB elaborava conjuntos didáticos ou livros de leitura, tal como a cartilha *Viver é Lutar*, constituída de pequenos textos, chamados de lições, além das noções gramaticais e dos exercícios. Essas lições são textos, compostos de seis a sete enunciados, que, por sua vez,

materializam os discursos que o MEB queria difundir. Cada lição é acompanhada de fotografias ilustrativas que mostram crianças, mulheres e homens, geralmente em situação de trabalho, relacionando-se entre si, realizando suas atividades diárias, dentro de suas condições precárias de sobrevivência.

A cartilha foi distribuída aos sistemas da região Nordeste e alguns da Amazônia e de Minas Gerais no ano de 1964, mas nem chegou a ser trabalhada em certas localidades por ter sido recolhida pelo regime ditatorial brasileiro, acusada de subversiva. Nesse sentido, os discursos desse livro de leitura buscaram mais do que ensinar a ler e a escrever porque estimulavam uma postura crítica dos discentes, fundamentando-se na conscientização dos aprendizes, na formação de atitudes e na exposição de instrumentos de ação com poder de interferir no contexto social dos alunos.

Faremos aqui uma leitura discursiva de três lições da cartilha *Viver é Lutar* e de duas aulas radiofônicas, de forma a revelarmos as posições assumidas e as estratégias argumentativas utilizadas para convencer ou persuadir o auditório. Nosso gesto de leitura fundamenta-se na Análise do Discurso, da escola francesa, na Teoria da Argumentação e no caráter dialógico da linguagem, além de contemplar os fundamentos da Educação Popular. Com esses aportes teóricos tem-se uma leitura interpretativa do *corpus* que aponta para uma

argumentação a favor do auditório, ou seja, que ao invés de usar a manipulação, buscava o diálogo com os alunos e com as alunas, na medida em que concedia ao outro a possibilidade de refletir sobre suas decisões. Nesse caso, as técnicas argumentativas aqui reveladas costumam os discursos de forma a chamar a atenção do auditório e conduzi-lo à reflexão, é, portanto, um instrumento de mediação de conhecimentos que define posições e deixa para o outro (interlocutor) a função de aprová-las ou de refutá-las, já que o outro é encarado numa perspectiva ativa, como um sujeito capaz de refletir e fazer escolhas.

Acreditamos que este estudo colabora com a memória histórica do MEB, mas também nos impulsiona a refletir sobre a educação brasileira e sobre o conteúdo ministrado a um número grande de alunos e de alunas em todo o país, por meio da educação a distância. De outro modo, queremos dizer que tanto a cartilha dos anos de 1960, quanto os livros didáticos atualmente precisam ser questionados e problematizados, a fim de se entender os discursos que têm afetado os alunos e as alunas. Portanto, ao realizarmos uma leitura crítica desses discursos podemos incentivar outras reflexões sobre o processo de Educação de Base e o uso da linguagem como prática discursiva.

O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE E SEU CONTEXTO HISTÓRICO

O Movimento de Educação de Base (MEB) surgiu em 21 de março de 1961, através do Decreto nº 50.370, assinado pelo então Presidente do Brasil, Jânio Quadros, fruto de um acordo firmado entre a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – responsável pela coordenação da ação educativa –, o Ministério da Educação e o Estado (financiador desse sistema). A proposta do MEB era a de levar educação de base aos alunos e às alunas das classes populares, sobretudo, os camponeses e as camponesas nos estados do Nordeste, Norte e Centro-Oeste, através de aulas radiofônicas. Esse movimento de amplitude nacional foi criado, portanto, a partir do sucesso das Escolas Radiofônicas instaladas no estado do Rio Grande do Norte, no final da década de 1950, sob a responsabilidade da Arquidiocese de Natal e tendo a *Emissora de Educação Rural de Natal* como a principal expoente.

Nesse contexto, a Igreja Católica era quem coordenava a ação educativa pelo rádio destinada aos homens e às mulheres do campo. A igreja seguia as recomendações do Concílio Vaticano II que propunha uma ação social da igreja a favor das classes oprimidas e contra o capitalismo. Formava-se, assim, uma doutrina social que buscava incidir na vida econômica, política e social do país. As escolas radiofônicas consistiam em

uma dessas formas de intervenção da igreja nas condições de miséria do povo brasileiro visto que, além de tudo, de acordo com o IBGE², em 1960, quase 50% da população brasileira era analfabeta e o Brasil era o sexto país no *ranking* mundial em relação ao analfabetismo.

No final do ano de 1962, o movimento realizou o I Encontro Nacional de Coordenadores com a função de fundamentar, revisar e planejar a ação educativa que gerou um redirecionamento no conceito de educação de base. A partir daquele momento, a educação de base passou a ser entendida como aquela que se preocupa com o próprio homem, com a sua formação e com a sua realização pessoal, porquanto o MEB pauta a alfabetização na conscientização. O objetivo primeiro tornou-se, portanto, conscientizar o(a) aluno(a) de si, da realidade social em que está inserido(a) e das possibilidades de mudança. É a partir desse panorama que o MEB passa a ser visto como um Movimento de Cultura Popular, adotando a cultura como democrática e buscando uma transformação da realidade para a libertação das classes dominadas. Conforme Paiva (1987), os métodos dos Movimentos de Cultura Popular tinham como base comum o pensamento social cristão que pretendia a promoção e a conscientização do homem, inserindo-o na vida política.

2 Consultado na página do instituto em: <https://www.ibge.gov.br/>

Para entendermos as concepções do MEB também é importante descrever como se dava esse processo de educação a distância através do rádio que envolvia aulas radiofônicas, professores(as), alunos(as) e monitores(as). Os(as) professores(as) estavam espacialmente distantes dos(as) alunos(as), interagindo e transmitindo os conhecimentos numa perspectiva de educação a distância. O *feedback* entre os alunos(as) e os professores(as) ocorria através de cartas dos(as) alunos(as) ou de monitores(as) enviadas aos docentes ou através da visita dos educadores junto com os supervisores às comunidades assistidas.

Do outro lado do aparelho receptor, estavam os(as) alunos(as)/ouvintes e os(as) monitores(as). Os(as) alunos(as) escutavam as aulas pelo rádio de pilha cativo³, respondiam às questões colocadas pelos(as) professores(as) ou presentes no material didático que recebiam, tal como a cartilha *Viver é Lutar*, e discutiam com os(as) monitores(as) os temas abordados nas aulas. Os(as) monitores(as) eram pessoas da própria comunidade que já tinham certo conhecimento de leitura e escrita, exercendo o papel de facilitadores(as) dessa educação a distância. Os(as) alunos(as) eram jovens e adultos da zona rural, camponeses(as) que, alfabetizados(as) ou não, posicionavam-se diante do rádio para aprender a ler, escrever ou aprimorar os

3 Aparelho de rádio com frequência determinada para receber o sinal de apenas uma emissora.

conhecimentos já adquiridos. Assim, já que o público-alvo da educação do MEB era composto de trabalhadores(as), as aulas ocorriam à noite, com a média de uma hora de duração.

Quanto à cartilha *Viver é Lutar*, objeto da nossa análise, dizemos que foi elaborada a partir das discussões do I Encontro de Coordenadores do MEB. A cartilha tinha o objetivo de atender às necessidades dos(as) alunos(as) aos(as) quais se dirigia através de textos que partiam das situações reais de vida dos(as) alunos(as) camponeses(as). Esse livro de leitura queria alfabetizar e conscientizar os estudantes simultaneamente, por isso, compõe-se de pequenos textos, chamados de lições, além das noções gramaticais e dos exercícios. Destacamos apenas os discursos impetrados pelas lições.

A cartilha *Viver é Lutar* contém 30 lições, destinadas aos(às) alunos(as) já alfabetizados(as) ou que, bem ou mal, podiam desempenhar a leitura. Com apenas uma única edição correspondente a tiragem de 50 mil exemplares, a cartilha foi utilizada no início do ano de 1964, mas de acordo com Fávero (2006), desde 1963 os(as) professores(as) estavam sendo treinados(as) com manuais e uma versão mimeografada da cartilha para a preparação dos programas didáticos. Esse livro de leitura foi censurado pelo regime ditatorial do Brasil, sob a alegação de ser subversiva, sendo proibida a sua utilização. Conforme Fávero (2006), apesar dessa censura, os discursos

da cartilha ecoavam nas aulas radiofônicas, tendo em vista que era a base do treinamento de monitores(as) e líderes do MEB em muitas localidades. Assim, cabe-nos analisar como a cartilha estruturava-se argumentativamente para convencer e persuadir os(as) alunos(as) em âmbito nacional, sagrando-se como a base ideológica do próprio movimento.

EDUCAÇÃO, DISCURSO E ARGUMENTAÇÃO: APORTES TEÓRICOS

Estudar os discursos aportados na memória histórica dos anos de 1960 nos impele a fundamentar nossa análise nas reflexões da Educação Popular que, tomada pelas concepções de cultura popular, buscava alfabetizar os(as) alunos(as), relacionando-os(as) as suas realidades sociais, instigando-os(as) a uma postura crítica. Assim, o MEB e a sua produção discursiva estão embebidos nas ideias daquele período, posto que esse movimento de educação também era considerado um Movimento de Cultura Popular que, por sua vez, consistia numa reação à cultura e à educação que privilegiavam apenas as classes dominantes.

Nesse sentido, a Educação Popular da qual nos aportamos é aquela que prioriza a educação criticizadora e com métodos *ativos* que libertam o(a) aluno(a) pela conscientização. O método desenvolvido pela Educação Popular fundamentava-se

no método *ativo* proposto por Paulo Freire e que enfatizava, sobretudo, o caráter dialogal. Isto é, através do diálogo, o(a) aluno(a) tinha a oportunidade de expressar-se e construir conhecimento junto com o(a) professor(a). Entretanto, no ensino de adultos com vistas a uma formação crítica do indivíduo, faz-se necessário mais do que a utilização de um método *ativo*. Como assegura Cardoso (2001), é importante desenvolver também um sistema educativo que leve o analfabeto não apenas a se alfabetizar, mas a ganhar consciência de sua responsabilidade social e política. Dessa forma, desenvolver tal sistema, acrescenta Cardoso (2001, p. 162),

proporciona ao homem muito mais que o simples alfabetizar, pois através da discussão de problemas locais, regionais e nacionais torna-o mais crítico e o leva *posteriormente* a se conscientizar e a se politizar.

Nesse método dialogal, o(a) professor(a) era visto(a) como um(a) coordenador(a) de debates, o(a) aluno(a) como um(a) participante do grupo e a aula se configurava num diálogo. Além disso, segundo Freire (2001), a educação de adultos requeria também uma motivação dos(as) alunos(as) para que eles(as) passassem de uma abordagem mágica sobre a realidade para uma postura crítica sobre ela. Em suma, esse método *ativo* conscientizava o(a) aluno(a) de uma realidade que ele(a) já conhecia, mas não tinha uma postura crítica diante dela.

Para compreendermos o processo de conscientização na educação, temos que encarar a educação como a formação da pessoa humana em que o homem sempre está situado num contexto histórico específico. Isso ocorre porque, conforme Landim Filho (2001, p. 175), “[...] educar, formando a pessoa humana, impõe sempre um dever conscientizar, isto é, de tornar a pessoa consciente do que é e do que deve ser”. Portanto, a Educação Popular nos anos de 1960 encarava o processo educativo na concepção de Freire (1996), como uma educação política, ou seja, é uma forma política de intervenção no mundo. Assim, visando essa concepção de educação não neutra, os movimentos educativos do período em destaque construíram os seus programas educativos, encarando a miséria do país, não como um fatalismo do século XX, e sim, como uma realidade superável, ou melhor, superável através da educação.

Para realizarmos a leitura dos discursos argumentativos presentes nas lições da cartilha *Viver é Lutar*, numa perspectiva dialógica da linguagem, recorreremos à Análise do Discurso (AD), da Escola Francesa, à Teoria da Argumentação e ao Dialogismo. A primeira corrente teórica nos possibilita encarar o discurso como um objeto de análise, o qual articula a linguagem e a exterioridade, compreendendo o sentido como polissêmico. Dessa forma, a AD vê as condições de

produção como constitutivas de sentido, defendendo que o sentido não pode ser visto como literal, mas sim como possibilidades, efeitos de sentido. Isso porque, segundo Pêcheux (1997), as classes não são indiferentes à língua, de forma que todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes. Portanto, as formações discursivas do discurso, determinadas pelas formações ideológicas correspondentes, comportam palavras que se referem às posições ideológicas de quem as emprega.

Os discursos sobre os quais tratamos estão estruturados por técnicas argumentativas definidas de acordo com a Teoria da Argumentação, como quaisquer recursos verbais e não verbais que estejam relacionados ao ouvinte num processo de convencimento e/ou persuasão.

As técnicas argumentativas buscam provocar ou aumentar a adesão do auditório às teses que lhes são apresentadas, visto que argumentar é a arte de convencer e persuadir. Dessa forma, convencer alguém é fazê-lo pensar como o orador e persuadi-lo é fazer com que esse alguém realize algo que o orador deseja que se realize.

Entretanto, vale enfatizar que a utilização dessas técnicas não limita o entendimento do discurso aos desejos do orador, como se o sujeito ouvinte não pudesse atribuir outros sentidos ao discurso, pois quando argumenta, o orador quer

convencer o ouvinte, numa interação dialógica, quanto à plausibilidade de seus argumentos e de sua tese – a ideia geral que se quer vender. Não vemos a argumentação em oposição ao diálogo, pelo contrário, entendemos o ato de argumentar como uma postura que não quer impor um modo de pensar pela força ou pela violência, mas requer do sujeito/ouvinte uma reflexão junto com o orador, dando-lhe fundamentos para certas posições e suscitando do ouvinte outras leituras possíveis. Nesse sentido, a argumentação define posições, mas deixa para o outro (interlocutor) a função de aprová-las ou de refutá-las, já que o outro é visto numa perspectiva ativa como um sujeito capaz de refletir. As técnicas argumentativas aqui reveladas não pretendem dizer que o discurso foi construído para manipular os(as) alunos(as), mas, sim, para instigá-los(las) de maneira dinâmica e sistematizada a refletirem sobre a realidade. As estratégias argumentativas que percebemos costumam os discursos de forma a chamar a atenção do auditório e conduzi-lo à reflexão.

Conforme Bakhtin (1995), toda linguagem é dialógica em menor ou maior grau. Assim, entendemos a interação proposta pela cartilha *Viver é Lutar* como sendo dialógica, já que o receptor deve ser sempre presumido durante a produção. Ao consumir a mensagem, o interlocutor produz sentidos de maneira a compreender o que foi dito. Essa compreensão é

entendida por Bakhtin (*op. cit.*) como uma forma de resposta, pois na concepção do autor, devemos compreender “diálogo” num sentido amplo, isto é, “não apenas a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal de qualquer tipo que seja” (BAKHTIN, 1995, p. 123).

Por isso, dizemos que mesmo em um texto escrito ou falado que não permita o *feedback* imediato entre os interlocutores, o aspecto dialógico está presente, seja pelo fato do produtor do discurso dirigir-se a alguém, pressupondo o interlocutor no momento da produção do texto, seja na compreensão desse texto por parte dos destinatários. Dessa maneira, tanto a produção quanto a compreensão dos discursos mostram a relação dialógica entre enunciador e destinatário, tendo em vista que, embora “o momento da escrita de um texto e o momento de sua leitura sejam distintos, na escrita, já está inscrito o leitor e, na leitura, o leitor interage com o autor do texto” (ORLANDI, 1996, p. 179).

Assim sendo, reconhecemos o papel do interlocutor na construção dos sentidos do discurso, já que para Bakhtin (1995, p. 132): “A compreensão é uma forma de *diálogo*; ela está para a enunciação assim como uma réplica está para outra no diálogo. Compreender é opor à palavra do locutor uma *contrapalavra*”. Desse modo, embora não seja intenção nossa estudar o grau de compreensão dos interlocutores da

prática discursiva da cartilha *Viver é Lutar*, entendemos que o discurso foi produzido pressupondo um destinatário, e refletir sobre o dialogismo dá-nos embasamento para entender de que maneira esses receptores foram inscritos na formatação desses discursos que buscavam o convencimento e/ou a persuasão.

Num processo discursivo argumentativo uma das formas de inscrição do interlocutor no discurso pode ser visualizada quando o orador/enunciador faz uso do “acordo”, ou seja, de noções e ideias que se presumem um acordo entre o enunciador e o auditório. Conforme Perelman e Tyteca (1996), o ponto de partida de toda argumentação é o acordo, isto é, a escolha por parte do orador de argumentos ou teses que já são aceitas pelo auditório. Complementando esse pensamento, Abreu (2001) sugere que a argumentação comece com uma tese chamada de “tese de adesão inicial” porque uma vez que o auditório concorde com ela, é fácil partir dela para a tese principal.

Nesse sentido, tanto a escolha dos dados, sua adaptação à argumentação, bem como a apresentação desses dados ao auditório, já se configuram em estratégias argumentativas na busca de convencer e persuadir os interlocutores. Conforme Perelman e Tyteca (1996), cada auditório admite coisas que têm possibilidade de influenciar-lhes as reações. Dessa maneira, ao acentuar determinado ponto numa argumentação, o orador deixa-o mais presente na consciência dos ouvintes, como o

uso da *repetição* como estratégia para criar tal presença nos ouvintes. Nesse panorama, dizemos que as estratégias argumentativas podem ser várias dependendo das características de cada auditório e da competência do orador em empreendê-las.

A ARGUMENTAÇÃO NA CARTILHA VIVER É LUTAR E NAS AULAS RADIOFÔNICAS: UM GESTO DE INTERPRETAÇÃO

A produção discursiva do Movimento de Educação de Base (MEB), seja nas aulas radiofônicas seja no livro de leitura *Viver é Lutar*, propunha três planos de sentidos – o da *conscientização da realidade* (a busca de apresentar ao(a) aluno(a) a realidade em que ele(a) está contido(a)); o da *formação de atitudes* (tentativa de que o homem assuma uma atitude diante da tomada de consciência da realidade) e o dos *instrumentos de ação* (instrumentos físicos, verbais, entre outros, oferecidos aos(as) alunos(as) para agir sobre a realidade). Isso porque o MEB define sua didática da seguinte forma:

A educação visa, portanto, à ação. Ora, a ação humana tem três requisitos essenciais. Em primeiro lugar, o homem age diante de um fato que é real para ele; é, portanto, imprescindível que ele tome consciência da realidade sobre que vai agir. Ao lado disso, o homem assume uma atitude diante dessa realidade, atitude que surge a partir dessa

consciência da realidade. Para que a atitude se concretize em ação, o homem parte sempre dos meios que lhe oferece a cultura (sejam esses meios instrumentos físicos, verbais, etc.). A organização didática de uma ação educativa não pode, portanto, deixar de situar-se nesses três planos: conscientizar, motivar atitudes, proporcionar instrumentos de ação (MEB *apud* FÁVERO, 2006, p. 180).

Selecionamos três lições que melhor sintetizam as várias temáticas abordadas, distribuídas nos três planos de sentidos, quais sejam: “lição 05” do *plano da conscientização da realidade*, “lição 17” do *plano da formação de atitudes*, e “lição 27” do *plano dos instrumentos de ação*. A produção discursiva é aqui analisada a partir das posições assumidas em cada lição, materializadas pelas formações discursivas, bem como as estratégias argumentativas utilizadas para convencer ou persuadir o auditório sobre a tese apresentada. Entretanto, não buscamos identificar as técnicas argumentativas com uma postura mecânica, mas sim de maneira discursiva, revelando os efeitos de sentido sugeridos através das técnicas utilizadas, dentro do contexto em que foram inseridas. Além disso, ao final da abordagem analítica sobre a cartilha *Viver é Lutar* assinalamos como tais discursos ecoavam nas aulas radiofônicas veiculadas pela *Emissora de Educação Rural de Natal/RN*. Isso porque, embora a referida cartilha não tenha sido utilizada no Rio Grande do Norte junto aos

alunos(as)-ouvintes, sabemos que os(as) professores(as) e monitores(as) estavam imbuídos(as) pela base discursiva da cartilha ao elaborarem as aulas radiofônicas e os demais programas transmitidos

A lição 05, assim como outras lições da cartilha, traz perguntas dirigidas aos(às) alunos(as)/leitores(as), configurando-se numa marca linguística do caráter dialógico da linguagem, completando o ciclo de interação no ato da leitura, respondendo às perguntas. Falamos isso também porque vemos na própria estruturação da lição 05 a perspectiva do método ativo que propunha o MEB, dando ao(à) aluno(a) o poder de refletir, de responder, de aprovar ou de refutar o que lhe chega de forma escrita ou oral. Tal como podemos verificar:

Lição 05

[01] Este menino é o Zé.

[02] Zé é menino e já trabalha.

[03] Trabalha porque precisa.

[04] É menino e não estuda.

[05] Não tem escola para o Zé.

[06] Todo menino precisa estudar.

[07] O povo todo precisa de escola.

[08] Por que não tem escola para o Zé?

[09] Por que não tem escola para todos?

[10] POR QUE NÃO TEM ESCOLA PARA TODOS?

(FÁVERO, 2006, p. 183)

Essa lição apresenta o personagem Zé [01], atrelado a duas temáticas. A primeira diz respeito ao trabalho infantil a partir da afirmação de que Zé é menino e já trabalha [02], entretanto na linha [03] dá a entender que esse trabalho não é realizado voluntariamente por Zé, mas sim devido à necessidade de trabalhar para ajudar na renda familiar. A segunda questão refere-se ao fato de Zé não estudar [04], mas isso acontece porque não tem escola para o menino [05]. Desse modo, depois da descrição da vida desse jovem dentro das circunstâncias que o obrigam a trabalhar e a não estudar, o orador assume uma posição diante desses fatos através dos dois enunciados seguintes: todo menino precisa estudar [06] e o povo todo precisa de escola [07], além de questionar sobre as causas dessas circunstâncias [08, 09, 10].

Ao defender que todo menino precisa estudar, o orador fundamenta-se nos direitos de todo cidadão, já que, somente na década de 1990, tais direitos foram elaborados na forma do Estatuto da Criança e do Adolescente que prevê o direito à escola para todos os jovens. Além disso, ancorando-se nos direitos de todo cidadão de poder ter acesso à escola, o enunciador generaliza a necessidade da educação para todo o povo. Assim, a tese dessa lição: “o povo todo precisa de escola” é defendida por meio de acordos prévios entre o orador e o auditório a partir dos enunciados anteriores que descrevem

as condições dos jovens da zona rural e que presume serem aceitos por aqueles que vivem de perto essa realidade. Dessa forma, o orador partiu de fatos que descrevem a realidade do povo camponês e que já obtêm a adesão do auditório, para só depois demarcar sua posição. Estruturando dessa forma a argumentação, o enunciador torna mais fácil a aceitação da tese que quer defender, visto que, conforme Perelman e Tyteca (1996), o *fato*, enquanto acordo baseado no real, apresenta-se ao indivíduo como uma reação subjetiva a algo que se impõe a todos. O uso dos fatos junto ao auditório ajuda na defesa da tese de que a escola é necessária para todos.

Entretanto, a lição 05 além de conscientizar o leitor da realidade, buscando dele a aceitação de uma tese, também questiona as causas dessas condições de vida do povo camponês. Isso porque não basta entender que é necessário se ter escola para todos, é preciso saber também a causa da não existência de escolas para o Zé e para o povo.

Essas perguntas estão dentro do contexto educacional da década de 1960 em que a rede de escolas do governo não atendia a todos os brasileiros, sobretudo, os localizados nas zonas rurais. Daí as perguntas que, ao mesmo tempo, incitam o(a) aluno(a) a refletir sobre as causas de não se ter escolas no campo e também o(a) conduz a combater a causa para mudar os efeitos. Mas qual seria a causa? A lição não especifica,

deixando em aberto a resposta para que o(a) aluno(a) emita sua opinião. Entretanto, essa resposta pode ser construída discursivamente ao longo das outras lições.

Quanto à estratégia argumentativa utilizada para questionar sobre a causa dos efeitos sofridos por Zé e pelo povo, temos a *ligação de sucessão de vínculo causal*. Esse é um argumento que a partir de um acontecimento busca-se descobrir as causas que podem determiná-lo. Além disso, na linha [10] o orador repete o questionamento [09], grafando o enunciado em letras maiúsculas. Essa é a técnica da *repetição* que visa tornar mais presente um elemento e, nesse caso, deixa os questionamentos ainda mais incisivos.

No segundo plano de análise (*Formação de Atitudes*) o objetivo é mudar a atitude dos sujeitos de uma posição que aceita resignadamente a realidade para uma posição contrária e questionadora das injustiças sociais, preparando o(a) aluno(a) para uma possível ação. Na análise da lição 17, o orador aborda as atitudes de Pedro (personagem) diante da realidade na busca de convencer o auditório a também demarcar posições. Vejamos:

Lição 17

[11] Pedro entendeu ainda outras coisas:

[12] O povo ignora que é explorado.

[13] O povo ignora seus direitos e deveres.

[14] Seus direitos não são respeitados.

[15] E as leis que existem não são cumpridas.

[16] O povo precisa conhecer seus direitos e deveres.

[17] O povo precisa ficar esclarecido.

[18] Ficar esclarecido para mudar o Brasil.

[19] O POVO PRECISA FICAR ESCLARECIDO.

(FÁVERO, 2006, p. 188)

O discurso empreendido por esses enunciados faz uma continuação das posições e do conhecimento adquirido por Pedro sobre a realidade brasileira ao longo das lições anteriores e aborda os seguintes assuntos: a exploração [12], a falta de conhecimento do povo sobre seus direitos e deveres [13], o desrespeito aos direitos [14] e o não cumprimento das leis [15]. Depois da exposição, mostra-se a atitude [17 e 19] e a tese é apresentada [17 e 18].

O discurso parte dos *fatos* como fundamento para a tese. Isso quer dizer que diante de uma leitura da realidade brasileira, especialmente a do homem do campo, Pedro expõe os acontecimentos, os quais podem ser encontrados no cotidiano desses sujeitos como forma de credibilizar a sua posição. O primeiro fato refere-se à exploração do homem pelo homem. Ao dizer que o povo ignora que é explorado, Pedro coloca-os num estado de alienação, deixando entender que a exploração só acontece porque o homem não tem consciência dela.

Mas de que tipo de exploração a lição está falando? Precisamos remontar as condições de produção desse discurso que trata dos trabalhadores rurais que desenvolvem uma agricultura de subsistência ou que plantam nas terras dos latifundiários, estando sujeitos às ordens do patrão e aos atravessadores que compram e vendem as pequenas produções do homem do campo. É dentro dessa realidade que a exploração precisa ser entendida. Assim, por mais que os(as) trabalhadores(as) sintam na pele os efeitos de tal exploração, o discurso de Pedro pressupõe que eles(as) não sabem como interrompê-los.

Entretanto, a ignorância do povo diante da exploração sofrida pode ser sanada pelo conhecimento dos direitos e dos deveres do cidadão. Esse é o segundo fato que aborda a lição, o de que os homens não conhecem seus próprios direitos e, o mais grave, que eles não são respeitados e as leis não são cumpridas (terceiro e quarto fatos respectivamente). A estruturação dos fatos nos dá a entender que se os direitos fossem de domínio público e respeitados por todos e se as leis fossem cumpridas não haveria exploração. Daí Pedro emite a sua opinião de que o povo precisa ficar esclarecido. Ao esclarecerem-se sobre a exploração, os direitos e deveres e as leis, os sujeitos teriam uma arma contra a exploração social.

Nesse contexto, a tese da lição advoga que o povo precisa ficar esclarecido para mudar o Brasil. Aqui o orador ancora

suas teses em *fatos e valores* como forma de torná-los mais aceitáveis, sedimentado nas ideias da educação libertadora, capaz de libertar os sujeitos da submissão e promover uma transformação social. Assim, o discurso do MEB, nas palavras do personagem Pedro, deseja que o povo fique esclarecido. Esclarecer como sinônimo de educação conscientizadora e libertadora com poder de transformação torna o ato de esclarecer-se também um instrumento de ação para a mudança da realidade do Brasil.

No *plano dos instrumentos de ação*, o processo argumentativo do MEB chega ao ápice, visto que pressupondo um auditório já convencido e com posições bem definidas, o orador tenta persuadi-lo a colocar em prática as ideias, ou melhor, estimula-os a agir sobre a realidade.

Antes de adentrarmos na leitura da lição 27 é preciso dizer que ela retoma a pergunta feita no final da lição 26: “Como libertar o Brasil dessa situação?”. A situação referida trata da carestia, fazendo com que o trabalhador passe a comprar tudo muito caro, bem como a exploração que o camponês sofre, sendo explorado por brasileiros e por estrangeiros. Daí o questionamento do orador que só é respondido na lição que vamos analisar a seguir:

Lição 27

[20] Xavier, Pedro e os companheiros procuram um jeito

[21] de libertar o Brasil desta situação.

[22] Com escola, sindicato e cooperativa procuram organizar o povo.

[23] Só um povo organizado participa do governo.

[24] Povo organizado é força.

[25] É força para exigir mudança.

[26] Força para eleger seus candidatos.

[27] Todo o povo deve participar do governo.

[28] Participar do governo para lutar por justiça.

[29] Justiça para todos os homens.

[30] O povo tem o dever de lutar por Justiça.

[31] O POVO TEM O DEVER DE LUTAR POR JUSTIÇA.

(FÁVERO, 2006, p. 193)

Esse discurso recapitula algumas lições anteriores ao citar a escola, o sindicato e a cooperativa como instrumentos usados por Pedro e Xavier para tentar libertar o Brasil de uma situação injusta [20 a 21]. Fala da necessidade de organização do povo para participar do governo [23] e para ser um povo forte [24], já que um povo forte pode exigir mudanças [25] e eleger seus candidatos [26]. O orador também fala da necessidade de participação social no governo para lutar por justiça para todos os homens [27 a 29]. No final, defende que o povo tem o dever de lutar por Justiça [30 e 31].

A lição em análise mostra o empenho dos personagens Pedro e Xavier na tentativa de mudar o Brasil e, para isso, acreditam na escola radiofônica, no sindicato e na cooperativa como formas de organizar o povo, tornando-o forte para lutar por justiça. Nesse panorama, novamente o *valor de justiça* foi acionado como estratégia para fazer com que o auditório que já está convencido da necessidade de justiça seja persuadido a empreender esforços assim como Pedro e Xavier para agir sobre essa realidade e lutar por condições mais justas para todos.

O *valor de justiça* foi utilizado para defender a tese de que “o povo tem o dever de lutar por Justiça” [30 e 31]. Desse modo, o orador apropria-se de um valor conhecido e presumidamente aceito pelo auditório, para motivá-los a colocar em prática a luta por justiça. Sabemos que desde o *plano da conscientização da realidade*, o orador explorou as injustiças sofridas pelos camponeses e a necessidade da justiça entre os homens. Agora, o enunciador vai mais longe, porque quer persuadir os(as) alunos(as) a realmente agirem na busca por essa justiça.

A justiça à qual o orador se refere é conseguida com uma sequência inter-relacionada de acontecimentos e efeitos, sobretudo a da organização da sociedade engajada em instrumentos como a escola radiofônica, o sindicato e a cooperativa, para

obter força e exigir mudança, bem como para eleger os seus candidatos de maneira livre, sem qualquer imposição. Assim, é possível obter representantes de todo o povo no governo e lutar por justiça. Mas não é qualquer justiça, é aquela que atende a todos os homens, ou seja, dominados e dominantes. Essa é uma visão igualitária e fraterna de sociedade disseminada pela Igreja Católica que não queria a luta de classes e, sim, um tratamento digno e igual para todos os homens. Conforme sustenta Fávero (2006, p. 74), “A luta de classes decididamente não se coloca como estratégia para o MEB nesse momento nem jamais será aceita como tal”. Assim sendo, as intenções desse movimento eram proporcionar uma educação posicionada e desalienante que fosse capaz de conceder aos jovens e adultos os meios de superar a dominação. A dominação ocorria, principalmente, porque aqueles que dispunham dos instrumentos de trabalho e do capital manipulavam o trabalho e os salários dos(as) camponeses(as), comandavam-lhes o voto e faziam outros tipos de aprisionamentos que se configuram numa dominação do homem pelo homem.

Portanto, a persuasão nessa lição também recorre às estratégias argumentativas do *exemplo* e do *modelo*, incitando que o auditório siga o exemplo e o modelo de Xavier e Pedro e use a escola, o sindicato e a cooperativa como armas de combate às injustiças sofridas. O orador estabelece uma

relação condicional entre esses meios de organização popular e a participação no governo, afirmando que “Só um povo organizado participa do governo” [23]. Nesse caso, adotar esses instrumentos é a condição para organizar o povo e em seguida lutar por justiça.

Com o intuito de fazer os sujeitos internalizarem o desejo de lutar por justiça a ponto de pô-lo em prática, o orador tanto cita os meios para se chegar a esse fim (a luta por justiça) quanto utiliza como instrumento o seu discurso para obter a persuasão. Dito de outro modo, se a escola, o sindicato e a cooperativa são apresentados aos(as) camponeses(as) como meios para se chegar à luta por justiça, o enunciador faz desse discurso o seu instrumento principal, enquanto argumentador, a fim de persuadir o auditório. Então, argumentativamente construído sob a técnica *dos fins e os meios* que consiste na apresentação de meios para se chegar a um fim, o discurso da lição 27 simultaneamente expõe os meios capazes de organizar os sujeitos e levá-los a lutar por justiça e faz do próprio discurso do orador um meio para obter a persuasão do auditório.

A *Emissora de Educação Rural de Natal* não utilizou a cartilha *Viver é lutar* como suporte didático para os(as) alunos(as), entretanto, dizemos que mesmo assim o discurso da cartilha estava presente nas palavras dos (as) professores

(as). Nos planos da *conscientização* e de *tomada de atitude*, destacamos a aula de junho de 1964 que após transmitir uma dramatização para os(as) alunos(as)-ouvintes, a professora pergunta: “É necessário todas as pessoas irem à escola? Por quê?” A professora (oradora) volta-se para os(as) alunos(as) e questiona-os(as), dando certo tempo para as possíveis respostas dos(as) alunos(as)-ouvintes. Essa aula defende a mesma tese da cartilha *Viver é Lutar*, na lição 5.

Quanto ao plano dos *instrumentos de ação*, enfatizamos o roteiro de aula de novembro de 1964 em que a professora busca persuadir o(a) aluno(a) a uma ação: lutar por justiça. Essa fala da educadora já pressupõe um(a) aluno(a) consciente das suas condições de vida e das injustiças sociais pelas quais é submetido(a), portanto, trabalha com o *valor de justiça*, aceito pelo auditório, para a partir dele persuadi-lo(la) a continuar a luta. “Lutar por justiça” seria, pois, empreender esforços para sair da submissão, batalhar por mudanças sociais. A “luta” é colocada como o meio capaz de renovar os sujeitos e o mundo, é um instrumento de ação que para ser utilizado necessita de um povo organizado. Essa organização remete-nos aos sindicatos e as cooperativas indicados como meios de organização social nos discursos da cartilha *Viver é lutar*, tal como analisamos na lição 27.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que o contexto sócio-histórico e ideológico da produção da cartilha *Viver é Lutar* e das aulas radiofônicas do MEB não era a luta de classes com a mudança do *status* de dominado para dominador e vice-versa, mas a colaboração entre os grupos sociais na busca de uma sociedade mais justa e igualitária, sem dominados e dominantes. Nesse sentido, no decorrer das análises pudemos verificar que tanto a cartilha *Viver é lutar* quanto as aulas através do rádio, estavam fundamentadas nos planos da conscientização, da formação de atitudes e da exposição de instrumentos de ação. Planos estruturados por uma argumentação que, primeiro buscou o convencimento do auditório sobre as circunstâncias sociais, no campo das ideias, do *logos*, para, posteriormente, atuar na interpelação desse público-alvo, no terreno da persuasão (*pathos*), incentivando-o a realizar ações e a provocar mudanças. Assim, a argumentação empreendida, ao invés da manipulação, buscava o diálogo com os(as) alunos(as), instigando os jovens e adultos a se assumirem enquanto sujeitos capazes de agir sobre a realidade para transformá-la. Os roteiros das aulas que analisamos mostram que a professora (oradora) falava do mesmo lugar social que o orador da cartilha, ou seja, os dois congregavam o mesmo contexto sócio-histórico-ideológico, defendendo posições idênticas e

estruturando os discursos com técnicas argumentativas similares. Os temas abordados e a maneira como foram veiculados pelas aulas e pela cartilha são provas dessa correlação, pois ambos versavam sobre as injustiças sociais, a necessidade e a possibilidade de mudança e concentravam-se na persuasão dos(as) alunos(as) para investirem sobre essa realidade com o intuito de mudá-la. Desse modo, consideramos, em última análise, que o Movimento de Educação de Base desenvolveu uma educação popular, estruturada por uma argumentação que tinha como princípio vencer junto com o(a) aluno(a), ou melhor, ao mesmo tempo que o orador ia ganhando novos adeptos, os(as) camponeses(as) (adeptos(as)) também chegavam mais perto das mudanças desejadas. O uso da razão e da emoção incitou o auditório de jovens e adultos a lutarem dentro de suas realidades, envolvidos pelo lema: *Viver é Lutar*.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. S. *A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção*. 3. ed., São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

CARDOSO, A. Conscientização e alfabetização. In: FÁVERO, Osmar (Org.). *Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001. p. 161-172.

FÁVERO, O. O (Org.). *Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

FÁVERO, O. *Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961/1966)*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 35. ed., São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação*. São Paulo: Centauro, 2001.

LANDIM FILHO, R. Educação e Conscientização. In: FÁVERO, Osmar (Org.). *Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001, p. 175-181.

ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento – as formas do discurso*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Pulcineli Orlandi... [et al.]..., 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PAIVA, V. P. *Educação Popular e educação de adultos*. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

PERELMAN, C.; TYTECA, L. O. *Tratado da Argumentação: a Nova Retórica*, trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

A “REVOLUÇÃO ANTICONCEPCIONAL” E O RÁDIO: O CONTROLE SOBRE A SAÚDE REPRODUTIVA

Hélcio Pacheco Medeiros

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

RESUMO

As Conferências Internacionais sobre População e Desenvolvimento que se sucederam nos anos de 1954, 1965, 1974 e 1984 afirmavam a necessidade de controle populacional através de ações voltadas à saúde reprodutiva para conter o crescimento desordenado e os níveis de miséria nos países em vias de desenvolvimento. A chamada “revolução anticoncepcional” fez as taxas de fecundidade reduzirem e as políticas públicas de saúde se voltaram para o planejamento familiar. Mas é a partir dos anos 2000 que o Fundo de População das Nações Unidas passou a desenvolver uma ação através dos meios de comunicação, em especial o rádio, como ferramenta

para mudar o comportamento da população para uma ação mais eficaz de planejamento familiar. O artigo trata dessa experiência em emissoras de rádio no Rio Grande do Norte que desenvolveram programas de saúde reprodutiva.

PALAVRAS-CHAVE: Revolução anticoncepcional. Saúde Reprodutiva. Rádio.

INTRODUÇÃO

A explosão demográfica, o crescimento desordenado da população e o avanço do movimento mundial de mulheres que ocorreram na segunda metade do século XX no mundo, logo após a Segunda Guerra Mundial, foi o estopim para a criação de uma organização supranacional (ONU – 1945) que passou a normatizar ou controlar alguns fenômenos culturais surgidos a partir dessa nova configuração mundial. As Conferências Internacionais sobre População e Desenvolvimento que se sucederam nos anos de 1954, 1965, 1974 e 1984 afirmavam a necessidade de controle populacional através de ações voltadas à saúde reprodutiva para conter o crescimento desordenado e os níveis de miséria nos países em vias de desenvolvimento. A chamada “revolução anticoncepcional” fez as taxas de fecundidade reduzirem e as políticas públicas de saúde se voltaram para o planejamento familiar. As pesquisas sobre população e demografia relacionam o empobrecimento dos

países às altas taxas de fecundidade nesse contexto (GALVÃO; DÍAZ, 1999, p. 24).

Por sua vez, historicamente o poder de decisão sobre a reprodução humana está submetido ao comportamento cultural das mulheres e que passou a mudar com o crescimento dos movimentos feministas e sexistas dos anos 1970. A visão que se tinha antes do papel da mulher era de engravidar, amamentar e cuidar dos filhos, enquanto que o do homem era de ser o provedor e mantenedor da família, embora permanecesse alheio às questões de reprodução e da paternidade responsável. As questões relacionadas à anticoncepção, gravidez, aborto, filhos eram consideradas “coisas de mulher”, porém o homem exercia influência sobre a mulher no que se referia à tomada de decisões.

Na década de 1950 as ações que caracterizaram a saúde sexual e reprodutiva estiveram relacionadas aos programas internacionais voltados exclusivamente à saúde da mulher. O homem não era inserido nessas ações e não havia uma preocupação com o seu papel e com a sua responsabilidade em relação à saúde reprodutiva. Tais programas se baseavam na Organização Mundial de Saúde, que definiu em 1948 a saúde como “estado de bem-estar físico, mental e social e não meramente ausência de doença ou enfermidade” (GALVÃO, 1999, p. 167). Tais programas concentravam sua atenção em medidas de redução de fecundidade com objetivos demográficos.

A explosão demográfica da década de 1950 justificou a implantação de programas de controle de natalidade de maneira vertical, visando à redução populacional. No entanto, as melhorias da saúde e da qualidade de vida permaneceram relegadas a segundo plano. As pesquisadoras consideram que essa verticalização do controle de natalidade estava sustentada nas teorias malthusianas do pós-guerra que relacionavam o desenvolvimento econômico ao crescimento populacional, teorias essas incorporadas nas ações de saúde da mulher no Brasil.

No contexto de América Latina, Welti (1998) considera que os países do Terceiro Mundo tinham uma dinâmica demográfica que contradizia a hipótese do controle reprodutivo relacionado ao crescimento econômico porque a população desses países cresceu menos e as dificuldades econômicas permaneceram gritantes (BILAC; ROCHA, 1998, p. 54). É justamente nessa época que as mulheres começam a ter uma participação mais acentuada no campo social e de forma organizada através de movimentos reivindicatórios, inclusive de orientação feminista, que representará o início de mudanças nas concepções relativas à saúde reprodutiva. Esses movimentos passaram a criticar tais programas que não atendiam às verdadeiras necessidades de saúde e os anseios da população.

Na década de 1960, as mudanças nos padrões de comportamento cultural continuaram intensas: as mulheres saíram

do ambiente doméstico para entrar no mercado de trabalho. Isso provocou alterações estruturais familiares, marcadas por separações, divórcios e desquites, além do surgimento de novos arranjos sexuais, e mais nascimentos fora das relações conjugais tradicionais. Por sua vez, também se verificaram modificações decorrentes das descobertas tecnológicas no campo da saúde. A chamada “revolução anticoncepcional” provocou uma desvinculação do sexo com a reprodução e a desconstrução da ideia de que as pessoas sexualmente ativas eram as pessoas casadas ou as famílias que se caracterizavam por uma união conjugal legal. O sexo até então se constituía o corpo da mulher, ordenando-o inteiramente para as funções de reprodução e perturbando-o pelos efeitos dessas funções (FOUCAULT, 2001, p. 143).

O uso da pílula fez com que as taxas de fecundidade total, ou seja, o número médio de filhos por mulher se reduzissem, de modo que o número de filhos chegou em torno de 6,3 nessa década. Nos anos seguintes, a queda foi acontecendo gradativamente. Goldani (1999, p. 28) analisa que a industrialização é marcada “por intensa diminuição da mortalidade, fruto da tecnologia médica, introdução de vacinas, medicina preventiva e serviços de água e esgoto”. Porém, as altas taxas de dosagens hormonais provocaram sérios riscos à saúde

da mulher, além da esterilização cirúrgica como método contraceptivo definitivo utilizado nesse período.

Mesmo com as transformações culturais que se processaram nessa fase, as ações de saúde reprodutiva não entraram na ótica dos direitos e da livre decisão, da autodeterminação e do exercício da cidadania. A qualidade da atenção em saúde reprodutiva representava estratégias que deixavam de lado a participação e o envolvimento da figura masculina, porque os programas internacionais eram voltados especificamente para as mulheres e as induziam a usar métodos que os provedores decidiam e escolhiam para elas (GALVÃO; DÍAZ, 1999, p. 210).

O incremento do uso de anticoncepcionais se constituiu numa resposta imediata ao desejo da mulher ter poucos filhos, embora não representasse uma tomada de posição consciente e uma autodeterminação por parte dela. Era a pressão das transformações sociais e culturais. Mesmo assim, a mulher não necessitava mais da participação masculina para decidir sobre a sua vida sexual, que por vários séculos manteve o controle da sexualidade feminina através das gestações (BILAC; ROCHA, 1998, p. 59).

A nova visão de prevenção vai sendo construída gradativamente desvinculada da realidade do universo das mulheres com a colaboração da prática de intervenção tecnológica dos anticoncepcionais e da histerectomia, outra modalidade de

método contraceptivo permanente de combate ao câncer uterino, embora os agentes institucionais responsáveis pelos programas de planejamento familiar continuassem sem muito compromisso com as necessidades básicas da população.

Na década de 1970, passou a haver uma hegemonia da perspectiva biomédica na construção de representações sobre o corpo feminino, onde a medicalização e a tecnologização dos avanços da medicina científica despersonificaram o lugar social da mulher. Ela, por sua vez, estava cada vez mais se integrando ao mercado de trabalho, para complementar a renda familiar, assumindo assim uma dupla jornada, dentro e fora de casa, o que levava a que se estimulasse mais ainda o uso de anticoncepcionais. Muitas pesquisas apontaram para a influência da relação médico-paciente nessas decisões (CORRÊA; ÁVILA, 2003, p. 44). A densidade demográfica se inverteu e a taxa de fecundidade caiu para 5,8.

No entanto, Villela (1999) chama a atenção para o fato de que o crescimento da prescrição médica para o uso de contraceptivos naquela década não levava em conta a realidade da experiência sexual das mulheres que produziam essa demanda, mas sim o aspecto de que os meios para se evitar a gravidez estavam relacionados à função da atividade sexual, desconsiderando o comportamento das mulheres em relação à sexualidade para além do ato sexual em si. O uso de anticoncepcionais chegou a

representar 75% e a esterilização, que antes ocorria em mulheres acima de 30 anos, caiu para mulheres com idade em torno de 28 anos (GOLDANI, 1999, p. 29).

A década de 80, por sua vez, caracterizou-se pelo esforço de integrar planejamento familiar e saúde da mulher. As decisões democráticas e a influência de programas de qualidade total repercutiram na saúde, a ponto de as mobilizações dos Movimentos de Mulheres em vários países produzirem uma nova concepção sobre saúde reprodutiva. A Reforma Sanitária no país contribuiu para implantar projetos, programas, planos e políticas de saúde voltadas para o campo da saúde reprodutiva.

Essas mudanças são mediações culturais que vão interagir com uma maneira de encarar a saúde reprodutiva. Ainda na segunda metade da década de 1980, o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) agregou o conceito de qualidade da atenção integral ao planejamento familiar. O novo conceito deu-se a partir de mudanças legislativas e de políticas públicas implementadas nos países, embora a visão mais ampla só vá se concretizar na segunda metade da década de 1990. Podemos ressaltar a incorporação de conteúdos educativos, especialmente sobre fisiologia sexo-reprodutiva, sexualidade, saúde reprodutiva, doenças sexualmente transmissíveis, ginecopatias prevalentes, climatério, e informações

sobre hábitos, higiene e alimentação são obrigatórias na assistência integral (GALVÃO; DÍAZ, 1999, p. 155).

A Conferência sobre População e Desenvolvimento realizada no México no ano de 1984 considerou que o desenvolvimento populacional não tinha mais relação direta com o crescimento econômico. Nesse sentido, o conceito de saúde reprodutiva passa então a ser

[...] o direito de homens e mulheres desfrutarem de uma sexualidade prazerosa, livre de riscos de doenças provocadas pelo exercício da sexualidade e de terem filhos no número e no tempo desejado, ou simplesmente não tê-los. Os direitos sexuais das mulheres devem ser incluídos como fundamentais a serem considerados nos programas de saúde reprodutiva e sexual (GALVÃO; DÍAZ, 1999, p. 26).

Acrescente-se a esse conceito o de qualidade do planejamento familiar, com atenção integral a esse planejamento, o qual foi influenciado pela concepção japonesa do controle de qualidade total, que acabou repercutindo no esforço de melhoria dos serviços de saúde prestados à população (GALVÃO; DÍAZ, 1999, p. 211). Essa concepção asiática salienta “a importância de entender as necessidades dos clientes, concentrando-se no processo de entrega dos serviços e promovendo o trabalho em equipe para a melhoria da qualidade” (GALVÃO; DÍAZ, 1999, p. 211).

Nesse sentido, o eixo se desloca da ótica do desenvolvimento econômico, da ênfase fundamentada no crescimento ou na explosão demográfica da população que marcou as ações de saúde reprodutiva dos anos anteriores (60, 70) e cujos resultados avaliados não apresentaram os resultados satisfatórios com a introdução da pílula anticoncepcional. A prática de saúde não dava às mulheres a opção de escolher qual método usar, com vista a um olhar voltado para a pessoa, capaz de tomar decisão, de ter autodeterminação sobre o seu corpo e a sua reprodução.

Entre os anos de 1980 e 1990, o cenário de abertura democrática possibilitou um incremento maior dessas questões de saúde reprodutiva através dos meios de comunicação. O rádio passou a priorizar em suas programações temas de saúde reprodutiva e de direitos reprodutivos, consequência desse processo democrático da sociedade brasileira. Organizações Não Governamentais como *S.O.S. Corpo – Gênero e Cidadania*, entidade criada no início dos anos 80 em Recife/PE e *Cemina – Comunicação, Educação e Informação em Gênero*, criada no Rio de Janeiro, em 1988, desenvolveram programas de rádio para divulgar ações voltadas a essas temáticas com o objetivo de conscientizar as mulheres do país.

Um dos casos que teve repercussão nacional foi a Campanha do Exame “papanicolau” como prevenção ao

câncer uterino, com a produção de programas radiofônicos e publicidade que foram produzidos e distribuídos para serem veiculados em várias emissoras do país pelas entidades de mulheres referenciadas. A campanha surtiu efeito provocando uma mobilização de muitas mulheres que lotaram as unidades de saúde em busca de realizar o exame.

Com a abertura política e as mobilizações sociais impulsionadas pelos Movimentos Sociais e mediadas pelos meios de comunicação, a população passou a apresentar mudanças de comportamento em vários níveis, pois a circulação de informação a uma parcela significativa cada vez maior da sociedade acabou por gerar novas práticas culturais no campo da saúde sexual e reprodutiva. Goldani (1999) considera que o acesso cada vez maior aos meios de comunicação e aos recursos financeiros, entre homens e mulheres desse período, além da definição social dos papéis e das práticas sexuais femininas e masculinas, foram os responsáveis pelas diferentes percepções e comportamentos em relação à Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs).

Como pensa a pesquisadora Galvão (1999), as transformações culturais provocadas nas últimas décadas, entre elas a revolução dos meios contraceptivos, contribuíram para uma nova percepção das relações conjugais, desvinculando,

inclusive, o sexo da reprodução e desmanchando a ideia de que as pessoas sexualmente ativas seriam somente aquelas que se encontravam legalmente casadas. O que ocorre é uma maior visibilidade e crescimento desses arranjos familiares (GALVÃO; DÍAZ, 1999, p. 53).

Da década de 1990 até os nossos dias, há uma mudança de eixo nos argumentos para o planejamento familiar. Em vez de controle demográfico, que já tinha começado a ficar superado nos anos 80, as justificativas plausíveis para convencer essa nova concepção se voltam para o exercício da cidadania, dos direitos sociais e, no caso, para a saúde dos indivíduos, garantindo assim os direitos sexuais e reprodutivos e a liberdade de decisão, que se constituem o núcleo dos programas de população. Percebe-se que na década de 90 as taxas de fecundidade apresentavam níveis baixos, considerados próximos e até abaixo da reposição (2,1), decorrentes da queda de mortalidade infantil, de mudanças no perfil de causas de mortes, do aumento das taxas de divórcios e novos modelos de união entre os sexos, bem como os fenômenos migratórios em várias partes do mundo, inclusive no Brasil (GALVÃO; DÍAZ, 1999, p. 26).

O documento *Family Care International* definiu saúde sexual como

Parte da saúde reprodutiva e inclui desenvolvimento sexual saudável, relacionamentos responsáveis e equitativos com prazer sexual, e a ausência de enfermidades, deficiências, violência e outras práticas de risco relacionadas com a sexualidade (GALVÃO, 1999, p. 174).

A IV Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, realizada no Cairo, Egito, em 1994, pelo Fundo de Populações das Nações Unidas, leva em conta a pressão das redes de lideranças de mulheres, situando a regulação da fecundidade no plano dos direitos individuais. Diante disso, a Saúde Reprodutiva se define como sendo

[...] um estado de bem-estar físico, mental e social completo em todos os aspectos relacionados com as suas funções e processos. Implica que as pessoas tenham a capacidade de se reproduzir e a liberdade de decidir se, quando e quantas vezes o pretendem fazer. Homens e mulheres têm o direito à informação e acesso a métodos de planejamento familiar de sua escolha, seguros, eficazes, aceitáveis e que estejam dentro das suas posses para regular a fecundidade, que não infrinjam a lei, e o direito de acesso a serviços de cuidados sanitários que permitam à mulher uma gravidez e partos seguros. A saúde reprodutiva inclui a saúde sexual, cujo objetivo é o melhoramento da vida e das relações pessoais (CIPD'94, 1994, p. 74).

Para as pesquisadoras Sônia Corrêa e Maria Betânia Ávila, o conceito de direitos sexuais desapareceu na IV Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, só reaparecendo na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing, China, em 1996 (BERQUÓ, 2003, p. 20), embora o resumo da tradução não oficial da Conferência de 1994, fornecida pelo Fundo de População das Nações Unidas, em seu capítulo VII, que trata sobre direitos reprodutivos e saúde reprodutiva, ressalte esse aspecto.

O novo conceito se amplia para definir como atenção à saúde reprodutiva o conjunto de métodos, técnicas e serviços que contribuem para a saúde e o bem-estar reprodutivos, mediante a prevenção e a solução dos problemas de saúde reprodutiva. Inclui ainda a saúde sexual, cujo objetivo é a melhoria da vida e das relações pessoais, e não somente o aconselhamento e a atenção referentes à reprodução e às doenças sexualmente transmissíveis.

No início dos anos 2000 o Fundo de População das Nações Unidas no Brasil (FNUAP) solicitou à Secretaria Estadual de Saúde Pública do Rio Grande do Norte um diagnóstico situacional dos municípios do Estado para definir os indicadores de pobreza e as demandas de serviços voltadas para a saúde reprodutiva, assim como gestões municipais interessadas em criar os serviços de saúde reprodutiva para a população

potiguar. A entidade internacional tinha como referência dados estatísticos nacionais que apontavam o Nordeste com uma taxa de mortalidade materno-infantil três vezes maior do que outras regiões do país, além de que 55% dos nascimentos eram considerados de alto risco.

O levantamento foi realizado pelo Departamento de Estatística da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) em 1999 e o resultado considerou 40 municípios dos 166 existentes na época para a implantação do Projeto Saúde Reprodutiva. Em seguida, o Projeto foi instalado nos municípios através de novos procedimentos gerenciais, formação clínica envolvendo profissionais de saúde e o quadro geral dos funcionários das unidades de saúde municipais. As equipes de trabalho envolviam médicos, enfermeiras, assistentes sociais, juntamente com os gestores locais (prefeitos e secretários de saúde).

Nas unidades de saúde dos municípios as usuárias passaram a receber orientação para o planejamento familiar, gravidez na adolescência, pré-natal, parto, aleitamento materno, exames de prevenção e detecção de câncer de mama e do colo uterino, Aids, menopausa, climatério, entre outros temas. Para os homens, o envolvimento nas conversas sobre o planejamento familiar e exames de próstata, oferecidos apenas

em alguns dos municípios selecionados para a implantação do Projeto Saúde Reprodutiva.

Para ampliar todas as ações de saúde sexual e reprodutiva, o rádio passou a fazer parte das ações educativas através do Programa “Conversando Sobre Saúde Reprodutiva”, como mediação e suporte para impulsionar as mudanças de comportamento da população atingida pelo FNUAP. Num primeiro momento foi realizada a capacitação de profissionais de rádios comerciais e comunitárias (AM e FM) no tocante ao conteúdo de saúde reprodutiva dos programas subsidiados por uma cartilha temática. O programa funcionou em 30 municípios dos 40 selecionados pelo Projeto Saúde Reprodutiva.

De acordo com as pesquisadoras Maria Betânia Ávila e Sônia Corrêa, ao analisarem o movimento de saúde e direitos reprodutivos no Brasil, consideram que o rádio, nos últimos anos do final do século XX, priorizou os temas de saúde e de direitos reprodutivos (GALVÃO e DÍAZ, 1999, p. 98). E é por esta presença do rádio no campo da saúde que se pretendeu realizar a pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) sobre a mediação como estratégia educativa, capaz de produzir e influenciar mudanças de comportamento e práticas ligadas à saúde sexual e

reprodutiva da população de quatro municípios ligados ao Projeto Saúde Reprodutiva, a saber: Caicó, São João do Sabugi, Currais Novos e Parelhas, no ano de 2001, época em que o programa “Conversando Sobre Saúde Reprodutiva” esteve no ar nas emissoras de rádio que fizeram parte do Projeto.

O RÁDIO E O CONTROLE DA SAÚDE REPRODUTIVA

O interesse estratégico do rádio como mediação educativa não é de hoje. Desde o seu surgimento no Brasil, no início da década de 20 do século passado, esse instrumento se caracterizou como um veículo eminentemente educativo. Em seus primórdios, o lema era “levar a cada canto um pouco de educação, ensino e alegria (COSTELLA, 1984, p. 177).

Sua ação educativa mais efetiva no Rio Grande do Norte vem dos anos 1950 com a experiência pioneira das Escolas Radiofônicas, baseada no modelo importado de Sutatenza, na Colômbia, através do Movimento de Natal e do Movimento de Educação de Base (MEB). Essa experiência desenvolveu ações educativas não só de alfabetização, mas de orientação à saúde, considerada na época um “avanço cultural” por proporcionar esclarecimento e conhecimento dos direitos sociais (PINTO, 1989, p. 111). Na década seguinte, novas experiências se desenvolveram no Estado através do Projeto

Saci, do Sistema de Tele-educação do Rio Grande do Norte (SITERN), Projeto João da Silva e Projeto Maranhão, que utilizavam o rádio e a televisão como suportes e se constituíam uma inovação em relação ao ensino tradicional (OLIVEIRA, 1983, p. 110).

Na década de 1970 a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e a Secretaria Estadual de Educação assumiram o Projeto Saci, a partir da proposta elaborada pela Universidade Norte-Americana de Stanford de utilizar a tecnologia do satélite para transmitir programas educativos de rádio e de televisão através de um Sistema Avançado de Educação e Comunicação para o Desenvolvimento Nacional (ASCEND), cuja sigla em inglês significa *Advanced System for Communication and Educations in National Development* (OLIVEIRA, 1983, p. 79).

O Projeto Saci passou a incorporar uma tecnologia nova no país usando o rádio e a televisão para educar a população rural, com o objetivo de reduzir a defasagem muito grande que havia em relação à alfabetização da população para se adequar ao modelo econômico baseado no crescimento industrial e à qualificação da mão de obra. De 1973 a 1975, a experiência chegou a compor uma rede com 235 aparelhos de rádio e 228 retransmissores de televisão que recebiam os programas através do sistema de micro-ondas pelo satélite (OLIVEIRA,

1983, p. 129; 137; 144 e 145). O município de Currais Novos era um centro regional de controle logístico da região do Seridó naquele período (OLIVEIRA, 1983, p. 136).

Na década de 1980 o rádio foi moldando-se à nova realidade, às transformações políticas, econômicas, sociais e culturais do país. Várias experiências surgiram como o Projeto Aler-Nordeste (1987 a 1990), Projeto Nordeste com a Rede de Comunicadores pela Educação, os programas “A Caminho da Escola” do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Pastoral da Criança com a Rede de Comunicadores Solidários à Criança, a Rede de Mulheres no Rádio, a Rede Contag de Comunicação, o Setor de Projetos Especiais da Organização Não Governamental Oboré e a Rede Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC). Todas essas ações eram mediadas pelo rádio.

O Fundo de População e Desenvolvimento das Nações Unidas (FNUAP) propôs o rádio como suporte educativo, possibilitando uma mudança de comportamento no sentido de influenciar novas práticas e ações voltadas para o cuidado com a saúde sexual e reprodutiva. A partir desse contexto, o programa de rádio “Conversando Sobre Saúde Reprodutiva” foi pensado com uma estrutura padronizada para todos os municípios onde o Projeto funcionou.

O ponto chave da pesquisa nos quatro municípios selecionados foram os receptores, as pessoas que escutaram os programas, quais os usos e apropriações que fizeram dos conteúdos e mensagens veiculadas pelo programa “Conversando Sobre Saúde Reprodutiva”. A recepção não é um momento, mas um processo. Na pesquisa de campo, quando se perguntou às mulheres se elas conversavam sobre saúde reprodutiva em outros ambientes, estas falaram que costumavam conversar com as vizinhas, com a mãe ou com a sogra, em casa, na rua ou mesmo na escola as questões de saúde reprodutiva, que pode caracterizar uma assimilação dos conteúdos transmitidos pelos programas de rádio e de outras fontes de informação do cotidiano delas, conteúdos esses ressignificados por parte da recepção.

Nos quatro municípios, pode-se perceber que os programas de rádio conseguiram influenciar padrões de comportamento em saúde reprodutiva. Do universo de 391 pessoas entrevistadas, cerca de 55% sintonizaram os programas de rádio. A maior parte delas considerou que depois de ter escutado os programas passou a cuidar melhor da saúde sexual e reprodutiva (49,46%), e 21,74% buscaram apoio médico para tratamento de reposição hormonal e fizeram exames preventivos os quais não tinham o hábito de realizar de forma rotineira antes do Projeto Saúde Reprodutiva ser implantado nos municípios pesquisados.

As pessoas que participaram da pesquisa nos municípios de São João do Sabugi, Caicó, Currais Novos e Parelhas apresentaram uma condição social de pobreza, com dificuldades financeiras, de relacionamento familiar, sem emprego e vivendo em áreas periféricas nas cidades, moradias com condições insalubres, zonas de prostituição e ambientes com pessoas usuárias de drogas.

O rádio é um veículo que educa informalmente, fazendo-se presente no cotidiano das pessoas, interagindo, instigando e influenciando práticas sociais. Essa ação não se dá apenas no campo subjetivo das pessoas, mas se relaciona com outras mediações que interferem nas ações dos sujeitos (família, escola, vizinhança, trabalho, entre outros aspectos de convivência).

Em São João do Sabugi, das 92,60% que sintonizaram o programa “Conversando Sobre Saúde Reprodutiva”, 40,74% disseram que o programa incentivou a cuidar melhor da saúde reprodutiva, 14,81% afirmaram que chegaram a mudar suas práticas realizando tratamento hormonal, exames preventivos, antes nunca feitos e passaram a prestar mais atenção às orientações sobre a saúde e a alimentação. Além do mais, 7,41% receberam incentivo para usar métodos anticoncepcionais.

Em Parelhas, 60,26% escutaram o programa, sendo que 30,77% passaram a cuidar mais da saúde sexual e reprodutiva a partir dos programas de rádio; 14,10% procuraram apoio

médico; 11,54% perceberam que mudaram suas práticas voltadas à saúde reprodutiva e 41,03% não conseguiram identificar qualquer tipo de mudança de comportamento.

Em Currais Novos, 5,60% disseram que os programas não tiveram influência em suas vidas. No entanto, 20% passaram a cuidar melhor da saúde; 15,20% procuraram orientações médicas, 3,20% consideraram que mudaram suas práticas e 1,60% passaram a usar métodos anticoncepcionais. O rádio foi responsável por mudar o comportamento das 39,40% das pessoas que sintonizaram os programas “Conversando Sobre Saúde Reprodutiva”.

Em Caicó, o resultado da pesquisa apontou que o conteúdo veiculado nos programas não repercutiu na mudança de comportamento em 64,60% das pessoas pesquisadas. Apenas 4,97% confirmaram que houve algum tipo de mudança no comportamento da saúde sexual e reprodutiva. Nesse sentido, poucas pessoas foram influenciadas pelos programas de rádio do Projeto Saúde Reprodutiva.

De um modo geral, o programa contribuiu para a interiorização e a produção de significados para a vida das pessoas que participaram do Projeto Saúde Reprodutiva nos quatro municípios pesquisados. Essa influência educativa foi mediada por outras configurações culturais do cotidiano das pessoas. Por exemplo, uma das pesquisadas disse nunca

ter amamentado, mas aprendeu dicas do programa de rádio que serviram para orientar a amamentação da neta.

No entanto, o Projeto Saúde Reprodutiva não teve uma ação de política pública de longo prazo, mas funcionou por três anos enquanto houve investimentos internacionais para cumprir as etapas estabelecidas. Existiu um incremento de demandas que não foram supridas com o fim das ações em saúde reprodutiva. Caracterizou-se como ações vulneráveis, paliativas para uma população de baixa renda que necessita de ações mais eficazes e duradouras para garantir a melhoria das condições de vida e de saúde sexual e reprodutiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A eficácia dessas ações governamentais, do ponto de vista de se promover a educação da população também se torna falha. Cria-se uma expectativa, uma demanda, uma necessidade que não é suprida. E o rádio, como agente mobilizador e catalisador de novas ações e práticas culturais, como estratégia educativa, também fica comprometido porque aguça os sentidos que são capazes de promover mudanças, mas que não se solidificam por falta justamente do suporte das ações dos governos.

A primeira conclusão da pesquisa foi de que o Projeto teve um impacto junto à população usuária dos serviços e junto aos profissionais de saúde. No entanto, a pesquisa demonstrou

que ações governamentais podem se tornar frágeis quando não se sustentam como políticas públicas.

A segunda conclusão é de que a mediação cultural, isto é, os arranjos familiares, a situação socioeconômica de cada pessoa, os ambientes e cenários que intermediam o cotidiano, enfim, o contexto cultural, a experiência de vida, é responsável pela construção social do sentido e dos significados das mensagens veiculadas pelo rádio ou por outro meio de comunicação. O receptor não é passivo, mas é capaz de mudar o seu modo de agir e de ser, suas práticas culturais, desde que a mensagem tenha sentido e venha a ter importância para a vida, para uma vivência melhor do seu cotidiano.

Uma terceira conclusão é de que a mediação educativa do rádio é um processo que exige tempo para ser sedimentado. Não acontece da noite para o dia. Ao interagir, redefinem e reorganizam o comportamento e as práticas culturais numa permanente relação de troca, confluências e divergências, as quais envolvem a comunicação, a cultura e a prática política das pessoas.

Uma quarta conclusão é a de que as propostas educativas que não consideram o contexto e a cultura local têm mais dificuldades de serem consolidadas e terem significados para o receptor. A influência não é do veículo de comunicação em si, mas da própria mediação cultural.

Por fim, pode-se concluir que a “revolução anticoncepcional” mediada pelo rádio pôde contribuir com a mudança de comportamento das pessoas em relação à saúde sexual e reprodutiva, à melhoria da qualidade de vida numa simbiose constante de construção e de desconstrução relacionada com a mediação cultural.

REFERÊNCIAS

BILAC, Elisabete Dória; ROCHA, Maria Isabel Baltar da. *Saúde reprodutiva na América Latina e no Caribe: temas e problemas*. Ed. 31, 1998.

BERQUÓ, Elza (Org.). *Sexo e vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2003.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. *Reforma sanitária no Brasil: a saúde pública e a defesa da vida*. São Paulo: Hucitec, 1991.

CORRÊA, Sônia; ÁVILA, Maria Betânia. Direitos sexuais e reprodutivos – pauta global e percursos brasileiros. In: BERQUÓ, Elza (Org.). *Sexo e vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil*. Campinas Unicamp, 2003.

COSTELLA, Antônio. *Comunicação, do grito ao satélite*. São Paulo: Mantiqueira, 1984.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

GALVÃO, Loren. Saúde sexual e reprodutiva, saúde da mulher e saúde materna: a evolução dos conceitos no mundo e no Brasil. In:

GALVÃO, Loren; DÍAZ, Juan (Org.). *Saúde sexual e reprodutiva no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1999.

GALVÃO, Loren; DÍAZ, Juan (Org.). *Saúde sexual e reprodutiva no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1999.

GOLDANI, Ana Maria. O regime demográfico brasileiro nos anos 90: desigualdades, restrições e oportunidades demográficas. In: GALVÃO, Loren; DÍAZ, Juan (Org.). *Saúde sexual e reprodutiva no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1999.

OLIVEIRA, Maria Coleta; ROCHA, Maria Isabel Baltar (Org.). *Saúde reprodutiva na esfera pública e política*. Campinas: UNICAMP, 2001.

OLIVEIRA, Marlúcia de Paiva. *Saci e Siterm: racionalidade e educação (os descaminhos da TV-E no RN)*. 1983. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1983.

PINTO, Maria Lúcia Leite. *As escolas radiofônicas: ação política e educativa da Igreja Católica no Rio Grande do Norte (1956-1961)*. 1989. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1989.

VILLELA, Wilza Vieira. Num país tropical, do sexo que se faz ao sexo do qual se fala. In: GALVÃO, Loren e DÍAZ, Juan (Org.). *Saúde sexual e reprodutiva no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1999.

WELTI, Carlos. Da reprodução social à saúde reprodutiva. In: BILAC, Elisabete Dória; ROCHA, Maria Isabel Baltar da. *Saúde reprodutiva na América Latina e no Caribe: temas e problemas*. Ed. 31, 1998.

EXPERIÊNCIA EDUCOMUNICATIVA RADIOFÔNICA: WEBRÁDIO PORTO DO CAPIM DA UFPB

Olga Tavares

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

RESUMO

A produção de conteúdos webradiofônicos que possibilitem ao corpo discente praticar seu arcabouço teórico do curso de Radialismo, a partir das práticas educacionais como suporte teórico-metodológico, tem sido uma experiência positiva na criação de um programa voltado ao universo feminino/feminista, visando à ampliação das discussões de gênero no campo comunicacional. A participação cidadã é outro ponto enfatizado no processo de consolidação do programa, que

entende as mulheres como agentes de transformação, sob a perspectiva das ações comunitárias. A Comunicação e Gênero é uma área de estudo que ainda tem muito a se explorar, no âmbito acadêmico.

PALAVRAS-CHAVE: Programa webradiofônico. Gênero. Educomunicação.

INTRODUÇÃO

Ser mulher na cultura ocidental é fazer parte de um universo discursivo que tem inúmeras variáveis, mas que conflui para a construção das identidades que se quer como relações de gênero que motivam as pesquisas e as propostas da academia referentes ao feminino/feminismo. Quanto à interface comunicação e estudos de gênero, há um inventário de variadas vertentes que trazem ao campo científico práticas significativas e que têm contribuído para reforçar espaços mais concretos e vivências mais específicas na construção do conhecimento das demandas dessa temática no campo comunicacional, tais quais imprensa feminina no Brasil (revistas e periódicos); a representação da mulher na publicidade; programações radiofônicas e televisivas para/por/sobre mulheres – saúde feminina, violência contra a mulher etc.

Este artigo destaca um programa webradiofônico dedicado às questões das mulheres, gerado para introduzir a temática

feminina/feminista na dinâmica radiofônica-acadêmica da webrádio *Porto do Capim* (RPC/DECOM/UFPB). A criação do programa se deu com o objetivo principal de inserir alunas(os) nos estudos de Comunicação e Gênero. Os objetivos básicos do programa são de procurar abordagens que contemplem os padrões do feminino e as lutas feministas, de modo a debater os assuntos em destaque no momento que se vive e que não pendam sobre um ou outro pilar da esfera feminina, mas que se abram para todas as possibilidades de compreensão e de valorização dos papéis das mulheres, bem como reconhecer que cada programa procura uma percepção identitária de expectativas que compreendam os enfoques construídos e, assim, situem o proposto em uma ampla perspectiva das trajetórias mostradas. Portanto, os objetivos do programa são os norteadores da estrutura da programação da RPC, no âmbito da rádio-cidadania: conjugar o campo comunicacional com as demandas do universo feminino/feminista; discutir a ampliação dos direitos da mulher-cidadã; promover interfaces academia-sociedade civil; incentivar a participação dos(as) alunos(as) nas causas das mulheres.

Às mulheres se dá a palavra que irá defini-las ou questioná-las ou emponderá-las. Conjugando teoria e prática da relação comunicação & gênero, busca-se dar ao corpo discente responsável pela produção, pela edição e pela reprodução/

interação do produto a potencialidade de realização do programa sob a visão das contradições, das fantasias e das lutas que estão no cerne da temática.

O caráter científico é o que possibilita às(aos) discentes reconhecer o seu fazer radiofônico sob uma capacidade técnica que lhes é apresentada durante o curso e que poderá ser aplicada no reconhecimento de um processo que pode converter-se em pesquisa e/ou em extensão acadêmica. A RPC é produto de um estudo de pesquisa e tem dois projetos de extensão em andamento.

Nas 60 edições do programa “Essência de Mulher”, que já estão na rede desde junho de 2016, assuntos diversos foram tratados com seriedade, mas não podendo se furtar a integrar-se àquelas demandas socioculturais e políticas que as mulheres têm como pauta diária do seu cotidiano multifuncional. Ou seja, todo e qualquer assunto ainda teve, por parte da equipe, solidariedade e atenção, estendendo o propósito da comunicação colaborativa e participativa que permeia essa prática também norteadas pelos princípios da educomunicação comunitária e da ética da cibercidadania, reforçando o caráter da trajetória dos movimentos e das lutas históricas das mulheres.

A comunicação popular e comunitária pode ser entendida de várias maneiras, mas sempre denota uma comunicação

que tem o “povo” (as iniciativas coletivas ou os movimentos e organizações populares) como protagonista principal e como destinatário, desde a literatura de cordel até a comunicação comunitária (PERUZZO, 2009, p. 55).

A metodologia adotada tem nas vertentes educacionais a orientação das atividades do programa, haja vista a educação possibilitar aliar a teoria e a prática, que é uma escolha teórico-metodológica deste projeto, que tem dado bons resultados porque os conceitos educacionais se aplicam muito bem aos propósitos de se juntar os conhecimentos acadêmicos à capacidade técnica e ao espírito dos saberes populares e das relações interpessoais e sociais que se estabelecem nas ações de cidadania radiofônica, de modo a criar reflexões críticas e posicionamentos que privilegiem o coletivo, a fim de as(os) discentes implantarem no seu fazer diário a democratização comunicacional.

COMUNICAÇÃO E GÊNERO

Escosteguy (2008) organizou o livro *Comunicação e Gênero*, no qual há vários relatos de pesquisa que transitam entre os assuntos que mais se destacaram nas investigações da área comunicacional e que norteiam as linhas de estudo, servindo de escopo teórico-metodológico para trabalhos futuros. Há ainda um inventário significativo dos temas

mais destacados nas duas últimas décadas, a saber: os estudos feministas na mídia; as ouvintes das ondas do rádio; a rotina televisiva com presidiárias; os seriados televisivos sobre mulheres; as mulheres nas revistas masculinas.

Segundo Veloso (2005, p. 82), “a apropriação do conceito de gênero pelo movimento feminista foi uma tentativa de compreender as transformações socioculturais nas relações entre homens e mulheres”; contudo, com as lutas advindas dos primeiros movimentos no século XIX, houve uma série de ampliações do conceito, de modo a chegar ao século XX com as questões de participação política, inserção no mercado de trabalho, nas decisões parentais etc.

Há um razoável acervo acadêmico sobre as mulheres e a mídia, que mostram a trajetória das imagens que foram passadas das mulheres sob diversos ângulos, entretanto, na sua maioria, estereotipados, que até hoje se replicam, mostrados pela publicidade em anúncios de cervejas, por exemplo. Ou aqueles dos anúncios das chamadas *mulheres-margarinas*, que expõem a perfeição do quadro familiar. Ou personagens de novelas que repetem os papéis da violência doméstica, ou da exploração sexual, ou ainda das excluídas socialmente, como presidiárias ou viciadas.

Para Trigo (2015), não há nada a comemorar na apresentação das mulheres pela mídia brasileira. A autora aponta a

pesquisa “Como a mulher é retratada na mídia” (TRIGO, 2015, p. 5), cujos resultados mostram que a mulher ainda é modelo sexual, de padrões de beleza inatingíveis, ou seja, como um objeto de consumo.

A imprensa, que poderia ser um espaço adequado para uma abordagem mais ampla, repete clichês e se prende ao factual sem buscar uma análise mais profunda dos fatos noticiados, especialmente aqueles que se referem à violência. A repetição de estereótipos tende a reforçar a imagem por vezes distorcida e superficial da mulher. Dessa maneira, o alcance da igualdade de gênero parece cada vez mais distante corroborado pelo tratamento desigual dado pela mídia em grande parte dos casos (TRIGO, 2015, p. 7).

Em 2016, a *Heads* Propaganda divulgou um estudo no qual destaca que as mulheres possuem 85% de poder de compra, mas 65% delas não se sentem representadas pela publicidade brasileira. A pesquisa conclui que a publicidade no país é machista e racista. Em 2014, a *Axe* teve que retirar anúncio em que duas belas jovens tiravam a roupa de um rapaz. Em 2015, a marca *Schin* teve que retirar do ar anúncio em que belas mulheres apareciam como operárias, motoristas etc., com trajes sensuais. No entanto, os anúncios em que mulheres bonitas são o chamariz para o consumo de cervejas, de carros e de outros produtos continuam a invadir as telas diariamente,

como os da *Emocione Lingerie*,¹ o da margarina Primorosa² ou o da cerveja Itaipava.³ As propagandas de cerveja têm sido as mais criticadas, sem, contudo, modificarem seus elementos básicos.

Os conceitos das campanhas publicitárias de cerveja tendem à naturalização, contribuindo, dessa forma, para a perpetuação da dominação masculina, bem como para a ampliação da discriminação com as mulheres, fortalecendo, portanto, a violência simbólica (OLIVEIRA; DIAS; AMORIN, 2016, p. 50).

Conforme destaca Veloso (2016, p. 15),

estudiosas e pesquisadoras do movimento feminista apontam, ainda, a ausência de protagonismo das mulheres enquanto fontes nos veículos de comunicação como um dos sintomas da subordinação delas ao sexo masculino,

e acrescenta que

para muitos/as pesquisadores/as, os veículos de comunicação fixam estereótipos geradores de preconceitos e de discriminação, produzindo e reproduzindo valores e hábitos consoantes a formações ideológicas sexistas (VELOSO, 2016, p. 15).

1 <https://www.youtube.com/watch?v=Jqvo5QRDzrI>

2 https://www.youtube.com/watch?v=_OQf3PI2Dxc

3 <https://www.youtube.com/watch?v=SrqQKX83alo>

Da mesma forma analisa Witzel (2016, p. 124), quanto às peças publicitárias que ainda recorrem aos contos de fadas para manterem a fantasia das Brancas de Neves ou das Cinderelas modernas:

trata-se de um discurso que erige, por meio de estratégia de controle-estimulação, a imagem cotidianamente explorada pelo império das imagens midiáticas que, na publicidade, ganha especial relevo nos últimos tempos: a mulher fatal e, conseqüentemente, feliz.

Todavia, já existem movimentos para mudar esses clichês, salientam Lahi e Afonso (2016), como o *Think Eva*⁴ ou o Coletivo 65/10.⁵

As teorias de Gênero igualmente apresentam miríades de conceitos que têm se estendido a outras visões que fogem, inclusive, do binarismo feminino/masculino a que se ativeram até então, como propõe Matos (2008, p. 337), ao dizer que

o conceito também abriu espaço analítico para se questionar as próprias categorias de homem e de masculino, bem como de mulher e de feminino, que passaram a ser fruto de intenso processo de desconstrução.

Em março de 2018, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) organizou informações de suas pesquisas

4 www.thinkeva.com.br

5 www.clubedecriacao.com.br/ultimas/cerveja-feminista

e de fontes externas para elaborar as “Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil”. Alguns resultados apontam que em 2016, desagregando-se a população ocupada do país por sexo, as mulheres dedicavam 18,1h semanais aos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos – cerca de 73% a mais de horas do que os homens (10,5h semanais); regionalmente, a maior desigualdade está no Nordeste, onde as mulheres dedicaram 19,0h semanais àquelas atividades, ou 80% de horas a mais do que os homens; as mulheres pretas ou pardas são as que mais se dedicam aos cuidados de pessoas e afazeres domésticos, com 18,6h semanais. Entre os homens, o indicador pouco varia quando se considera a cor, a raça ou a região. Em relação aos rendimentos médios do trabalho, o rendimento médio mensal dos homens era de R\$2.306 e o das mulheres era de R\$1.764 (IBGE, 2018).

Por tudo isso, pensa-se em uma Comunicação e Gênero que continue apontando relações inadequadas e propondo alternativas para que a imagem e o papel da mulher na sociedade contemporânea sejam mais próximos da realidade atual, na qual as mulheres exercem múltiplas tarefas e constroem seus próprios discursos, além de dialogarem nas diversas instâncias de Gênero no âmbito da cultura midiática.

EDUCOMUNICAÇÃO, RÁDIO E GÊNERO

A prática educomunicativa potencializa o rádio como instrumento de transformação do cotidiano, de modo a também modificar a dinâmica acadêmica do alunato, no sentido de dar-lhe novas diretrizes para o seu fazer profissional. A linguagem radiofônica no contexto educomunicativo desenvolve características que a tornam instrumento de mobilização e de conscientização para desafios em todos os campos do saber e do fazer. O caráter de compartilhamento que a educomunicação oferece nas suas práticas webradiofônicas se replica nas redes da Internet e possibilita diálogos maiores e dimensões sem par das inter-relações socioculturais.

A educomunicação dialoga com a Educação, tanto quanto com a Comunicação, ressaltando, por meio de projetos colaborativamente planejados, a importância de se rever os padrões teóricos e práticos pelas quais a comunicação se dá. Busca, desta forma, transformações sociais que priorizem, desde o processo de alfabetização, o exercício da expressão, tornando tal prática solidária um fator de aprendizagem que amplie o número dos sujeitos sociais e políticos preocupados com o reconhecimento prático, no cotidiano da vida social, do direito universal à expressão e à comunicação (SOARES, 2014, p. 10).

Sendo assim, optou-se por aplicar os conceitos educomunicativos em nível teórico e estender a dinâmica que

eles pressupõem para a prática, haja vista haver um diálogo permanente entre a teoria e a prática educacionais, no sentido de as transformações socioculturais e políticas que elas provocam estarem no cerne dessa conjugação. Quando Soares (2001) explica que a educação é um conjunto de ações que faz produtos em espaços comunicativos que devem incrementar as inter-relações de aprendizagem, tanto quanto as sociais, percebe-se que as práticas educacionais por si só trazem uma estrutura teórica que as sustenta e dá subsídios suficientes para que as(os) discentes desenvolvam as reflexões críticas do seu fazer acadêmico, com vistas ao futuro profissional.

A educação é um meio de fortalecimento do coeficiente comunicativo dos sujeitos e de seus grupos sociais, na medida em que proporciona outras vivências comunicacionais e educativas, diferentes das que são padrão nos espaços e processos educativos e comunicativos da nossa sociedade, servindo então quase que de uma visão, uma compreensão, e uma ação de intervenção no sentido contrário ao que é hegemônico (VIANA; XAVIER, 2015, p. 17).

No espaço virtual, as recentes ferramentas e dispositivos que se apresentam com suas atuais estratégias de aplicação por parte do alunato possibilitam que se façam novas experimentações que podem indicar conceitos contemporâneos,

tanto quanto novas práticas no campo educomunicativo, que estende seu suporte ético, comunitário e reflexivo às mudanças que se orquestram pelas últimas vertentes tecnológicas. A experiência educomunicativa oferece a perspectiva de a(o) discente construir esses novos conhecimentos técnicos, a partir do seu arcabouço intelectual, sob uma visão crítica da realidade sociocultural e política, bem como da própria *práxis* radiofônica. Dessa forma, pode haver o despontar de novas aptidões comunicacionais, inseridas no contexto educomunicativo. A convergência midiática também oferece mais alternativas ao meio, conforme enfatiza Del Bianco (2012, p. 25):

a integração do rádio à Internet tornar-se cada vez mais necessária como estratégia de sustentabilidade, a considerar o crescimento do acesso à rede e seu uso aos poucos sendo integrado ao cotidiano da população.

Quanto à relação entre gênero e rádio, este é um veículo que oferece possibilidades de discutir com mais liberdade e isenção as questões de feminino/feminismo, a partir dos objetivos da prática educomunicativa.

O rádio pode constituir um meio importante em uma sociedade em que as mulheres estão inseridas, algumas vezes, em posição de desigualdade em relação aos homens, no que diz

respeito às questões econômicas, políticas e sociais (FREIRE; SANTOS, 2010, p. 1).

As novas configurações em rede ainda estão definindo as inúmeras possibilidades de convergência e de interatividade radiofônicas; porém, acredita-se que há futuro para as webrádios porque elas podem ser feitas até em casa, e porque o alcance infinito motiva a produção e a captação de audiência. Com isso, surgem novos modos de utilização e novas visões do meio.

As possibilidades de integração do rádio às recentes plataformas digitais, em um cenário de crescente convergência, reconfiguram a lógica do meio e impõem desafios. Há uma mudança central em desenvolvimento. É, sobretudo, de teor conceitual. Como observado em outras oportunidades, o meio apresenta-se em modalidades que conformam, para além do hertziano, um rádio sem onda (KISCHINHEVSKY, 2010, p. 178).

Houve algumas experiências radiofônicas bem-sucedidas, como “Rádio Mulher” (Centro das Mulheres do Cabo, *Rádio Comunitária Calheta/PE*), “Farroupilha Mais Mulher” (*Rádio Farroupilha/RS*), “Mulher Brasileira” (*Rádio Rio de Janeiro/RJ*); “Mulher em Ação” (Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais/*Rádio Rural de Guarabira/PB*) e “Programa de Mulher” (*UFJF/MEGAFM*) – todas fora do ar; portanto, ainda são muito incipientes as iniciativas de programas dedicados

às mulheres nas rádios do país, mas elas deixam marcas a servirem de inspiração, como destacam as doutoras em comunicação sobre a experiência do “Programa de Mulher” (UFJF/MEGAFM), que mostrou, pela sua repercussão, a importância e as possibilidades da comunicação contribuir para o exercício de direitos e a consolidação de uma sociedade igualitária e democrática. Mostrou também o desempenho do movimento feminista e da universidade pública no sentido da emancipação das mulheres. Esperamos que essas reflexões possam inspirar outras pesquisas e ações para mudanças necessárias (BOCCHINI; LAHI, 2009).

Na esfera universitária, ressalta-se o programa “A voz da mulher”, da Universidade Federal de Goiás; e “Justiça por elas”, da Universidade Federal do Amapá (rádio 96.9) e TJAP⁶, ambos em FM.

Das cantoras do rádio que inauguraram a presença das mulheres no único veículo nas décadas de 30 e 40, e dos primeiros programas voltados mais especificamente a dotes culinários, como “Hora do Lar” (*Rádio Guanabara*) ou conselhos de beleza (*Rádio Clube do Rio de Janeiro*), até o primeiro programa dedicado às mulheres e suas causas, “Viva Maria”,

6 <http://www.tjap.jus.br/portal/publicacoes/noticias/9128-justi%C3%A7a-no-ar-tribunal-de-justi%C3%A7a-estreia-programa-que-transmite-ao-vivo-entrevistas-no-facebook.html>

na *Rádio Nacional de Brasília* (1981), a trajetória das lutas femininas/feministas travou muitos desafios para transpor as barreiras dos clichês que a mídia brasileira repetia nas suas produções. Na década de 90 também foi criada a Rede de Mulheres no Rádio, a CEMINA, com novas configurações hoje⁷; e, em 2017, a Câmara dos Deputados Federais lançou o programa “Mulheres de Palavras”,⁸ para debater projetos legislativos referentes às mulheres. Essas iniciativas precisam ser replicadas. Segundo Azevedo (2008, p. 33), “Daí o entendimento de que ‘fazer gênero no rádio’ é também tomar consciência do rádio enquanto ação político-pedagógica para fortalecer e dar visibilidade às experiências”.

Nessa linha, a webrádio RPC abre a sua grade de programação para dar espaço às mulheres, como uma ferramenta de articulação entre a comunidade acadêmica e a sociedade civil organizada, permitindo que a equipe discente responsável pelo programa seja agente educadora, porque atua “num campo próprio que se estabelece com a busca da gestão democrática e criativa da ação comunicativa” (AZEVEDO, 2005, p. 96), o que a faz produtora, gestora e divulgadora de um processo de aprendizagens para a apropriação de novos saberes, tanto quanto do compartilhamento interpares dessas ações.

7 <http://amarcbrasil.org/rede-de-mulheres-em-comunicacao/>

8 <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/programa/372-MULHERES-DE-PALAVRA.html>

CIBERCIDADANIA NA PROGRAMAÇÃO WEBRADIOFÔNICA: FEMINISMO/FEMININO

No contexto tecnológico atual, a RPC foi pensada para abrir mais um campo de atuação dos(as) alunos(as) de Radialismo/UFPB como nova ferramenta da prática profissional, devido à capacidade de extensão radiofônica e ao potencial dialógico. O corpo discente combina, então, a produção de uma mídia que faz parte do seu universo cotidiano com o conjunto pedagógico do curso. A veiculação do programa “Essência de Mulher” tem contribuído para uma parceria bem-sucedida entre a universidade e a sociedade, na medida em que alunas/alunos constroem as pautas e dão-lhes substância nas interações com os assuntos ali pensados. Tanto as alunas quanto os alunos percebem que a dinâmica colabora com uma nova consciência das discussões do feminismo/feminino. Portanto, a experiência teórico-prática fortalece igualmente as novas técnicas com novos pensamentos e atitudes.

A estrutura teórico-metodológica foi bem aproveitada nesta prática webradiofônica, pois as propostas educacionais incentivaram as(os) discentes participantes a aplicar os princípios de uma comunicação-cidadã. Todos os programas mantêm uma linha de difusão emancipatória dos papéis sociais do feminismo/feminino.

O programa “Essência de Mulher”, veiculado às terças-feiras, às 20h, na webrádio *Porto do Capim*⁹, foi lançado em junho de 2016 e já completou 60 edições. A grade da programação da webrádio, lugar de experimentação dos Estágios Supervisionados I, II, III e IV, do Curso de Radialismo/DECOM/UFPB, tem programas para todas(os) as(os) ouvintes. A webrádio RPC surgiu do projeto de mestrado profissional em Jornalismo (PPJ/UFPB), da orientanda Edileide Bezerra, em 2013, e foi mantida pelo DECOM como espaço de atuação acadêmico-profissional, de modo a incentivar alunas(os) a diferentes criações com as ferramentas virtuais. O programa também foi apresentado no Expocom – NE 2017 e no Intercom 2017. O programa é supervisionado pelas professoras do núcleo de Radialismo, mas é feito inteiramente por alunas(os) do curso, que têm autonomia para a escolha de pauta, de enfoque e encaminhamentos das edições e da divulgação.

A estrutura do programa “Essência de Mulher”, cuja duração é de 30 minutos, é formada por três blocos, que seguem a vinheta de apresentação: 1) entrevista; 2) relacionamentos em pauta¹⁰ e assuntos atuais sobre mulheres; 3) notícias de eventos, atividades etc., referentes às mulheres. O encerramento traz o resumo de biografias de mulheres que fizeram história no Brasil ou no mundo. A pré-produção e a

9 www.radioportodocapim.ufpb.br/programa/essencia-de-mulher/

10 Artigos da psicóloga-colaboradora Lindinalva Ramalho.

produção são operacionalizadas por duas alunas. A locução é feita por duas alunas e um aluno. As entrevistas são realizadas por duas alunas e um aluno, às vezes no estúdio de rádio do Departamento de Comunicação; às vezes, com gravador digital nos lugares dos eventos; ou ainda, por celular. A edição é produzida por uma aluna e um aluno, em suas próprias residências, com computadores munidos dos *softwares* necessários. A distribuição e a coordenação técnica (*streaming/banners*) fica sob a incumbência de um aluno. O programa também tem duas alunas responsáveis pela manutenção da página no Facebook, na qual elas conferem a repercussão do programa e recebem sugestões de pauta.

Nas 60 edições, o programa “Essência de Mulher” abordou vários assuntos pertinentes ao universo feminista/feminino. As entrevistas são feitas com professoras ou profissionais do tema que se pretende focar. Entre os tópicos, destacam-se: a mulher no cotidiano da conservação ambiental; violência contra a mulher; as estudantes da UFPB nos Jogos Universitários Brasileiros; 10 anos da Lei Maria da Penha¹¹; as atividades do Outubro Rosa na Paraíba; problemas dermatológicos, sua prevenção e tratamento; especial Dia das Mães (maternidade, aleitamento, criação); profissões tidas como “masculinas” – pedreira, motorista de ônibus, piloto de avião, policial; dupla

11 (mesa-redonda com quatro entrevistadas/o, entre elas, a Delegada de Atendimento à Mulher da PB).

jornada de trabalho feminino; blogs de mulheres; estética feminina – salões e clínicas de beleza; transtornos alimentares e controle de peso; relações homoafetivas; compulsão por compras; mastectomia; Dia Internacional da Mulher; a mulher e o carnaval; síndrome do ninho vazio; mulheres empreendedoras da Paraíba; Dia das Professoras; escritoras da Paraíba; mulheres-artesãs nos quilombos da Paraíba; professoras na Reitoria da UFPB; o Feminino Sagrado da Paraíba; o lado da mãe e da mulher nos casos de pedofilia familiar, entre outros.

No bloco “Relacionamentos em Pauta” (quinzenal), a psicóloga-colaboradora Lindinalva Ramalho, como participante da sociedade civil organizada, analisa assuntos que a mídia pauta naquela quinzena ou que têm sido discutidos nas redes sociais. Entre os temas, sobressaem-se: a opção de ser solteira; as escolhas erradas das mulheres; solidão, sim, solidão, jamais; relacionamentos nas redes sociais; separação matrimonial; antidepressivos; a beleza feminina; encontros amorosos; a dose certa do remédio para as(os) filhas(os); 10 verdades sobre o mundo gay, e outros.

Os blocos são divididos por inserções de propagandas gratuitas do Governo Federal, sobre violência contra a mulher, denúncias sobre pedofilia, campanhas para amamentação, exames clínicos da mama, direitos humanos etc.

Todo o trabalho realizado nestas edições, todas na rede, proporcionou novas habilidades aos discentes, pois todas(os) se revezaram na pré-produção, na produção e na pós-produção, apreendendo o fazer radiofônico em todas as suas nuances. A criação de pautas, as ligações para as entrevistadas, a elaboração dos textos, a escolha das músicas de fundo e a feitura dos *banners* foram definidas e feitas com o consenso coletivo e distribuição equânime, permitindo, além disso, a apropriação dos recursos tecnológicos e o domínio das novas linguagens da cibercultura no cotidiano da prática radiofônica. Essa “geração digital”, como define Prata (2009), não é só produtora de conteúdos, mas também consumidora. As(os) alunas(os) se incluem nessa definição porque faz parte do seu dia a dia a comunicação mediada por computador, por celular, por *tablets* e afins.

A disseminação da webradiofonia certamente vai determinar uma nova maneira de se fazer rádio, bastante diferente das atuais formas. As gerações genuinamente digitais – aquelas nascidas sob o signo das novas tecnologias – já começam a ter acesso às mídias e, com toda a certeza, irão desejar – e exigir! – novos formatos de programação e novas formas de se interagir com o veículo (PRATA, 2009, p. 14).

O compromisso do programa “Essência de Mulher” também é o de disseminar uma comunicação comunitária, como

pensam Fossá e Conrad (2014, p. 2), de ser “um processo amplo, que envolve contextos diferenciados de cada sujeito, perpassado pela conscientização crítica da sociedade e que visa sua transformação”, tanto quanto “compreende a gestão compartilhada, plural e democrática, na qual se imprimem os conceitos de empoderamento e corresponsabilidade” (FOSSÁ; CONRAD 2014, p. 5). A trajetória histórica das lutas das mulheres demonstra, hoje, que muitos alvos foram atingidos, enquanto outros ainda estão em batalhas diárias que constroem o painel das conquistas feministas/femininas à mercê de muitos esforços e alguns enfrentamentos. Há resultados positivos em diversos pontos, mas a participação nas decisões políticas, por exemplo, ainda é pequena: no Brasil, o número de parlamentares mulheres é 10% do número de parlamentares homens, na Câmara Federal. Portanto, programas na mídia nacional que abram espaços para as discussões de gênero são muito importantes para que as mulheres se reconheçam agentes de transformação.

O programa “Essência de Mulher” é um dos programas com maior audiência da webrádio RPC e tem retorno de recepção não só feminino, como masculino. Os índices ainda são pequenos, mas, nestes anos de existência, tentou-se imprimir a interação entre a universidade e a sociedade civil organizada (ONGs, associações, centros femininos etc.), que

tem sido uma aliada constante com sua participação efetiva em grande parte das edições.

A experiência da cidadania está também na pauta das(os) alunas(os) porque é preciso fortalecer os direitos e deveres das cidadãs em suas múltiplas demandas, sob os princípios da responsabilidade social. À universidade cabe o papel de aliar-se às lutas dos diversos segmentos sociais, a fim de dar-lhe visibilidade, através das tecnologias de comunicação. A agenda pública relativa às mulheres deve ser transparente, de modo a discutir as decisões políticas e a horizontalizar as estruturas democráticas das leis, dos projetos, das ações referentes às mulheres. O radialismo-cidadão deve promover um ambiente de colaboração e de participação coletiva, levando ao ar informação que seja capaz de despertar questionamentos e que provoque o senso crítico reflexivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância de se implantar webrádios nos *campi* universitários traz em si a necessidade da oferta de caráter experimental. Esse propósito foi atendido com a RPC e sua programação. Em 2018, foi criada a Rede de Rádios Universitárias do Brasil (RUBRA),¹² da qual esta autora fez parte da comissão da criação e da implantação. Essa é uma

12 <https://www.facebook.com/241179903406780/posts/266148874243216/>

iniciativa que possibilita as atividades das rádios universitárias de todo o país comporem uma rede nacional que deverá ter uma interação polifônica dos seus corpos docente e discente.

O programa “Essência de Mulher” tem sido um meio de experimentação criativa do corpo discente de Radialismo, enquanto cumprimento dos Estágios Supervisionados para as(os) que optam por fazer parte da equipe da webrádio RPC-DECOM-UFPB. Para as(os) estudantes que fazem o programa semanalmente, tem sido bastante favorável o exercício radiofônico na rede porque lhes dá oportunidades de aplicar a aprendizagem em uma ferramenta que elas(es) podem, inclusive, tomar como campo profissional no futuro, haja vista estarem se qualificando para usar todo o instrumental webradiofônico. O entrelaçamento da comunicação e da educação nas práticas educacionais redimensiona-lhes atitudes participativas e colaborativas, que enfatizam a concepção de uma ação para a mudança; por consequência, alunas(os) estão cientes de serem modificadoras(es) dos processos socioculturais e políticos que compõem a agenda do programa.

As 60 edições do programa “Essência de Mulher” são o resultado de um processo que foi se definindo ao longo das suas produções, trazendo a cada edição novas habilidades para dar prosseguimento às propostas assumidas. Cada programa foi espaço de experimentação e de confirmação

de um conhecimento que pode ser tanto replicado quanto reformulado, à medida que a situação o exigir. Isto só se adquire com a conjugação efetiva do saber e do fazer.

O programa “Essência de Mulher” gera mecanismos de incentivo a posturas cidadãs sob uma perspectiva da criação de uma diversidade político-cultural, que incutirá nas(nos) alunas(os) o reconhecimento pleno do respeito às diferenças, tanto quanto a mudança no seu comportamento cotidiano em relação ao entrecruzamento de ideias, propostas e afins, que norteiam a complexidade do campo comunicacional. Percebe-se um amadurecimento no corpo discente não só quanto ao bom desempenho do saber e do fazer acadêmico-profissional, mas também às boas perspectivas que todas(as) têm hoje referentes ao domínio dos dispositivos tecnológicos que serão seus instrumentos de trabalho.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Sandra R. dos S. *Gênero, rádio e educomunicação*. João Pessoa: EDUFPA, 2005.

AZEVEDO, Sandra R. dos S. *Cartografias – escritos sobre mídia, cultura e sociedade*. João Pessoa: EDUFPA, 2008.

BOCCHINI, Maria O.; LAHNI, Claudia R. Comunicação do feminismo: reflexões sobre o “Mulher e Saúde” e “Programa de Mulher”. *In: 7º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. Anais*. Fortaleza/CE, 2009.

DEL BIANCO, Nélia. Rádio e o cenário da convergência tecnológica. In: DEL BIANCO, Nelia (Org.). *O rádio brasileiro na era da convergência*. São Paulo: Intercom, 2012.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina (Org.). *Comunicação e gênero*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

FOSSÁ, Maria I. T.; CONRAD, K. Q. A historicidade e a programação: reflexões sobre a comunicação comunitária na Radiocom 104.5 FM. Revista *Vozes&Diálogo*, Itajaí/SC, v. 13, n 02, jul/dez 2014.

FREIRE, Adriana do A.; SANTOS, Maria Salete T. Mulheres, rádio e participação no desenvolvimento local: um estudo etnográfico junto às mulheres de Pirapama. Revista eletrônica *Polêmica*, UERJ/RJ, v.9, n.3, p.120-142, julho-set 2010.

HEADS PROPAGANDA. TODxS – uma análise da representatividade na publicidade brasileira. Disponível em: <https://es.slideshare.net/mediaeducation/todxs-uma-anlise-da-representatividade-na-publicidade-brasileira>. Acesso em: 5 jul. 2017.

IBGE. *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/efcd55e98064b8cd52204e31a90b19c0.pdf. Acesso em: 10 set. 2018.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. Rádio e convergência: uma abordagem pela economia política da comunicação. Revista *Famecos*, Porto Alegre/RS, v.17, n. 3, p.173-180, set-dez, 2010.

LAHI, Claudia R; AFONSO, Juliana N. Publicidade e relações de gênero: nos 40 anos do Ano Internacional da Mulher, reflexões a partir de anúncio da Heineken. Revista *Estud. Comun*, Curitiba/PR, v.17, n. 42, p. 71-85, jan-abr, 2016.

MATOS, Marlise. *Teorias de gênero ou teorias do gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências*. Florianópolis/SC: Estudos Feministas, 16 (2), 333-357, maio-ago 2008.

OLIVEIRA, A. L.; DIAS, A. F.; AMORIN, S. S. Um chopp para distrair: discurso publicitário e gênero. *In: 19º. REDOR – Encontro Internacional da Rede Feminista Norte/Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero. Anais*. ISBN 978-85-61702-41-0, p. 44-54, Aracaju/SE, 2016.

PERUZZO, Cecília K. de. *Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor*. Rio de Janeiro, UFRJ: ECO-Pós, v.12, n.2, maio-ago. 2009, p.46-61.

PRATA, Nair. A webradio e geração digital. *In: XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação/INTERCOM. Anais*. Curitiba/PR, 2009.

SOARES, Ismar de Oliveira (coord.). *Cadernos de educomunicação 1: caminhos da educomunicação*. São Paulo: Salesiana, 2001.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação e educação midiática: vertentes históricas de aproximação entre Comunicação e Educação. *Revista de Comunicação & Educação*, São Paulo/SP, ano XIX, n 2, jul/dez, 2014.

TAVARES, Olga; BEZERRA, Edileide. *Web Rádio Porto do Capim: a perspectiva acadêmica em sintonia com a comunidade*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – João Pessoa/PB – 15 a 17/05/2014.

TRIGO, Ana Luisa. Mulheres na mídia: nada a comemorar. Uma análise sobre a exposição feminina na imprensa e na publicidade

brasileiras. *In: V Congresso ANPTECRE. Anais.* v. 05, 2015, p. ST1004. Curitiba/PR, 2015.

VELOSO, Ana. *O fenômeno Rádio Mulher: comunicação e gênero nas ondas do rádio.* 2005. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2005.

VELOSO, Ana. Bela, recatada e do lar – a reprodução dos papéis de gênero nas páginas da revista *Veja*. 19º. *In: REDOR- Encontro Internacional da Rede Feminista Norte/Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero. Anais.* ISBN 978-85-61702-41-0, p.14-27, Aracaju/SE, 2016.

VIANA, C. E.; XAVIER, J.B. Direitos humanos e comunicação, um tema gerador de debates e encontros sob a perspectiva da educomunicação. *In: LAGO, C; VIANA, C. E. (Org.). Educomunicação e direitos humanos.* São Paulo: ABPEducom/NCE-USP/Universidade Anhembi Morumbi, 2015.

WITZEL, Denise Gabriel. Na ordem discursiva do feérico mundo do feminino na publicidade. *In: RIZZOTTO, Carla Cândida (Org.). Comunicação e gênero: um panorama da pesquisa empírica no cenário nacional.* Londrina/PR: Syntagma Editores, 2016.

PARTE II
MÍDIA E REVOLUÇÃO:
CASOS DE PORTUGAL
(1974-1975)

RTP – UM SOLDADO NA REVOLUÇÃO¹

Jacinto Godinho

Universidade Nova de Lisboa (FCSH/ICNOVA)

RESUMO

A intenção inicial dos militares que organizaram o Golpe Militar de 25 de Abril era fazer uma revolução, mudar o regime, garantir as liberdades essenciais e voltar para os quartéis. Começaram por ocupar os principais meios de comunicação do país, como a rádio e a televisão, mas, em vez de se retirarem, mantiveram-se por vários anos à frente das administrações. Na RTP, militares que não percebiam nada de televisão ocuparam, durante 3 anos, a presidência do Conselho de Administração e as direções mais importantes, designadamente de Programas, Informação, Meios Técnicos e Pessoal. Entre 1974 e 1977, os militares asseguraram, caso

1 Investigação desenvolvida no âmbito do projeto Para uma História do Jornalismo em Portugal, Refª: PTDC/COM-JOR/28144/2017, com Financiamento FCT.

raro no mundo, a transição da ditadura para a democracia no principal órgão de informação existente em Portugal. Procuraram garantir que se reinventasse uma nova televisão, uma televisão para o povo. O tempo dos militares na RTP é ainda um período pouco estudado, mas fundamental para perceber as mudanças ocorridas no meio televisivo durante um período de rutura política e social.

PALAVRAS-CHAVE: RTP. 25 de Abril. Revolução. Democracia.

COMO A TROPA ACABOU A MANDAR NA RTP

Um das razões para o sucesso do Golpe Militar de 25 de Abril de 1974, várias vezes referido, foi o facto de os revoltosos terem decidido ocupar, e depois usar, os media. O plano de operações² definia como prioridade a ocupação dos principais órgãos de comunicação social, aqueles que de forma instantânea cobriam todo o país. O primeiro a ser ocupado foi a *Rádio Televisão Portuguesa* (RTP) logo às 3h05 da manhã. Seguiram-se o *Rádio Clube Português* (RCP), às 3h40, e a

2 O plano de operações militares chamava-se “Operação Fim-Regime” e foi elaborado pelo major Otelo Saraiva de Carvalho. Definia de forma minuciosa o que as dezenas de oficiais conspiradores em todo o país deviam fazer para rebelar as suas Unidades e militares e os alvos que deveriam posteriormente atacar. Tinha sido distribuído, nos dois dias anteriores, 23 e 24 de abril graças à colaboração de oito oficiais-estafetas.

Marconi. O primeiro comunicado do MFA foi difundido às 4h30 no *Rádio Clube Português* pela voz do jornalista Joaquim Furtado. Marcelo Caetano, Presidente do Conselho de Ministros do Estado Novo, conhecia o poder dos media, mas não percebeu a importância da sua defesa. Na RTP, a única televisão do país, havia apenas um polícia a defender as instalações e o mesmo aconteceu nas rádios ocupadas. Só depois de surgirem os primeiros comunicados dos revoltosos é que os governantes perceberam o erro, mas era demasiado tarde. Surpreende realmente que um regime que soube usar e controlar, através dos Serviços de Censura,³ a comunicação social durante 48 anos, e que desde 1961 manteve uma guerra em três frentes africanas sem deixar que o jornalismo abrisse brechas na opinião pública, tivesse desajeitadamente perdido o controlo dos meios de comunicação, num só dia.

Isto não significa, pelo contrário, que o Movimento das Forças Armadas (MFA),⁴ tivesse posto em prática o plano perfeito para capturar e controlar os media. Os revoltosos

3 A Direcção dos Serviços de Censura funcionou desde 1945 na dependência do Secretariado Nacional da Informação. A partir de 1968, durante o Governo de Marcelo Caetano passou a chamar-se Exame Prévio.

4 O Movimento das Forças Armadas (MFA) é o nome pelo qual ficou conhecido o movimento militar que foi responsável pela revolução de 25 de Abril de 1974 em Portugal, que pôs termo ao anterior regime do Estado Novo, a 25 de Abril de 1974. É também conhecido pelo Movimento dos Capitães.

percebiam a importância dos meios de comunicação, mas pouco entendiam acerca do seu funcionamento.

O Movimento dos Capitães só percebeu a importância dos *media* poucos dias antes do 25 de Abril, através de uma série de incidentes. O golpe falhado de 16 de Março⁵ deu ao Movimento dos Capitães a percepção de que o plano de operações não resultaria se as Unidades militares não saíssem ao mesmo tempo em todo o país. Quem resolveu o problema foi o capitão de mar e guerra, Almada Contreiras, da Comissão Política do MFA, um dos responsáveis (com Melo Antunes e Vítor Alves) pela execução do programa político. Contreiras comprara em Madrid⁶ um livro sobre o plano de resistência de Salvador Allende, a um golpe no Chile (que efetivamente veio a acontecer liderado por Pinochet). Nesse plano, constava a ideia de usar como senha uma canção a difundir através da rádio para todo o território. A poucos dias do 25 de Abril, já durante a elaboração do plano de operações militares, aplicou-se esta ideia de usar canções como senha. Para demonstrar como

5 No dia 16 de março de 1974, o Regimento de Infantaria nº 5 saiu das Caldas da Rainha e dirigiu-se a Lisboa para derrubar o governo. A tentativa de golpe de Estado foi anulada pelo regime, o que levou à detenção de quase duzentos militares envolvidos, mas ajudou a fortalecer o MFA e, deu a perceber o que teria de ser feito para o 25 de Abril ter sucesso.

6 CONTREIRAS, A. 2014. “Introdução” a *Militares e Política: o 25 de Abril*, editado por OLIVEIRA, Luísa Tiago de, sem local, Estuário, 2014, p. 7-9. ISBN: 978-972-8017-23-1.

era embrionário o conhecimento que os revoltosos tinham do funcionamento dos media, descrevemos em pormenor este processo. Otelo contactou João Paulo Diniz, locutor dos Emissores Associados de Lisboa (EAL) para passar a senha do 25 de Abril. Foi escolhida a canção de Zeca Afonso *Venham Mais Cinco*.⁷ Dois dias antes da revolução, de 22 para 23 de abril, numa reunião, João Paulo Diniz informa que *Venham Mais Cinco* não pode passar na rádio porque está censurada. Escolheram então a insuspeita canção vencedora do Festival da Canção que se chamava, de forma inspirada, *E depois do Adeus*.⁸ João Paulo Diniz esclarece também que os EAL só difundiam para a região de Lisboa. Foi necessário, para não comprometer o plano de operações, juntar uma nova estação de rádio que fosse ouvida em todo o território. Escolheu-se então uma rádio, a *Renascença*, o programa “Limite”,⁹ de Leite Vasconcelos e uma canção, também de Zeca Afonso, que passou

7 *Venham mais Cinco* é uma canção de um álbum de canções originais de José Afonso que tem o mesmo nome. Foi gravado em Paris e lançado no Natal de 1973.

8 *E Depois do Adeus* foi a canção vencedora da 12.ª edição do Festival RTP da Canção em março de 1974. Com letra de José Niza e música de José Calvário, foi interpretada por Paulo de Carvalho.

9 O programa “Limite”, era um programa independente transmitido na *Rádio Renascença* entre as 00h00 e as 02h00 da madrugada, de segunda a sexta-feira. O programa, à data do 25 de Abril, tinha produzido e apresentado Marcel de Almeida, Leite Vasconcelos Carlos Albino e Manuel Tomás.

para a história – *Grândola Vila Morena*.¹⁰ O 25 de Abril teve duas senhas porque os militares foram descobrindo, de forma atabalhoada e em cima da hora, o funcionamento dos media.

Um outro exemplo aconteceu na RTP. O capitão Teófilo Bento da Escola Prática de Administração Militar (EPAM) ficou encarregue da ocupação, mas no início de abril ainda não fazia ideia de como era a empresa:

A Informação que eu tinha do interior da RTP era escassíssima. Era praticamente nada. Reduzia-se a uns croquis muito toscos que foram feitos por pessoas. O primeiro foi feito pelo Adelino Gomes, que tinha passado por lá nesse tempo.¹¹

Teófilo Bento obteve informações junto do jornalista Adelino Gomes que trabalhou uns tempos na RTP e fora também despedido da Rádio *Renascença*. Trabalhava na revista *Seara Nova* e foi o primeiro jornalista a saber que ia haver um golpe de Estado:

Um dia, no dia 1 de Abril que é o dia das mentiras, tocaram à campanha na Seara Nova. Um militar disse que queria falar comigo, daquela forma característica, um pouco

10 *Grândola Vila Morena* é uma canção de Zeca Afonso do álbum *Cantigas do Maio*, gravado em dezembro de 1971.

11 Depoimento de Teófilo Bento para o programa “TV Revolução”, quarto episódio da série documental “RTP – Retratos de uma Televisão”, emitida pela RTP 1 em 2004.

ingénua e ao mesmo tempo bastante corajosa e decidida que os militares que fizeram o 25 de Abril tinham, disse-me assim: – Olhe, nós vamos fazer um golpe de Estado daqui a dias e eu fui encarregado de ocupar a televisão. Disseram-me que tinha trabalhado na RTP. Falando assim descontraidamente: – Você não se importa de me dizer como é a RTP para a gente ocupar aquilo!¹²

Munido de um rudimentar *croqui*, Teófilo Bento, comandando uma força da EPAM, ocupa, sem esforço, as instalações na madrugada do dia 25 e prepara-se para difundir, cerca das 12h, um comunicado do MFA com uma equipa de 25 técnicos, escolhida por Soares Louro, um funcionário da RTP que previamente havia sido indicado aos militares como sendo um homem de confiança. Mas os ocupantes dos Estúdios do Lumiar esqueceram que sem emissores não havia emissão. O emissor ficava em Monsanto longe ainda dos estúdios da RTP no Lumiar e estava fora do controlo do MFA. Uma força da GNR leal ao regime ocupou as instalações de Monsanto.

12 Depoimento de Adelino Gomes para o programa “TV Revolução”, quarto episódio da série documental “RTP – Retratos de uma Televisão”, emitida pela RTP 1 em 2004.

Durante a investigação para este trabalho apurámos, com base em testemunhos, que Ramiro Valadão,¹³ presidente da RTP, e César Moreira Baptista, ministro do Interior, assim que souberam da ocupação dos estúdios do Lumiar, decidiram, durante a madrugada, impedir a televisão de funcionar. A primeira opção que tomaram foi mandar explodir o emissor de Monsanto, mas o diretor de meios técnicos da RTP, Matos Correia, convenceu-os de que essa ação faria com que Portugal ficasse sem televisão durante seis meses. Valadão pensa então noutras soluções, conforme confessou em entrevista ao programa “Carlos Cruz – Quarta-feira”.¹⁴

Ramiro Valadão – Fiquei sentado e fiz alguns telefonemas.

Cruz – Para quem?

Valadão – Olhe, um deles para o professor Marcelo Caetano.

Cruz – Conseguiu falar com ele?

Valadão – Consegui falar com ele.

Cruz – Disse-lhe alguma coisa ou perguntou-lhe alguma coisa? O que é que perguntou?

Valadão – Então senhor Presidente, o que é que vai fazer?

Cruz – O que é que ele disse?

Valadão – Já não obtive resposta.

13 Ramiro Machado Valadão foi um jornalista e político muito próximo de Marcelo Caetano. Em abril de 1969 foi nomeado presidente do conselho de administração da RTP, cargo que manteria até à queda do regime do Estado Novo na sequência da Revolução de 25 de Abril de 1974.

14 “Carlos Cruz – Quarta-feira” foi um programa de entrevistas emitido na RTP 2 com início em 1991.

Cruz – Não obteve resposta? Desligou-se o telefone?

Valadão – Desligou-se o telefone. Depois mantive a ligação com a televisão onde estava um homem da melhor qualidade, o capitão Alarcão. Que era um homem de grande qualidade.

O capitão Eduardo Alarcão¹⁵ foi ao emissor e tirou uma válvula e pô-la dentro da casota do cão que guardava os emissores de Monsanto:

Para a televisão ir para o ar é preciso uma válvula. Tiro a válvula e a televisão não vai para o ar. Sei que havia um cão em Monsanto. Fiz um embrulho e pus dentro da casota do cão.

Durante a maior parte do dia 25 de Abril o regime atacado de Américo Tomás e Marcelo Caetano tinha antenas de difusão, mas não tinha estúdios. O MFA tinha estúdios, mas não tinha antena. O tempo ia passando e Teófilo Bento chegou a desesperar:

Chegámos ao ponto de ter cá uma equipe suicida no sentido de ir resolver o problema em Monsanto. A equipe suicida era composta pelo tenente Cerdeira, pelo alferes Geraldês e pelo primeiro cabo miliciano rosado, estavam dispostos a tudo. Só para demonstrar a nossa

15 O capitão Eduardo Alarcão, conhecido pintor português era em 25 de Abril o responsável pela segurança da RTP.

vontade de levar o processo para a frente, fossem com que dificuldades fossem.¹⁶

Monsanto resiste até às 17h30. Só depois da rendição do governo de Marcelo Caetano no Quartel do Carmo é que o capitão Alarcão é convencido a desistir.

A válvula é descoberta pelos técnicos de Monsanto na casota do cão e a televisão volta a funcionar. A histórica emissão da RTP no 25 de Abril começa às 18h45.

Os militares que ocuparam os Estúdios da Lumiar tinham ordens para só permitir na RTP a leitura de comunicados e por isso também não souberam usar a informação a seu favor. A RTP foi assim impedida de cobrir os históricos acontecimentos da revolução durante toda a manhã e princípio da tarde porque Teófilo Bento não deixou sair nenhuma equipa de reportagem. Por volta das 16h, o operador de câmara João Rocha e o adjunto Saraiva conseguem ludibriar a vigilância e dirigem-se, sem jornalistas, para o Largo do Carmo. Não levavam equipa de som. As primeiras imagens do dia da liberdade feitas pela RTP foram obtidas quase na clandestinidade e sem sons. Mostram a chegada de Spínola ao quartel do Carmo e a saída de Marcelo Caetano de chaimite. Foi a única filmagem que a RTP fez, na rua, num dos mais históricos dias do século XX.

16 Depoimento de Teófilo Bento no programa “Eleições para a Assembleia Constituinte”. Arquivo RTP, 1975.

Mas foi o suficiente para iniciar uma nova era da televisão em Portugal. As imagens foram emitidas sem montagem. O locutor Fialho Gouveia comentou-as de improviso dizendo que eram “acima de tudo as imagens da verdade, sem artifícios de qualquer espécie”.¹⁷ À noite, o país inteiro esperou pela apresentação em direto da Junta de Salvação Nacional. O jornalista Miguel Sousa Tavares recorda que:

No dia 25 de Abril a segunda coisa que eu fiz, a primeira foi ir ao largo do Carmo, e a segunda foi ir a correr a um supermercado comprar uma televisão porque eu próprio não tinha televisão em casa. Tinha-me sempre recusado a ter televisão. No dia 25 de Abril de 1974 a televisão entrou pela primeira vez na minha casa.¹⁸

A RTP passou a ser um dos palcos onde se fez a revolução. Foi na televisão, alterando narrativas de programas, poses de jornalistas em estúdio, formas de falar e de filmar que se puderam efetuar as primeiras mudanças visíveis, assinalando ao país o que era uma revolução. A televisão mostrava o que era importante e dava importância ao que mostrava. Mas a

17 Reportagem “Acontecimentos no Largo do Carmo em 25 de Abril de 1974” com locução de Fialho Gouveia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4jpCTZ5Ybdc>. Acesso em: 17 fev. 2019.

18 Depoimento de Miguel Sousa Tavares para o programa “TV Revolução”, quarto episódio da série documental “RTP – Retratos de uma Televisão”, emitida pela RTP 1 em 2004.

cultura visual de um país iconofóbico não se muda de um dia para o outro. O Estado Novo carregou as imagens de perigos e envolveu-as numa moral sufocante e essa mentalidade, que sobrevaloriza o efeito mimético das imagens, continuou cativa na cabeça dos militares de Abril.

Os militares ocuparam a RTP com o objetivo de fazer um golpe militar e depois entregar o poder ao povo. Mas acabaram por ficar três longos anos a mandar no mais importante órgão de informação em Portugal. Ainda hoje não é fácil perceber o que causou este longo período de administração militar.

UMA TELEVISÃO DO POVO E PARA O POVO

Ficou claro que o MFA soube usar os meios de comunicação para fazer o golpe militar, mas não tinha um plano para os dirigir. Estavam apenas determinados em encaminhá-los para a liberdade e para a democracia.

O país já não vivia em democracia há 48 anos e as Forças Armadas não tinham uma cultura democrática. Eram uma força hierarquizada e disciplinada e apenas tinham desenvolvido alguma experiência mediática promovendo ações de propaganda e de manipulação da opinião pública durante a guerra colonial, através da Secção de Ação Psicológica no âmbito da 2ª Divisão do Estado Maior (Informações).

Vamos seguir o fio dos acontecimentos na RTP no pós-25 de Abril com o objetivo de perceber esta experiência, rara no mundo, que levou militares, e não civis, a serem os responsáveis pela transição da televisão da ditadura para a democracia. A que modelos de televisão recorreram? Que pensamento estratégico puseram em prática e que plano organizaram para o cumprir?

O que se passou na RTP entre 74 e 77, anos de controlo militar, foi uma experiência única, sem rede, resultado de inúmeros projetos e sonhos sobre o que deveria ser uma televisão, com muitas ideias bem-intencionadas que logo eram desafiadas e desfeitas com violência pela realidade. A RTP foi, nesses anos, um microcosmo do país. Mostrou a revolução que estava a acontecer ao mesmo tempo que foi o centro do processo revolucionário.

A guerra entre spinolistas e o MFA começa na RTP. Logo na noite de 26 para 27, o capitão Teófilo Bento recebe uma ordem escrita do general Spínola para deixar a RTP e passar o comando a um delegado da Junta de Salvação Nacional (JSN), o capitão Fernando Barbeitos. O então alferes Manuel Galdes, que participara na ocupação da televisão, recorda que:

O capitão Barbeitos era um homem de confiança do general António de Spínola, e trabalhou com ele na Guiné. Isso causou algum mal-estar e perturbação.¹⁹

O sinal público dessa perturbação foi dado pelo próprio Teófilo Bento que, no discurso de despedida da RTP, gravado na íntegra, declara, para espanto de todos, que:

A hierarquia existente se mantém até novas indicações de alteração. Não é possível manter uma continuação dos serviços caso essa hierarquia não se mantenha. Pede-se a todo o pessoal para obedecer às ordens dos seus superiores diretos.²⁰

Uma das primeiras decisões do capitão Barbeitos foi suspender o Gabinete de Exame e Classificação de Programas,²¹ ao qual ele próprio pertencia.

Spínola nomeara para mandar na RTP um homem do anterior regime e que fazia parte da estrutura de censura. Eram sinais que não indiciavam uma verdadeira mudança de regime na RTP. Mesmo o antigo Conselho de Administração da RTP decide aderir ao MFA e pôr-se à disposição da JSN

19 Depoimento de Manuel Gerales gravado para o programa “Quando a tropa mandou na RTP” emitido em 24 de Abril de 2017 na RTP 1.

20 Excerto do Arquivo RTP inserido no programa “Quando a tropa mandou na RTP”, emitido em 24 de Abril de 2017, na RTP 1.

21 Ordem de Serviço 2A/74 da RTP. Extinção do Gabinete de Exame e Classificação de Programas, por ordem do delegado “AD-HOC” do MFA.

no dia 29 de abril.²² Na verdade, a nomeação de Barbeitos indiciava já o início de uma luta pelo controlo da RTP entre duas fações dentro do MFA: os spínolistas, por um lado, e a Comissão Política do MFA (posteriormente designada Comissão Coordenadora do Programa), por outro.

Os homens da Coordenadora não deixam Barbeitos ficar nem dois dias na RTP e readquirem rapidamente o poder. No dia 29 de maio é enviada uma comissão composta de três militares, cada um representando os diversos ramos das Forças Armadas: Conceição e Silva pela Marinha, Costa Brás pelo Exército e Duarte Ferreira da Força Aérea, assumem o comando administrativo da empresa. São apresentados em direto e nessa emissão, conduzida pelo jornalista Luís Filipe Costa, Conceição e Silva apresenta o primeiro esboço de um programa dos militares para a televisão afirmando: “Nós estaremos aqui para defender os princípios mais puros da democracia e para não deixar instaurar sistemas ditatoriais sejam da direita sejam da esquerda”. Costa Brás acrescenta: “Para isso se está a proceder à extinção do departamento relacionado com a censura e à renovação dos seus quadros.”²³

22 O.S 3/74 da RTP

23 Excerto do Arquivo RTP inserido no programa “Quando a tropa mandou na RTP”, emitido em 24 de Abril de 2017, na RTP 1.

A primeira missão da Comissão Militar do MFA é sanear a RTP anulando a ideia de continuidade deixada por Barbeitos. Logo no dia 2 de maio, através de uma ordem de serviço interna,²⁴ suspendem todos os diretores e também duas figuras icônicas da televisão, Henrique Mendes e o locutor Manuel Caetano, irmão do ex-presidente do Conselho Marcelo Caetano:

Eu fui despedido porque era necessário mudar a imagem de marca. O nome Caetano talvez fizesse recordar as conversas em família.

Ramiro Valadão, o poderoso presidente do Conselho de Administração do período marcelista, nem precisou de ser oficialmente despedido. O jornal *Expresso* noticia que logo no dia 26 de abril Valadão limpou o gabinete e nunca mais apareceu na RTP. Mas a nova administração militar não o vai deixar em paz. Ramiro Valadão era um dos rostos mais conhecidos do antigo regime e o MFA quis fazer dele um caso exemplar para denunciar as alegadas práticas corruptas da ditadura. Contratam uma equipa de consultores e advogados para averiguar os negócios do ex-presidente da RTP. Ao fim de um mês de investigações e de recolha de documentação, o caso é entregue à Polícia Judiciária e o ex-presidente da RTP é preso no dia 12 de junho.

24 O.S 4/74 da RTP.

Despedido Valadão, era preciso libertar a RTP da sua herança, a televisão cinzenta e propagandística da ditadura, tornando-a um instrumento da democracia. Os militares da Comissão Administrativa assumem que não percebem nada de conteúdos televisivos e convidam um grupo de intelectuais, de vários quadrantes políticos, para pensar a nova programação. Promovem uma reunião em que definem quais as linhas de orientação que devem ser seguidas. É o primeiro esboço de uma estratégia televisiva para a democracia. Nessa reunião, o comandante Conceição e Silva começa por dizer:

Desejaríamos agora lançar uma série de programas de formação política do povo porque, como sabemos, está ignorante em matéria de política. Não queremos que saia qualquer coisa de partidário. A televisão quer manter-se imparcial e por isso a presença dos senhores aqui. Peço-vos que se ponham dentro do mesmo espírito com que funciona a eleição do papa. Vão ficar aqui fechados até que consigam resolver o assunto.²⁵

O realizador da RTP, Artur Ramos, foi um dos participantes e recorda essa reunião:

Fecham-nos à chave, põem-nos sanduiches e dizem: só saem daqui quando disserem quem vai para diretor de

25 Excerto do discurso de Conceição e Silva inserido no programa “Quando a tropa mandou na RTP”, emitido em 24 de Abril de 2017, na RTP 1.

programas. Fizeram-se votações e calhou em mim. Mas achei que devia ser coletivo. Propus não ser um diretor único, mas ser uma comissão com o Álvaro Guerra, o Manuel Jorge Veloso e o Duarte Ferreira.²⁶

A nova Comissão Consultiva de Programas ficou encarregue de criar uma televisão isenta e formativa. Querem uma rutura com o passado, mas, no fundo, retomam parte da ideologia marcelista de uma televisão pedagógica pensada por uma elite que ensina o povo ignorante.

Procuram uma revolução na televisão que dê a voz ao povo e à sua sabedoria tantos²⁷ anos silenciada, mas que assuma também a missão de o politizar combatendo a sua ignorância política. Poucos se dão conta deste paradoxo que irá marcar toda a informação televisiva no período revolucionário.

Para o jornalista Álvaro Guerra, que assume a partir de maio de 1974 a condução da informação televisiva, era uma missão complicada:

Não tínhamos nenhum projeto para a televisão. Aquilo foi tudo improvisado desde o primeiro minuto. Improvisado

26 Depoimento de Artur Ramos para o programa “TV Revolução”, quarto episódio da série documental “RTP – Retratos de uma Televisão”, emitida pela RTP 1 em 2004.

27 O I Governo Provisório de Portugal liderado pelo advogado Adelino da Palma Carlos tomou posse a 16 de maio de 1974, menos de 1 mês após o 25 de Abril de 1974.

e imediatamente sob o pano de fundo da luta pelo poder. A televisão era das coisas mais importantes que era preciso controlar e as forças políticas começaram imediatamente a disputá-la.²⁸

Por um lado, havia o fascinante projeto de reinventar uma nova televisão, mas por outro começava nos bastidores uma intensa luta entre os partidos políticos e entre fações do MFA pelo controlo da televisão.

Ao fim de apenas um mês, a Comissão Administrativa Militar abandona a RTP cedendo o lugar a um civil, Manuel Belo²⁹ que toma posse na mesma altura que o primeiro governo provisório de Palma Carlos. Parecia que os militares do MFA, depois de terem feito o saneamento da casa e de terem lançado a estrutura que ia fazer a revolução televisiva, iam finalmente cumprir a promessa de entregar o poder aos civis. Mas realmente o que começa, nesta altura, é a rotina de mudar a administração da televisão sempre que muda o governo. Os militares nunca deixaram de ter a tutela da empresa porque o General Spínola não perdeu tempo e no fim de semana em que a administração civil de Manuel Belo tomou posse, enviou mais um militar da sua confiança para assumir o cargo

28 Depoimento de Álvaro Guerra para o programa “TV Revolução”, quarto episódio da série documental “RTP – Retratos de uma Televisão”, emitida pela RTP 1 em 2004.

29 O.S 13/74 da RTP. Nomeação de Manuel Belo para presidente do C.A.

de delegado da Junta de Salvação Nacional na RTP, o major Mariz Fernandes.³⁰ Mariz Fernandes recorda que a ordem de Spínola era para invadir a RTP porque no dia 24 de maio de 1974, tinha-se realizado um comício de novos partidos das esquerdas no Coliseu dos Recreios em Lisboa. Durante o comício foi entoada a palavra de ordem “Nem mais um soldado para as colónias”. Segundo Mariz Fernandes:

Isso foi do desagrado do General Spínola que no dia seguinte de manhã, era um domingo, me ligou e me pôs à disposição uma companhia para ir ocupar a televisão.³¹

Spínola não queria que o tema colonial aparecesse na televisão e, portanto, a missão de Mariz Fernandes era a de exercer controlo sobre temas políticos que não interessassem ao spinolismo. O major tem o primeiro teste no dia 10 de junho quando a RTP transmite, em direto o espetáculo de homenagem ao MFA organizado por intelectuais e artistas ligados ao PCP e que decorreu no Mercado da Primavera junto ao Museu de Arte Popular em Lisboa. Durante o espetáculo, os atores do grupo *A Comuna* encenam uma paródia ao antigo regime. O ator Carlos Paulo representa o papel de

30 O então major Mariz Fernandes, foi um dos iniciadores do Movimento dos Capitães e foi também o autor dos comunicados do MFA divulgados no dia 25 de Abril. Foi o primeiro porta-voz da Junta de Salvação Nacional.

31 Depoimento do general Mariz Fernandes para o programa “Quando a tropa mandou na RTP”, emitido em 24 de abril de 2017, na RTP 1.

Cardeal Cerejeira e aparece com uma coroa de cerejas na cabeça. Como era feriado, Mariz Fernandes tinha ido passear. Quando chegou a casa ligou a televisão e afirma: “deparo com um espetáculo indecoroso. Mandei interromper a emissão”.

A emissão que decorria em direto é interrompida a partir dos Estúdios do Lumiar. No local, quando a assistência soube do corte, começou a gritar que a RTP estava dominada por fascistas e que ainda fazia censura. O caso foi muito discutido nos jornais nos dias seguintes e os trabalhadores da RTP reúnem-se de emergência pedindo a demissão de Mariz Fernandes, que sai da RTP nos finais de junho. Spínola dir-lhe-á mais tarde que o major foi o primeiro a “enfrentar os comunistas no pós-25 de Abril”.

Este escandaloso episódio de censura, num tempo que já se suponha democrático e de liberdade, dá força à célula do PCP que, na televisão, começa a tornar-se muito interventiva fazendo pressão para se formar de vez uma comissão de saneamento. Numa Assembleia Geral de Trabalhadores realizada em 21 de junho, pede-se a “erradicação dos fascistas” (REZOLA, 2014). Uma série de figuras conhecidas dos espectadores, como os jornalistas Horácio Caio, Rui Romano e o realizador Luís Andrade, entre outros, são suspensos, acusados de estarem associadas ao antigo regime.³²

32 O.S 30/74 da RTP.

Os saneamentos dividem de tal forma os trabalhadores que a convulsão interna provoca a queda da administração civil de Manuel Belo. São os próprios funcionários, através de um abaixo assinado, que pedem o regresso dos militares para manter a ordem na RTP.³³ Tudo isto acontece numa altura em que muda novamente o governo do país. Em julho de 74, os homens do MFA assumem o controlo do Governo através do coronel Vasco Gonçalves.

Mas Spínola, o presidente da República, que tentara enfraquecer o MFA acabando com a Coordenadora, naquele que ficou conhecido como o golpe palaciano de Palma Carlos, tem um projeto de poder pessoal e não desiste de controlar a televisão. Perdera o controlo do Governo, mas quer manter o controlo da televisão e nomeia para a Administração mais um militar da sua confiança, o coronel Augusto Casimiro Gomes.³⁴ Com ele vem o jovem major Ramalho Eanes indigitado para Diretor de Programas, em substituição da Comissão Consultiva de Programas onde a influência do PCP era visível. O braço de ferro entre o MFA e Spínola termina no dia 28 de setembro, após a frustrada manifestação da chamada

33 Comunicado assinado por 110 trabalhadores pedindo que seja integrado ao Conselho de Administração um elemento das Forças Armadas (REZOLA, 2014).

34 O.S 35/74 da RTP. O coronel Augusto Casimiro Gomes é nomeado presidente do C.A em 7 de agosto de 1974.

“Maioria Silenciosa”.³⁵ Spínola demite-se da Presidência da República sendo substituído pelo general Costa Gomes. Na RTP, o coronel Casimiro Gomes também se demite, mas, curiosamente, é substituído pelo Major Ramalho Eanes,³⁶ também considerado spinolista. A nomeação de Eanes para presidente do Conselho de Administração não agrada nem ao Governo de Vasco Gonçalves, a quem deveria competir nomear os administradores da RTP, nem aos funcionários da célula comunista. Isto leva Artur Ramos, membro da célula do PCP, a afirmar:

O MFA? Era tão bizarro aquele funcionamento. Quando o Spínola é afastado, o major Eanes é feito presidente do Conselho de Administração da RTP sem se perceber nada. Toda a gente estava à espera que o Eanes fosse com o Spínola.³⁷

35 “Maioria silenciosa” foi o nome dado à iniciativa política de alguns sectores conservadores da sociedade portuguesa, civil e militar, considerados na altura reacionários e que decidiram organizar uma manifestação, em 28 de setembro de 1974, de apoio ao então Presidente da República General Spínola. Tratava-se de convocar a maioria silenciosa do povo português que normalmente não se manifestava.

36 Ramalho Eanes trabalhou sobre as ordens de Spínola na Guiné-Bissau, para a Secção de Acção Psicológica no âmbito da 2ª Divisão do Estado Maior (Informações).

37 Depoimento de Artur Ramos para o programa “TV Revolução”, quarto episódio da série documental “RTP – Retratos de uma Televisão”, emitida pela RTP 1 em 2004.

A nomeação de Eanes é o resultado de um novo confronto de forças que se começa a desenhar desta vez dentro da Coordenadora do MFA. Eanes é apoiado por Vítor Alves e Melo Antunes, o grupo dos moderados que mais tarde, no Verão Quente de 75, irá romper de vez com o gonçalvismo dando origem ao chamado Documento dos Nove.

RAMALHO EANES E A EQUIPA DA RTP

Em outubro de 1974, começa um outro conflito subterrâneo pelo controle da RTP, desta vez entre Eanes, o Governo de Vasco Gonçalves e a 5ª Divisão:

Não se pode esconder que a 5ª divisão nunca viu com bons olhos a minha nomeação. O Castrim³⁸ que era um grande crítico televisivo, é indiscutível, não tinha pejo nenhum em sistematicamente me flagelar de uma maneira que para mim era extremamente gratificante dizendo que eu pretendia fazer da televisão uma BBC. E que ao tentar fazer isso eu estava a tentar afastar a televisão da revolução. Eventualmente estava a tentar afastar a televisão da revolução, mas estava a tentar que tivesse um papel fundamental na instauração da democracia. Mas tínhamos conceções diferentes sobre o que era democracia.³⁹

38 Refere-se a Mário Castrim, crítico de televisão do *Diário de Lisboa*.

39 Depoimento do general Ramalho Eanes para o programa “Quando a tropa mandou na RTP”, emitido em 24 de abril de 2017, na RTP 1.

Para contrariar o poder de Eanes na RTP o governo de Vasco Gonçalves, com apoio da cada vez mais poderosa 5ª Divisão das Forças Armadas,⁴⁰ criou uma nova comissão consultiva com poder para impedir a exibição de programas. Esta Comissão Consultiva de Programas era formada por militares dos três ramos das forças armadas e por representantes de três partidos: PCP, PS e PSD. Tinham poderes para supervisionar todos os programas e podiam impedir a exibição. Ramalho Eanes, por seu lado, também reage:

Quando soube que isso ia acontecer [a Comissão Consultiva de Programas] entendi que para controlar a televisão eu tinha de ter nos lugares-chave militares que fossem da minha confiança porque de outra maneira perdia o controlo da televisão.⁴¹

40 A 5ª Divisão foi constituída por iniciativa de Francisco Costa Gomes, enquanto Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA,) em meados de junho de 1974. As atividades da 5ª Divisão podem ser divididas por quatro áreas de atuação: a Comissão Dinamizadora Central (CODICE) encarregada de organizar as campanhas de dinamização cultural, o Centro de Esclarecimento e Informação Pública responsável pelo jornal do MFA – Boletim do MFA – e outros conteúdos informativos, o Centro de Sociologia Militar que elaborava “cursos, estágios, colóquios e conferências” e o Centro de Relações Públicas. Também acabaria por ser Costa Gomes, já como Presidente da República, quem assinou a proposta de “desativação” da 5ª Divisão, por sugestão do Conselho da Revolução, a 25 de agosto de 1975.

41 Depoimento do general Ramalho Eanes para o programa “Quando a tropa mandou na RTP”, emitido em 24 de abril de 2017, na RTP 1.

O novo presidente do Conselho de Administração da RTP defende o seu poder criando uma equipa militar⁴² para controlar todas as direções e manter a influência dos elementos moderados do MFA. O capitão de Fragata Machado Moura é nomeado Diretor de Programas à frente de uma equipa que inclui o tenente Bargão dos Santos e o alferes Manuel Gerales. Na Direção Técnica toma posse o major engenheiro Saraiva Mendes, com uma equipa de três adjuntos, os capitães Pinto de Castro, José Canavilhas e Simões Roque. Para a Direção de Pessoal vem o capitão João Figueiredo coadjuvado pelo capitão Leopoldo Águas. Também o Centro de Produção do Porto é liderado por um militar, o major Silva Aragão.

Eanes passa a assinar como presidente da RTP e coordenador da Equipa Militar. Esses oficiais garantiam o controlo da emissão de televisão em caso de golpe militar e procuravam também dominar a oposição interna porque os vários partidos políticos já tinham células dentro da RTP e faziam enorme pressão sobre os militares.

O conflito entre a Comissão Consultiva de Programas e a Equipa Militar da RTP torna-se público nos jornais no dia 2 de dezembro de 1974. A Comissão pediu para analisar os textos de uma série documental da *Thames Television* chamada *World at War*, que em Portugal recebeu o nome de “Memória

42 O.S. 60/74; 61/74 e 72/74 da RTP.

do Nosso Tempo”, e decidiu cancelar a exibição do quinto episódio dedicado à operação *Barbarossa*.⁴³ Aurélio Santos, representante do PCP, considerou que o texto do documentário “era uma forma de propaganda antissoviética e anticomunista e a apresentação do programa seria uma agressão que favorecia as teses fascistas”. António Reis, representante do PS, pede que se “refunde o texto para respeitar a verdade histórica”. O Coronel Marcelino Marques, do MFA e presidente da Comissão, defende que “o programa alimenta a campanha anticomunista e defende que não deve ser projetado”.⁴⁴

Álvaro Guerra, José Megre, Joaquim Letria e Carlos Cruz, responsáveis da Direção de Informação, demitem-se. Foi necessária uma reunião de emergência entre Eanes e o primeiro-ministro Vasco Gonçalves para resolver o problema. Os responsáveis pela informação da RTP retiram o pedido de demissão e o episódio “Memórias do Nosso Tempo” é emitido no dia 6 de dezembro. Mas o caso *Barbarossa* extremou as relações entre Eanes e Vasco Gonçalves. Em finais de janeiro o presidente da RTP exige o fim da Comissão Consultiva de Programas e no dia 6 de fevereiro, Eanes decide ler em

43 Operação *Barbarossa* foi o nome de código para a invasão da União Soviética, pela Alemanha, iniciada em 22 de junho de 1941, durante a Segunda Guerra Mundial.

44 Actas da Comissão Consultiva de Programas. Núcleo Museológico e Documental da RTP.

direto, ao país, um comunicado cheio de recados para Vasco Gonçalves sustentando que:

A relação entre o Governo e a televisão deve processar-se na base do reconhecimento de direitos mútuos. Pressupõe, contudo, a independência institucional da televisão.

O conflito de Eanes com a ala mais à esquerda do MFA teve, no entanto, um desfecho inesperado no dia 11 de março de 1975. Na sequência do falhado golpe de Spínola, para retomar o poder em Portugal, reúne-se à noite uma assembleia de militares do MFA. Naquela que ficou conhecida como "Assembleia Selvagem" do MFA o presidente da RTP foi acusado de ter tido reuniões com os conspiradores. Entrevistado para esta investigação, Eanes conta que:

No dia seguinte soube que na 5ª. Divisão se tinha dito que o Eanes é spinolista. Ainda por cima com um cunhado, Neto Portugal, que era um dos aviadores que atacou o RAL 1 e que estava feito com a intentona, e, portanto, ele tem de ser preso já. Muitos dos meus camaradas insurgiram-se, um deles o Vasco Loureço, e eu não fui preso. E esse foi o período mais complicado, porque eu demiti-me e fiz ao chefe do Estado-Maior, que era o Fabião, uma exigência inaceitável, que foi dizer: eu recuso-me a assumir qualquer função, nomeadamente militar, enquanto não houver inquérito. Em determinada altura convenci-me de que ia preso e passei a dormir vestido com receio que fossem

lá a casa e me apanhassem de qualquer maneira. Esse foi o período mais complicado da minha vida na revolução.

A demissão de Eanes acelera a luta pelo poder na RTP numa altura política crucial, um mês das primeiras eleições livres para a Assembleia Constituinte. Até ao fim do mês de março de 1975, o ministro da Comunicação Social Correia Jesuíno deu posse a três conselhos de administração diferentes, todos liderados por militares. Interinamente o capitão João Figueiredo esteve no cargo cinco dias até à tomada de posse em 18 de abril de José Emílio da Silva, um capitão muito conotado com o gonçalvismo e com o PCP. Mas na remodelação governamental para a constituição do IV Governo Provisório, Vasco Gonçalves chama Emílio da Silva para o Ministério da Educação e por fim é o capitão Tavares Galhardo quem assume o poder na RTP a 30 de março. Mas a maior surpresa destas mudanças é a nomeação de um jovem militar, o tenente Bargão dos Santos, de 25 anos, para a Direção de Informação, substituindo o conceituado Álvaro Guerra.

Álvaro Guerra sai da RTP e dá uma entrevista ao jornal *República* onde acusa Bargão dos Santos de deixar que elementos ligados ao Partido Comunista tomem o controlo da informação. É neste clima, já de confronto aberto dentro da RTP, que se realizam no dia 25 de Abril as prometidas eleições para a Assembleia Constituinte. É uma emissão

histórica para os Estúdios do Lumiar. Durante 36 horas a RTP emite sem parar até se conhecerem já no dia seguinte os inesperados resultados que dão a vitória ao PS. Os fracos resultados do PCP tornam ainda mais decisivo, para o partido, o controlo da televisão, instrumento capaz de divulgar pelo povo a mensagem comunista, especialmente a norte do Tejo.

POR UMA TELEVISÃO AO SERVIÇO DA REVOLUÇÃO

A célula comunista da RTP divulga o documento – *Por Uma Televisão Ao Serviço Do Povo*. Critica o período de Eanes, dizendo que a RTP perdera o seu pendor revolucionário e força o despedimento definitivo dos jornalistas saneados.

Nos meses seguintes, os repórteres da RTP desdobram-se na cobertura das campanhas de dinamização cultural. O período de Bargão dos Santos é o mais polémico da informação da RTP, levada a assumir o papel de instrumento da revolução. Entre os jornalistas da redação é cada vez mais confuso o papel entre repórteres ou propagandistas da revolução. O ponto alto deste conflito político dentro da empresa acontece no dia 17 de maio de 1975. Nesse dia, o jornal *República* noticia que elementos do PCP procuram sanear quadros da RTP. Tinha sido descoberta uma lista, alegadamente feita pelo funcionário Manuel Jorge Veloso, com o nome de pessoas a

sanear e apontando, entre várias razões, o “ser bêbado” ou “ser homossexual”. Artur Ramos admite que o seu camarada do PCP foi o autor do documento:

O Manuel Jorge Veloso nunca devia ter escrito aquele documento. Disse os podres. Um era bêbado. O outro era corno. O outro era preguiçoso.⁴⁵

Joaquim Letria tem uma leitura mais política do chamado “Documento Veloso”:

Aquilo não é só um documento para luta interna, transformou-se numa bandeira contra o PCP. Há coisas de que o PCP foi acusado, mas que penso que não terá tido culpa nem responsabilidade e também posso admitir que isto tenha sido criado para vir a ser imputado ao PC. Era um período que permitia todas estas coisas.⁴⁶

A seguir ao caso “Documento Veloso” na RTP, segue-se o fecho do jornal *República* e os conflitos do Governo com a Igreja devido à ocupação da *Rádio Renascença* pelos trabalhadores. Os *media* eram o principal campo de batalha

45 Depoimento de Artur Ramos para o programa “TV Revolução”, quarto episódio da série documental “RTP – Retratos de uma Televisão”, emitida pela RTP 1, em 2004.

46 Depoimento do jornalista Joaquim Letria para o programa “Quando a tropa mandou na RTP”, emitido em 24 de abril de 2017, na RTP 1.

política entre os principais partidos políticos e o MFA ia-se dividindo também nesta luta.

Na RTP, o núcleo inicial da equipa militar, liderado por Manuel Geraldês continua fiel a Ramalho Eanes e assume a oposição à influência comunista na empresa, visando particularmente o diretor de Informação, Bargão dos Santos. Pouco tempo depois, a 7 de junho, Bargão dos Santos dá uma entrevista ao jornal do *Expresso* onde assume a responsabilidade por se ter cortado uma frase num comunicado do Conselho da Revolução. Foi o motivo que Geraldês aponta para o seu afastamento:

A determinada altura, percebemos que também o Major Bargão dos Santos perdeu um bocado o espírito que reinava entre os membros da equipa militar. Deixou-se apanhar pela capacidade de organização do partido comunista e perdeu a nossa solidariedade.⁴⁷

Bargão dos Santos demite-se, mas para o seu lugar é nomeado outro militar, o tenente Fernando Carneira, mais ligado à extrema-esquerda e ao grupo da UDP na redação.

No chamado Verão Quente de 75 o Conselho da Revolução divide-se depois da publicação do chamado “Documento dos

47 Depoimento do jornalista Joaquim Letria para o programa “Quando a tropa mandou na RTP”, emitido em 24 de abril de 2017, na RTP 1.

Nove”.⁴⁸ Em setembro cai o 5º Governo Provisório liderado por Vasco Gonçalves. Correia Jesuino, então Ministro da Comunicação Social, confessa que:

Foi sobretudo uma grande desilusão. Fiz um grande luto que dura até hoje. Eu era muito ingénuo e o que fica é uma certa descrença sobre se é possível mudar as sociedades.⁴⁹

A queda do governo de Vasco Gonçalves origina nova demissão na presidência da RTP. Valentino Tavares Galhardo despede-se exortando os trabalhadores a empenharem-se no avanço do processo revolucionário.⁵⁰ Para o seu lugar entra um militar mais identificado com o Grupo dos Nove, o major Pedroso Marques. Este fundador do PS participou no golpe de Beja, em dezembro de 1961, e viveu desde então exilado. O currículo oferecia aos moderados do MFA, que passaram a controlar o poder executivo depois da tomada de posse do VI governo provisório, a forte convicção de que Pedroso Marques tinha

48 O Grupo dos Nove foi um grupo de oficiais das Forças Armadas de Portugal liderado por Melo Antunes pertencente ao MFA de tendência moderada. Publicaram em agosto de 1975 um documento que ficou conhecido como “Documento dos Nove” com vista à clarificação de posições políticas e ideológicas dentro e fora das Forças Armadas.

49 Depoimento de Correia Jesuino para o programa “Quando a tropa mandou na RTP”, emitido em 24 de abril de 2017, na RTP 1.

50 O.S 87/74(?) da RTP

legitimidade para enfrentar os sectores esquerdistas da RTP e a influência do PCP. Pedroso Marques comenta a situação da RTP:

Era uma empresa com um ambiente muito insano administrativamente. As relações pessoais entre os trabalhadores eram muito difíceis, as chefias sem autoridade e algumas delas sem a competência porque estavam lá muitos militares, como eu, que não estaríamos muito preparados para dirigir uma televisão.⁵¹

A tensão entre o PS, o PCP e os partidos da extrema-esquerda crescem diariamente. O país parece estar à beira de uma guerra civil quando, em novembro, acontece o debate entre os líderes socialista e comunista, Soares-Cunhal. Portugal inteiro para em frente aos televisores para assistir a um debate histórico que dura mais de três horas. Um debate em que as acusações à manipulação dos *media* são permanentes:

Mário Soares: – Sempre que o partido comunista teve a possibilidade de se infiltrar de uma maneira ou de outra dentro de órgãos de comunicação social... Sempre que o fez procedeu de maneira a esmagar todas as outras correntes de opinião e a fazer uma verdadeira manipulação de informação. Sucedeu assim na rádio, sucedeu assim sempre que aqui estiveram em maioria na televisão, sucedeu assim em certos jornais.

51 Depoimento de Manuel Pedroso Marques para o programa “Quando a tropa mandou na RTP”, emitido em 24 de abril de 2017, na RTP 1.

Álvaro Cunhal: – Nós pensamos que o grande mérito na luta pela liberdade de imprensa após o 25 de Abril cabe aos trabalhadores portugueses e aos trabalhadores portugueses da imprensa.⁵²

Mas o debate não acalma os ânimos dos exaltados revolucionários e após a independência de Angola em 11 de novembro, as várias facções militares e políticas em Portugal preparam-se para um possível confronto armado. O major Ramalho Eanes, sem nada para fazer, desde que se demitiu da RTP, ocupa o seu tempo organizando, em segredo, um plano de operações militares:

No planeamento do 25 de novembro, a televisão foi considerada fundamental e criámos desde logo um quadro de utilização de forças para a neutralizar ou ocupar utilizando obviamente camaradas nossos de engenharia.⁵³

UM GOLPE MILITAR EM DIRETO NA TELEVISÃO

No dia 25 de novembro, forças de paraquedistas ocuparam várias bases aéreas no país exigindo a demissão do Chefe de Estado Maior da Força Aérea Morais da Silva. A partir

52 Excerto do debate entre Mário Soares e Álvaro Cunhal no programa “Responder ao País”, emitido na RTP 1 no dia 6 de novembro de 1975.

53 Depoimento de Ramalho Eanes para o programa “Quando a tropa mandou na RTP”, emitido em 24 de abril de 2017, na RTP 1.

do início da tarde a RTP vai ser, mais uma vez, um palco central deste golpe revolucionário. Às 15h o capitão Duran Clemente assume o controlo político das forças da EPAM que já ocupavam a RTP, prende o presidente Pedroso Marques e a restante equipa militar que se encontrava nos estúdios do Lumiar. Por volta das 16h dá início a uma emissão revolucionária, anunciada com o *slide Poder Popular* e transmite o comunicado dos paraquedistas revolucionários.

Em Belém, as forças leais ao presidente Costa Gomes tentam estabelecer ligação telefónica para a RTP no Lumiar. Ninguém responde, mas conseguem falar com o vice-presidente Leopoldo Águas que não estava nos estúdios do Lumiar, mas sim na sede da Administração da RTP, na rua São Domingos à Lapa, em Lisboa.

Por ordem de Costa Gomes, Águas pede para a emissão passar para os Estúdios do Porto. A jornalista Manuela de Melo foi testemunha desses acontecimentos:

Tínhamos que pôr coisas no ar. Não tínhamos informação, não tínhamos nada, então o que é que vamos pôr no ar? Na filmoteca só havia duas coisas: um programa de variedades, de canções francesas, com o Ives Montand, e havia um filme do Danny Kaye. Discutimos sobre o que metemos no ar, destas duas coisas. Grande discussão. Não, o Ives Montand

não pode ser porque ele é comunista! Já tinha sido, coitado, já não era há muito tempo, mas então foi o Danny Kaye.⁵⁴

O país está agora também dividido na televisão. Na Região Norte, a partir do emissor da Lousã, os espectadores veem o filme de Danny Kaye *O Homem do Dinners Club*.

Na Região Sul usando o emissor de Monsanto, controlado pelas forças rebeldes, é emitida nos estúdios do Lumiar uma programação revolucionária. Às 20h48, começa o *Telejornal* apresentado pelo jornalista António Santos:

– Temos agora aqui neste Telejornal, nos nossos estúdios, a presença do Capitão Clemente, que nos vai definir exatamente qual a situação da Radiotelevisão Portuguesa.

Duran Clemente: – Neste momento, a Radiotelevisão Portuguesa não está a ser infelizmente ouvida em todo o país, dado que os emissores do Norte, creio que do Porto e da Lousã, estão a servir os estúdios do Porto. Portanto, há um corte.⁵⁵

Mais precisamente por essa altura uma força de Comandos do Regimento da Amadora liderada por Jaime Neves consegue

54 Depoimento da jornalista Manuela Melo para o programa “Quando a tropa mandou na RTP”, emitido em 24 de abril de 2017, na RTP 1.

55 *Telejornal* de 25-11-1975; Arquivo RTP.

ocupar o emissor de Monsanto e interromper a emissão a meio do discurso do capitão Duram Clemente:

Tecnicamente, não posso continuar a falar, e eu continuaria, porque gostava de desenvolver este tema, e até para explicar melhor qual é a nossa posição e o que nos trouxe aqui. Está certo?⁵⁶

De repente a imagem de Duran Clemente desaparece e todo o país passa a ver o filme americano. A emissão passou na totalidade para os Estúdios do Porto e fica claro quem manda agora na televisão. A tentativa de golpe de Estado da esquerda militar terminou num fracasso. Foi eficaz o plano engendrado por Ramalho Eanes:

O outro lado percebeu que a operação desencadeada não tinha sido desencadeada sobre o joelho, tinha havido um planeamento, e que esse planeamento tinha considerado como fundamentais a rádio e a televisão. No Porto Alto também cortámos a emissão. Eles perceberam que era a sério e houve uma certa desmobilização.

O posterior controlo dos meios de comunicação foi decisivo para dominar os acontecimentos e desmobilizar os revoltosos. Durante o período em que vigorou o estado de

56 *Ibidem*

sítio na área da Região Militar de Lisboa, até 2 de dezembro, só os jornais do Porto puderam noticiar os acontecimentos. Em Lisboa foi exercida uma censura total sobre o trabalho dos jornalistas. O carro de exteriores da RTP, controlado pela equipa militar, apenas ia transmitindo os comunicados e as entrevistas a partir do Palácio de Belém. Foi a única janela que muitos portugueses tiveram para os acontecimentos.

Durante os sete dias em que a televisão não funcionou, no Lumiar foram suspensas 35 pessoas, entre as quais o realizador Artur Ramos, os jornalistas António Santos, José Manuel Marques e António Borga. A maioria dos funcionários suspensos pertencia à célula do PCP na RTP.

O 25 de Novembro e o saneamento de militantes comunistas abriu aos partidos políticos, especialmente ao Partido Socialista, uma oportunidade única de controlar a informação televisiva. Vários jornalistas, como Seruca Salgado e José Teles, conotados com o PS e o PSD entraram nesta altura para a RTP. Veiga Pereira, que assumiu o cargo de Diretor de Informação após o 25 de novembro, não tem dúvidas:

Cada partido político tinha a ideia de que se controlasse a informação estava controlado o país e essa ideia continuou a existir em todos os partidos políticos.⁵⁷

57 Depoimento do jornalista Carlos Veiga Pereira para o programa “Quando a tropa mandou na RTP”, emitido em 24 de abril de 2017, na RTP 1.

A COMPETIÇÃO ENTRE MILITARES E CIVIS PELA GOVERNAMENTALIZAÇÃO DA RTP

Sob pressão dos partidos políticos, a equipa militar começou a perder poder na RTP. Foi o próprio presidente, major Pedroso Marques, quem deu posse aos civis que foram ocupando os lugares dos militares:

Sei que nem todos militares entendiam muito bem esta minha posição. Queriam perpetuar a influência dos militares nas instâncias políticas do país, mas não era essa a minha atitude. Não era essa a minha perspectiva. Comigo na televisão não foram mais militares, até saíram alguns.⁵⁸

Ainda sem lei da televisão, a nacionalizada RTP continuou a ser um alvo privilegiado de luta política que se acentua com a vitória do PS nas primeiras eleições legislativas.

O major Pedroso Marques, apesar de ser fundador do PS, acaba por sair da RTP em agosto de 1976 na sequência da tomada de posse do primeiro governo constitucional liderado por Mário Soares:

Eu demiti-me à segunda conversa que tive com o Manuel Alegre. Achei que não tinha condições, ou que eles não

58 Depoimento de Manuel Pedroso Marques para o programa “Quando a tropa mandou na RTP”, emitido em 24 de abril de 2017, na RTP 1.

queriam. Quem mandava na televisão era o Governo, não era eu.⁵⁹

Com a saída de Pedroso Marques demitiu-se toda a equipa militar nomeada por Ramalho Eanes. Mas esse episódio não significou ainda o fim da luta política entre civis e militares, ou seja, entre o Governo do PS e o Conselho da Revolução.

Os militares ainda conseguiram nomear o capitão Tomás Rosa, um homem próximo dos americanos, muito influente no 25 de Novembro e determinado em combater a influência comunista nos media. Rosa havia sido delegado do Governo junto da RARERT, a rádio *Europa Livre*, uma rádio americana com instalações em Portugal e cuja missão era emitir propaganda anticomunista para os países do Bloco de Leste. A ligação de Tomás Rosa aos americanos causou grande desconfiança na RTP, como conta o então diretor de informação Carlos Veiga Pereira:

A seguir veio o capitão Tomás Rosa que vinha da RARERT o que causava uma desconfiança grande porque a RARERT era a rádio de propaganda política. Era um órgão fundamental da propaganda americana em relação à Europa Oriental.⁶⁰

59 *Ibidem*

60 Depoimento do jornalista Carlos Veiga Pereira para o programa “Quando a tropa mandou na RTP”, emitido em 24 de abril de 2017, na RTP 1.

A primeira decisão de Tomás Rosa foi despedir todos os funcionários comunistas saneados da RTP em 25 de novembro, para não correr o risco de eles voltarem a ser reintegrados. Num relatório secreto da embaixada americana, revelado pelo *Wikileaks*, afirma-se que Tomás Rosa já entrara na RTP decidido a acabar com a influência comunista:

CPT TOMAS ROSA, PRESIDENT OF THE STATE-OWNED TELEVISION NETWORK (RTP), IS CLEANING OUT THE COMMUNISTS IN RTP. END SUMMARY. 1. SWEEPING OUT THE STATION: ON OCT 3, CPT TOMAS ROSA ANNOUNCED THE FIRING OF 23 PRO-COMMUNIST RTP EMPLOYEES.⁶¹

Foi uma decisão que agradou aos socialistas no poder. Mas a fúria reformista de Tomás Rosa torna-se rapidamente um incómodo para o governo socialista e dois meses depois os conflitos agudizam-se dentro da própria administração da RTP. Tomás Rosa entra em conflito com o administrador do OS, Raul Junqueiro. O capitão Costa Parente, o Diretor de Informação, trazido por Tomás Rosa, alinha com Junqueiro contra o companheiro militar. A situação agrava-se em fevereiro de 1977 quando um grupo de jornalistas denuncia os métodos de manipulação e censura que Costa Parente instalara na

61 Ficheiro. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/1976LIS-BON06885_b.html. Acesso em: 18 fev. 2019.

redação. Cesário Borge foi um dos jornalistas que participaram num abaixo assinado contra o Diretor de Informação:

Aquilo que eu me lembro é que o Costa Parente era um autoritário, inclusivamente achava que podia mandar na redação e dirigir a informação através de ordens de serviço que muitas delas infringiam o código deontológico e as normas mais elementares da informação.⁶²

Os jornais denunciam o clima de perseguição e censura na RTP. O dossier elaborado pelos jornalistas incluía cópias de ordens de serviço como a instauração de um processo disciplinar ao jornalista Joaquim Furtado na sequência de uma queixa de um membro do governo, indicações escritas para não cobrir determinados acontecimentos e textos rasurados de peças como no tempo da censura. Para Cesário Borge:

Pela primeira vez na redação, havia parte da redação que começou a ter medo. De tal maneira que a denúncia desses documentos é feita por um grupo de jornalistas, se não me engano uma dúzia, que entregaram esse documento ao Sindicato com o compromisso dos seus nomes não serem divulgados. Porque como as coisas estavam, aquilo que se temia era que de imediato eram todos sujeitos a processos disciplinares.⁶³

62 Testemunho do jornalista Cesário Borge para o programa “Quando a tropa mandou na RTP”, emitido em 24 de Abril de 2017, na RTP 1.

63 *Ibidem*

O governo PS perante o escândalo público resolve também investigar a administração de Tomás Rosa. O processo arrasta-se vários dias nas primeiras páginas dos jornais.

Em março de 1977 Tomás Rosa é suspenso da RTP e finalmente demitido. Foi substituído por um presidente civil, Edmundo Pedro, militante socialista. O capitão Costa Parente dura apenas mais um mês como Diretor de Informação. É o fim do período militar na televisão.

Mas os militares só saem da RTP porque tinham arranjado uma televisão alternativa, já que continuavam a considerar o controlo de uma autonomia de difusão uma arma fundamental para a defesa do novo regime. O capitão José Canavilhas é convidado pelo general Ramalho Eanes, eleito Presidente da República, a fundar uma televisão de recurso no Estado Maior General das Forças Armadas (EMGFA):

O general Eanes chamou-me ao EMGFA e disse que queria montar uma equipa militar de rádio e televisão no EMGFA. As coisas ainda estavam quentes em Portugal nessa altura. Já que não havia uma equipa militar na RTP, se algo se viesse a repetir à semelhança do 25 de Novembro havia que garantir que nós tínhamos capacidade para ir à Foia e intervir na emissão diária da RTP.

Uma das missões da equipa militar era esse tal controlo dos meios, ou uma certa autonomia em caso de revolução,

foi continuado e assumido pelas próprias Forças Armadas. Fui com mais dois oficiais à Alemanha ver um carro de exteriores que tinha feito parte dos Jogos Olímpicos de Munique. Era um carrinho pequeno que tinha uma grande vantagem, era completamente autónomo. Ligação aos feixes, duas câmeras permanentes, ligação á videotape e um gerador insonorizado.⁶⁴

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período militar na RTP terminou em agonia e debaixo de críticas. Os militares fizeram um golpe de Estado e asseguraram o controlo político dos principais órgãos de informação do país, especialmente a RTP e a *Emissora Nacional*, entretanto nacionalizadas. Foram empurrados para a administração da televisão para resolver os conflitos partidários que se foram gerando entre os funcionários da empresa. Mas aos poucos foram-se dividindo em facções, deixando-se também minar pela luta ideológica que se tornava cada vez mais acesa e violenta nas ruas.

O programa inicial que procuram implementar era simples e ingénuo. Tratava-se de procurar uma televisão do povo e para o povo. Dar a voz ao povo foi numa primeira fase um programa curto, mas suficiente para criar uma autêntica revolução criativa

64 Depoimento do capitão José Canavilhas para o programa “Quando a tropa mandou na RTP”, emitido em 24 de abril de 2017, na RTP 1.

na televisão. Os repórteres da RTP mostraram o país rural como nunca até então tinha sido visto. Deram voz a todos os tipos de problemas, a pobreza, o desemprego, a situação das mulheres, normalmente afastados dos ecrãs televisivos.

Mas a partir de 11 de março o vírus militante tomou conta da RTP. Nos bastidores intrigou-se pelo controlo do poder e no ecrã a programação foi dominada pelo desejo de pôr a televisão ao serviço da revolução, da educação das massas e com um controlo ideológico demasiado sectário. Os militares deixaram de ser um fator de estabilização para serem mais um polo fraturante na luta pelo controlo dos media.

Após o 25 de Novembro, esgotado que estava o seu programa de fazer uma RTP à imagem da BBC, os militares foram, aos poucos, entregando o poder aos civis, aos partidos políticos, que continuaram a servir-se da televisão para ganhar eleições e alimentar a clientela partidária ávida de cargos e influência.

Os militares trouxeram a democracia para a televisão, mas não conseguiram implementar uma cultura democrática televisiva. Seria isso alguma vez possível?

REFERÊNCIAS

CONTREIRAS, A. *“Introdução” a Militares e Política: o 25 de Abril*. In: OLIVEIRA, Luísa Tiago de. Sem local: Estuário, 2014, p. 7-9.

OLIVEIRA, L.T. *Militares e Política*: o 25 de Abril. Sem local: Estuário, 2014.

REZOLA, M. I. “A RTP no PREC (1974-1975)”. *In*: REZOLA, M. I.; Gomes, P. M (eds). *A Revolução nos Média*. Lisboa: Tinta da China, 2014, p. 17-51.

VIVENDO E FAZENDO A REVOLUÇÃO: OS MEDIA NO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO EM CURSO (1974-1975)¹

Maria Inácia Rezola

Universidade Nova de Lisboa (ESCS-IPL e Instituto de
História Contemporânea (IHC)/NOVA FCSH)

RESUMO

Em Portugal, o Golpe Militar de 25 de Abril de 1974 põe fim a mais de quatro décadas de ditadura (1926-1974) e inaugura um processo de transição revolucionário que apenas se encerra com a aprovação do novo texto constitucional a 2 de abril de 1976. Neste artigo propomo-nos analisar as

1 Investigação desenvolvida no âmbito do projecto Para uma História do Jornalismo em Portugal, Refª: PTDC/COM-JOR/28144/2017, com Financiamento FCT.

transformações que, nesse período, se operam no campo dos *media*, centrando a nossa atenção nas purgas políticas (*saneamentos*) desencadeadas em diferentes meios – reflexo de um processo mais amplo de ajuste de contas com o passado e da luta revolucionária, os saneamentos nos *media* deixam patente a sua importância e papel central na definição do novo regime a instituir. Para tal, socorremo-nos de estudos por nós anteriormente desenvolvidos sobre os processos de saneamento na RTP e na *Emissora Nacional* (televisão e rádio públicas), assim como em autores de referência como Mário Mesquita ou João Figueira que centram a sua atenção no domínio da imprensa escrita.

PALAVRAS-CHAVE: História dos *media*. Revolução portuguesa de 1974-1975. Transição para a democracia. *Media* e política.

UM PAÍS EM REVOLUÇÃO

“Este número não foi visado pela comissão de censura”. A frase, ostentada com destaque na margem inferior da primeira página do jornal *República*, a 25 de abril de 1974, dá conta da mudança então em curso. Na madrugada desse dia, o Movimento dos Capitães desencadeou uma operação militar que, em menos de 24h, põe fim à longa ditadura portuguesa (1926-1974).

Apesar dos múltiplos sinais de que o seu fim era iminente, o colapso da ditadura foi súbito e paradoxal. O próprio

regime parece ter sido apanhado de surpresa, entregando-se, sem praticamente resistir, enquanto centenas de milhares de pessoas saem à rua para saudar o seu derrube. O golpe de Estado dera já lugar à Revolução.

Ao contrário do que sucede na maioria dos países que integram a *terceira vaga* de democratização, a mudança política em Portugal opera-se pela via revolucionária. As marcas de originalidade da transição portuguesa são múltiplas, destacando-se, desde logo, o papel nela desempenhado pelas Forças Armadas, ator central do processo político de 1974-1975. Paralelamente cabe salientar que em Portugal a democracia não se desenvolveu a partir do planeamento ou da realização de pactos por parte das elites e que a rapidez com que os jovens capitães executam a “Operação fim-regime” *não se traduz na imediata instauração de uma democracia*. A definição do novo regime ocorre no meio de lutas que, a partir do verão de 1975, quase conduziram o país a uma guerra civil. Assiste-se a um colapso da autoridade do Estado, a uma rutura do sistema e ao desencadeamento de um processo revolucionário de quase dois anos.

O debate em torno da natureza do 25 de Abril está, de certa forma, superado sendo relativamente consensual a ideia de que se trata de um golpe militar que o povo nas ruas transformou em Revolução. Existe também um acordo quanto à existência de três

fases centrais no processo. A primeira, que coincide com os meses de maio a setembro de 1974, é dominada pelo confronto entre o Presidente da República, António de Spínola², e a Coordenadora do Movimento das Forças Armadas (MFA)³. Ainda que em causa estivesse um projeto político mais amplo e a forma como se deveria processar a transição, o cerne da disputa travar-se em torno da questão colonial. Em outubro de 1974, na sequência do afastamento de Spínola, inaugura-se um novo momento político. Estando já decidida a descolonização, novos temas dominam a ordem do dia, destacando-se a institucionalização do MFA (de maneira a que lhe fosse assegurado um lugar no aparelho de Estado), a realização de eleições, a elaboração de um Programa de Política Económica e Social (PPES) e a questão da *unicidade sindical*⁴. Finalmente, fracassada uma nova tentativa de golpe

- 2 António Sebastião Ribeiro de Spínola (1910-1996), oficial do Exército português, foi comandante-chefe e governador da Guiné (1968-1973), vice-chefe de Estado Maior General das Forças Armadas (janeiro-março de 1974), é o primeiro Presidente da República do pós 25 de Abril (15 de maio – 30 de setembro de 1974).
- 3 Órgão diretivo do Movimento dos Capitães e, depois, do MFA, constituído em outubro de 1973. Depois do 25 de Abril de 1974 adota a designação de Comissão Coordenadora do Programa do MFA, ganhando expressão legal com a integração dos seus membros no Conselho de Estado, em maio de 1974.
- 4 Termo cunhado por Francisco Salgado Zenha, no âmbito da polémica gerada pelo projeto de lei das associações sindicais, apresentado pelo sub-secretário de estado do trabalho (o dirigente comunista Carlos Carvalhas), que favorecia a existência de uma central sindical única, imposta por lei. A polémica acaba por dar lugar aos primeiros atritos sérios entre o PS e o PCP, deixando antever os confrontos que percorrem o país no “Verão Quente” de 1975.

de Estado, protagonizada por Spínola, a 11 de março de 1975⁵ a revolução acelera-se. O poder militar institucionaliza-se, através da criação do Conselho da Revolução (CR), são decretadas as nacionalizações da Banca e das companhias de seguros e dão-se os primeiros passos para a reforma agrária. É no decurso desta terceira e última fase da Revolução, que culmina no 25 de Novembro de 1975⁶, que todas as posições se radicalizam, parecendo precipitar o país para uma guerra civil.⁷

As profundas transformações que ocorrem em Portugal em 1974-1975 têm um amplo impacto no domínio dos *media*.

-
- 5 Tentativa de golpe de Estado, levado a cabo por sectores direitistas das Forças Armadas, que pretendia alterar o rumo do processo revolucionário português. Na manhã de 11 de março, atacam o Regimento de Artilharia Ligeira 1 (RAL 1), em Lisboa, procedem ao assalto ao emissor do *Rádio Clube Português*, no Porto Alto, e tentam a início de sublevação da GNR. Sem sucesso. António de Spínola e 18 oficiais implicados no golpe fogem de helicóptero para a Espanha.
- 6 O 25 de Novembro é um dos episódios mais nebulosos da revolução portuguesa. Segundo o líder comunista Álvaro Cunhal, o 25 de Novembro foi “um golpe militar contra-revolucionário” protagonizado por um “vastíssimo e heterogéneo leque de alianças” de “fascistas e variadas forças de direita”, tendo como objectivo “ilegalizar e reprimir violentamente” o PCP e a esquerda militar (CUNHAL, Álvaro. *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril: a contra-revolução confessa-se*. Lisboa, Avante, 1999, p. 211-2). A tese, que tem amplos apoios na esquerda militar e civil, é contestada pelos que interpretam o 25 de Novembro como um golpe de Estado, protagonizado pelo PCP e esquerda militar, tendo em vista ou uma alteração da correlação de forças no aparelho de Estado e militar ou a tomada do poder. Neste contexto, a ação dos moderados é entendida como uma resposta a essa tentativa de golpe de Estado.
- 7 Para mais detalhes sobre a luta política dos anos de 1974-1975 e sobre o papel dos militares na revolução ver Rezola (2007).

Recorde-se, a este respeito, que as operações militares de 25 de Abril são desencadeadas através de duas senhas radiofónicas e que, conscientes da sua importância estratégica, os golpistas colocam os *media* entre os pontos vitais a tomar no início das operações. Como observa Ferreira (1993, p. 24),

Se se estivesse a elaborar um ensaio sobre técnicas de golpe de Estado dir-se-ia que a Revolução de 25 de Abril começou pela apropriação dos meios de comunicação social, *Rádio Clube Português*, Emissora Nacional e RTP, logo às primeiras horas da madrugada desse dia.

Cabe também salientar que, a par da mobilização popular ocorrida no dia 25 de abril, a abolição da censura constitui um dos sinais mais evidentes da rutura revolucionária. A liberdade de expressão é de imediato reposta, como previsto no Programa dos Capitães. No entanto, depressa se instalam novas formas de controlo e manipulação dos meios de comunicação social (MESQUITA, 1994, p. 361) dado o desejo dos novos poderes em aceder à opinião pública. Entre as acusações de colaboracionismo e as purgas de administrações e de jornalistas, entre as comissões de trabalhadores e a nacionalização dos órgãos de informação, o certo é que a rádio, a televisão e os jornais se transformaram numa peça decisiva do processo revolucionário portugueses.

DAR VOZ À REVOLUÇÃO

Fundamental no desencadeamento das movimentações militares do 25 de Abril, a rádio participa intensa e diretamente na luta política de 1974-1975. A par do designado *caso Renascença*, que depois ilustraremos, a situação vivida na *Emissora Nacional* (EN) é paradigmática desta realidade.

A 28 de abril de 1974, a Junta de Salvação Nacional⁸ (JSN) nomeia uma Comissão Administrativa Militar (Adalberto Machado e Moura, José Maria de Azevedo e Delfim de Campos Moura) para dirigir a EN. Ainda que breve, é no seu mandato que se desencadeiam algumas das mais decisivas mudanças na emissora e se inaugura uma tendência de militarização dos cargos diretivos que se manterá durante todo o período revolucionário.

Atuando sob o signo do MFA, a prioridade da Comissão recai na orientação e grelha de programas. Rubricas como “A Voz do Ocidente”, “Rádio Rural” ou “Ginástica Matinal” são imediatamente suspensas dada a sua conotação com a ditadura. Paralelamente, inicia-se a reestruturação da empresa, em termos técnicos e humanos, de maneira a responder aos

8 Organismo político-militar, constituído por determinação do Programa do MFA, para tutelar a transição. Pensada para ser, juntamente com o Presidente da República, o órgão máximo de soberania até à entrada em vigor da nova Constituição, a JSN é extinta pela Lei 5/75, de 14 de março, que dá vida ao Conselho da Revolução.

“naturais anseios” dos seus profissionais de “construção de obra nova” (AH RTP/RDP, OS 13, 15/5/74).

A par da constituição de uma comissão técnica de apoio à reestruturação, é neste contexto que se cria uma Comissão Coordenadora de Programas que, dirigida por Álvaro Belo Marques, integra elementos com experiência na imprensa escrita (como Eugénio Alves ou José Jorge Letria) e na rádio (como Nuno Martins ou Carlos Albino). A antiga estrutura vertical e fortemente hierarquizada (presidente, direção, subdireções), dá lugar a uma estrutura horizontal de cinco serviços (programas e planificação; criativos; informativos; realização; de apoio) encimada apenas pela Direção de Programa. Através dessa nova estruturação pretendia-se promover uma “emissora aberta e atenta às diversas correntes de opinião e às necessidades de esclarecimento do conjunto da população do país, em correto equilíbrio” (AH RTP/RDP, OS 25, 23/5/74). Um projeto complexo que será continuado pela Direção de José Guilherme Calvão Borges que, em finais de maio, substitui a Comissão Administrativa.

A reorganização da EN passa ainda pelo afastamento de pessoas comprometidas com o anterior regime. Com um quadro de pessoal de cerca de 800 funcionários, as suspensões efetuadas no primeiro mês são significativas, afetando cerca de 9% do pessoal (quadros dirigentes e de chefia; corpo de

correspondentes no estrangeiro; outros órgãos e gabinetes) (REZOLA, 2017; SANTOS, 2017).

Os saneamentos são especialmente amplos na EN dado que à fase inicial de afastamento de elementos tidos como afetos à Ditadura, se segue uma mais vasta, reflexo da luta entre diferentes propostas políticas que progressivamente dominam o país.

Se, desde o início, o mandato de Calvão Borges (maio de 1974-julho de 1975) foi difícil, a radicalização da revolução (na sequência da intentona do 11 de março e das eleições para a Assembleia Constituinte de abril de 1975),⁹ gera uma situação insustentável. Criada em meados de setembro de 1974, a Comissão Interna de Inquérito para Saneamento e Reclassificação (CIISR) é alvo de sucessivos ataques. A contestação inicia-se no interior da emissora com exigências de purgas mais profundas. Lidera o processo a organização de esquerda radical Liga de Unidade e Ação Revolucionária (LUAR). No campo oposto, os trabalhadores socialistas denunciam uma escalada de “grupelhos de pseudo-revolucionários” em curso na empresa (*Portugal Socialista*, 14/5/75). Em finais de maio, a hipótese da EN ser controlada pelos trabalhadores é ventilada.

9 Primeiras eleições livres em Portugal, realizadas a 25 de abril de 1975.

Este ambiente explosivo, que culmina na demissão de Calvão Borges, não é exclusivo da EN. A partir da primavera de 1975, os *media* agitam-se, com os casos República e Renascença e o crescente conflito em empresas como a RTP, *Rádio Clube Português* (RCP) e *Século*. A dissolução da coligação que sustentava o IV Governo Provisório dá conta da crise política que afeta o país e o próprio poder militar (Cf. REZOLA, 2007).

Dispondo de uma estreita ligação à *entourage* de Vasco Gonçalves,¹⁰ a direção de Manuel Bouza Serrano (julho-setembro de 1975) é breve e atribulada, não resistindo à queda do primeiro-ministro e à constituição do VI Governo Provisório. As denúncias de que a EN estaria dominada pelo PCP e pela 5ª Divisão,¹¹ fazendo parte de uma estratégia de controlo dos *media*, sucedem-se. O pretexto para o seu afastamento, por intervenção

10 Militar do Exército português, integra o Movimento dos Capitães em dezembro de 1973, vindo a fazer parte da Comissão de Redação do Programa do Movimento das Forças Armadas. Depois do 25 de Abril de 1974, integra a Comissão Coordenadora do MFA e o Conselho de Estado. Primeiro-Ministro de quatro dos seis governos provisórios do período revolucionário (II, III, IV e V Governos Provisórios), é tido como pertencente ao grupo dos militares próximos do PCP. Afastado do governo no final do Verão de 1975, acaba por perder toda a sua influência na sequência dos acontecimentos de 25 de Novembro de 1975.

11 A 5ª Divisão do Estado Maior General das Forças Armadas é criada no mesmo dia em que toma posse o II Governo Provisório (18 de julho de 1974), como resposta à necessidade sentida pela Coordenadora do MFA de levar a cabo uma campanha militar de esclarecimento para difundir e propagandear o seu ideário. Ou seja, na prática, funcionaria como um gabinete de “relações públicas” do MFA.

direta do ministro Almeida Santos,¹² é a decisão dos trabalhadores de não acatar a ordem de ocupação das estações de rádio e de televisão determinada, por Pinheiro de Azevedo, na sequência do assalto à embaixada de Espanha (27 de setembro).

A entrada em funções de João Figueiredo (30 de setembro) parece, no entanto, não pacificar a situação. Os problemas sucedem-se com a ocupação do Emissor Regional da Madeira e os constantes confrontos com o pessoal de Lisboa. A divisão dos trabalhadores agrava-se. De um lado, a célula do PCP, denunciando estar em curso um saneamento à esquerda. Rebatendo esta posição, a comissão de trabalhadores revela publicamente o seu apoio ao VI Governo Provisório.

É neste ambiente que chegamos ao 25 de Novembro, dia em que a EN é ocupada por forças da Polícia Militar e do COPCON.¹³ Os seus apelos à revolução, em nome do poder

12 Ministro da Coordenação Interterritorial dos I, II, III e IV Governos Provisórios, ministro da Comunicação Social do VI Governo Provisório e Ministro da Justiça do I Governo Constitucional. Distinguiu-se nos anos de 1974-1975 como uma das principais figuras do processo de descolonização, a par de Mário Soares e Melo Antunes.

13 O Comando Operacional do Continente (COPCON) foi criado pelo Decreto-Lei n.º 310/74, de 8 de Julho, para ajudar a “criar condições para que as Forças Armadas possam garantir o cumprimento dos Objetivos do seu Programa”. Tinha como principais missões intervir diretamente na manutenção da ordem pública e garantir a salvaguarda das pessoas e bens. Ou seja, era concebido como o “braço armado da revolução”. Era constituído por elementos de elite dos três ramos das Forças Armadas: fuzileiros, paraquedistas e comandos.

popular, são rapidamente neutralizados com a passagem da emissão para o Porto. A revolução chegara ao fim. A 3 de dezembro, o governo anuncia a sua decisão de nacionalizar todas as estações de rádio. 42 funcionários da EN são imediatamente suspensos por alegada implicação no 25 de Novembro. Outros serão suspensos dias depois. A emissora “do povo”, e “para o povo”, volta a ser uma voz ordeira num país que dá os últimos passos para a normalização democrática.

Também a *Rádio Renascença* (RR), propriedade do Patriarcado de Lisboa e da Conferência Episcopal Portuguesa, foi palco de episódios de grande dramatismo que culminam, a 7 de novembro de 1975, na destruição à bomba dos seus emissores da Buraca (ocupada por funcionários e apoiantes do “poder popular”) (cf. RIBEIRO, 2002).

Passavam poucos dias do 25 de Abril quando, pela primeira vez, os noticiaristas da RR entram em greve, depois de proibidos de transmitir as reportagens da chegada a Lisboa de Mário Soares e Álvaro Cunhal. Em maio, um novo confronto: perante a exigência de autogestão dos trabalhadores, o Conselho de Gerência pede a intervenção da JSN. A ocupação militar das instalações da RR acalma temporariamente os ânimos até que se alcance um acordo (julho).

O conflito reacende-se em setembro, de forma mais virulenta. Em causa estão diferentes perspectivas quanto aos critérios

de orientação da programação e de admissão/despedimento de pessoal. O fosso entre o Conselho de Gerência (apoiado pela Conferência Episcopal) e a Comissão de Trabalhadores alarga-se, traduzindo-se em ocupações e greves sucessivas. A mais longa durou de 19 de fevereiro a 11 de março de 1975, data em que os trabalhadores põem a estação a funcionar a pedido das autoridades militares. A ameaça de rutura leva o governo a intervir sem que seja possível encontrar uma plataforma de entendimento. Em fins de maio, poucos dias após o início do “caso da República”, e na sequência de uma nova ocupação dos estúdios de Lisboa e do centro da Buraca, a rutura consuma-se: apoiados em organizações partidárias e sindicais, um grupo de trabalhadores passa a dirigir a estação que agora se diz “ao serviço dos trabalhadores”.

Apresentado pelos trabalhadores como um problema laboral e pela Gerência como um conflito político-ideológico, o caso polariza a opinião pública nacional e internacional.

A 7 de junho, numa conferência de Imprensa no Patriarcado de Lisboa, o Conselho de Gerência denuncia a passividade das autoridades, apresentando o problema da RR como um atentado a uma Igreja livre. Sob o espectro de uma nova “questão religiosa”, a Igreja abandona a prudência que caracterizara até então a sua atuação, denunciado a fraqueza do poder político-militar e o perigo de um “totalitarismo indesejável”

(FERREIRA, 1993, p. 263). Depois da hesitante intervenção do COPCON nos incidentes ocorridos no Patriarcado (18 de junho), a situação extrema-se quando o Conselho da Revolução anula a decisão governamental de devolver a RR à Igreja (1 de julho). A forte crise que se acomoda, patente na mobilização dos católicos e no seu envolvimento na frente anti-gonçalvista liderada pelo PS, no “verão quente”, apenas se superará quando, a 28 de dezembro de 1975, a emissora é restituída à sua proprietária.

POR UMA TELEVISÃO DO POVO

Considerada por Mesquita (1988, p. 85-113) como o “nó górdio” do sistema de comunicação social português, a RTP é mais um caso paradigmático de como os *media* viveram a Revolução. Não se limitando a ser um espelho das convulsões que atravessam o país, a televisão está presente e participa nos acontecimentos desde que, na noite de 25 de Abril, revela o rosto dos homens que integram a JSN.

Poderoso aparelho de propaganda da ditadura (CÁDIMA, 1996), a televisão sofre profundas mudanças. Desde logo, no que diz respeito aos conteúdos e orientação. A Revolução impõe um “novo tempo televisivo” que privilegia

os debates, as mesas redondas [...] com a participação de intelectuais, militares e líderes políticos; as reportagens de rua; os programas culturais e as entrevistas [...]; e as rubricas pedagógicas onde se ensinava os telespectadores, por exemplo, a reunirem em assembleia (REIS, 2008, p. 343).

Com a busca de um mapa-tipo que se coadunasse com as novas realidades do país, a estética e o discurso televisivo alteram-se dando lugar a uma programação televisiva revolucionária, a uma televisão “do povo” e “para o povo”.

Tal como noutros domínios dos *media*, a definição da nova televisão acompanha os desenvolvimentos do processo revolucionário. Se num primeiro momento se denota uma aposta numa televisão moderna e criativa, veículo de uma informação livre e plural e espaço de entretenimento, progressivamente, com a radicalização da luta política, esse projeto é questionado e emergem tentativas de o condicionar. Marcadamente ideológico e propagandístico, o *Programa do MFA* é um sinal desta realidade, integrando uma campanha mais ampla da 5ª Divisão de promoção da “aliança Povo-MFA”.

Estes anos são também férteis em mutações em termos de estrutura, funcionamento, direção e pessoal. As purgas políticas na RTP começam, imediatamente depois do derrube da ditadura, com o afastamento de Ramiro Valadão, presidente do Conselho de Administração da RTP desde abril de 1969, e a suspensão do

Conselho de Programas e do Gabinete de Exame e Classificação de Programas (AH-RTP – Comissão Administrativa da RTP/SARL, Ordem de Serviço 4/74, de 2 de Maio).

À demissão das principais chefias, segue-se uma depuração dos quadros conotados com o antigo regime. O processo provoca sucessivos confrontos entre trabalhadores mas também entre estes e a administração. As constantes mudanças no Conselho de Administração da RTP (oito, no espaço de dois anos) são um reflexo das perturbações do período. Num primeiro momento, a gestão é entregue ao Capitão Fernando Barbeitos que, na qualidade de delegado da JSN, assegura controlo de todas as atividades relacionadas com a informação pública. A situação regulariza-se quando, a 2 de maio, a JSN nomeia uma comissão administrativa militar para gerir a RTP (Conceição da Silva, Costa Brás e Duarte Ferreira). A experiência é curta uma vez que, por determinação do governo, a 25 de maio de 1974, esta comissão dá lugar a um Conselho de Administração civil: Manuel Belo (presidente) e António de Sousa Gomes. A substituição de Manuel Belo pelo coronel Casimiro Gomes, a 7 de agosto, assinala o regresso dos militares à direção da RTP, tendência que se manterá para além do período revolucionário.

Tido como homem de confiança de Spínola, Casimiro Gomes é afastado pouco depois da sua demissão da Presidência

da República. Curiosamente, o oficial que lhe sucede na Presidência, Ramalho Eanes, até então diretor de Programas, prestara serviço na Guiné durante os mandatos de Spínola como governador.

A Presidência de Eanes (28/10/74-11/3/75) é abruptamente interrompida na sequência do 11 de março. A complexidade do momento político, mas também a agitação que então percorre os quadros da empresa, torna espinhosa a missão de o substituir. Lobo de Oliveira permanece no cargo 6h, sendo substituído por João Figueiredo que, empossado a 13 de março, renuncia seis dias depois. O seu sucessor, José Emílio da Silva, permanece à frente da RTP poucos dias. A nomeação do tenente-coronel Valentino Tavares Galhardo, a 31 de março de 1975, abre um breve interregno nesta alucinante sequência de presidentes. No entanto, a 9 de setembro de 1975, num momento em que o clima político subia de tom, sob o espectro de um golpe de Estado, Galhardo pede a demissão. Ao major Pedroso Marques (14/10/75-1/9/76) caberá a administração da RTP num período particularmente conturbado, a gestão da crise político-militar do 25 de Novembro e, finalmente, a preparação da empresa para as novas realidades da normalização democrática.

Apesar da vertigem dos acontecimentos, é possível detetar tendências no que diz respeito às purgas políticas e lutas que

percorrem a empresa em 1974-1975. O primeiro momento (abril – agosto de 1974) caracteriza-se por um rápido saneamento que atinge essencialmente a administração e funcionários conotados com a ditadura. Esta intervenção, que resulta no afastamento de 50 funcionários, é a mais ampla de todo o período revolucionário. Afetando cerca de 4% dos quadros de pessoal da RTP, esta purga motiva as primeiras mobilizações dos trabalhadores. Nos inícios do verão de 1974, assiste-se a uma guerra de comunicados e abaixo-assinados que deixa patente divisões relativamente ao caminho a seguir.

Com Casimiro Gomes, o ritmo dos saneamentos abrandava, tendência que se mantém no mandato de Ramalho Eanes. O ambiente é, no entanto, tumultuoso. A comissão de saneamento designada pela direção é alvo de forte contestação dos trabalhadores que exigem uma intervenção mais decisiva e participada. O braço de ferro com a Administração endurece-se.

O pedido de demissão de Eanes, na sequência das acusações que lhe foram tecidas na Assembleia do MFA na noite do 11 de março, abre uma grave crise na RTP. Como referimos, num espaço de três semanas são nomeados três Presidentes. O mandato de Tavares Galhardo (março – outubro de 1975) traduz-se na fase mais agitada. Inaugura-se sob os auspícios de uma mudança de estatuto da empresa, processo que culminará, em finais do ano, na nacionalização. No entanto, o ambiente

encontra-se visivelmente radicalizado. A divulgação a 16 de maio, nas páginas do *República*, de uma lista de funcionários a sanear é um sintoma da situação e o motor de novas e insanáveis divisões. Além da sua extensão (cerca de 60 nomes), em causa estavam os argumentos apresentados para fundamentar os afastamentos. Acusações duríssimas, frequentemente relativas à vida privada dos visados. Conhecido como o “Caso Veloso”, este episódio foi um dos mais polémicos e mediáticos do processo de saneamento na RTP (REZOLA, 2014, p. 43).

Manuel Jorge Veloso era membro da célula do PCP na RTP, organização particularmente ativa e influente. Divulgado em maio, o documento data de 24 de março, uma curiosa coincidência temporal com um manifesto da referida célula (“Por uma Televisão ao Serviço do Povo”) sobre a urgência de um saneamento revolucionário. No rescaldo do 11 de março, a revolução acelerava o seu passo também na RTP.

A célula do PCP na RTP apressa-se a repudiar a autoria do documento e Veloso é suspenso, depois de um agitado plenário de trabalhadores. O episódio transcende as portas da empresa, transformando-se em mais uma peça da luta entre o PS, PCP e organizações de extrema-esquerda que entram então, decisivamente, no campo da comunicação social.

Deparando-se com crescentes dificuldades de gestão, Galhardo pede a demissão a 8 de setembro. Apesar das mudanças

mais amplas em curso, na sequência do afastamento de Vasco Gonçalves e da Assembleia de Tancos, na sua nota de demissão Galhardo exorta os trabalhadores a continuarem o saneamento e a luta pelo “avanço do processo revolucionário”. O clima era favorável a todas as radicalizações tornando a missão do novo presidente, Pedroso Marques, complexa. A ocupação da RTP, por 48h, em finais de setembro, é insuficiente para controlar a situação. A imagem de Duran Clemente¹⁴ no pequeno ecrã é um dos símbolos do 25 de Novembro, data em que uma vez mais, a RTP está no centro dos acontecimentos.

A IMPRENSA NA CONVULSÃO REVOLUCIONÁRIA

O slogan “O *República* é do povo, não é de Moscovo”, entoado pelos manifestantes que, a 19 de maio de 1975, se concentravam junto às instalações do jornal, onde o diretor (Raul Rego) e vários jornalistas se encontravam “sequestrados”, é um dos mais conhecidos do processo revolucionário português.

14 Manuel António Duran dos Santos Clemente, capitão de Abril, membro da 5ª divisão do Estado Maior General das Forças Armadas, sendo responsável pelo Centro de Esclarecimento e Informação das Forças Armadas (sectores de rádio, televisão e Boletim do MFA). Próximo do primeiro-ministro Vasco Gonçalves, foi secretário-geral e porta-voz da Assembleia do MFA (março-setembro de 1975). Nesta altura, foi transferido para a Escola Prática de Administração Militar, ocupando o posto de 2º Comandante, e foi nesta posição que, a 25 de Novembro de 1975, liderou a ocupação da RTP e apelou, em direto, à mobilização popular junto dos quartéis e das estações de rádio e televisão.

Assumindo um rápido e inusitado mediatismo nacional e internacional, o "Caso República" eclode no momento em que, legitimados pelas eleições para a Assembleia Constituinte, vários partidos políticos saem à rua contestando o poder militar. Um conflito laboral? Uma luta por uma comunicação social livre? Uma luta ideológica? Um problema laboral que adquire contornos políticos? Apesar das dúvidas que possam subsistir, uma ideia é consensual: esta é uma questão que depressa transcende o seu âmbito restrito e se transforma num profundo e multifacetado confronto.

Os acontecimentos que desencadeiam a crise são amplamente conhecidos (cf. MESQUITA, 1994; FIGUEIRA, 2007; REBELO, 2018): depois de uma longa contenda quanto à orientação e linha editorial, a Comissão Coordenadora de Trabalho do *República* afasta o diretor, acusando-o de ter transformado o jornal no órgão oficioso do Partido Socialista (PS). Depois de décadas de precária sobrevivência sob a pressão censória, Rego desabafa: "Nem no tempo de Salazar..." (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 26/5/75).

A decisão começa por dividir o *República* uma vez que a maioria dos jornalistas apoia a direção e contesta a decisão da comissão de trabalhadores. Mas se, aparentemente, tudo indicava tratar-se de um conflito laboral, a situação altera-se quando, no próprio dia 19, o PS emite um comunicado

clarificando que o que está em jogo é a liberdade de expressão e mobilizando uma manifestação em favor da redação do jornal. Os socialistas saem à rua em defesa do *República*, da liberdade de informação e, sobretudo, em posição de ataque ao Partido Comunista Português (PCP) que acusam de ter promovido os incidentes.

O "Caso República" é um dos mais mediáticos da revolução portuguesa, com consequências em diversas frentes.¹⁵ Mas não é o único. O slogan entoado a 19 de maio é, aliás, adotado pelos manifestantes que, a 5 de novembro, se concentram junto às instalações de *O Século*: “*O Século é do povo não é de Moscovo*”.

Dias antes, o sindicato dos jornalistas emitira um comunicado em que, sob o título “Por um jornalismo ao serviço do povo”, denunciava os problemas vividos na Sociedade Nacional de Tipografia (SNT), empresa proprietária de *O Século*. Enquanto isso, os trabalhadores reivindicam o controlo do jornal argumentando que, desta forma, ele ficaria “aberto a todas as correntes antifascistas e patrióticas que não caluniem o Povo” (*JORNAL NOVO*, 29/10/75). Esta exigência não constitui novidade dado que há muito reclamavam

15 É incontornável referir, a este respeito, a demissão dos ministros socialistas do IV Governo Provisório (10-07-1975), mas também a internacionalização da revolução portuguesa.

o “saneamento democrático e imediato” da empresa (*O PRIMEIRO DE JANEIRO*, 14/5/74).

Iniciado poucos dias depois do fim da ditadura, o confronto culmina com o afastamento do diretor (Manuel Figueira), decidido em plenário (fevereiro de 1975), e na ocupação (outubro de 1975). No entanto, a greve de *O Século* (10 a 14 de maio de 1974) é substancialmente mais breve que a desencadeada pelos trabalhadores do *Jornal do Comércio* a 22 de agosto de 1974, como medida de pressão para o afastamento do diretor (Carlos Machado). A greve arrasta-se durante vários meses, provocando reações de solidariedade de vários órgãos de imprensa. As redações agitam-se.

Cumprе assinalar que a exigência de saneamentos não é exclusiva do *Jornal do Comércio* e *O Século*. A 2 de maio de 1974, o diretor do vespertino *A Capital* (Henrique Martins de Carvalho) é substituído pelo então chefe de redação Rodolfo Iriarte. No dia seguinte, o *Diário de Lisboa* anuncia uma ampla reestruturação que passa pela entrega da gestão jornalística à sua redação, agora independente da administração da empresa. No *Diário de Notícias*, o de maior circulação à época, os trabalhadores mobilizam-se e afastam o diretor, administradores e outros quadros acusados de conivência e colaboracionismo com a ditadura. No verão de 1975, o conflito na empresa reacende-se com grande virulência (*caso dos*

24) transformando-se num dos cenários da luta mais ampla entre socialistas e comunistas (cf. GOMES, 2014). Estes são apenas alguns exemplos de como os *media* não escapam às purgas políticas que percorreram todos os sectores de atividade durante a revolução, neles atingindo níveis inéditos dada a ampla capacidade de mobilização de jornalistas e tipógrafos. De facto, depois do inevitável encerramento de títulos conotados com o regime deposto (como o *Época* ou o *Novidades*) e das agências Lusitânia e ANI (Agência Noticiosa de Informação), assiste-se a uma vaga de contestação que conduz ao afastamento de administradores, diretores, chefes de redação, e outros quadros dirigentes de títulos como *A Capital*, *Diário Popular*, *Diário de Lisboa*, *Comércio do Porto*, *Vida Mundial*, *Diário de Notícias*.

A mobilização e o poder das comissões de trabalhadores torna-se evidente depois do 28 de Setembro e do afastamento de Spínola da Presidência da República, assistindo-se ao progressivo controlo pelos trabalhadores da informação na maior parte dos jornais, sobretudo dos diários.

Disputados pelas diferentes forças políticas e militares, os jornais tornam-se atores políticos (FIGUEIRA, 2007), assemelhando-se “a um puzzle de mensagens contraditórias, misturadas ao sabor da força das células partidárias e dos grupos de pressão”. Como observa Mesquita (1988, p. 363),

“a capacidade de análise e seleção era diminuta”, confundindo-se “o essencial com o acessório”. A informação “era servida em bruto, mal digerida, tal como saía dos palácios governamentais, das sedes partidárias ou dos quartéis mais influenciados pelas doutrinas partidárias”.

A estatização dos jornais que pertenciam aos grupos económicos abrangidos pelas nacionalizações de março de 1975 reforça esta tendência. O número de publicações que se conserva no sector privado é reduzido – *República*, *Primeiro de Janeiro*, *Expresso*, ... – ainda que revigorado com o aparecimento de títulos como o *Jornal Novo* (abril), *A Luta* (agosto), *O Tempo* (maio) e *O Jornal* (maio) (GOMES, 2018). No verão-outono de 1975, esses jornais protagonizaram uma luta para quebrar a informação estatizada e monolítica, num contexto de recrudescimento da confrontação político-ideológica. Segundo o Conselho de Imprensa (1979, p. 41-42), foi neste período que “se acentuou a influência e a manipulação partidária na imprensa, designadamente por elementos afetos ao PCP e a organizações de extrema-esquerda”, sobretudo através das organizações de trabalhadores.

UM BALANÇO

O percurso através de diferentes episódios e realidades que fazem a história dos *media* em Portugal durante 1974-75,

permite-nos concluir que esses foram anos de profunda transformação que afetou, não apenas a estrutura empresarial, mas também as práticas jornalísticas e as relações laborais.

Paralelamente, cumpre destacar a multifacetada estratégia de controlo dos *media* que, protagonizada por diferentes forças civis e militares, é indissociável da luta política pela definição de um novo regime. Em causa, distintas propostas quanto ao futuro do país, mas também relativamente ao papel, lugar e relações dos *media* com o poder político. A crise do estado, os novos centros de poder militar, a crescente força dos movimentos e partidos políticos, assim como a indefinição quanto ao rumo a seguir e a consciência do poder dos *media* são alguns dos fatores que contribuem para que estes se transformem num alvo apetecível e disputado.

Campo de experimentação particularmente influente, os meios de comunicação não foram meros canais de transmissão das mensagens que a nova classe política pretendia que eles transmitissem. Foram ativos participantes na criação de mensagens políticas, na dinamização de iniciativas revolucionárias e na mobilização da opinião pública. Os *media* e os seus profissionais assumem-se como parte ativa da revolução deixando patente que a relação entre política e *media* é uma relação de poder que encerra várias dimensões.

O campo jornalístico caracterizou-se pela incerteza e pelas dificuldades em definir novas normas e rotinas profissionais num clima de diálogo. Os saneamentos – sejam os conduzidos por estruturas formais, sejam os “espontaneamente” liderados por trabalhadores – são apenas uma faceta da mudança encetada, quase sempre sob o signo da confrontação.

REFERÊNCIAS

- AH-RTP – Comissão Administrativa da RTP/SARL, Ordem de Serviço 4/74, de 2 de Maio de 1974.
- CUNHAL, A. *A Verdade e a mentira na Revolução de Abril: a contra-revolução confessa-se*. Lisboa: Avante, 1999.
- CÁDIMA, F. R. *Salazar, Caetano e a televisão portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença, 1996.
- CÁDIMA, F. R. Os Media na Revolução (1974-1976). In: BRITO, J. M. B. (Coord), *O País em Revolução* (p. 321-358). Lisboa : Editorial Notícias , 2001.
- CONSELHO DE IMPRENSA . *A Imprensa Escrita em Portugal (abril de 1974 a julho de 1975)*. Lisboa: Conselho de Imprensa, 1979.
- FERREIRA, J. M. Portugal em Transe. In: J. MATTOSO, J. (dir.), *História de Portugal* (vol. VIII, p. 1-283). Lisboa: Ed. Estampa, 1993.
- FIGUEIRA, J. *Os jornais como actores políticos*. O Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no Verão Quente de 1975. Coimbra: Minerva Coimbra, 2007.

FIGUEIRA, J. Caso República. A morte de um jornal cansado de lutar. In: REZOLA, M.I. & P. M. GOMES (Coord.), *Os media na revolução* (p. 53-78). Lisboa: Tinta da China, 2014.

GOMES, P.M. *Os saneamentos políticos no Diário de Notícias no Verão Quente de 1975*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2014.

GOMES, P. M. *Jornais, jornalistas e poder: a imprensa que nasce na revolução e as lutas políticas de 1975*. 2018. (Tese de Doutoramento não publicada). FCSH-UNL, Portugal.

MESQUITA, M. & Rebelo, J. (Org.). *O 25 de Abril nos media internacionais*. Porto: Afrontamento, 1994.

MESQUITA, M. Estratégias liberais e dirigistas na Comunicação Social de 1974-1975. Da Comissão Ad Hoc à Lei de Imprensa. *Jornalismo, Revista de Comunicação e Linguagens*, 8, 1988, p. 85-113.

MESQUITA, M. O Caso República. Um incidente crítico. *Revista de História das Ideias*, 16, 1994, p. 507-554.

MESQUITA, M. Os meios de comunicação social. In: REIS, A. (dir.), *Portugal 20 anos de democracia* (p. 361-405). Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

PINTO, A.C. Enfrentando o legado autoritário na transição para a democracia (1974-1976). In: BRITO, J. M. Brandão de (ed.), *O país em revolução* (p. 359-384). Lisboa: Ed. Notícias, 2001.

REBELO, J. República, caso do jornal. In: *Dicionário de história de Portugal – o 25 de Abril*. (vol. 8, p. 169-173). Porto: Figueirinhas, 2018.

REIS, M. S. *A programação televisiva revolucionária – RTP 1974-1975*. 2008. (Tese de Mestrado não publicada). FCSH-UNL, Portugal.

REZOLA, M.I. *25 de Abril: mitos de uma revolução*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2007.

REZOLA, M.I. A RTP no PREC (1974-1975). In: REZOLA, M.I. & P. M. Gomes. (Coord.), *Os media na revolução* (p. 17-51). Lisboa: Tinta da China, 2014.

REZOLA, M. I. Emissora Nacional (1974-1975): uma estação do povo, ao serviço do povo. *Revista Portuguesa de História da Comunicação*, 0, 121-138, 2017. Disponível em: <http://revistahc.sopcom.pt/ficheiros/20170909-mir.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2020.

RIBEIRO, N. *A Rádio Renascença e o 25 de Abril*. Lisboa: UCP, 2002.

ROUDAKOVA, N. Comparing Processes: Media, ‘Transitions’, and Historical Change. In: HALLIN, D. C. *et al.* (ed), *Comparing Media Systems Beyond the Western World* (p. 246-277). Cambridge: Cambridge U. Press, 2012.

SANTOS, R. *A Emissora Nacional e as mudanças políticas (1968-1975)*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2017.

Periódicos consultados:

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, edição de 26 de maio de 1975.

JORNAL NOVO, edição de 29 de outubro de 1975. /10/75.

O PRIMEIRO DE JANEIRO, edição de 14 de maio de 1974.

A RTP DURANTE O “PREC” ’ (1974-1975) – REVOLUCIONAR O JORNALISMO¹

Carla Baptista

Universidade Nova de Lisboa (FCSH/ICNOVA)

RESUMO

Este artigo analisa as transformações ocorridas na programação da RTP durante o PREC (1974-1976). Focamos em particular os programas informativos não diários produzidos pelo Departamento de Programas Político-Sociais (DPPS), uma estrutura criada pela administração militar que dirigiu a RTP após a revolução de Abril de 1974. Esses programas refletem as visões da época sobre a missão de uma televisão popular e são uma pista para compreender o processo de

1 Investigação desenvolvida no âmbito do projecto Para uma História do Jornalismo em Portugal, Refª: PTDC/COM-JOR/28144/2017, com Financiamento FCT.

“invenção da televisão revolucionária”. Embora marcada pelas relações de força que ditaram as orientações das sucessivas administrações e direções de informação e de programação, a história da televisão revolucionária não se esgota no campo político. Foi acompanhada de uma discussão alargada sobre o papel do jornalismo televisivo na construção da democracia portuguesa e na articulação com a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: RTP. PREC. Programação revolucionária. 25 de Abril.

A RTP NO 25 DE ABRIL DE 1974

A RTP foi, desde as primeiras horas a seguir ao Golpe Militar de 25 de Abril de 1974, um laboratório de experimentação da democracia nascente. Ainda antes de haver um plano para a televisão desenhado pela futura administração militar, que se manteve até 1977, transformou-se na montra privilegiada das mudanças políticas, sociais e culturais provocadas pela revolução. No dia 25 de abril, foi um dos alvos estratégicos definidos pelo Movimento das Forças Armadas (MFA). Para além do controle das instalações da RTP, os militares tinham uma lista de outras estruturas-chave que pretendiam dominar nas primeiras horas do golpe, incluindo o comando da Legião Portuguesa (LP), a *Emissora Nacional*, o *Rádio Clube Português*, a RTP, a *Rádio Marconi*, o Banco

de Portugal, o Quartel-General da Região Militar de Lisboa, o Quartel-General da Região Militar do Porto, o Ministério do Exército, o Aeroporto da Portela, o Aeródromo Base nº 1, a Manutenção Militar, o Posto de Televisão de Troia e a Penitenciária do Forte de Peniche.

Este plano de operações deixa clara a importância que os meios de comunicação tinham para os capitães de Abril, mas nada diz sobre as estratégias concretas de uso desses meios. O MFA tinha determinado que a RTP, bem como as duas estações de rádio usadas para difundir as senhas da revolução, eram instrumentos cruciais para informar o país da evolução dos acontecimentos. Mas, o que fazer após a tomada bem-sucedida das instalações e o fim da primeira fase da revolução?

Num primeiro momento, a televisão foi uma instituição refém dos revoltosos, que a capturaram e usaram como veículo de transmissão de comunicados, subjugando todo o discurso jornalístico a esse formato associado ao modelo comunicativo da propaganda. A ocupação da RTP pela coluna da Escola Prática de Administração Militar (EPAM), comandada pelo capitão Teófilo Bento, é ilustrativa da forma estreita como os militares pensaram o potencial da televisão. Após a neutralização dos três polícias que faziam a segurança das instalações, a preocupação foi selar o local para impedir fugas de informação

sobre o contingente militar (uma coluna com 130 homens) que dominou a RTP no âmbito da operação cujo nome de código era “Fim do Regime”. Foi imposto um rígido controlo de presenças, permitindo-se apenas a entrada de uma pessoa adstrita a uma especialidade. O núcleo de trabalhadores que conseguiu entrar e permanecer nos estúdios, situados no Lumiar, em Lisboa, reduziu-se a 25 pessoas, reforçadas com mais 10 a meio da tarde, com instruções para não filmarem nada dos acontecimentos que mudariam para sempre a história do país.

O capitão Teófilo Bento admitiu mais tarde, em entrevista à revista *Sábado*², ter cometido um erro de avaliação: “Antes de tudo, eu queria garantir a segurança da Televisão, e não podia permitir que as pessoas entrassem e saíssem. Portanto, quando me pediram para enviar operadores para ir filmar, porque havia tropas na rua, a minha reação inicial foi: ‘Não, senhor!’”

O desconhecimento genérico dos militares sobre a atividade televisiva era tão grande que a tomada de Mônaco, nome de código da RTP, só não se transformou num fracasso devido a um desfecho rocambolesco. Desde logo, não incluíram o Centro Emissor de Monsanto no plano de operações. Foi Soares Louro, então chefe de serviço e futuro presidente da RTP entre 1978-80,

2 Revista *Sábado*, 25 de Abril: *as imagens da RTP que desobedeceram aos capitães de abril*. Disponível em: <https://www.sabado.pt/portugal/detalhe/25-de-abril-as-imagens-da-rtp-que-desobedeceram-aos-capitães-de-abril>. Acesso em: 24 abril 2018.

quem os alertou para esse detalhe crucial quando chegou ao local de trabalho e deparou com a presença dos militares: as antenas de Lisboa e do Porto não estavam controladas pelas forças revoltosas. E, sem isso, não havia emissão.

Do outro lado da barricada, Ramiro Valadão, o todo poderoso presidente da RTP nomeado por Marcelo Caetano em 1969, uma figura com um papel central na reestruturação da televisão durante a fase final do Estado Novo (1969-1974), foi a primeira coisa em que pensou: cortar a antena aos militares, isto é, retirar-lhes a possibilidade de usar a televisão como arma de informação e propaganda. Deu essa instrução aos elementos que faziam a segurança em Monsanto, que sabotaram o equipamento, retirando e escondendo uma válvula do emissor de imagem. A situação só ficou resolvida a meio da tarde e explica o facto da RTP apenas ter entrado no ar às 18h40 do dia 25 de abril, com uma emissão especial e compacta do *Telejornal*, totalmente controlada pelos militares. Durante todo o dia, enquanto as colunas militares controlavam as ruas de Lisboa e cercavam o chefe de Governo, Marcelo Caetano, no quartel da GNR situado no Largo do Carmo, entretanto apinhado de populares que vieram apoiar o golpe, onde estavam os repórteres da televisão portuguesa?

A emissão histórica do *Telejornal* foi apresentada pela dupla Fialho Gouveia e Fernando Balsinha, cujos rostos o

público português conhecia bem. Fialho Gouveia apresentava o *Telejornal* desde 1959. Ambos eram “locutores” e não jornalista,³ circulando com desenvoltura entre a apresentação do telejornal, lendo as notícias, mas não escrevendo as notícias, e alguns programas de entretenimento.⁴ Nessa emissão, fazem uma síntese dos vários comunicados transmitidos durante o dia pelo *Rádio Clube Português* e apresentam as imagens recolhidas por uma equipa da RTP, constituída pelo operador de câmara João Rocha e pelo seu assistente, José Saraiva. São imagens que escaparam à proibição dos militares de nada filmarem e constituem hoje um precioso documento visual dos acontecimentos. Contrariando as ordens do capitão Teófilo Bento, aqueles funcionários saíram dos estúdios do Lumiar por volta das 16h e foram para o Largo do Carmo registar, em filme e sem som, as imagens da revolução em curso. Relativamente aos acontecimentos decorridos nas próprias instalações da RTP, existem também algumas imagens filmadas

3 Até 1969, os redatores da televisão e das rádios não eram considerados jornalistas. Apenas tinham título profissional os jornalistas que trabalhavam para jornais diários nacionais e das agências de notícias. Ver, para mais detalhe, Arons de Carvalho; Figueiredo; Monteiro Cardoso. *Direito da Comunicação Social*. Lisboa: Texto Editores, 2002.

4 Fialho Gouveia era um dos elementos que, juntamente com Carlos Cruz e Raul Solnado, apresentavam o “Zip-Zip”, um programa de entretenimento e entrevistas filmadas no Teatro Villaret, que modernizou a imagem da televisão em 1969, introduzindo novos formatos, linguagens e rostos que se tornaram estrelas televisivas.

pelo operador de câmara José Manuel Tudela, dando conta da ocupação e da chegada ao edifício de cada vez mais pessoas, designadamente jornalistas de outros órgãos de informação que acorriam à primeira conferência de imprensa marcada pelos capitães.

É com esse reduzido conjunto de imagens fragmentadas e sem som que Fialho Gouveia conta a história do dia 25 de Abril de 1974,⁵ num notável exercício de improviso, identificando os presentes ao mesmo tempo que vai descrevendo os acontecimentos do dia e enfatizando a “total sintonia” entre jornalistas e militares, o “fino trato e a cordialidade” destes, a adesão imediata que os seus propósitos libertadores suscitaram junto dos trabalhadores. Em poucas horas, a forma de fazer televisão muda drasticamente em Portugal, renunciando a tempestade que nas semanas seguintes irá transformar a RTP num laboratório vivo de experiências dúbias entre a vontade de fazer um jornalismo novo e a sujeição aos moldes da propaganda militar.

Os sinais dessa mudança estão presentes desde a primeira hora da transmissão televisiva do 25 de Abril de 1974. Podem ser apreendidos num conjunto de mudanças nos conteúdos e nas linguagens transmitidas, das quais destacamos as

5 A emissão especial do *Telejornal* pode ser consultada em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/edicao-especial-do-telejornal-no-dia-25-de-abril/>

seguintes: a visibilidade concedida aos jornalistas enquanto parceiros da revolução; as imagens que mostram os bastidores do estúdio onde decorria a emissão do telejornal, traduzindo o desejo de abrir simbolicamente as portas da televisão aos telespectadores, apostando na proximidade; a postura descontraída de Fialho Gouveia que fuma e ri em plena emissão, desafiando o protocolo visual que até aí impunha seriedade aos rostos e rigidez aos corpos dos apresentadores; o tom festivo com que explica os acontecimentos do dia, prometendo continuar a dar “agradáveis notícias com certeza”. Todas estas características se vão manter e intensificar nas semanas seguintes, marcando o estilo informal, participativo e explicativo que distingue os programas inaugurais da “televisão revolucionária”.

Embora celebratória da liberdade conquistada e beneficiando-se do fim da censura e do afastamento dos quadros apoiantes do regime deposto, num ritmo acelerado de saneamentos e novas contratações que constituem um elemento fundamental para compreender este período,⁶ a nova televisão precisava de uma teoria que sustentasse a sua prática. Essa orientação ficou plasmada numa frase do tenente Bargão dos Santos, diretor de informação da RTP, proferida em abril de 1975,⁷ nas vésperas das primeiras eleições livres

6 Ver o artigo de Maria Inácia Rezola publicado neste volume.

7 Disponível em: <http://media.rtp.pt/memoriasdarevolucao/acomecimento/a-televisao-ao-servico-do-povo/>

realizadas após o golpe militar: “Uma televisão ao serviço do MFA, o que quer dizer uma televisão ao serviço do povo.” É uma formulação tardia para uma política que estava em curso desde junho de 1974, data da criação da 5ª Divisão, órgão emanado da Comissão Coordenadora do Programa do MFA.

Vários episódios marcam a consolidação desta política, que foi conhecendo alterações de percurso em função das ligações políticas das pessoas que ocupavam os lugares decisivos de poder. Mas há uma linha de continuidade que ganha força no discurso dos militares, que se autopercecionavam como garantes da isenção informativa. Num cenário cada vez mais polarizado, com a emergência de fações radicais à esquerda e à direita do espectro político, os militares seriam os distribuidores da palavra e procurariam garantir um espaço de fala na televisão igual para todos os que estivessem alinhados com os ideais da revolução. Em março de 1975, três membros da Comissão do MFA encarregados da reestruturação da RTP são entrevistados no *Telejornal* por um jornalista alinhado com a missão da televisão popular (Luís Filipe Costa). O Capitão de Fragata Conceição e Silva declara enfaticamente os objetivos definidos para a RTP: “manter os princípios mais puros da democracia [...] observar o absoluto respeito pelas opiniões públicas, venham elas de onde vierem.”⁸

8 Entrevista à Comissão do MFA encarregue da reestruturação da RTP. Conteúdo disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/entrevista-a-comissao-do-mfa-encarregada-de-reestruturar-a-rtp/>.

A génese da 5ª Divisão, herdeira do Serviço de Informação Pública das Forças Armadas (SIPFA) durante o tempo colonial – bem como o seu organograma,⁹ distribuído por quatro comissões: 1) a *Comissão Dinamizadora Central (CODICE)*, responsável pela realização de campanhas de dinamização cultural; 2) o *Centro de Esclarecimento e Informação Pública (CEIP)*, que publicava o *Boletim do MFA*, emitia um programa de rádio e outro de televisão; 3) o *Centro de Sociologia Militar*, que organizava cursos, colóquios e preparava atos celebrativos; e 4) o *Centro de Relações Públicas*, sugerem uma linha de continuidade entre o novo órgão e as funções de informação e persuasão do público desenvolvidas durante a guerra colonial.¹⁰

A história da 5ª Divisão cruza-se com a da RTP durante o PREC, já que a estação pública emitia o Programa de Televisão do MFA, uma versão filmada das campanhas de dinamização cultural realizadas pela tropa em todo o país, e a programação deste período estava focada no projeto de explicar “o porquê”

9 Inventário do Fundo do EMGFA. 5ª Divisão – Informação e Relações Públicas, 1972 – 1978 Fundo 06. Disponível em: <https://www.defesa.pt/institucional/oministerio/Documents/ArquivoDefesaNacional/f6%20inventario%20emgfa%205div.pdf>

10 O SIPFA escrevia os comunicados da situação militar nos teatros de operações, divulgava os nomes dos feridos e dos falecidos e produziu alguns programas de rádio e filmes de propaganda.

da revolução ao povo.¹¹ Mas seria redutor pensar a ação da 5ª divisão como uma mera agência de propaganda ao serviço do MFA. A visão puramente tácita e instrumental sobre o legado da 5ª Divisão inflaciona o peso dos conflitos partidários e oblitera a discussão paralela sobre o projeto de sociedade e o papel dos *media*. Neste texto, procuramos valorizar o contributo dos jornalistas e de outros criadores (cineastas, artistas plásticos, intelectuais) para a história da RTP durante o PREC.

Independentemente das inegáveis “estratégias dirigistas” (MESQUITA, 1988) postas em marcha para controlar a informação produzida e veiculada em muitas redações, a diversidade de meios existentes, a exuberante proliferação de forças políticas em jogo e as próprias divisões internas do MFA rapidamente frustraram qualquer veleidade de impor quadros ideológicos monolíticos. É o reconhecimento dessa inadequação que leva à extinção da 5ª Divisão, cumpridos 14 meses de existência. Ribeiro (2014, p. 91) conclui que a 5ª Divisão desenvolveu “um sofisticado trabalho de comunicação política governamental, através da tentativa de controlo de informação interna e das campanhas de instrumentalização da

11 O Porquê de uma Revolução é justamente o título de um documentário promovido pela 5ª Divisão em que o tenente Bargão dos Santos esclarece o povo sobre as causas e as motivações do Golpe Militar de 25 de Abril. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/o-porque-duma-revolucao-i/>.

opinião pública”, sublinhando que “nunca foi uma estrutura una e indivisível”.

Veiga (2014, *online*) assinalou que os amplos recursos humanos e materiais colocados ao dispor da 5ª Divisão “traduziam a reconfiguração da própria esfera militar que, num regime de transição, reclamava um papel de natureza interventiva mesmo nas esferas política e civil”. As mudanças introduzidas na grelha de programação durante o PREC, e a inflação de programas de debate e mesa redonda convocando os “tipos sociais” até aí interditos na televisão (intelectuais de esquerda, trabalhadores rurais, operários, feministas) são um reflexo da tomada de consciência abrupta do papel central dos *media* num combate que era também simbólico, designadamente em relação à interpretação e fixação de sentidos para conceitos-chave como democracia, pluralismo, cultura e povo. Eram palavras estranhas para a maioria das pessoas, alheadas da política pela anterior política de censura. A revolução precisava de criar um imaginário e muita da luta que se trava neste período acontece justamente no plano discursivo. Nessa disputa, a televisão posicionou-se como o principal “definidor primário de situação” (HALL *et al.*, 1978).

A redefinição do campo jornalístico faz-se de forma desordenada, movida pelo imperativo de responder à evolução política, às mudanças sociais do país e às novas oportunidades

geradas pelo quadro revolucionário. Mesmo se existiram tentativas formais de institucionalizar novas censuras, a ação dos administradores militares não é comparável à dos censores da ditadura. Tal como não existiu um modelo hegemónico para os projetos de comunicação governamental ou de propaganda, também não existiu um modelo único para o jornalismo, que não foi nunca inteiramente subjugado ou apropriado pelas várias e sobrepostas tentativas de controle dos poderes partidários e suprapartidários, como é o caso do poder militar.

O padrão do jornalismo “militante e não explicativo” que, segundo Mesquita (1988), marcou o período entre 1974-76, coexistiu com formas de afirmação do campo jornalístico. Procuramos, neste texto, valorizar e autonomizar esses movimentos em relação ao campo político. No caso da televisão, trata-se do caminho de invenção de uma profissão – a de repórter televisivo pleno, não amputado pela censura, que tem pela primeira vez a oportunidade de descobrir o país real e dar-lhe visibilidade e expressão. Os programas que integram a grelha informativa não diária durante o PREC são um exemplo de inovação no campo de conteúdos mas também formal, recorrendo a formatos e dispositivos narrativos inspirados nas linguagens do cinema documental, do teatro de revista, da reportagem televisiva, forjados num ambiente criativo

e colaborativo que amiúde integrava cineastas, jornalistas, atores, escritores, locutores, intelectuais, juntando esses contributos em equipas até aí improváveis.

A TELEVISÃO POPULAR: UMA UTOPIA REVOLUCIONÁRIA

As preocupações com a reestruturação da RTP começam logo em 25 de maio de 1974, com a ordem de serviço 11/74, na qual a Comissão Administrativa Militar anuncia ser seu propósito lançar a semente da “objetividade, independência e honestidade da informação” e transformar a RTP num órgão “informativo formativo e isento”. Anuncia como valores orientadores a liberdade, a isenção e a honestidade. Rezola (2014), a propósito dos saneamentos na RTP, aponta a “intervenção decisiva” entre abril e agosto de 1974, traduzida na suspensão imediata do Conselho de Programa e do Gabinete de Exame e Classificação de Programas e de todos os seus membros, assim como de 16 quadros superiores da empresa (diretores gerais e adjuntos, chefes de serviço e de divisão). O saldo desta “operação de limpeza” traduziu-se, segundo Rezola, no afastamento de 50 funcionários, afetando 4% do quadro de pessoal. Entre os saneados estão dois dos rostos mais conhecidos da televisão, os locutores Henrique Mendes e Alves Caetano. O ritmo de contratações, expresso

em numerosas ordens de serviço, acompanha o ritmo de saneamentos e demonstra o carácter frenético do movimento de recomposição e renovação do pessoal da RTP.

Em 3 de Julho, a ordem de serviço 26/74, refere que, no âmbito da reestruturação da RTP, terá grande prioridade a reorganização dos serviços da atual direção geral de programas e nomeia José Carlos Megre e Sidónio Pais, dois não jornalistas, para coordenarem essa tarefa. Em Julho, a ordem de serviço 28/74 autoriza a Divisão de Programas de Informação a contratar novos redatores, repórteres e estagiários. Em setembro de 1974 são concretizadas as novas admissões, incluindo nomes como Joaquim Letria, José Gabriel Viegas, Amadeu José de Freitas, Anabela Sargaço, Manuela Viegas, Cesário Borga, entre outros. É ainda relevante a ordem de serviço 44/74, de 9 setembro, que contrata como colaborador Vasco Pulido Valente com o objetivo de “iniciar o estudo da programação e da produção de programas relativos ao Departamento de Programas Políticos e Socioeconómicos”. Pulido Valente, à semelhança de outros quadros, não ocupou o lugar por muito tempo, sendo substituído em novembro por Carlos Megre. A componente Económicos acabou por cair do intitulado do novo departamento, que ficou conhecido apenas pela sigla DPPS (Departamento de Programas Político-Sociais).

O DPPS é responsável pelos programas informativos não diários, de divulgação e de atualidades mais interessantes da televisão do PREC, que colocam os repórteres da RTP à descoberta do país real e do povo imaginado, construído como entidade abstrata e olhado como lugar de martírio, sofrido, explorado, mantido inculto e embrutecido pelo fascismo. Com o estímulo e as aprendizagens certas, é expectável que este povo seja rapidamente politizado e apoie os ideais revolucionários. É esse trabalho emancipador do povo que a RTP se propõe fazer, ensinando as pessoas a viver em democracia e contribuindo para o esclarecimento cívico necessário à nova condição de cidadão eleitor. O primeiro teste seria daí a um ano, em abril de 1975, data limite de realização das eleições para a Assembleia Constituinte. O projeto utópico da televisão popular não tinha tempo a perder.

O DPPS E O PROGRAMA “A POLÍTICA É DE TODOS”

DPPS é a sigla que condensa a dinâmica da grelha informativa pós 25 de Abril e traduz o ambiente sincrético entre a sociedade e a política, indistinguíveis na lógica revolucionária. Todo o trabalho social era um trabalho político e a política não se concebia mais desligada da atuação viva no espaço da sociedade. No início a representação televisiva da política e dos

políticos ainda herda os códigos visuais do passado, de que são exemplo a recorrência aos lugares protocolares do poder e ao formalismo dos gabinetes, mesmo se agora ocupados pelas novas figuras cujos rostos a RTP vai apresentando ao país, ajudando a definir as lideranças políticas emergentes. Mas os telespectadores passam a ver políticos que arregaçam as mangas e estão na rua a conversar com as pessoas ou em reuniões de trabalho com alguma informalidade e maior dinamismo. A representação do poder político através da ação compaginava-se com a ideia do coletivo, das lideranças horizontais, da multiplicidade de interlocutores. É este o espírito programático que inaugura a nova era da televisão.

O DPPS mergulhou a RTP no centro das convulsões sociais e assumiu a natureza política da informação. Trata-se de uma viragem que implicou vários gestos de rutura. Os novos formatos colocam a reportagem no centro do dispositivo informativo, com tudo o que isso implica: a descoberta da rua, do país rural, dando voz ao povo que não falava nunca na televisão, confinado a um papel de figuração. Prolongam-se géneros televisivos que já existiam na televisão da ditadura, como as entrevistas, as mesas redondas e os debates, mas com uma reviravolta dos personagens convidados – quem estava interdito passou a ser presença assídua, sobretudo no campo cultural, com a entrada dos escritores e intelectuais e artistas

que militaram na oposição ao regime. Altera-se o repertório de temas noticiosos – o que era tabu e não se discutia passou a estar no centro da programação, designadamente as chagas sociais como a pobreza, a desigualdade económica, o analfabetismo; ou os desafios prioritários, como a educação do povo e a participação popular no processo político.

Passamos de uma televisão de boas notícias (que noticiava inaugurações e anunciava medidas positivas) para uma televisão centrada na sinalização de problemas e engajada com os objetivos da revolução. Embora com métodos, figuras e estratégias discursivas diferentes, estas duas televisões – a RTP da ditadura e a RTP revolucionária – partilham a característica de serem doutrinárias. É este paradoxo que vemos desenrolar-se quando analisamos a programação e a documentação desta altura. O MFA tenta inventar uma nova televisão e subtrai-la aos partidos – nas administrações militares existe a orientação clara de que a televisão deve transcender os partidos e ser conduzida numa lógica pluralista e não partidária –, mas acaba por ceder à tentação de tomá-la para si, à medida que o próprio MFA se institucionaliza no Conselho da Revolução e assume uma vocação de poder.

Esse caminho faz-se cheio de tensões e de lutas, de vários episódios de novas censuras que põem em evidência os limites da liberdade jornalística e originam intromissões censórias

praticadas pelos administradores militares. Esses cortes, que não desenvolvemos neste artigo, incluem uma panóplia variada de temas, muitos deles fora do campo estritamente político e levantando questões morais, religiosas ou até memórias recentes e sensíveis como as relacionadas com as práticas da PIDE. Alguns exemplos de reportagens censuradas incluem temas como o nudismo nas praias, peças de teatro que parodiavam a Igreja Católica ou acontecimentos da atualidade como ocupações de fábricas com episódios de expulsão dos antigos proprietários.

Ao invés de perspetivar estes conflitos como amputadores do poder do jornalismo, devemos apreendê-los no contexto de um processo de autonomização dos jornalistas de televisão, que ganham neste período um protagonismo intrínseco. Os jornalistas tornam-se mediadores engajados e envolvidos, noutras palavras, atores políticos. Esse é um estatuto inteiramente novo. A distância entre o jornalismo e a política, anteriormente tão esmagadora, reduz-se imenso e os jornalistas passam a conviver fraternalmente com os representantes dos novos poderes. Embora isso tenha também implicado perdas de objetividade, com pouca distância crítica, com olhares parciais sobre uma realidade mais complexa e fragmentada do que aquela que a televisão revolucionária dava a ver, acompanhando a explosão das parcialidades políticas e das correntes de opinião, os ganhos

que permitiu em termos de diversificação e profundidade fazem deste período um momento fundacional para o jornalismo televisivo português. Em termos históricos, trata-se de um tempo comparável ao movimento de profissionalização e renovação que vinha ocorrendo para os jornalistas da imprensa escrita desde há uma década e que finalmente chega ao bastião informativo do poder: a RTP.

Não podemos compreender o facto destas mudanças terem coincido com a revolução, enquanto nos outros meios de comunicação social foram acontecendo ainda durante o Estado Novo,¹² sem reforçar o papel instrumental que a RTP desempenhou na estratégia de poder e na política informativa de Salazar e de Marcelo Caetano. Até ao 25 de Abril, foi um bastião inexpugnável ao serviço da política de informação do regime. Depois do 25 de Abril, e sendo feita já em liberdade, a mudança é exuberante e explosiva. É uma televisão de génese revolucionária, tal como essa é também a origem da democracia portuguesa. A natureza da transição, provocada por uma rutura não negociada entre as elites dominantes e as forças da oposição (COSTA LOBO *et al.*, 2016) marcou todos os campos sociais da democracia portuguesa, incluindo os *media*.

12 O movimento de rejuvenescimento e diversificação dos perfis profissionais começa na imprensa portuguesa a partir da década de 60 do século XX. Ver, para mais detalhe, Baptista e Correia. *Jornalistas, do Ofício à Profissão*. Caminho: Lisboa, 2007.

A experiência portuguesa parece ter conseguido integrar de forma duradoura os traços mais positivos que resultaram da democratização por via revolucionária (FISHMAN, 2011).

Em maio de 1974, a Comissão Administrativa Militar nomeou 4 diretores para garantirem o funcionamento da Direcção-Geral de Programas. O comunicado de 3 de maio de 1974 anuncia os nomes de Álvaro Guerra, Artur Ramos, Manuel Ferreira e Manuel Jorge Veloso como os novos responsáveis pela programação da RTP e preconiza que esta deve “assegurar as condições necessárias para que este meio de comunicação social se realize, integral e imparcialmente, em completa liberdade de expressão e informação”.¹³ A nova orientação da RTP foi apresentada ao público pelos quatro diretores, no programa “Diálogo”, emitido a 9 de maio, numa clara sinalização aos telespectadores de que a nova televisão se desejava agora transparente e participada.

Álvaro Guerra (escritor e jornalista no jornal *República*) ficou encarregado da Informação e das Atualidades. Teves (2007, *online*) aponta que uma das suas primeiras preocupações foi apelar, através de um comunicado, ao sentido de responsabilidade dos jornalistas da redacção do *Telejornal* para resistirem às constantes manipulações de informação:

13 Ordem de serviço nº 5/74.

A partir desta data (3.7.1974) a confirmação da autenticidade das notícias a transmitir pelo *Telejornal* deve obedecer às mais estritas regras de segurança e rigor. Qualquer que seja a fonte de informação invocada deve ser feita, sempre, a contraprova.

Os títulos dos programas do DPPS surgidos no PREC são quase autoexplicativos, traduzindo a vontade de descobrir o povo, talvez a categoria mais central forjada pela imaginação revolucionária, e dar-lhe voz e expressão. Procuram fornecer alguma educação histórica básica, responsabilizando a ditadura pelos males estruturais do país, e igualmente estimular uma aprendizagem política rápida sobre os mecanismos burocráticos da democracia, incluindo nas suas formas populares (assembleias, comissões de moradores, cooperativas etc.). Existe também uma preocupação com a divulgação cultural, fruto do acesso que uma elite intelectual ganha à televisão, e da crença enraizada de que a cultura é um instrumento de capacitação para uma discussão política produtiva. Alguns dos programas mais representativos da nova grelha são “Vamos Decidir em Conjunto”, “No Mundo do Trabalho”, “Responder ao País”, “Escrever é Lutar”, “Nome Mulher”, “A Gente que Nós Somos”, “Diálogo”, “Os Movimentos Políticos

e a Economia”, “Sonhos e Armas”, “A Lei e o Povo”, “Canto Livre” e “A Política é de Todos”.¹⁴

Merece menção especial o programa “A Política é de Todos”, por condensar o espírito e o corpo da televisão revolucionária que temos vindo a caracterizar, e por ter alcançado uma elevada qualidade formal e estilística. Em 1974, recebeu o prémio “Melhor Programa do Ano” atribuído pela Casa da Imprensa. Começou a ser emitido em maio de 1974, sendo classificado dentro da categoria Programas Especiais. Ao todo, foram emitidos sete programas, três em 1974 e quatro em 1975. Os dois primeiros têm uma natureza didática, revelando aspectos formais do processo democrático (como se organizam eleições para as juntas de freguesia, como se faz uma assembleia geral de trabalhadores, como se contam os votos). As restantes rubricas oferecem um fresco do país e dos seus enormes atrasos em matérias cruciais, como a saúde ou a educação. Uma das reportagens acontece numa escola primária e o foco é saber se a escola faz os(as) alunos(as) felizes, se os(as) faz pensar, se lhe ensina artes, se está articulada com idas à biblioteca ou a visitas de estudo que possam complementar a educação formal. É visível o incómodo da professora que

14 Ver o livro de Vasco Hogan Teves, RTP, 50 anos de História. Disponível em: <https://museu.rtp.pt/livro/50Anos/Livro/DecadaDe70/ODificilCaminhoParaANacionalizacao/Pag7/default.htm>.

procura ganhar espaço na entrevista, enquanto a jornalista se interessa sobretudo pelos depoimentos das crianças.

Os temas tratados nos programas de 1975 abordam os efeitos do fascismo no esmagamento das pessoas e da sua capacidade de pensar, na proibição de ler, no medo de falar em público e expressar a opinião livremente, na descrença ou suspeição em relação à liberdade. Existem programas dedicados à literatura proibida em Portugal, e um centrado sobre as desigualdades transversais no mundo do trabalho operário e rural, entre assalariados e patrões, entre homens e mulheres.

Esses programas denotam o fascínio dos intelectuais pela descoberta do povo que encontram nas fábricas, ou nas aldeias inacessíveis por ausência de estradas, paralisado pelo mutismo e pelo conformismo. É notório o empenho do jornalista Fernando Balsinha para obter respostas, para conseguir que falem, que digam de sua justiça, que percam o medo. A partir de intervenções e comentários de vários intelectuais, um deles João Bénard da Costa, é repetido um *mantra* quase terapêutico: “O Voto é a Arma do Povo”. Reis (2009, p. 333) resume o espírito do programa:

A mensagem parece ser esta: o malefício que o regime deposto trouxe foi a ignorância política, o medo, e, no geral, a resignação à miséria. A revolução – através da presença da

televisão – nestes contextos de miséria, vem trazer a política, vem ensinar a utilizar a ferramenta da reivindicação.

As opções de realização valorizam os sujeitos filmados que no decorrer das reportagens ganham coragem para falar ou contar a sua história e apresentam um caderno reivindicativo (exigências salariais, sonhos progressistas, esperanças partilhadas). Em alguns momentos fascinantes, assistimos a uma politização em direto que ocorre no curto espaço de uma conversa gravada em televisão.

CONCLUSÃO

Procuramos apresentar as principais linhas de força que marcaram a programação da televisão durante o PREC. É uma televisão orientada por objetivos revolucionários, que aposta no tratamento jornalístico da atualidade e na documentação dos problemas sociais do país para fins de formação política do povo. Move-se num registo duplo: entre a premência da lógica informativa do acontecimento e os contextos históricos e políticos enquadrados pela lógica revolucionária. Embora muito devedora da estratégia do MFA para a RTP, a linha de programação seguida neste período não está inteiramente subordinada ao jogo político resultante das lutas entre os poderes emergentes. Também é resulta, e neste especto nos procurámos focar, de um projeto jornalístico abrangente

que se constrói num ambiente de grande conflitualidade interna nas redações, mas também de grande valorização do jornalismo enquanto campo social e disciplina profissional. As condições para o jornalismo prosperar foram abertas pela revolução de abril.

REFERÊNCIAS

ARONS DE CARVALHO, A. ; FIGUEIREDO; J. P. ; MONTEIRO CARDOSO, A. *Direito da comunicação social*. Lisboa: Texto Editores, 2002.

BAPTISTA, Carla; CORREIA, Fernando. *Jornalistas, do ofício à profissão*. Lisboa, Caminho, 2007.

CÁDIMA, F. R. Os media na revolução. In: BRANDÃO, José Manuel (ed.). *Revolução e democracia – o país em revolução* (p. 321-351). Lisboa: Editorial Notícias, 2001.

CASTRIM, M. *Televisão e censura*. Porto: Campo das Letras, 1996.

CEREZALES, D. *O Poder caiu na rua*. Crise de Estado e ações coletivas na revolução portuguesa 1974-1975. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

COSTA LOBO, M., COSTA PINTO, A., MAGALHÃES, Pedro. Portuguese democratization 40 Years on: Its Meaning and Enduring Legacies. *South European Society and Politics*, 2016, 21:2, 163-180.

PHILIPPE, V. El Discurso de la “Radiotelevisão Portuguesa” sobre la conflictividad laboral durante el PREC. *Historia, Trabajo y Sociedad*, 2017, nº 8, 87-112.

FIGUEIRA, J. *Os Jornais como atores políticos*. O Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no Verão Quente de 1975. Coimbra: Minerva Coimbra, 2007.

FISHMAN, R. M. Democratic practice after the revolution: the case of Portugal and Beyond. *Politics and Society* XX (X), 2011, 1-35.

HALL, Stuart; CRITCHER, C.; JEFFERSON, Clarke, Roberts, B. *Policing the Crisis – Mugging, the State and Law and Order*. London: Macmillan, 1978.

MESQUITA, M. Estratégias liberais e dirigistas na comunicação social de 1974- 1975. Da Comissão Ad Hoc à Lei de Imprensa. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 1988, 8, 85-113.

MESQUITA, M. Os meios de comunicação social. In: REIS, António (ed.). *Portugal, 20 anos de democracia* (p. 360-405). Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

PEREIRA, J. S.; Sousa, P. D. Media e política na Europa do Sul: um mesmo pluralismo polarizado (p. 195-224). In: FERNANDES, Tiago (ed.). *Variedades da democracia na Europa do Sul 1968-2016*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2017.

RIBEIRO, N. *A Rádio Renascença e o 25 de Abril*. Lisboa: Universidade Católica, 2002.

RIBEIRO, V. Os Primeiros Passos da Comunicação Política Democrática em Portugal: a 5ª Divisão do MFA como motor da propaganda revolucionária no PREC. *História*, Revista da FLUP, Porto, VI Série, v. 4, 2014, p. 79-91.

REIS, A. A revolução de 25 de Abril de 1974, o MFA e o processo de democratização. In: REIS, António (Dir.) *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Alfa, 1992.

REIS, M. S. *A Hipótese de uma televisão revolucionária*. Estudos do século XX, 9. Imprensa Universitária de Coimbra: Coimbra, 2009, p. 325-346.

REZOLA, M. I. *Mitos de uma revolução*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2007.

REZOLA, M. I. *A RTP no PREC (1974-1975: sem recuos nem Tibiezas em ordem à Limpeza Radical (p. 17-51)*. In: REZOLA, Maria Inácia; GOMES, Pedro Marques (eds.). *A Revolução nos media*. Lisboa: Tinta-da-China, 2014.

TEVES, V. H. *RTP, 50 Anos de História*. Disponível em: <https://museu.rtp.pt/livro/50Anos/Livro/DecadaDe70/ODifilCaminhoParaANacionalizacao/Pag7/default.htm>. Lisboa, 2007. Acesso em: 13 maio 2018.

VEIGA, I. A 5ª Divisão do Estado-Maior-General das Forças Armadas no Processo Revolucionário Português. Modelos, apoios e antagonismos. *Ler História*, 67, 2014, p. 155-168.

GOVERNAR A MEMÓRIA DA REVOLUÇÃO: QUE FIZEMOS NÓS COM OS CRAVOS?

Maria do Carmo Piçarra

Universidade Nova de Lisboa - IC/NOVA (FCSH)

RESUMO

Que farei eu com esta espada? realizado, em 1975, por João César Monteiro mostra como a Revolução de 25 de Abril de 1974 é ameaçada pela interferência de potências estrangeiras. Nas docas do rio Tejo, os navios da NATO são como Nosferatu que desembarca trazendo a peste consigo. Visionário, Monteiro aflora, já então, o “medo de existir” (GIL, 2007), e a negação em processar a história de ex-império. Sintomático do “medo de existir” e deste modo de governar a memória é que vários filmes proibidos pela ditadura tenham

permanecido com acesso limitado estando em risco, devido à falta de preservação. Outro sintoma é a falta de debate em torno de “imagens-clarão” reveladoras – como sucedeu com 48, de Susana de Sousa Dias. As imagens de um certo cinema da e sobre a revolução e a ditadura em Portugal têm que ser resgatadas da invisibilidade a que têm estado sujeitas, no âmbito de um modo de “governar a memória” que passou – continua a passar? – pela obliteração de memórias para construir uma projeção nacional em que ecoa uma “ordem do discurso” (FOUCAULT, 1997) definida e propagandeada durante o Estado Novo. Uma “ética do visível” exige a recuperação de todas as memórias e tem implicações políticas. Recuperar essas imagens-montagem (DIDI-HUBERMAN, 2012) é fundamental para a inteligibilidade das mesmas e para desconstruir uma projeção nacional feita com base em memórias governadas por uma agenda política.

PALAVRAS-CHAVE: Vampiros. “Medo de existir”. “Não inscrição”. Memória. Ética do visível.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, proponho algumas considerações em torno de duas questões principais: 1) Como é que Portugal governou a memória da revolução (e do Estado Novo) no cinema? 2) Neste âmbito, que fizemos nós com os cravos?

Para ensaiar uma análise apoiada nessas indagações, traço uma genealogia básica do uso da metáfora dos “vampiros”, recorro a um estudo de caso e amparo-me nalgumas ideias relativas ao “medo de existir” e à “não inscrição”, de José Gil, bem como sobre a suposta especificidade do pós-colonialismo português, tal como analisado por Boaventura Sousa Santos em “Entre Próspero e Caliban”, que articulo operacionalizando o conceito de “imagens apesar de tudo”, de Georges Didi-Huberman.

JOÃO CÉSAR MONTEIRO: UMA VISÃO QUE ESCONJURA O “MEDO DE EXISTIR”

Nos 48 anos de ditadura política em Portugal foi o cantor de intervenção José Afonso quem, com notoriedade pública, começou por usar a metáfora dos vampiros. A canção de intervenção “Os vampiros”, de 1963, contra a opressão capitalista, foi proibida pela censura tornando-se emblemática para a resistência antissalazarista.

É estranho que, imediatamente após a revolução, um realizador, João César Monteiro, retome a metáfora? Ou, precisamente, é uma metáfora reutilizada porque emblemática para os críticos do capitalismo? *Que farei eu com esta espada?* foi realizado por Monteiro um ano após a Revolução dos Cravos. No cerne do filme está a utilização – e o protesto dos trabalhadores contra tal uso – dos portos portugueses pelos navios de guerra da Organização

do Tratado do Atlântico Norte (NATO), que juntou europeus e EUA numa cruzada “anticomunista” durante a Guerra Fria. Mas, na alegoria de Monteiro, a NATO é também *Nosferatu* – “encarnado” pelo próprio *Nosferatu* de Murnau, cujas imagens o cineasta português “vampiriza”, reutilizando sequências deste clássico mudo, entre as quais a chegada ao porto e instalação do vampiro – que, ao desembarcar, traz a peste, espalhando novas formas de terror e opressão – na capital do país.

Monteiro afirma-se desde logo como um visionário, criando “imagens-clarão” – desafiadoras do regime de suposta “não inscrição” – que, de modo benjaminiano, projetam no instante da sua realização o futuro do país, por via de uma reavaliação desassomburada do passado.

Como escreve Walter Benjamin (2009, p. 13) em *Passagens*, “A imagem dialéctica é uma *imagem fulgurante*. É então como *imagem fulgurante* no Agora da cognoscibilidade que é preciso reter o outrora”. Evoco, a propósito, o que escreveu Cantinho (2008, p. 3):

Como o afirma Walter Benjamin, a imagem dialéctica é uma imagem crítica, pois constitui-se como a *interpenetração “crítica”* do passado e do presente, sintoma da memória colectiva e inconsciente – é isso mesmo que produz a história. Como ele o diz, na passagem [N 2ª, 3]: “Não é preciso dizer que um passado esclarece o presente ou que o presente esclareça o passado. Uma imagem pelo contrário é aquilo em que o Outrora encontra o Agora num clarão para formar uma constelação”.

Cantinho (2008, p. 5) propõe que as imagens, tal como pensadas por Benjamin a partir de uma genealogia aristotélica do pensamento sobre a imagem, “podem convocar os nossos sentidos, a nossa imaginação ou o nosso pensamento. Muitas vezes, convertem-se no próprio alimento do pensamento, tal a sua pregnância”.¹ Concentrando em si a potência do pensamento, as imagens podem ser enigmáticas e ambíguas, por vezes, “mas também podem ser metáforas luminosas, guiando-nos através da obscuridade da razão”.

É nesse sentido que Monteiro usa a luz da projeção da imagem cinematográfica como modo de matar os “vampiros” e esconjurar os fantasmas da ditadura. Realiza um filme desassombrado que, com sentido crítico e por via da ironia, afirma a esperança na possibilidade de criação de um espaço público a partir do interior dos indivíduos. Contraria, desse modo intuitivo, uma proposição filosófica, posterior, de Gil, de acordo com a qual a sociedade portuguesa é hoje apenas externamente aberta ao exterior permanecendo fechada no seu interior. Não foi certamente esse o caso de Monteiro e, através dos seus filmes, foi essa abertura interior que propôs ao público, criando, através da projeção das suas imagens-clarão cheias

1 Em *Ninfas* (2010), Agamben evoca a teoria aristotélica da memória, em que este estabelece uma estreita relação entre memória, tempo e imaginação, afirmando que os seres que percebem o tempo recordam e com a mesma faculdade que usam para tal, isto é, a imaginação. A memória não é possível sem uma imagem (fantasma) a qual é uma afeição, um *phatos* da sensação ou do pensamento, propõe Agamben. Nesse sentido, a imagem mnemésica está sempre carregada de uma energia capaz de mover e turbar o corpo diz o autor.

de ironia, poder de observação e capazes de *rasgar o nevoeiro* (DIDI-HUBERMAN, 2012), a possibilidade de um autêntico espaço público, resgatado da receção absorta imposta pelo campo mediático instalado em Portugal no pós-25 de Abril.

Esse uso da projeção cinematográfica, que “rasga o véu”, fá-lo, também, contra a “não inscrição” da história da opressão pela ditadura e, de modo notável e visionário, fá-lo apesar de – e se não mesmo contra – um “medo de existir” definido em função do fascismo (do ser a favor ou contra), que é uma forma de continuar a não ser livre e viver um pesadelo totalitário por via de uma experiência íntima de “terror”.² Mas esta alegoria de Monteiro faz, também, um registo do tempo

-
- 2 Em *Portugal hoje: o medo de existir* (2007), Gil afirma que, em Portugal, nada é “inscrito” e que assim os acontecimentos parecem não ter acontecido. Ao “não acontecerem” por não terem sido “inscritos” há uma desresponsabilização e pode prosseguir-se ignorando os acontecimentos. O medo (Gil fala de medo vertical – resultante de uma hierarquização social e implicando uma graduação de poder – e medo horizontal – do desvio à norma) é um conceito central, nesta obra, articulando-se com o conceito de “não inscrição”. Não obstante admitir que o medo vertical é anterior ao salazarismo [e a recente série *Antes da PIDE* (2016), de Jacinto Godinho, tendo como consultora histórica Irene Pimentel, e cuja transmissão foi iniciada na RTP 2 em junho de 2016, tem-no atestado, evocando, naturalmente, o medo imposto pela Inquisição], o que poderia ter sido mais desenvolvido na sua análise, Gil responsabiliza diretamente o Estado Novo pelo atual medo de existir. A vivência numa sociedade democrática e o fim dos condicionamentos à liberdade de expressão e de associação, deveria ter implicado a restauração do espaço público enquanto espaço de trocas em termos de ação, mas que, segundo o autor, em termos de expressão de opinião não beneficiou da criação de instrumentos instalando-se antes um dispositivo que, em seu entender, ocupou todo o espaço público: a televisão e os *media* em geral.

revolucionário com a clarividência de quem está consciente de que uma nova sombra se projeta no presente através de imagens que fixam a revolução – registada em declinações quase caricaturais, nalgumas sequências –, que estão atravessadas de esperança mas que, contra o fluxo das imagens da revolução mais engajadas desse período, já perguntam pelo futuro, já temem o que está por vir.

QUE FIZEMOS NÓS COM OS CRAVOS?

A 20 de Fevereiro de 2014 – ano em que se comemoraram os 40 anos da revolução que restaurou a democracia e a República – Eduardo Lourenço afirmou publicamente, no *Festival Literário Correntes d’Escritas*, que Portugal foi invadido por uma espécie de vampiros “como aqueles que o cinema de *Hollywood* ilustra”.³

Otimista, Lourenço disse que não acredita que a “espécie de submissão mansa” em que vive a sociedade portuguesa vá perdurar, mas problematizou: “Não sei se é um comportamento muito português dormir em cima daquilo que nos ameaça profundamente e nos põe problemas que não podemos resolver esperando que, com o tempo, com um pouco de sorte, acabemos por sair desta espécie de atoleiro em que estamos mergulhados”.⁴

3 15ª edição do *Festival Literário Correntes d’Escritas*, na Póvoa de Varzim, na mesa “Pensamentos não são correntes de ninguém”.

4 *Jornal de Notícias*, 21 de fevereiro de 2014, p. 48.

As palavras de Lourenço tiveram eco na imprensa, mas não geraram debate público. Pergunto: esta falta de debate confirma as visões de que o espaço público deixou de existir, ou existe fragilmente, ou nunca chegou a existir, como afirmou Gil, e que tudo quanto se passa nos *media* é mais real do que a realidade?

Tão pouco estas palavras fizeram lembrar usos passados da metáfora dos vampiros ou sequer que as ideias enunciadas por Lourenço evocam outras enunciadas por José Gil em *Portugal hoje: o medo de existir* (2007).

Foi no século XVIII que a palavra “vampiro” passou a ser usada metaforicamente, aludindo a algo mau, voraz, ganancioso, que se alimenta do sangue e das vidas de outras pessoas. Quando se transformou em pura metáfora é que se tornou também matéria para um uso livre pela literatura, que a imbuíu de subtextos alegóricos. Toda a dinâmica de exercer uma autoridade sobre o Outro, de usar a força vital e energética do Outro, de dominação e submissão sexual, de prolongar a existência à custa da existência dos outros, enformou o conceito literário de vampiro. Quando, em 1897, Bram Stoker publicou *Drácula*, o vampiro tornara-se, porém, algo que dificilmente os europeus de Leste de há 150 anos, entre os quais surgiram os primeiros mitos sobre vampiros, reconheceriam.

A reinvenção da metáfora do vampiro na era moderna ganhou depois uma dimensão política. O Conde Drácula, que

surge à noite para alimentar-se do sangue dos camponeses, tornou-se no símbolo da natureza parasitária do Antigo Regime. Foi Werner Herzog quem, no cinema, deu à interpretação política uma nota irónica adicional quando o protagonista do seu *Nosferatu*, Jonathan Harker, um agente imobiliário da classe média, se torna vampiro – e o burguês capitalista surge, desse modo, como classe dominante e exploradora seguinte. Desde 1823 que, em Portugal, o termo vampiro passou a usar-se com conotação política quando o Abade de Medrões o usou para visar os inimigos da Constituição chamando-lhes “esses vampiros desatinados que pretendem restabelecer o antigo Absolutismo e tolher os nossos direitos legítimos”.⁵ Durante todo o século XIX, o termo foi usado, com esse sentido, em textos políticos da época. E apesar de Monteiro “vampirizar” as imagens de Murnau, é a antecipação da imposição do “burguês capitalista” como dominador que ele faz, em plena alegria revolucionária, numa obra que é atravessada pela esperança, mas onde a ironia fina também se faz matéria.

5 *Gazeta de Lisboa*, 77-152, Imprensa Nacional, 1823, p. 734.

COMO É QUE PORTUGAL GOVERNOU A MEMÓRIA DA REVOLUÇÃO (E DO ESTADO NOVO) NO CINEMA?

Visionário, Monteiro antecipa as intervenções sucessivas do FMI em Portugal – logo em 1977; depois, em 1983 e, já como país membro da União Europeia, em 2011. Antecipa Portugal como um país que continua a produzir pouco, além de revoluções que são poemas ou filmes visionários, coercivos, que teimam em rasgar o véu do desconhecimento.

Monteiro procura esconjurar, fixando as palavras dos trabalhadores, o “medo de existir”, a negação de Portugal em processar a sua história, ex-império que foi Próspero e Caliban (SANTOS, 2001), que colonizou sendo permanentemente colonizado.

Sintomático desse “medo de existir” e do modo de governar a memória é o facto de vários filmes proibidos pelo Estado Novo – sobretudo aqueles relativos ao passado colonial, como *Deixem-me ao menos subir às palmeiras...* (LOPES BARBOSA, 1972) ou *Sambizanga* (SARAH MALDOROR, 1972) – terem permanecido, não obstante a sua natureza de “Imagens apesar de tudo” (DIDI-HUBERMAN, 2012), sem reabilitação ou com acesso condicionado. Na obra “Imagens apesar de tudo”, Georges Didi-Huberman debate como o Holocausto judeu empreendido pelo nazismo suscitou a imaginação, apesar de tudo. A sua reflexão, contra a “imagem-toda”, a

“imagem-monumento”, procura mostrar como a imagem pode revelar um vislumbre do real, rompendo a barreira fetichista. Discute-se a “legibilidade” das imagens documentais, a partir de Freud e de Benjamin, dando enfoque à possibilidade de conhecimento proporcionado pela montagem, contrapondo *Shoah* (1985), de Claude Lanzmann, às *História(s) do Cinema* (1988-98) de Jean-Luc Godard. Na obra reevoca-se a “redenção pela imagem”, de Benjamin e de Kracauer e interroga-se a imbricação entre imaginação e ética, a partir de Arendt, pensando a cultura e o seu mal-estar à luz da imagem na época da imaginação dilacerada.

Durante a minha investigação doutoral, estudei três casos de filmes coloniais, censurados primeiro pela ditadura e mantidos quase invisíveis após o advento da democracia.⁶ Esses casos atestam, por um lado, a pulsão dominante para a “não inscrição”, mas, por outro, evidenciam como o conceito de “não inscrição” pode ser generalista e curto para a compreensão da realidade.

Catembe, de Manuel Faria de Almeida, realizado em 1965, e duas obras de 1972 – *Deixem-me ao menos subir às palmeiras...*, de Joaquim Lopes Barbosa, e *Esplendor selvagem*, realizado por António de Sousa – permaneceram praticamente sem ser projetados após Abril de 1974. Uma

6 Publicada com o título *Azuis ultramarinos. Propaganda e censura no cinema do Estado Novo*. Lisboa: Edições 70.

inquirição sobre o porquê de tal situação permitiu apurar vários motivos, evidenciando que a invisibilidade destes (e outros) filmes terá estado relacionada com a fragilidade do espaço público e com o desinteresse, por eles, no campo mediático. O interesse do público por outros géneros de filmes no período imediatamente pós-revolucionário e o modo de funcionamento da distribuição comercial de cinema, por um lado, além da falta de notoriedade e/ou poder dos seus realizadores no seio do movimento do cinema português e a escassez de cópias no que respeita a canais alternativos de distribuição (Cinemateca Portuguesa, cineclubes, festivais etc.), por outro, adensam qualquer ensaio de explicação mais simplista e não permitem imputar, exclusivamente, esta “invisibilidade” ao “medo de existir” ou à inveja. Porém, sublinhe-se, é um facto que, antes da revolução de 1974, uma razão fundamental para a sua invisibilidade terá sido a que eram filmes transgressores – *Catembe*, em termos formais e de conteúdo; *Deixem-me...* pela crítica direta ao colonialismo português e pelo uso quase exclusivo de atores negros e de uma língua africana; e *Esplendor*, apenas por não ser oportuno, politicamente, mostrar uma África tribal, sem portuguesismo – e que, depois do advento da democracia, não eram “suficientemente” transgressores.

Esses filmes, que são “imagens apesar de tudo” arrancadas à realidade do colonialismo, foram arrumados na categoria da “não inscrição”, como acontecimentos que não aconteceram ou parecem não ter acontecido. Mas, se, após o 25 de Abril de 1974, estas “imagens apesar de tudo” não foram vistas não foi só por não serem suficientemente transgressoras. Foi, também, porque rapidamente foram arrumadas, pelo “medo de existir”, nas prateleiras do arquivo morto onde, porém, mercê da natureza fantasmagórica do cinema, se mantiveram à espera de voltar a ser reanimadas pela projeção. Nascidas de uma vontade de inscrição durante a ditadura, paradoxalmente foram arrumados, após a revolução, na “não inscrição”.

UM FILME DE MALDOROR – O MEDO DO CONFLITO

Um outro estudo de caso ilustra o “medo de existir” imediatamente após a revolução do 25 de Abril de 1974. Logo no dia 29, uma Comissão de Cineastas Antifascistas ocupou o Instituto Português de Cinema, o Sindicato dos Profissionais de Cinema e a Inspeção dos Espetáculos, reclamando e conseguindo “a abolição da censura aos filmes e a sua substituição por uma comissão *ad hoc* para os espetáculos” (PINA, 1977, p. 199). A comissão foi criada para “evitar o uso indevido de uma liberdade que tem de ser responsável”. Pouco tempo

depois, dois filmes tiveram a sua estreia adiada: *Sambizanga* (1972), de Sarah Maldoror, e *Saló ou os 120 dias de Sodoma* (1975), de Pasolini. Uma obra de militância anticolonial, no primeiro caso; uma reflexão violentíssima sobre o fascismo e a sua natureza repressora, no segundo.

Sambizanga, de Sarah Maldoror (nascida Ducados mas que optou pelo apelido Maldoror em homenagem aos contos de Lautréamont), foi realizado no âmbito de um cinema de militância do Movimento pela Libertação de Angola (MPLA).⁷ O filme é a adaptação de *A vida verdadeira de Domingos Xavier*, de Luandino Vieira, rodada durante sete semanas em Brazzaville, no Congo, mas *Sambizanga* é também o nome de um bairro de operários, em Luanda, no qual se situava uma prisão do regime cujo assalto, em 1961, constituiu o primeiro ato coordenado de sublevação armada contra o colonialismo português.

Pretende mostrar a participação das mulheres na luta pela libertação através do ponto de vista de Maria. Esta viaja

7 Com uma bolsa de cinema concedida pela URSS, Sarah Maldoror estudou no Studio Gorki, em Moscovo, entre 1961 e 1962. Iniciou-se na luta pela independência das colónias africanas através da influência de Mário Pinto de Andrade (1928-90), de quem foi companheira, dado que este foi um dos fundadores do MPLA, a que presidiu entre 1960-62, no início da luta armada em Angola. Após ter sido assistente de realização de Gillo Pontecorvo em *A batalha de Argel* (1965), Maldoror estreou-se como cineasta com a curta-metragem *Monangambé*.

do interior até Luanda à procura do marido, Domingos, um trabalhador exemplar, preso por razões políticas e depois torturado até à morte. No filme mostra-se a crueldade da polícia política e o sadismo dos seus elementos. A sequência familiar do início – uma representação belíssima do amor familiar, com a refeição e o repouso que se lhe segue – é o coração da obra. Se sublinha a paz familiar é para a contrastar com o processo de prisão, sem culpa formada, de Domingos, e a tortura a que este sucumbe enquanto Maria sofre a tortura do desespero durante a busca pelo marido, um ordálio que a empurra da casa para o mundo, condição, porém, de cidadania e iniciação no ativismo político.

Em Portugal, a exibição do filme no pós-25 de Abril não foi pacífica. Uma crítica cinematográfica de Lauro António, intitulada “Sambizanga, finalmente” e publicada no *Diário de Lisboa*, em 24 de Outubro de 1974, documenta a suspensão temporária do filme. Explica que a estreia esteve prevista para 20 de setembro, no S. Luiz, mas que *Sambizanga* viu “a sua exibição cancelada através de um comunicado do Ministério da Comunicação Social, proveniente diretamente do Gabinete do Primeiro-Ministro, Vasco Gonçalves”. Motivo: “[...] impedir manobras da reação e por constituir propaganda de um dos movimentos emancipalistas, ainda em guerra” (ANTÓNIO, 1974, p. 6).

Uma consulta ao processo do filme, de outubro de 1974, no acervo da Inspeção Geral das Catividades Culturais, não revela, porém, censura ao filme nem alude a qualquer tentativa de suspensão do mesmo (SNI, IGAG, 2ª Incorporação, caixa 474).

Em testemunho recolhido por mim em novembro de 2013, o produtor e realizador António da Cunha Telles confirma a suspensão de *Sambizanga*, mas esclarece que o processo não ficou documentado. O filme fora já examinado e classificado pela Comissão de Espetáculos quando foi chamado, na qualidade de distribuidor do filme, ao Palácio Foz, onde o então Diretor Geral da Cultura e Espetáculos, Vasco Pinto Leite, lhe disse que teria que se deslocar a S. Bento, à residência do Primeiro-Ministro. Aí, o Ministro da Defesa do I e II Governos Constitucionais, Mário Firmino Miguel, informou Cunha Telles que o filme não poderia ser exibido nas “circunstâncias que então se viviam”, pois, grandes “conflitos emocionais” dividiam a sociedade portuguesa. “Foi um pouco embaraçoso. Não se tratou de espírito de censura. Receava-se que a exibição do filme exacerbasse a situação de conflito e viesse a causar distúrbios por parte das pessoas que estavam contra a independência de Angola”, contou-me o produtor e cineasta António da Cunha Telles.⁸

8 Entrevista inédita a António da Cunha Telles, em Novembro de 2013.

Esta data originalmente prevista para a estreia antecipava, em dias, a convocatória, por ativistas de sectores mais conservadores da sociedade portuguesa, da chamada “maioria silenciosa” para manifestar, em Belém, o seu apoio ao presidente da República, General Spínola, visando com isso reforçar o poder político deste e contrariar “extremismos”.

Otelo Saraiva de Carvalho, do Comando Operacional do Continente (COPCON), e o Ministro da Defesa Mário Firmino Miguel reagiram e a manifestação foi interdita pelo MFA. Os partidos políticos de esquerda distribuíram, entretanto, comunicados apelando “à vigilância popular” contra o que chamaram “Minoria Tenebrosa”. Spínola tentou, entretanto, reforçar o poder da Junta de Salvação Nacional que comandava, e, em vão, estabelecer o estado de sítio. Derrotado, Spínola demite-se a 30 de setembro sendo substituído pelo general Costa Gomes.

No que se refere aos motivos evocados para a suspensão de *Sambizanga* é preciso não esquecer que Spínola era a favor de uma solução federalista para as ainda colónias portuguesas. O já citado comunicado do Ministério da Comunicação Social enunciava claramente que os motivos para a suspensão do filme eram: “impedir manobras da reação e por constituir propaganda de um dos movimentos emancipalistas, ainda em guerra” (ANTÓNIO, 1974, p. 6). Porém, este segundo motivo

não obstou a que o filme estreasse um mês depois – um ano antes da independência de Angola – o que evidencia que o motivo efetivo para a suspensão foi o medo de que a exibição exacerbasse ânimos provocando conflitos. Meses após o fim da ditadura, o espaço público não estava, pois, garantido como um espaço democrático, de debate de ideias e de ação livre e a suspensão de *Sambizanga* ilustra isso mesmo no que respeita à exibição cinematográfica.

Pouco tempo depois, o distribuidor recebeu a indicação que o filme já podia ser visto. Luandino Vieira marcou presença na estreia, em outubro de 1974, e Cunha Telles tem memória de várias pessoas do MPLA e com uma relação com Angola terem ido ver o filme ao cinema Universal.

MENOS PRÓSPERO E MAIS CALIBAN (OU NEM ESPADA E NEM CRAVOS)

O período pós-revolução e pós-colonial é tempo de revolução também no espaço, pois implica uma nova relação dos portugueses com a geografia, devido às independências das ex-colónias, por um lado, e, por outro, ao reajustamento económico, à acentuação das clivagens Norte-Sul e, em 1977, ao pedido de adesão à Comunidade Económica Europeia, que redefinem o espaço político português.

Boaventura Sousa Santos pensou o colonialismo português em relação com outros colonialismos europeus e na sua relação de subalternidade com o colonialismo britânico. Desde o século XVII que, em termos de capitalismo moderno, Portugal é considerado um país semiperiférico, mantendo uma posição de intermediação entre o centro e a periferia da economia mundial. Nessa condição dependeu de Inglaterra quanto à aquisição de produtos transformados. Essa dependência teve implicações também nos planos cultural, social, jurídico, nas práticas sociais e modelos ideológicos. Tornou-se num modo de ser e de estar na Europa e no Além-mar.

Segundo a metáfora que propôs, Portugal enquanto Próspero não se limitou a cercear a identidade do colonizado, mas a sua própria identidade enquanto colonizador é colonizada. A sua identidade é, portanto, a de um Próspero calibanizado, visto como Caliban pelos Prósperos das potências coloniais/capitalistas modernas europeias. Esta imagem interessa-me porque uma das limitações do livro de Gil sobre o “medo de existir” é circunscrevê-lo excessivamente ao período do Estado Novo que, quanto a mim, potenciou, através da propaganda, da censura e do terror (por via da polícia política) atitudes que já vinham de trás.

A colocação dos filmes coloniais que estudei no regime da “não inscrição” bem como o caso da suspensão, ainda que

temporária, da estreia de uma obra de militância anticolonial, ilustram o modo como Portugal redesenhou uma nova cartografia: de país com um mapa cujas colónias se sobrepunham à Europa e fechava ao mundo para o de um país que abre as fronteiras, assumindo a sua calibanização num Ocidente-Próspero de que quer fazer parte. Era preciso negar, mais do que nunca, mais do que durante a “lusotropicalização” do país, a história colonial, num país que mandara para a guerra, em África, um milhão de soldados.⁹

9 Como “lusotropicalização” do país, entendo a criação, sujeita às necessidades propagandísticas da política externa do Estado Novo, de uma nova retórica sobre a diferença do colonialismo português, que se impõe como uma “ordem do discurso” (FOUCAULT, 1997) e resulta da apropriação que o regime faz do lusotropicalismo de Gilberto Freyre. Esta retórica anula, porém, a componente sexual da teoria do sociólogo brasileiro e, com exceção de figuras do regime como Adriano Moreira, a valorização que Freyre faz da miscigenação. Foi em Goa, e durante a viagem de um ano que este faz, em 1951, a convite do Ministro do Ultramar, Sarmento Rodrigues, às então colónias portuguesas, que Freyre usou, pela primeira vez a expressão. Em *Aventura e rotina*, um dos livros resultantes da sua viagem e publicado no Brasil em 1953 (edição sem data em Portugal), propõe (FREYRE, s.d, p. 95).

Lusotropical, é como hoje creio que se deve caracterizar tal sistema, que dá à cultura lusitana condições excepcionais de sobrevivência na África, na América e no Oriente. Num mundo que já não é uma expansão imperial do Ocidente em terras consideradas de populações todas bárbaras e de culturas todas inferiores à europeia, mas um começo de síntese do Ocidente com o Oriente, da Europa com os Trópicos. Síntese esboçada pelos portugueses desde o século XV, sem que dela se tivesse apercebido a arrogância britanicamente monoclar dos subkiplings.

48 E A REDENÇÃO PELA “IMAGEM-DILACERAMENTO” POR VIA DE UMA “ÉTICA DO VISÍVEL”

Há que assumir que os documentos de arquivo nunca dão a ver um absoluto e que a imaginação trabalha sobre aquilo que é mostrado através das lacunas – dos fora de campo.

Há um imenso véu [...], mas que se dobra, que levanta uma ponta e nos perturba de cada vez que um testemunho é ouvido por aquilo que diz através dos seus próprios silêncios, de cada vez que um documento é visto por aquilo que mostra através das suas próprias lacunas. É por essa razão que para saber também é preciso imaginar (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 112-113).

A imagem não diz tudo. Não é tudo. Mas como afirma Didi-Huberman (2012, p. 89), a propósito das imagens da Shoah, “[...] são, todavia, dignas de serem vistas e interrogadas como factos característicos e como testemunhas” da sua história. As suas elaborações enformam a minha perceção sobre a maneira como a existência de certos filmes têm sido remetida para um regime da “não inscrição”, como se não existissem: “[...] quando as imagens desaparecem, desaparecem também as palavras e os sentimentos. E, por conseguinte, a sua própria transmissão”.

Uma história das imagens feita como propõe Didi-Huberman é também uma tomada de posição que não traduz só um comprometimento com o conhecimento, mas que é, também, ética e política – um posicionamento no presente, ao estilo benjaminiano. Toda a posição é relativa e há uma temporalidade – um Outrora – que nos precede com a qual se estabelece uma relação num processo rememorativo. O duplo regime da imagem já fora abordado em *O que nós vemos, O que nos olha*. (Didi-Huberman, 2012). Quase uma década após esta obra, em que se assume devedor de Aby Warburg, Didi-Huberman retoma, em *Imagens apesar de tudo*, o problema do saber histórico, do como posicionar-se, do como jogar anacronicamente para desmontar, montar e remontar as imagens de modo a criar, a partir da visibilidade e da temporalidade, a sua legibilidade e torná-las conhecimento. Trabalhar com a imaginação exorcizando a conotação negativa que lhe foi dada pelo positivismo, criticar a analogia entre imaginação e ilusão é um dos empreendimentos de Didi-Huberman na última década. Imaginar, para ele, é a montagem de múltiplas formas colocadas em relação, à semelhança do “pathosformel” de Warburg.

Sobre o duplo regime da imagem, explica Didi-Huberman (2012):

O meu trabalho seguiu, desde o início, um caminho contrário [seguiu o do “pensamento que procure ultrapassar ou dialetizar o tema platónico da *imagem-véu*” como fez o crítico de Didi-Huberman, Wajcman, que “quer ignorar este pensamento e atém-se à banalidade da ilusão mimética, do ‘substituto atraente’ que ‘cobre a ausência’ ou a essência”]: o da *imagem-dilaceramento*. O objetivo não era de todo hipostasiar uma nova definição das imagens tomadas como um todo, mas observar a sua plasticidade dialética, o que eu designei como o *duplo regime* do seu funcionamento: visível e visual, detalhe e “pano” [pan], semelhança e dissemelhança, antropomorfismo e abstração, forma e informe, venustidade e crueldade... Tal como os signos da linguagem, as imagens também sabem, à sua maneira – todo o problema reside nisso –, produzir um efeito com a sua negação. Elas tanto são o fetiche como o facto, o veículo da beleza e o lugar do insustentável, a consolação e o inconsolável. Elas não são nem a ilusão pura, nem toda a verdade, mas o batimento dialético que agita em conjunto *o véu e o seu dilaceramento* (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 106-107).

A projeção das “imagens apesar de tudo” e a assunção de um posicionamento político e ético relativo a elas é, portanto, essencial, proponho, para uma ontologia do acontecimento e para uma memória do mesmo.

As imagens – e também a memória por via dos testemunhos – do Estado Novo devem ser resgatadas da invisibilidade

– o regime da “não inscrição” – a que têm estado sujeitas, no âmbito de um modo de “governar a memória” que passou pela obliteração de certas memórias para construir uma projeção com base noutras memórias. Uma “ética do visível” exige a recuperação de todas as memórias e tem implicações políticas. É neste âmbito que enquadro o trabalho de criação/ investigação de Susana de Sousa Dias, que considero observar uma “ética do visível”.

Num depoimento a Manuel Halpern, Susana de Sousa Dias contou a propósito da realização do filme *48* (2011):

Quando estava a fazer a *Natureza Morta* tive que pedir autorização aos prisioneiros para usar as fotografias. Sem querer começámos a conversar sobre a imagem. A Georgete estava a contar várias coisas. Disse-me: “Já reparou, nesta imagem já tinha o buço a crescer e estava despenteada”. Começou a contar-me a história, o tempo entre a fotografia de entrada e de saída. E também da forma como aquela roupa foi usada para limpar o chão. A fotografia então abriu-se em termos de imagem e de tempo. Foi aí que comencei a pensar no filme. Depois, um segundo ex-prisioneiro, o Manuel Pedro, também comentou: “Já reparou que na primeira fotografia era careca e na segunda já tinha cabelo...” Levantou-se a questão do disfarce na clandestinidade. As fotografias de cadastro impressionaram-me logo muito, quando as vi em 2000, e não sabia porquê. Aquilo perturbou-me imenso. No *48* a ideia nasce da relação da palavra com a imagem. Mostrar o que as imagens revelam e o que elas escondem.

Sintoma da continuidade do “medo de existir” e de processar a história de Portugal, *48*, que aproxima imagens resgatadas do arquivo da Polícia Política, e que são fotografias de cadastro dos presos políticos, das palavras destes, proferidas no instante da realização, de rememoração da prisão e tortura pelos mesmos, ex-presos-políticos teve escassa audiência no circuito comercial – segundo o Instituto de Cinema e Audiovisual, foi visto, em Portugal, por cinco mil pessoas.

Segundo a distribuidora da obra, a Alambique, teve, porém, uma enorme circulação por cineclubes e espaços de exibição alternativa. Pergunto se esta exibição no circuito alternativo evidencia a existência, não obstante o regime da “não inscrição” dominante, de que há espaços públicos onde o debate e a ação são, mais do que uma esperança, uma realidade? Eduardo Lourenço diz não acreditar que a “espécie de submissão mansa” em que vive a sociedade portuguesa perdue eternamente. A circulação num circuito alternativo de obras como *48* parece evidenciar que sim. Acresce a isso que a edição de *48* em DVD vendeu 2800 cópias, o que permite concluir sobre a perenidade dessa obra. Assuma-se, portanto, que *48* firma, apesar de tudo, uma via para a redenção quanto à “não inscrição”.

A resposta para a questão relativa à existência de espaço público em Portugal não pode inferir-se a partir das audiências

dos circuitos comerciais de exibição e circulação das obras, sobretudo quando se trata de obras que contrariam, paradoxalmente, o regime da “não inscrição”. A qualidade do debate não é sinónimo de quantidade de espectadores, por um lado; por outro, obras criadas contrariando a “não inscrição” não podem ser avaliadas, creio, a partir de dados relativos às audiências do campo mediático, o qual foi tomado pelos “vampiros”.

Para finalizar, não proponho respostas, mas antes um programa ético-político. Recuperar estas imagens-montagem é fundamental para a inteligibilidade das mesmas. O trabalho do investigador é, também, o de redimir, no instante, a imagem-clarão. Essa imagem não tem o poder de ressuscitar nada, mas é um modo de dilacerar o véu “apesar de tudo” para, logo de seguida, tudo surgir de novo velado, no que Benjamin diz ser “a desolação do passado”. Precisamos de todos os filmes que existem para fazer esse resgate. Voltando a João César Monteiro: “O cinema talvez seja apenas a procura da distância mais justa entre dois olhares – a distância do olhar que nos olha, o que corresponde à distância de conhecermos como somos conhecidos”.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. *Ninfas*. Valencia: Pre-textos, 2010.

ANTÓNIO, L. “Sambizanga, finalmente”. *Diário de Lisboa*, 24 de outubro de 1974, p. 6.

ANTT, SNI, IGAG, 2ª Incorporação, caixa 474.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte (MG, Brasil): Editora da UFMG, 2009.

CANTINHO, M. J. *O voo suspenso do tempo: estudo sobre o conceito de imagem dialética na obra de Walter Benjamin*. 2008. Disponível em: <http://www.ucm.es/info/especulo/numero39/imadiale.html>. Acesso em: 14 maio 2012.

DIDI-HUBERMAN, G. *Imagens apesar de tudo*, Lisboa: KKYM, 2012.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Lisboa: Relógio d'Água, 1997.

FREYRE, G. *Aventura e rotina*. Lisboa: Livros do Brasil, (s.d).

FRODON, J. M. *La projection nationale*. Cinéma et nation. Odile Jacob: Paris, 1998.

GAZETA DE LISBOA, 77-152, *Imprensa nacional*, 1823, p. 734.

GIL, J. *Portugal, hoje: o medo de existir*. Lisboa: Relógio d'Água, 2007.

JORNAL DE NOTÍCIAS, 21 de fevereiro de 2014, p. 48.

PIÇARRA, M.C. *Azuis ultramarinos*. Propaganda e censura no cinema do Estado Novo. Lisboa: Edições 70.

PIÇARRA, M. C. *Angola, o nascimento de uma nação*. v. 2. O cinema da libertação. Lisboa: Guerra & Paz, 2014.

PINA, L. *A aventura do cinema português*. Lisboa: Vega, 1977.

SANTOS, B. S. “Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade”. *In*: RAMALHO, Maria Irene; RIBEIRO, António Sousa (ed.), *Entre ser e estar: Raízes, percursos e discursos de identidade*. Porto: Afrontamento, 2001.

FILMOGRAFIA:

DIAS, Susana de Souza. *Filme 48*. Lisboa: Kintop Produtora, 2011.

DEMOCRACIA: UM CONCEITO EM NEGOCIAÇÃO. A IMPRENSA ESPANHOLA E O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO EM PORTUGAL (1974-1975)

Rita Luís

Universidade Nova de Lisboa (Instituto de História
Contemporânea (IHC/NOVA FCSH))

RESUMO

Este artigo aborda a cobertura feita pela imprensa espanhola do processo revolucionário em Portugal (1974-1975), integrando-a no contexto de outras coberturas internacionais a partir de pontos de convergência, como a preponderância de enviados especiais e o uso recorrente de determinadas agências noticiosas. Entre as especificidades desta cobertura encontra-se

o processo de negociação do conceito “democracia”, a partir da receção e discussão do processo revolucionário português, que será aqui abordado a partir do enquadramento da questão sindical, que emerge no início de 1975, e da forma como este condicionará as possibilidades de significado deste conceito.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa. Espanha. Processo revolucionário. Democracia.

INTRODUÇÃO

O processo revolucionário de 1974-1975 em Portugal espoletou uma atenção mediática impressionante a nível mundial (VIEIRA; MONICO, 2014) e uma grande afluência de jornalistas estrangeiros: 1200 vindos de cerca de 44 países para cobrir as eleições para a Assembleia Constituinte em abril de 1975 (RODRIGUES, 2008). A relação da situação revolucionária com os meios de comunicação, nacionais e internacionais, será, no entanto, pautada por tensões. O sector mediático tem características específicas, o que faz com que alguns autores falem dele como uma instituição social que, em sociedades democráticas, conseguiu autonomizar o seu campo de legitimidade (RODRIGUES, 1984) apesar das relações privilegiadas que mantêm com outros campos. Campos como a política, a economia ou a religião, tradicionalmente constituem aqueles que tentam coaptá-lo.

Precisamente, o domínio do *broadcasting* foi integrado no plano de Golpe de Estado a 25 de Abril de 1974, tendo sido considerados pontos nevrálgicos deste plano a RTP, o *Rádio Clube Português* e a *Emissora Nacional*. Relativamente aos meios de comunicação nacionais pode antever-se uma relação complicada com o poder, claramente influenciada por várias décadas de censura, e os casos críticos durante este período multiplicam-se, tornando-se, com frequência, casos políticos. O sector mediático manter-se-á, além disso, um terreno em disputa por estes mesmos campos durante o período que nos concerne (BORGES SANTOS, 2005; MESQUITA, 1994; MARQUES GOMES, 2014, REZOLA, 2014, FIGUEIRA, 2007).

O papel que os meios de comunicação têm na relação de mediação entre o sujeito e o que lhe é exterior – ou seja, a forma como as notícias constituem o enquadramento através do qual o sujeito tem conhecimento da sua relação com o que lhe é exterior (TUCHMAN, 1978) –, constitui os meios de comunicação num ator político a ter em consideração. A integração do processo revolucionário português no contexto internacional foi, em grande medida, mediática, independentemente das viagens, contactos políticos ou sindicais e outro tipo de relações estabelecidas, tornando as receções na imprensa (e noutros meios) uma questão que tem sido historiograficamente abordada (cf. entre outros, CHAPUT,

2005; CORDERO, 2010; SILVA, 2012; VIEIRA; MONICO, 2014; PHILLIPE, 2017).

Neste artigo, observaremos a cobertura espanhola¹ do processo revolucionário português não só a partir deste entendimento de enquadramento segundo o qual as notícias constroem a realidade, mas também daquele que postula que apesar dos meios de comunicação terem um poder limitado na determinação exata do que o público pensa (no sentido em que este é um agente ativo no processo de receção), têm o

1 Para analisar esta cobertura foi constituído um *corpus*, que inclui cinco jornais diários (*Arriba*, *ABC*, *Informaciones*, *La Vanguardia* e *Tele/eXprés*), duas revistas mensais (*Cuadernos para el Diálogo* e *Ajoblanco*) e duas revistas semanais (*Triunfo* e *Por Favor*). A partir do interesse editorial dos jornais diários foi possível dividir a cobertura em momentos de interesse generalizado, quando há uma maioria a publicar editorial dedicado ao assunto, de interesse particular, quando o editorial é publicado por uma minoria das publicações, ou de interesse individual (Cf. Apêndice). A inclusão de publicações semanais, como *Triunfo* e *Por Favor*, e mensais, como *Cuadernos para el Diálogo* e *Ajoblanco*, todas relacionadas com o que seria uma cultura de oposição ao regime franquista (REIG, 2007), não altera significativamente este mapeamento, até porque *Triunfo* e a revista humorística *Por favor* não têm editorial e a presença da questão portuguesa em *Ajoblanco*, de pendor contra cultural (MIR, 2011) cujo primeiro número sai em outubro de 1974, é muito superficial: há apenas um artigo que menciona o processo português (nº 1). Em *Cuadernos para el Diálogo* os editoriais são, durante este processo, frequentemente dedicados a Portugal e seguem, de forma, genérica, o esquema enunciado, embora seja de sublinhar a ausência de editoriais dedicados a Portugal a partir de outubro de 1975, o que será explicável pelo interesse na situação interna aumentar exponencialmente a partir do outono de 1975, com o internamento e a posterior morte de Francisco Franco.

poder de determinar aquilo em que o público pensa através do estabelecimento de uma agenda mediática, ou seja, selecionando (e silenciando) os eventos sobre os quais o público pode, eventualmente, pensar (MCCOMBS, 2004). Esta será integrada no contexto de outras coberturas congêneres no âmbito da Europa Ocidental, como a francesa (REBELO, 1994; MESQUITA, 1994), a belga (NOBRE-CORREIA, 1994) ou a italiana (GOMES, 2015), de forma a abordar as suas especificidades, como será o caso da negociação em curso em Espanha do conceito “democracia”. A discussão em torno do processo revolucionário em Portugal permitirá uma redefinição e, posteriormente, uma integração do conceito “democracia” no vocabulário político de parte da cultura política que se identifica com o regime franquista, a partir da recusa da experiência em Portugal, uma característica que será observada neste artigo a partir da questão sindical que emerge em janeiro de 1975.

UMA IMPRENSA COMO AS OUTRAS?

Determinadas condições estruturais fazem com que a cobertura feita pela imprensa espanhola não seja fundamentalmente diferente daquela que é feita noutros países no contexto da Europa ocidental, havendo pautas que são comuns e que ultrapassam, de forma genérica, as condicionantes

impostas pelo tipo de regime, que no caso espanhol inclui um tipo específico de censura². Neste rol incluem-se características como ser elaborada maioritariamente por enviados especiais, o que se traduz numa cobertura fragmentada, e ser elaborada a partir das mesmas fontes: as grandes agências noticiosas internacionais que não só dominam o fluxo internacional de informação (GALTUNG; RUGE, 1965; UNESCO, 1973) como determinam, em grande medida, a sua agenda mediática ao selecionar e transmitir as notícias do dia (MCNELLY, 1959), integrando-as, desta forma, nesse fluxo. No caso espanhol, à grande preponderância de peças escritas por enviados especiais (uma vez que nem todos os jornais tinham correspondente em Lisboa) e ao uso de um punhado de agências como a Reuters, UPI ou *Agence France Presse*, distribuídas em Espanha pela agência EFE que delas detinha o monopólio (CHULIÁ, 2001), acresce o uso dos serviços noticiosos de alguns grandes jornais como o *Le Monde*, *The Times* ou o *The New York Times*, muito utilizados para a elaboração de notícias em jornais como *Informaciones*

2 Não existindo censura prévia há mecanismos de sanção a jornalistas, diretores e empresas editoras, assim como formas de filtragem como sejam o monopólio por parte do Estado da informação audiovisual ou monopólio da distribuição das grandes agências noticiosas por parte da agência estatal EFE.

ou *La Vanguardia*³. As notícias desses jornais são também frequentemente publicadas integralmente enquanto tais.

A preponderância de enviados especiais a fazer a cobertura do processo é motivada pela pouca importância informativa que Portugal tinha à escala mundial, que não justificava a presença de um correspondente a tempo inteiro, mas também pela proximidade a que o evento ocorre, no caso de países como Espanha, França, Itália, Bélgica ou Reino Unido. A localização geográfica de um país como Portugal, à luz das correntes que pensam a comunicação a partir de uma relação com a geopolítica (MACBRIDE, 1980), faz com que a sua presença no fluxo informativo mundial, dominado por estas agências (AP, AFP, Reuters e UPI) seja tendencialmente pouco relevante e potencialmente pautada pela negatividade. Galtung e Ruge (1965) identificam como critérios para que um tema consiga obter relevância neste fluxo: 1) a ocorrência numa nação considerada de elite ou 2) em contacto frequente com uma, o que não é o caso, 3) a referência a uma figura proeminente, e por isso merecedora de atenção personalizada, ou 4) serem acontecimentos pautados pela negatividade, tais como guerras, golpes, catástrofes naturais etc.

3 Este jornal, que usou o adjetivo “española” entre 1939 e 1978, será aqui referido apenas como *La Vanguardia*.

Do ponto de vista espanhol, o facto de Don Juan de Borbón, herdeiro do trono, viver no Estoril desde 1946 justificou, para alguns jornais, a presença de um correspondente em Lisboa em “missão don juaninana” (MORÁN, 2010, agosto 15). Quando o Golpe de Estado de 25 de Abril ocorre, tinham correspondentes em Lisboa jornais como o governamental *Arriba* (em conjunto com a agência oficial PYRESA), o monárquico *ABC* ou o barcelonês e também monárquico *La Vanguardia*. O início do processo revolucionário instiga algumas mudanças: Inocente Palazón Olivares, há duas décadas em Lisboa, é substituído por Alberto Miguez,⁴ recém-chegado de Marrocos e do Chile, que fará crónicas praticamente diárias para *La Vanguardia*, mas também para o madrilenho católico *Ya*; à equipa de *Arriba* e PYRESA junta-se, até maio de 1975, Fernando Jáuregui, que então é substituído por Andrés Kramer. Jáuregui passará, ainda em 1975, a escrever no vespertino *Informaciones*, conotado com uma cultura política de oposição ao regime (REIG, 2007), a “progré” (MUÑOZ SORO, 2011) em específico. Apesar da presença destes, o grosso da cobertura será feita por enviados especiais que se deslocam a Portugal para cobrir momentos específicos do processo. Isto significou

4 Alberto Miguez viaja também em direção ao continente Africano por duas vezes. Na primeira viagem, em agosto de 1974, cobre os momentos que antecedem o reconhecimento da independência na Guiné e na segunda, entre junho e julho de 1975, viaja até Moçambique e Angola.

quatro grandes vagas: o chamado golpe das caldas a 16 de março; a semana entre 25 de abril e o 1º de maio; as eleições para a assembleia constituinte, nas quais compareceram, vindos de Espanha, 35 jornalistas credenciados e cerca de 200 “curiosos” (SÁNCHEZ, 1975, abril 25) que se juntaram aos 69 vindos de França, 50 vindos de Inglaterra e 38 vindos dos EUA, e as primeiras eleições constitucionais em 1976. Este segundo processo eleitoral será muito importante por configurar, para muitos dos jornalistas espanhóis, a primeira oportunidade para cobrir uma campanha eleitoral – que se afigurava cada vez mais uma possibilidade em Espanha dada a morte de Franco seis meses antes –, e neste sentido as viagens a Portugal apresentam-se como uma espécie de estágio: acudir a conferências de imprensa onde se podem fazer perguntas, entrevistar políticos, assistir a *meetings* de campanhas eleitorais etc.⁵ Apesar destas quatro vagas de interesse generalizado, nalguns momentos o interesse das publicações denota motivações particulares. No momento da manifestação da maioria silenciosa, a 28 de setembro de 1974, estão em Lisboa enviados especiais que escrevem para publicações conotadas com a cultura política de oposição ao regime franquista, como *Triunfo*, onde escrevem Luís Carandell, e Eduardo Barrenechea, ficando este último como

5 Entrevista com Josep M^a Sanmartí, enviado especial de *Avui* nas primeiras eleições constitucionais em abril de 1976, realizada a 26.1.2017.

enviado especial durante um longo período, escrevendo para *Informaciones*, mas publicando também na revista *Cuadernos para el Diálogo*. Quando a manobra militar contrarrevolucionária falha a 11 de março e chegam cerca de 400 jornalistas estrangeiros⁶ a Portugal, volta a estar Carandell a escrever para a revista *Triunfo*, mas para os enviados especiais dos jornais diários espanhóis o interesse parece centrar-se na fuga do General Spínola através de Espanha: a Badajoz chegam Javier Figueroa e o fotógrafo José Pastor, em missão para *Arriba*, Ángel de la Calle, que publica em *Informaciones*, e também o correspondente local de *ABC*. A descolonização, por exemplo, é coberta sobretudo por enviados especiais, a maioria freelance.⁷

Algumas condições estruturais, como é o caso da circulação de informação – sobretudo a fornecida pelas grandes agências noticiosas, que serve de base à criação do produto informativo de grande parte dos meios de comunicação, quando não é, por estes, repetida textualmente (GIEBER, 1956) –, são um fator determinante da agenda mediática. Nelson Traquina considera as agências noticiosas não só

6 “Difusión Informativa de la Dirección General de Coordinación: Publicación “Cambio 16”, Fecha 6-4-75, nº5”, Archivo General de la Administración (AGA), Ministerio de Información y Turismo (MIT), Fondo: Presidencia, Caixa: 51/9117.

7 Bernabé Pertasa (Luanda) publicado por *Arriba*; Luis Reyes publicado por *Informaciones*; Quim Monzó e Albert Abril publicam em *Tele/eXprés*.

agenda-setters, como *agenda-producers* e *image-makers*, e que a imagem que estas transmitiram do processo revolucionário em Portugal foi “simplista, repleta de clichés e de estereótipos” (TRAQUINA, 1987, p. 46). A partir da análise lexicológica dos despachos de quatro agências (UPI, AP, Reuters e APF) em quatro momentos em 1975 (entre maio e novembro), Traquina conclui que AFP se distingue das agências anglo-saxónicas pelo menor recurso a estratégias do que ele chama “valor acrescentado”, que passam por processos de amplificação, simplificação, significação, consonância, personalização e mediação que permitem destacar a notícia-produto num mercado que é muito competitivo. Como tal, a complexidade e as ambiguidades do processo revolucionário – por oposição a uma visão simplista que reduz “a luta política a um confronto de estilo ‘western’ em defesa da democracia e para impedir que se instaure uma ditadura comunista e militar” (TRAQUINA, 1988, p. 127) – apenas aparecem na imagem dada pela agência francesa. Traquina (1988) imputa este fenómeno a razões como a AFP: 1) ser menos dependente das exigências do mercado por ser subvencionada pelo governo francês; 2) fornecer um produto destinado a profissionais da comunicação e não um produto pronto a ser publicado; 3) não se reger pela ideia “do leiteiro do Kansas city” como interlocutor imaginado, como é apanágio das agências norte-americanas, e, finalmente, 4) por o mercado francês não ser culturalmente nem politicamente

homogéneo, ou seja, por estar menos dependente de uma perspetiva de guerra fria como visão dominante do mundo, como é o caso do mercado das agências anglo-saxónicas e, em particular, das norte-americanas.

Aliada à preponderância das crónicas de enviados especiais, cujas inerentes ‘idas e vindas’ acabam por resultar em coberturas fragmentadas, que tomam a forma de uma série de crises sucessivas, estas condições de circulação de informação não só aproximam as coberturas de vários países, como são fundamentais para uma certa propensão à sua negatividade, dada a imagem propagada pelas agências noticiosas com maior presença no fluxo informativo, sobretudo quando a notícia deixa de ser o derrocar de um regime autoritário e passa a ser a de um país em revolução. Em Espanha a cobertura do processo será também baseada sobretudo em informação-acontecimento, ou seja, em notícias que surgem em torno de acontecimentos marcantes (cf. Apêndice), relacionados 1) com as grandes etapas da construção de uma democracia: eleições, campanhas e pactos; 2) nas crises sucessivas: golpes, contragolpes, quedas e sucessão de governos provisórios, e 3) em torno das grandes figuras.

A centralidade dada a uma quantidade relativamente reduzida e diversificada de protagonistas, tal como sublinha Nobre-Correia (1994), relativamente à receção na imprensa

belga, e Nelson Traquina (1987; 1988), na análise que faz das agências noticiosas, resulta numa concepção de natureza elitista da participação política. Em Espanha também a cobertura noticiosa do processo revolucionário português resulta num leque reduzido e pouco diversificado de protagonistas. Estes são políticos como Álvaro Cunhal, Mário Soares e, em menor escala, Sá Carneiro, ou político-militares como António de Spínola, Otelo Saraiva de Carvalho, Costa Gomes, Vasco Gonçalves ou Rosa Coutinho. A integração no contexto de outras coberturas permite-nos verificar que esta será menos uma especificidade espanhola e mais uma característica própria do fazer noticioso em si mesmo, propenso à necessidade de *spokespersons* (TUCHMAN, 1978) – *leaders* a quem é dado o “monopólio da palavra” (TRAQUINA, 1987).

Segundo o estudo de Traquina, Mário Soares é o *leader* mais citado pelas quatro agências, mas o número de menções e o número de citações aparecem em profundo desequilíbrio: Vasco Gonçalves foi mencionado 572 vezes e citado 15; por oposição, Mário Soares foi mencionado 285 vezes e citado 138 (TRAQUINA, 1987, p. 43). As páginas dos jornais espanhóis refletem esta característica e delas estão ausentes muitos dos sujeitos protagonistas do processo revolucionário, como aqueles envolvidos nas lutas operárias, camponesas, por habitação

ou pelos direitos das mulheres, assim como o sujeito coletivo revolucionário em que se constitui o MFA.

Haverá uma coincidência na expressão de negatividade, por exemplo, aquela que é anticomunista, como será a reação ao “Caso República”, que dará azo a um debate sobre a coerção da liberdade de imprensa e de expressão. Tanto a UPI como a AP descrevem a situação como uma ocupação pelos comunistas do último jornal não comunista (UPI) ou socialista (AP); a Reuters descreve-o como uma batalha pelo poder, o que é uma diferença relativamente aos anteriores, que consideram que o poder é já comunista. Por último, a APF não só o descreve como uma comissão de trabalhadores que ocupa o jornal onde trabalha, como é a única que fornece as razões que esta CT invoca para o fazer (TRAQUINA, 1988). Em França, onde, como sublinha Traquina (1987), o anticomunismo não tinha um valor hegemónico, ainda assim o *Le monde* foi fortemente criticado a respeito da sua posição divergente sobre o caso (REBELO, 1994). Em Itália, a grelha de análise utilizada no “Caso República” – “o desprezo comunista por estas liberdades” –, servirá para interpretar o “Caso Carnevali” (GOMES, 2015): na segunda edição do *Corriere de la Sera*, dedicada aos leitores da Lombardia, e na ausência do autor da peça, a redação alterou o título e partes de um texto sobre o “Caso República”. Da comparação

entre ambas versões torna-se evidente que a primeira – “Os comunistas ocupam o jornal socialista” – vai ao encontro da retórica da Democracia Cristã e o *frame* geral de ameaça comunista, que os redatores, pretensamente comunistas, pretenderam neutralizar com “Tensão em Lisboa entre PC e socialistas”. Em Espanha este caso dará crédito à retórica anticomunista enunciada pelo jornal monárquico *ABC* (LUÍS, 2015). Em todos os casos, a visão deste incidente enquanto atentado comunista aos valores-base das democracias liberais está presente, embora uma diferença fundamental resida no facto de nos países democráticos existir um discurso que se lhe opõe e publicações, tal como *Le Monde*, que, alinhadas à esquerda, podem manifestar-se de forma distinta, o que não acontece em países sob regimes ditatoriais, como será o caso do espanhol, onde a possibilidade de apoiar a legitimidade revolucionária será tanto mais limitada quanto a necessidade de garantir uma democratização do regime.

Alguns meios portugueses responderão a esta negatividade com que o processo é mediatizado acusando de sabotagem ou conspiração precisamente meios cuja imagem negativa que transmitem do processo como os já mencionados AP, UPI, Reuters, e AFP, mas também a BBC (CARTAXO e RIBEIRO, 1977), assim como os meios de comunicação de ditaduras como a Brasileira ou a Espanhola, em particular a *Rádio*

*Nacional de Espanha*⁸ e o correspondente em Lisboa de *La Vanguardia*.⁹ Outra forma de resposta a esta negatividade transmitida pelos meios internacionais será o conflito que a presença de correspondentes estrangeiros provoca, sobretudo em 1975. Houve casos de jornalistas agredidos,¹⁰ outros presos¹¹ ou tentativas de impedir que estes prosseguissem o seu trabalho através de um boicote, denunciado pelos

-
- 8 “Visión informativa de agencias extranjeras (V.I.A.E.) Día 17 de marzo de 1975, Turno 9 a 15, pág. 11”, AGA, MIT, Fundo: Cultura, Caixa: 42/9117.
- 9 “V.I.A.E., Día 20 de marzo de 1975, Turno 9 a 15, pág. 14”, AGA, MIT, Fundo: Cultura, Caixa: 42/9117.
- 10 Martha de la Cal, Peter Collins e Christopher Reed em Setúbal a 7 de março no meio dos protestos da extrema esquerda ao comício do PPD; Francisco Sendil no Porto, a 22 de março, foi agredido ao som de “morte à imprensa espanhola” e “fascista” no meio de confrontos entre dois grupos políticos, em frente à sede do PCP, quando ocorria um comício do PPD (Cf. “V.I.A.E., Día 24-3-75, Turno 15 a 21, pág. 23”, AGA, MIT, Fundo: Cultura, Caixa: 42/9117); dois jornalistas alemães a trabalhar para a americana NBC foram agredidos a 25 de agosto no Porto acusados de pertencer à CIA (Cf. “BBC data films, external services/registry sample scripts”, BBC – Written Archive Centre (WAC), caixa 16: “Portuguese service script 1974-1977”).
- 11 3 jornalistas da inglesa ITV foram presos durante cinco horas quando filmavam o exterior do edifício da 5ª Divisão no dia 25 de agosto quando esta foi suspensa. (Cf. “BBC data films, external services/registry sample scripts” BBC, WAC, caixa 16: “Portuguese service script 1974-1977”). Na imprensa portuguesa fala-se apenas de um jornalista, Georg Horct Peter Dehmel, apresenta-se como motivação a sua pertença à CIA (Ser ou não ser da C.I.A. (1975, agosto 26). *Diário de Lisboa*).

correspondentes estrangeiros, ao acesso aos telexes nos hotéis, por parte dos funcionários dos mesmos.¹²

UMA INTERPRETAÇÃO SITUADA

Apesar de características comuns na produção da informação, há uma interpretação dos eventos que é feita com base nas situações políticas internas de cada país e/ou região. A atuação do partido comunista português durante o processo revolucionário, por exemplo, é observada pela imprensa francesa à luz da aliança entre PCF e PSF vigente desde 1972 (REBELO, 1994; TRAQUINA, 1987, 1988) e pela imprensa italiana, por seu turno, à luz do que foi o compromisso histórico entre comunistas e a democracia cristã (GOMES, 2015). A possibilidade de um partido comunista respeitar o sistema democrático será um dos pontos de análise na imprensa espanhola (LUÍS, 2015).

Os jornais têm esta habilidade de quotidianamente participar na construção de uma comunidade definindo quem lhe pertence, os assuntos que lhe dizem respeito, quem são os seus aliados, mas também os seus inimigos. No caso específico da imprensa espanhola, de uma forma geral, o comunismo é explicitamente enunciado enquanto inimigo e, de uma forma

12 “V.I.A.E., Dia 24-3-1975, Turno 15 a 21, pág. 22”, AGA, MIT, Fundo: Cultura, Caixa: 42/9117.

semelhante às agências anglo-saxónicas (TRAQUINA, 1988), este *a priori* moldará a cobertura do processo revolucionário em Portugal. As notícias interpelam o leitor como membro de uma comunidade que é nacional, o que é materialmente detetável através do que Billig (2008) concebeu como “*Homeland deixis*”, sendo o editorial, aliás, um lugar privilegiado para a sua expressão.¹³ Traduz-se isto em estruturas que ancoram o texto num contexto de enunciação, cuja referência é a nação dos seus leitores: o uso de dêiticos (“nós”, “aqui”, “agora”), o uso do artigo definido e a forma de organização do jornal em diferentes secções. Com exceção de *ABC*, e das revistas, todos os jornais desta amostra se estruturam em torno dessa divisão entre nacional e internacional. O *ABC* identifica a proveniência das notícias (nomeando, por exemplo, a cidade) e reserva-lhes um espaço mais ou menos habitual, mas não as agrupa sob um título específico. Em *Informaciones* será a morte de Franco a provocar uma inversão da alteração

13 Uma das formas como os editoriais deste período interagem com os leitores é através do uso de um “nós” inclusivo que tem ambição de “nós” nacional, falando para e pela nação, como o concebe Billig (2008). No caso da amostra presente o que se verifica é que nem todos os jornais fazem uso deste tipo de “nós”: *Tele/eXprés* nunca o faz e juntamente com *Informaciones* constitui um tipo de imprensa cujos editoriais são, regra geral, impessoais; *Cuadernos para el Diálogo* também o utiliza com parcimónia, mas *Arriba* usa-o com frequência (83,33 % das vezes que o editorial se refere aos eventos portugueses) e, tal como, *ABC* ou *La Vanguardia* fá-lo quando é perceptível um antagonismo entre nações durante momentos de crise ou momentos que podem influenciar politicamente Espanha.

da organização do jornal: a secção internacional que antes precedia a nacional, passa a sucedê-la. Isto porque a informação internacional constituiu durante o tardo-franquismo um espaço de alguma liberdade: por um lado, ao não ser tão obviamente sancionável (CHULIÁ, 2001) e assim permitir ao jornalista exercer um menor grau de autocensura, e, por outro, por permitir mediar o comentário à situação nacional através de eventos internacionais, tornou-se uma secção mais apelativa (PONT, SANMARTÍ, LUÍS, 2017). A informação internacional era também mais apelativa porque “nunca nada acontece em Espanha” (MAXIMO, 1974, abril 28), como comentava o humorista Maximo na *La Vanguardia* à data do início da revolução em Portugal, e, na eventualidade de que acontecesse, era provável que não pudesse ser objeto de notícia ou crónica.

Que haja uma leitura espanhola dos acontecimentos portugueses seria então, em parte, resultado desta estratégia de mediação dos eventos internacionais para referência à situação doméstica com um intuito de autoproteção e, portanto, uma particularidade espanhola, mas não deixa igualmente de ser uma questão transversal à própria configuração do jornal generalista enquanto um lugar onde o leitor se sente em casa e é interpelado enquanto membro de uma comunidade imaginada que toma a forma de nação (ANDERSON, 2006).

A OMNIPRESENÇA DA DEMOCRACIA NUMA IMPRENSA VIGIADA

Durante todo o processo revolucionário, na imprensa espanhola discute-se a possibilidade da democracia se tornar uma realidade em Portugal e, dado o contexto de enunciação nacional da mesma cobertura – que implica um processo de mediação da realidade espanhola através da leitura dos acontecimentos em Portugal –, de haver condições para que esta seja uma realidade também em Espanha.

Esta discussão está delimitada pela negociação do estatuto de inimigos do regime franquista que têm tanto o comunismo como as democracias liberais. Dado o contexto (e retórica) de guerra fria, estas últimas tomam, por vezes, o lugar de aliadas. O facto de os comunistas passarem a ter um lugar determinante não apenas no aparelho de estado – dada a presença de comunistas no governo português desde o primeiro governo provisório –, mas também nas ruas, espoleta, desde o início, alarmismo nos sectores mais próximos do regime, o que é expresso em jornais como o *ABC* e o *Arriba*. Noutros sectores, mais conotados com uma cultura de oposição, a ideia dos comunistas como inimigos da democracia começará a ganhar corpo mais tarde. O *Informaciones*, a partir do golpe falhado a 11 de março, por exemplo, já imputa aos comunistas

o hipotético falhanço da democracia em Portugal, caso este se venha a concretizar (EDITORIAL, 1975, março 13).

A questão das democracias liberais é distinta, constituindo um fenómeno mais ambíguo. O seu estatuto de "inimigo" do regime franquista é um reduto da memória da edificação do próprio regime e não é, por isso, consensual. Está presente em jornais como o *Arriba* ou o *ABC* onde pessoas como Jesus Suevos (*Arriba*) e o historiador Florentino Pérez-Embid (*ABC*) formulam com frequência os seus argumentos com base na democracia liberal enquanto inimigo. Ambos demonstram, aliás, a sua surpresa perante a quantidade de entusiastas democratas que a combinação do “espírito do 12 de Fevereiro” com a revolução portuguesa deixou a nu no espaço público. Mas do interior do regime surgem também tentativas consecutivas de obtenção de reconhecimento por parte das democracias liberais europeias. No verão de 1975 um editorial de *Arriba* (EDITORIAL, 1975, junho, 26) queixa-se de mais uma recusa de colaboração com Espanha, expressa pela Europa do Mercado Comum, quando, do ponto de vista deste jornal, países como Portugal e Grécia falham de forma mais flagrante o objetivo “democracia” e, no entanto, acabam de receber respaldo europeu.

No entanto, a ênfase democrática, ou seja, uma conotação positiva dada ao conceito “democracia”, será uma ideia

dominante na imprensa espanhola. Uma defesa das democracias liberais emana continuamente de *La Vanguardia*, quer editorialmente, quer através das crónicas de um enviado especial e comentador como Augusto Assia, que desmontará a ideia do complot comunista até um estado muito avançado do processo revolucionário em Portugal. Esta visão, aliás, inclui, contrariamente àquelas que são expressas em *ABC* ou *Arriba*, a existência de partidos comunistas integrados no sistema, considerando como o melhor antídoto ao projeto comunista a existência de partidos socialistas: a social-democracia previne o socialismo (EDITORIAL 1974, maio 11). Não só é aqui dada uma conotação positiva a “democracia”, como esta se constitui enquanto horizonte de expectativa para Espanha. De tal forma que no momento das eleições de abril de 1976, seis meses após a morte do General Franco, esta é uma ideia expressa editorialmente por *Arriba* (EDITORIAL, 1976, abril 27), jornal fundado por José António Primo de Rivera, o que evidencia uma alteração clara do clima de opinião, a que não é alheia a filiação política de vários jornalistas que, mesmo trabalhando na cadeia de comunicação estatal, se deixará progressivamente entrever (PONT, SANMARTÍ, LUÍS, 2017).

Esta alteração do clima de opinião ocorre, em parte, porque “democracia” terá significados diversos para vários enunciadores e em diferentes momentos. Durante o biénio

revolucionário em Portugal, “democracia” é um conceito em disputa em Espanha. Em fevereiro de 1974 é anunciada pelo presidente de governo, Carlos Arias Navarro, uma nova época de abertura do regime, conhecida pelo “espírito de 12 de fevereiro” – a data do discurso que a anunciou. Arias Navarro prometia uma lei para a criação de associações políticas, que se revelou bastante mais restrita do que o anunciado inicialmente, e passou a anunciar-se novos tempos de liberdade no que à comunicação social dizia respeito. Setores do regime franquista aproximam-se, pelo menos discursivamente, do conceito “democracia” a partir da discussão sobre o processo revolucionário em curso em Portugal durante os anos 1974-1975. De *grosso modo*, pode dizer-se que o processo revolucionário em Portugal ajuda à integração do conceito “democracia” no vocabulário de parte do regime franquista e isto acontece através da negociação que ocorre do seu significado.

“Democracia” parece funcionar na imprensa espanhola deste período enquanto “significante flutuante”, ou seja, como um significante sem significado absolutamente determinado e que, portanto, absorve, mais do que exala, significado(s) (BUCHANAN, 2010), permitindo, enquanto tal, múltiplas interpretações. “Democracia”, como significante dessa mesma ausência, é disputado pelo que pode conter. Sob a alçada da exigência de democracia jazem várias exigências equivalentes:

justiça social, liberdades civis, liberdade de imprensa etc. Todas estas exigências, entre outras, são congregadas na exigência de democracia que, subseqüentemente, pela reação ao processo revolucionário em Portugal, se transforma na exigência de moderação.

O antagonismo entre comunismo e democracia, vigente antes do processo revolucionário português ter início, é perturbado pelo papel que o PCP terá, integrando os governos provisórios de um país que caminha na direção da democracia. Ao longo do tempo, e em relação/reação ao desenvolvimento do processo revolucionário em Portugal, estabelece-se então um outro antagonismo entre legitimidade revolucionária e eleitoral, plasmando o discurso que se enunciava em Portugal, que, por equivalência, se transforma num antagonismo entre extremismo e moderação. Sendo a moderação, e, por equivalência, a legitimidade eleitoral desejável, a defesa da democracia passará pela recusa do extremismo, da legitimidade revolucionária e, no geral, da experiência revolucionária em curso em Portugal. Ao recusar a revolução em Portugal, parte do discurso próximo do regime vê-se obrigado a defender a democracia. Este eixo discursivo permite que a defesa da moderação e, por conseguinte, a recusa da legitimidade revolucionária, se torne uma ideia dominante que condiciona os campos de possibilidade do discurso sobre a revolução portuguesa na imprensa espanhola.

Este consenso congrega tanto posições de uma cultura política que se estabelece por alienação ou oposição aos valores do regime e que pretende a instauração da democracia, como as de uma cultura política que – identificando-se de forma mais *continuista* ou *aperturista* com os valores do regime –, ao recusar a experiência portuguesa se encontra a defender a democracia.

Ao longo da cronologia que se extrai do interesse editorial destes jornais, ou seja, ao longo do que cada um destes momentos que a agenda mediática cria, e – nas palavras de cada um dos intervenientes desta cobertura –, vai-se negociando, em Espanha, o sentido da palavra democracia, oscilando o significado que vai sendo conferido ao significante “democracia”. Neste sentido, uma sucessão de eventos presentes na agenda mediática espanhola após a saída de cena do General Spínola na sequência da manifestação da maioria silenciosa – eventos esses que desafiam, ou reforçam, a exigência de moderação (a questão da unicidade/unidade sindical, o cerco ao congresso do CDS, o I pacto MFA-Partidos, o golpe contrarrevolucionário falhado a 11 de março, a nacionalização da banca e seguros e a institucionalização do Conselho da revolução) –, serão mitigados pelo sucesso do processo eleitoral para a Assembleia Constituinte realizado a 25 de abril de 1975, numa disputa que se manterá ao longo do processo.

IMAGENS DO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO PORTUGUÊS NA IMPRENSA ESPANHOLA: O CRAVO ESPEZINHADO

Um dos momentos-chave desta disputa pelo significado de “democracia” terá lugar em janeiro de 1975. Uma tríade de eventos traz o foco espanhol de volta à situação portuguesa: a aprovação em conselho de ministros do III governo provisório do projeto de unicidade sindical (20 de janeiro) depois do Conselho Superior do MFA se ter pronunciado a favor da mesma; o cerco ao I congresso do CDS que decorria no Palácio de Cristal no Porto (25 de janeiro) e a proibição, pelo Conselho superior do MFA, das manifestações convocadas para o dia 31 de janeiro. Esta tríade impõe a questão portuguesa de novo na agenda mediática espanhola enquanto crise e, sobretudo, enquanto a confirmação do projeto totalitário do partido comunista, por um lado, e, por outro, da eclosão de violência no processo que se desenrola em Portugal, fortalecendo, portanto, a ideia de democracia enquanto negação da experiência portuguesa.

A partir deste momento a narrativa dominante será a de uma tomada do poder por parte do Partido Comunista, um partido inerentemente totalitário – uma ideia frequentemente enunciada por elementos/vozes perfeitamente integradas no regime franquista. Ou seja, o antitotalitarismo constitui-se

como valor positivo mesmo por quem apoia o regime, como é o caso dos jornais *ABC* e o estatal *Arriba*. No *ABC*, o correspondente em Lisboa, José Salas (SALAS 1975, janeiro 28), e o comentador, Manuel Fernández Areal (FERNÁNDEZ, 1975, fevereiro 5), apoiam as ideias expressas editorialmente (EDITORIAL, 1975, janeiro 19) neste jornal madrilenho: não só o sindicato único é uma característica dos regimes totalitários comunistas, como também a eclosão de violência é um sinal da tomada de poder por parte dos comunistas. Esta é também a ocasião em que, pela primeira vez, é possível expressar, sem ser necessário dissimular, negatividade a respeito do processo revolucionário a decorrer em Portugal. Mudança essa no clima de opinião, que é sublinhada tanto por Fernández Areal no *ABC*, como no *Arriba* por comentadores como Domingo Manfredi Cano ou Gómez Tello, à época o subdiretor do jornal e autor de uma das suas colunas âncora: “El Mundo”. Em momentos prévios, a expressão de um posicionamento negativo relativamente ao processo que decorria em Portugal era publicamente condenada, embora tenha sido timidamente ensaiada:

e está claro, para não parecer ultra, direitista, cavernícola, retrógrado e outras belezuras que os comunistas costumam imputar a quem não permite que eles joguem o seu jogo, ninguém, ou quase ninguém se atrevia até agora a manifestar publicamente em Espanha este vaticínio (FERNÁNDEZ, 1975, fevereiro 5).

Os três convergem no reconhecimento da mudança do clima de opinião: já não é necessário esconder a aversão que a situação portuguesa lhes provoca, descrevendo um fenómeno de espiral do silêncio (NOELLE-NEUMANN, 1993), ou seja, um processo em que os indivíduos percebem as mudanças de clima de opinião e aderem à opinião dominante para não correr o risco de isolamento que implica defender uma opinião genericamente rejeitada (e apenas defendida por um núcleo duro ao qual o sentimento de rejeição é alheio).

Nesta ocasião, a emergência de violência que substitui a representação de conflito social é visível sob diferentes formas. Por um lado, na linguagem utilizada, nomeadamente na oposição semântica que traduz um cenário de guerra. Por outro lado, na declaração visual feita pelo *ABC* que traduz a falência da tentativa democrática ensaiada em Portugal e que segue a lógica da incompatibilidade da violência com a democracia.

A oposição socialista ao projeto de unidade sindical apoiado pelo PCP é construída através de um deslocamento da questão do modelo sindical para um modelo do regime que está em processo de construção. Desta forma, apoiar o projeto comunista de unidade sindical passa a significar estar contra a liberdade e o pluralismo no geral, pois este projeto é, em si mesmo, parte integrante de uma visão totalitária da sociedade.

A imprensa espanhola seguirá, com notáveis exceções,¹⁴ esta linha de raciocínio, opondo ambas propostas através de campos semânticos que determinam a pertença a um ou outro dos lados.

De um lado estão a Europa e as características que a esta são associadas – o pluralismo, o “socialismo em liberdade”, a democracia –, e as que se associam ao projeto socialista – “pluralismo sindical, entendido como um tipo europeu de liberdade” (JÁUREGUI, 1975, janeiro 10), “a liberdade dos trabalhadores dentro e fora do seu sindicato” (REIS, 1975, janeiro 18). Do outro lado está o espectro do totalitarismo e o que se lhe associa. O correspondente em Lisboa de *La Vanguardia*, Alberto Miguez, considera a questão: “uma campanha – mais uma – de “terror controlado” (MIGUEZ, 1975, janeiro 21), assim como Eduardo Barrenechea, em *Informaciones*, constata que:

muita gente – também de esquerda – viu nessa manifestação uma ameaça real e palpável a algo mais profundo que a lei sindical: uma ameaça ao estabelecimento de uma democracia pluralista em Portugal. (BARRENECHEA, 1975, janeiro 21).

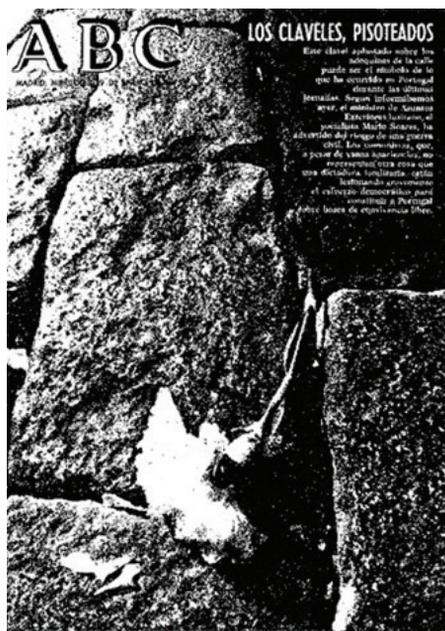
14 A única defesa do sindicato único, a partir de um ponto de vista da história sindical, é feita em *Arriba* por Ramon Bayoo y Serrat: “*Portugal y el sindicato único*”, um artigo publicado a 26 de janeiro de 1975.

O correspondente do *ABC*, José Salas, opõe à proposta comunista de “sindicato único vertical obrigatório” (SALAS, 1975, janeiro 31) a rota de “socialistas liberais, pluralistas e democráticos” (SALAS, 1975, janeiro 31), com “sindicatos plurais e livres”, um “socialismo europeu liberal e democrático”, e um “rumo moderado europeu” (SALAS, 1975, janeiro 26). No *ABC* opõem-se as “forças democráticas” às “inclinações totalitárias de esquerda”, ou à “natureza totalitária” e “inclinações totalitárias irradiadas de Moscovo”. Esta oposição é, além do mais, agudizada por ser concebida em termos bélicos na generalidade dos relatos, sendo utilizados termos como: “vitória”, “habilidoso jogo político”, “hostilidades” (todas de José Reis em *Arriba*); “guerra fria”, “assalto” (Fernando Jáuregui em *Arriba*); “Ofensiva comunista” (Jaume Miravittles em *Tele/eXprés*); “luta de bastidores”, “atmosfera de um novo golpe de Praga”, “fazer a guerra” (Gómez Tello em *Arriba*); “batalha”, “guerra política” (*ABC*); “pomba da paz”, “antagonismo puro e simples” (Alberto Miguez em *La Vanguardia*); “recrutamento nas ruas”, “confrontação”, “poder na rua do dispositivo antagonista” e “[a manifestação foi] neutralizada” (todas de José Salas em *ABC*). Desta forma, na imprensa espanhola, por um lado, enfatiza-se a oposição de esquerda ao projeto comunista e, por outro, pelo uso da metonímia transforma-se a questão do modelo sindical numa questão de modelo de regime. A ideia de um conflito em curso torna-se

assim mais palpável e será reforçada por acontecimentos que adicionam ressentimento e, até, medo: o cerco ao I congresso do CDS no Palácio de Cristal no Porto (dia 25 de janeiro).

A conjugação destes acontecimentos no final de janeiro de 1975 faz com que no *ABC* se anuncie o fim da democracia em Portugal. A TVE abandona o silêncio a que havia devotado a situação em Portugal censurando várias reportagens (PHILIPPE, 2017), para passar a mostrar um país onde reinam a confusão e a instabilidade, emitindo uma reportagem sobre a proibição de manifestações que o MRPP não acata (CARCEDO, 1975). Na sequência do episódio de violência no Porto, que implica a violação do direito de reunião, e em relação à questão da aprovação da unicidade sindical, declarações de Mário Soares durante uma conferência de imprensa realizada a 27 de janeiro são interpretadas pela imprensa estrangeira como um anúncio de guerra civil iminente em Portugal. No comunicado apresentado na ocasião – “Defender a liberdade, construir o socialismo” –, pode ler-se que o incumprimento do programa do MFA pela aprovação da unicidade sindical “pode ter consequências graves se, inserindo-se na escalada antidemocrática encabeçada pelo PCP, for aproveitada como precedente para a destruição de outras liberdades” (O PS, 1975, janeiro 27). Perante as notícias da imprensa internacional, o correspondente de *la Vanguardia*

decide consultar a fonte e pede uma audiência a Soares, que lhe assegura não ter proferido tais palavras, embora reconheça ter falado de guerra civil no plano hipotético (MIGUEZ, 1975, janeiro 29). Soares tenta distanciar-se da imagem do “fantasma de Pinochet” que havia sido evocada por Salgado Zenha num comício em Coimbra que contava com a presença de Ortênsia Allende (A DEMOCRACIA, 1975, janeiro 27). Zenha é um personagem que praticamente não tem existência na imprensa espanhola, mas, à semelhança de outra imprensa internacional, o diário conservador *ABC* reage à iminência de uma guerra civil supostamente evocada por Soares. O editorial de dia 28 dá credibilidade ao alarme por ter sido dado, precisamente, por Mário Soares, “personalidade com uma trajetória decisiva e abnegada na defesa da causa democrática no seu país” (EDITORIAL, 1975, janeiro 28).



ABC, 29 de janeiro de 1975

No dia seguinte, a ideia de que a democracia em Portugal está comprometida é expressa visualmente por um cravo espezinhado num chão de paralelepípedos, na sua primeira página. O cravo – símbolo da libertação e da conquista da democracia – espezinhado no chão, é uma imagem que transmite não só a ideia do fim da experiência democrática que o 25 de Abril tinha inaugurado, como da violência com que este foi alcançado, já que o cravo terá sido provavelmente destruído por ação humana, como indica o “pisado” da legenda. A imagem que correu mundo e desnaturalizava o

uso da espingarda, ao ter um cravo enfiado no seu cano, foi revertida e a espingarda voltou ao seu lugar como símbolo de violência, sendo imputado ao Partido Comunista o uso da arma já sem o cravo nela colocado. Escreverá Antonio Calle no mesmo jornal:

o predomínio do fuzil sobre o cravo, da máquina do poder sobre a ideia: a morte da revolução – esperança de todos – e o surgimento de um só grupo, detentor implacável do dogma [...]. É o novo renascer dos cravos sobre os fuzis, que agora os esmagam (CALLE, 1975, fevereiro 7).

Nem todos os periódicos adotam o enquadramento de fim da democracia preconizado pelo *ABC*. A revista humorística *Por Favor* ironiza em torno da ideia de uma guerra civil em Portugal e esmiúça as motivações para a emergência de um conflito entre socialistas e comunistas (LOS EVENTOS, 1975, fevereiro 19). No *La Vanguardia* enfatiza-se o processo eleitoral que se avizinhava, colocando-se o ónus na sua realização e rejeitando-se completamente (Augusto Assia, por exemplo) a leitura de conspiração comunista que orientava a cobertura jornalística do *ABC*. Na revista *Triunfo*, Eduardo Haro Tecglen escreve desde Lisboa sob o pseudónimo Juan Aldebarán (ALDENARÁN, 1975, janeiro 25), e na sua coluna de opinião ensaia, precisamente, o gesto oposto: denunciar a inquietação internacional e recusar a hipotética tradução espanhola dos

acontecimentos em Portugal (HARO, 1975, fevereiro 1). Mas o que este momento inaugura é a possibilidade de ser abertamente contra o processo português. Anteriormente não era possível estar contra ele e posteriormente não será possível estar a favor deste sem se correr o risco de ser acusado de não se ser partidário da democracia. Embora seja um regime não democrático, a conotação positiva do conceito “democracia” no espaço público espanhol é praticamente inquestionável, e será na medida em que o processo revolucionário português é reconhecidamente democrático – ou seja, na medida em que se aproxima de alguns dos eixos que norteiam a constituição das democracias liberais (a realização de eleições, a liberdade de imprensa etc.) –, que este poderá ser defendido. As divergências a este modelo serão, a partir deste momento e progressivamente, publicamente indefensáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância que os acontecimentos deste biénio revolucionário tiveram nas páginas dos jornais e revistas espanhóis foi significativa. Integrar a cobertura feita pela imprensa espanhola no contexto de outras na Europa Ocidental permite que se identifiquem algumas questões transversais. A negatividade expressa relativamente ao processo que decorre em Portugal será uma delas. O processo revolucionário no país vizinho

permitiu que na imprensa espanhola, como noutras (GOMES, 2015; REBELO, 1994), se encetasse uma discussão de âmbito interno, decisivamente marcada por esta negatividade.

Em Espanha, esta discussão traduziu-se numa disputa pelo significado conferido a “democracia”, que foi acompanhando o desenrolar do processo em Portugal. Antes da tríade de eventos que faz emergir a questão da violência na cobertura espanhola do processo revolucionário em Portugal era possível que perante o mesmo evento surgissem interpretações em oposição, ou seja: era possível à cultura política de oposição ao franquismo expressar apoio à nova ordem que se estabelecia em Portugal e à cultura de apoio ao franquismo não ser abertamente contra a nova ordem, mas interpretá-la de acordo com os seus interesses. A manifestação da maioria silenciosa, por exemplo, foi lida pela cultura política de apoio ao regime franquista enquanto a reemergência da direita e não dos apoiantes do anterior regime. Esta ideia foi desafiada na imprensa espanhola e o falhanço político desta manifestação foi celebrado. A partir de janeiro de 1975, o consenso que se estabelece na recusa do extremismo, e da violência a este associada, deixa de permitir que esta disputa aconteça. As divergentes tentativas de enquadramento de acontecimentos posteriores serão minoritárias: o golpe falhado a 11 de março e a aceleração do processo que se lhe seguiu, já não puderam

ser celebrados na imprensa, sendo-o apenas nas ruas, nas faculdades etc. Estas tentativas de enquadramento divergente ocorrem, como seria expectável, nas páginas de publicações conotadas com a cultura política de oposição: Joan Fuster em *Tele/eXprés*, por exemplo, interpreta a violência como um fenómeno natural quando está em causa um processo de abdicação de poder por parte de um sector que sempre o deteve (FUSTER, 1975, março 17). Por outro lado, o I pacto MFA-Partidos será amplamente condenado e apenas uns quantos cronistas¹⁵ não o atacam explicitamente, deixando patente o limite do discurso possível naquele momento. As eleições de abril de 1975 vêm reforçar o antagonismo "moderação-extremismo" e os acontecimentos enquadrados na dinâmica revolucionária que se sucedem durante o verão de 1975 serão ou silenciados ou vistos a partir do enquadramento "extremismo-moderação": porque extremistas, logo não democráticos, e, portanto, carregados de negatividade, reforçando decisivamente o significado de "democracia" enquanto negação do processo revolucionário. Para tal visão dominante contribuirá o assalto às instalações diplomáticas espanholas em Portugal, um acontecimento que é de alguma forma silenciado por uma parte da imprensa (*Informaciones*, *Tele/eXprés* e *La Vanguardia* não lhe dão destaque editorial)

15 Salvador López de la Torre em *Arriba*, Xavier Roig e Josep Antoni González Casanova em *Tele/eXprés*.

e condenado veemente por outra: para o *Arriba* e o *ABC*, esta invasão foi resultado direto do processo revolucionário a decorrer em Portugal.

A coincidência cronológica do 25 de novembro e da morte do general Franco abrem a possibilidade de pensar que ambos países estão em igualdade de circunstâncias para um futuro democrático, e chega-se às eleições de abril de 1976 com a ideia de que a democracia é possível, *apesar* do desaire revolucionário, tal como será enunciado em *Arriba*: “Portugal entrou no elenco de democracias da Europa ocidental”, “Espanha quer entrar no futuro no mesmo elenco de democracias”, “Espanha deve chegar à democracia sem a necessidade de um período como o que atravessou Portugal” (EDITORIAL, 1976, abril 27).

Deste processo de negociação que ocorre a partir da discussão sobre o processo revolucionário em Portugal, resulta a integração do conceito “democracia” no vocabulário da cultura política de identificação com o regime (REIG, 2007), sobretudo pela recusa da experiência revolucionária. Este processo é particularmente visível depois da emergência da questão sindical que opõe o Partido Socialista e o Partido Comunista, ambos membros do III governo provisório. Este momento inaugura a possibilidade de ser publicamente contra o processo revolucionário português – e não apenas crítico. Será a partir deste

evento que a equivalência entre democracia e moderação (que implica a rejeição da legitimidade revolucionária a que, por sua vez, é dada equivalência a extremismo), adquire dominância.

REFERÊNCIAS

- A DEMOCRACIA está em perigo- declarou Salgado Zenha. (1975, janeiro 27). *Diário de Lisboa*, p. 4.
- ANDERSON, B. *Imagined communities*. London: Verso, 2006.
- ALDEBARÁN, J. (1975, janeiro 25). La polémica de la unidad sindical, *Triunfo*, p. 8-9.
- BARRENECHEA, E. (1975, janeiro 21). La “unicidad sindical” aprobada, *Informaciones*, p.1-2.
- BILLIG, M. *Banal Nationalism*. London: Sage publications, 2008.
- BORGES SANTOS, P. *Igreja católica, estado e sociedade. 1968-1975: O caso radio renascença*. Lisboa: ICS, 2005.
- BUCHANAN, I. *A Dictionary of Critical Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- CALLE, A. (1975, febrero 7). El Fusil y el Clavel, *ABC*.
- CARCEDO, Diego (1975, fevereiro 1, Programa nº 520). *Los Reporteros: Portugal, no hubo día negro*. (programa de televisão). Madrid: TVE
- CARTAXO, A., RIBEIRO, J. *BBC versus Portugal. História de um despedimento político*. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

CHAPUT, M-C. La presse espagnole et la révolution des Cèllets. A *Matériaux pour l'Histoire de notre temps*, 80, octobre-décembre, 2005, p. 39-47.

CHULIÁ, E. *El poder y la palabra: Prensa y poder político en las dictaduras: El régimen de franco ante la prensa y el periodismo*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2001.

CORDERO, I. 'Lo que no debe ser'. La revolución portuguesa en la prensa española. In: ROSAS F., LEMUS E.; VARELA R. (eds.), *El Fin de las dictaduras ibéricas, 1974-1978* (p.63-86). Sevilla/Lisboa: CEA/Edições Pluma, 2010.

EDITORIAL: El Futuro político de Portugal. (1974, maio 11). *La Vanguardia española*, p. 5.

EDITORIAL: Portugal: días decisivos. (1975, janeiro 19). *ABC*, p. 14.

EDITORIAL: Los sucesos de Oporto. (1975, janeiro 28). *ABC*, p. 16.

EDITORIAL: Los sucesos de Portugal. (1975, março 13). *Informaciones*, p.

EDITORIAL: El ultimo argumento. (1975, junho 26) *Arriba*, p. 7.

EDITORIAL: Portugal, por ejemplo. (1976, abril 27) *Arriba*, p. 7.

FERNÁNDEZ AREAL, M. (1975, fevereiro 5). Portugal: una advertência, *ABC*.

FIGUEIRA, J. *Os jornais como actores políticos*. O Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no verão quente de 1975. Coimbra: Minerva, 2007.

FUSTER, Joan (1975, marzo 17). Lo que se veía venir, *Tele/eXprés*, p. 5.

GALTUNG, J., RUGE, M. H. The structure of foreign news. *Journal of Peace Research*, 2 (1), 1965, p. 64-91.

GIEBER, W. Across the desk: a study of 16 telegraph editors. *Journalism Quarterly* 33 (4), 1956, p. 423-432.

GOMES, M. *Para onde vai Portugal?/Dove va il Portogallo? A Revolução de Abril na Imprensa Italiana (1974-1976)*. 2015. (Tese doutoramento não publicada). Universidade de Coimbra, Coimbra.

HARO TECGLÉN, E. (1975, febrero 1). Portugal y su leyenda, Triunfo, p. 6.

JÁUREGUI, F. (1975, janeiro 10). El proyecto de ley sindical divide al país, *Arriba*, p. 15.

LOS EVENTOS consuetudinarios que suceden en la rúa(sic). (1975, fevereiro 10). *Por Favor*, p. 4-5.

LUÍS, R. *Spain and the Portuguese Revolution of 1974-1975: the limits of a surveilled press*. 2015. (Tese doutoramento não publicada). Universitat Pompeu Fabra, Barcelona.

MACBRIDE, S. (ed.). *Many Voices, One World*. Towards a new more just and more efficient world information and communication order. London/NY/Paris: Kogan Page/Unipub/UNESCO, 1980.

MARQUES GOMES, P. *Os saneamentos políticos do Diário de Notícias*. Lisboa: Alêtheia editores, 2014.

MAXIMO (1974, abril 28). Y al este, España, *La Vanguardia Española*, p. 8.

MCCOMBS, M. *Setting the agenda*. The mass media and public opinion. Cambridge: Polity Press, 2004.

- MCNELLY, J. Intermediary communicators in the international flows. *Journalism Quarterly*, 36 (1), 1959, p. 23-26.
- MESQUITA, M. O Caso República. Um incidente crítico. *Revista de História das Ideias* 16, 1994, p. 507-553.
- MESQUITA, M., REBELO, J. (ed.). *O 25 de abril nos media internacionais*. Porto: Afrontamento, 1994.
- MIGUEZ, A. (1975, janeiro 21). Lisboa: Aumentan los rumores de crisis gubernamental, *La Vanguardia española*, p. 21.
- MIGUEZ, A. (1975, janeiro 29). Los comunistas, tras su intransigencia y totalitarismo, intentan ahora ‘reconstruir la coalición’, *La Vanguardia española*, p. 5-6.
- MIR, J. Salir de los márgenes sin cambiar de ideas. Pensamiento radical, contracultural y libertario en la Transición española. *Ayer*, 81(1), 2011, p. 83-108.
- MUÑOZ SORO, J. La transición de los intelectuales antifranquistas (1975-1982). *Ayer*, 81(1), 2011, p. 25-55.
- MORÁN, J. (2010, agosto 15). Cuando no había noticias, la consigna en prensa era: ‘Pues nada, palo a Rusia’, *La nueva España*. Disponível em: www.lne.es/siglo-xxi/2010/08/15/habia-noticias-consigna-prensa-palo-rusia/955467.html. Acesso em: 17 dez. 2020.
- NOBRE-CORREIA, J. A vertigem Francófona. In: MESQUITA M.; REBELO J. (eds.), *O 25 de abril nos media internacionais* (p.151-155). Porto: Afrontamento, 1994, p.151-155.
- NOELLE-NEUMANN, E. *Spiral of Silence: Public Opinion - Our Social Skin*. Chicago: Univ. Chicago Press, 1993.

O PS opõe-se a qualquer alteração na coligação. (1975, janeiro 27).

Diário de Lisboa, p. 1.

PHILIPPE, V. La revolución de los claveles vista a través de televisión española (abril de 1974-abril de 1976). In: RINA SIMÓN C.(ed.), *Procesos de nacionalización e identidades en la península ibérica* (403-425). Cáceres: Universidad de Extremadura, 2017.

PONT, C., SANMARTÍ, J. M., LUÍS, R. Aproximación etnográfica del periodista de la Transición como fuente histórica: Estudio de la relación con los actores políticos y de los cambios en la producción de los medios escritos. *Historia y Comunicación Social*, 22 (1), 2017, p. 141-156.

REBELO, J. Imagens de um pretérito perfeito. In: M. Mesquita e J. Rebelo (Eds.). *O 25 de abril nos media internacionais* (p.79-133). Porto: Afrontamento, 1994.

REIG CRUAÑES, J. *Identificación y alienación*. La cultura política y el tardofranquismo. Valencia; Publicacions de la Universitat de València, 2007.

REIS, J. (1975, janeiro, 18). Abierta confrontación entre comunistas y socialistas, *Arriba*, p.15.

REZOLA, M. I. RTP no PREC (1974-1975): “Sem recuos nem tibiezas em ordem à limpeza radical”. In: M. I. Rezola e P. Marques Gomes (eds.), *A revolução nos média* (p.17-52). Lisboa: Tinta-da-china, 2014.

RIBEIRO, N. *A rádio renascença e o 25 de Abril*. Lisboa: Universidade Católica, 2002.

RODRIGUES, A. L. *Aos olhos do mundo*. Portugal e os Portugueses retratados por correspondentes estrangeiros. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

- RODRIGUES, A. D. *O campo dos media*. Lisboa: Regra do Jogo, 1984.
- SALAS, J. (1975, janeiro 26). Oficiais del ejército ocuparan los ministerios vacantes en caso de que se escinda la coalición gubernamental, *ABC*, p. 5-6.
- SALAS, J. (1975, janeiro 28). Socialistas y comunistas intentan un acuerdo para evitar el choque en la calle, *ABC*.
- SALAS, J. (1975, janeiro 31). Los maoístas y la izquierda socialista, decididos a manifestarse hoy, pese a la prohibición oficial, *ABC*, p. 5-6.
- SÁNCHEZ, G. (1975, abril 25). Doscientos periodistas españoles, en Lisboa, *Arriba*.
- SILVA, C. A revolução de Abril na imprensa brasileira. In: VARELA R. (ed.) *Revolução ou transição? História e memória da revolução dos cravos* (p. 207-227). Lisboa: Bertrand Editora, 2012.
- TRAQUINA, N. Imagens de Portugal nas agências mundiais. *Cadernos de imprensa 1*, 1987, p. 31-54.
- TRAQUINA, N. Segundo o olhar das agências mundiais: Portugal-1975. *Revista de comunicação e Linguagens* 8, 1988, p. 115-134.
- TUCHMAN, G. *Making news: a study in the construction of reality*. London: Collier Macmillan, 1978.
- UNESCO (1973). Information flows in Europa-news agencies-news photos. Paris: Autor.
- VIEIRA, J., MONICO, R. *Nas bocas do Mundo – O 25 de Abril e o PREC na imprensa internacional*. Lisboa: Tinta-da-China, 2014.

APÊNDICE

Momento	Tipo	Evento	Data
1	Interesse generalizado	Tentativa de golpe das Caldas	16 de março de 1974
2	Interesse generalizado	Golpe de 25 de Abril	25 de abril de 1974
3	Interesse individual <i>(Informaciones)</i>	Em desacordo com a JSN sobre o processo de descolonização o partido Socialista ameaça abandonar o I Governo Provisório	1ª semana de junho de 1974
4	Interesse individual <i>(Arriba)</i>	Animosidade contra a seleção espanhola durante o Campeonato Mundial de Hockey em patins que decorria em Lisboa em 1974	Última semana de julho de 1974
5	Interesse generalizado	Descolonização	Agosto de 1974-novembro 1975

6	Interesse individual (<i>La Vanguardia</i>)	Declarações de Mário Soares a respeito de um caminho comum para Portugal e Espanha em direção ao mercado comum Europeu	3ª semana de agosto de 1974
7	Interesse individual (<i>Cuadernos para el diálogo</i>)	A mudança política em Portugal e Espanha A situação do clero português	Setembro de 1974
8	Interesse generalizado	Demissão do General-Spínola após a tentativa de reequilíbrio de poder – manifestação da maioria silenciosa-	28-3 de setembro de 1974
9	Interesse generalizado	Alvoroço em janeiro: questão sindical, cerco ao congresso do CDS	Segunda metade de janeiro de 1975

10	Interesse individual (ABC)	O anúncio das novas funções da JSN que reforçam o seu poder	2ª semana de fevereiro de 1975
11	Interesse individual (ABC)	Discurso de apresentação do plano socioeconómico por Vasco Gonçalves	4ª semana de fevereiro de 1975
12	Interesse individual (Arriba)	Portugal como contramodelo para Espanha	1ª semana de março de 1975
13	Interesse generalizado	Golpe contrarrevolucionário falhado	11 de março de 1975
14	Interesse individual (Tele/eXprés)	Declarações de Rosa Coutinho, como porta-voz do MFA, antes das eleições de 1975	3ª semana de abril de 1975
15	Interesse generalizado	Eleições para a Assembleia Constituinte	25 de abril de 1975

16	Interesse individual (ABC)	"Caso República"	Maió-junho de 1975
17	Interesse generalizado	Verão Quente	Julho-setembro de 1975
18	Interesse particular	Invasão e destruição das instalações diplomáticas espanholas	27 setembro de 1975
19	Interesse particular	Enfrentamento militar entre unidades leais a uma conceção de poder popular e os moderados leais ao IV governo provisório	25 de novembro de 1975
20	Interesse individual (<i>La Vanguardia</i>)	Prisão de Oteló Saraiva de Carvalho	20 de janeiro de 1976
21	Interesse generalizado	Primeiras eleições constitucionais	25 de abril de 1976

Fonte: Rita Luís



Este livro foi produzido sob
supervisão da equipe da EDUFRRN
em maio de 2021.

ISBN 978-65-5569-149-8



9 786555 691498 >